

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia – MME			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis			
Denominação abreviada: ANP			
Código SIORG: 25.281	Código LOA: 32.265		Código SIAFI: 323030
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Regulação			Código CNAE: 7513-2
Telefones/Fax de contato:	(21) 2112-8100	(21) 2112-8129	
Endereço eletrônico: http://www.anp.gov.br			
Página da Internet: http://www.anp.gov.br/falecomaanp			
Endereço Postal: SEDE: SGAN, Quadra 603, Módulo 1, 3º andar, CEP 70830-903 Brasília DF e ESCRITÓRIO CENTRAL: Avenida Rio Branco, 65 do 12º ao 22º andar – Centro – Rio de Janeiro – CEP 20090-004			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 9.478/98 de 6 de agosto de 1997 e alterações.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 2.475/98 de 14 de janeiro de 1998.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
O Regimento Interno da Agência foi aprovado pela Portaria ANP nº 160 de 2 de agosto de 2004, publicado na edição do Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2004 e entrou em vigor no dia 31 de agosto de 2004.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
323031	Escritório Central		

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio- combustíveis

Relatório de Gestão 2009

Março de 2010

Diretor Geral

Haroldo Borges Rodrigues Lima

Diretores

Allan Kardec Duailibe Barros Filho
Magda Maria de Regina Chambriard
Nelson Narciso Filho
Victor de Souza Martins

Relatório de Gestão 2009

Coordenação

Murilo Mota
Secretário Executivo

Coordenação Executiva

Eduardo Marcelo Vianna de Menezes
Ricardo Gandolpho da Rocha

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AAPG - American Association of Petroleum Geologists
ABI - Agência Brasileira de Inteligência
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPIP – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás Natural
Ae – Dias de atraso na distribuição aos estados
AEHC - Álcool etílico hidratado combustível
AFRMM – Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante
AIC – Assessoria de Assuntos Internacionais e Cerimonial
AIN – Assessoria de Inteligência
Am – Dias de atraso na distribuição aos municípios
AMCHAM – Câmara de Comércio Americana
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP – Agência Nacional do Petróleo
ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre
ANTTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaterrestre
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AO - Autorização de Operação
APPOM – Associação de Empresas de Petróleo e Gás Natural
AUD - Auditoria
BA - Bahia
BAR – Boletim Anual de Reservas
BDEP – Banco de Dados de Exploração e Produção
BEN - Balanço Energético Nacional
BMP – Boletins Mensais de Produção
BRATEC – Câmara de Comércio Brasil-Texas
BV – Bureau Veritas do Brasil Sociedade Classificadora e Certificadora
CA – Cargo de Assessoria
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CCL – Coordenadoria de Conteúdo Local
CCT – Cargo Comissionado Técnico
CD – Cargo de Direção
CDC – Coordenadoria de Defesa da Concorrência
CDI – Centro de Documentação e Informação
CEFET – Centro de Educação Federal de Tecnologia
CENPES- Centro de Pesquisas da Petrobrás
CGC - Comitê Gestor de Capacitação
CGE – Cargo de Gerência Executiva
CGPEG - Coordenação Geral de Petróleo e Gás
CGU – Controladoria Geral da União
CIEE - Centro Integração Empresa- Escola
CIPP – Comunicações de Início de Perfuração de Poço
CMA - Coordenadoria de Meio Ambiente
CMA – Coordenadoria de Meio Ambiente
CMGN- Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural
CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária
COR - Coordenadoria do Orçamento
CPAC – Concurso Público de Alocação de Capacidade
CPD – Centro de Processamento de Dados
CPRM – Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais
CPT – Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas
CPT – Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas
CRC – Centro de Relações com o Consumidor
CRG - Corregedoria
CSI - Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
CSO – Coordenadoria de segurança Operacional
CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
CTC – Coordenadoria de tecnologia e Formação de RH
CTDUT – Centro de Tecnologia de Dutos

CTMA – Câmara Técnica de Meio Ambiente
 CT-PETRO – Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás
 DP – Desvio Padrão
 DCP – Demonstrativo de Controle de Produto Processado
 De – Dias de distribuição aos estados (14º dia do mês)
 DEFMM – Departamento do Fundo da Marinha Mercante
 DG – Diretoria Geral
 DILIC- Diretoria de Licenciamento
 DIR 1 – Diretoria 1
 DIR 2 - Diretoria 2
 DIR 3 - Diretoria 3
 DIR 4 - Diretoria 4
 Dm – Dias de distribuição aos municípios (24º dia do mês)
 DNC – Departamento Nacional de Combustíveis
 DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
 DNV – Det Norske Veritas
 DPC - Departamento de Portos e Costas
 DPF – Delegacia de Polícia Federal
 DPMP – Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos
 E & P – Exploração e Produção
 DPMP – Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos
 E & P – Exploração e Produção
 ESA – Escritório de Salvador
 ESI - Escritório de Segurança da Informação
 FDC – Ficha de Delegação de Competência
 FEP – Fundo Especial do Petróleo
 FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
 FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
 FPM – Fundo de Participação dos Municípios
 GAB - Gabinete
 GAP - Gestão e Administração do Programa
 GARSOL – Gasodutos Urucu- Coari
 GASCOM – Gasodutos Coari-Manaus
 GASENE – Gasoduto de Interligação Sudeste-Nordeste
 GLP – Gás Liquefeito do Petróleo
 GMC - Grupo Mercado Comum
 GN – Gás Natural
 GNC- Gás Natural Comprimido
 GNL – Gás Natural Liquefeito
 GNV - Gás natural veicular
 GRU – Guia de Recolhimento da União
 GT – Grupo de Trabalho
 GTPEG – Grupo de Trabalho de Petróleo e Gás
 i ADM – índice de Eficiência Administrativa
 I PAD – Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta
 IBAMA – Instituto Brasileiro do meio Ambiente
 IBP – Instituto Brasileiro do Petróleo
 ICRARD – International Committee on Regulatory Authority Research and Development
 INEA – Instituto Estadual do Meio Ambiente
 INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia
 INT – Instituto Nacional de Tecnologia
 i-PAD – Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliadas
 IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas
 JBRJ – Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro
 JPF - Sistema Julgamento Processual de Fiscalização
 LIGABOM – Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares
 LMC - Livro de Movimentação de Combustíveis
 LOA - Lei Orçamentária Anual
 LPMC - Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis
 Me – Média
 MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
 MJ – Ministério da Justiça
 MME – Ministério de Minas e Energia
 MJ – Ministério da Justiça

MPF – Ministério Público Federal
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NCDP – Notificações de Codificação de Poço
 NFP- Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural
 NIN – Núcleo de Informática
 NPA – Número de Planos de Avaliação
 NR – Normas Regulamentadoras
 NSO – Núcleo de Segurança Operacional na Exploração e Produção
 OBC – Ocean Bottom Cable
 OEMA – Organização de Estudos do Meio Ambiente
 OIE – Oferta Interna de Energia
 OLADE - Organização Latino- Americana de Energia
 OTC – Offshore Technology Conference
 P&D – Produção e Desenvolvimento
 P&G – Petróleo e Gás
 PA's – Planos de Avaliação
 PAA - Plano de Ação Anual
 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
 PAD – Planos de Avaliação de Descoberta
 PAD – Processo Administrativo Disciplinar
 PAP – Programas Anuais de Produção
 PAT – Programas Anuais de Trabalho
 PD – Plano de Desenvolvimento
 PDPETRO – Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Petróleo e Gás
 PE – Participação Especial
 PI – Proposta Irrevogável
 PLANGÁS – Plano de Antecipação da Produção de Gás
 PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
 PMC - Produtos de Marcação Compulsória
 PMQC – Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis e Lubrificantes
 PMQL - Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes
 PMS - Programa de Marcação de Solventes
 PNPC - Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível
 PNQP – Plano Nacional de Qualificação Profissional
 PPA - Plano Plurianual
 PRG - Procuradoria Geral
 PMC - Produtos de Marcação Compulsória
 PMQC – Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis e Lubrificantes
 PMQL - Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes
 PMS - Programa de Marcação de Solventes
 PNPC - Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível
 PNQP – Plano Nacional de Qualificação Profissional
 PPA - Plano Plurianual
 PRH –ANP – Programa de Recursos Humanos da ANP
 PRJ – Plano de Reabilitação de Jazidas
 PROCONVE- Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores
 PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural
 RNEST – Refinaria do Nordeste
 RPAT - Relatórios de Participação em Cursos e Eventos Científicos
 RTM – Regulamento Técnico de Medição
 RTSGI – Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento
 SAB – Superintendência de Abastecimento
 SAEI-GSIPR - Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete
 SAOF – Sistema de Apuração de Ofertas
 SAT - Setor de Análises Técnicas
 SBDC - Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência
 SBGF – Sociedade Brasileira de Geofísica
 SBQ – Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos
 SCBP - Sistema de controle de bens patrimoniais
 SCI – Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional
 SCM – Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo e seus Derivados e Gás Natural
 SDB – Superintendência de definição de Blocos
 SDE – Secretaria de Direito Econômico

SDE – Secretaria de Direito Econômico
 SDP – Superintendência de Desenvolvimento e Produção
 SDT – Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos
 SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda
 SEC – Secretaria Executiva
 SECOB – Secretaria de Obras
 SEDEC – Secretaria Nacional de Defesa Civil
 SEFID – Secretaria de Fiscalização e Desestatização
 SEFIP – Secretaria de Fiscalização de Pessoal
 SEMAG – Secretaria de Macroavaliação Governamental
 SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
 SEP – Superintendência de Exploração
 SFA – Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa
 SFI – Superintendência de Fiscalização do Abastecimento
 SGCL – Sistema de Gestão de Conteúdo Local
 SGSO – Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional
 SGTIC-PEGANCOR – Superintendência integra o Subgrupo de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
 SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICAFI – Sistema de Cadastramento de Fornecedores
 SICONV - Sistema Integrado de Convênio
 SIGEP – Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção
 SIGI – Sistema Integrado de Gestão de Informação
 SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
 SIMP – Sistema de Movimentação de Produtos
 SIN/LIAM – Sistema de Informações de Incidentes e Licenciamento Ambiental
 SINDIGÁS - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito
 SINDTRR – Sindicato dos Transportadores Retalhistas
 SISAC - Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão
 SPG – Superintendência de Controle das Participações Governamentais
 SPL – Superintendência de Promoção de Licitações
 SPP – Superintendência de Planejamento e Pesquisa
 SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
 SRH – Superintendência de Gestão de recursos Humanos
 SRP – Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural
 STN – Secretaria do Tesouro Nacional
 TAG – Transportadora Associada de Gás S.A.
 TCA - Termo de Coleta de Amostra
 TCJ - Termo de Conciliação Judicial
 TCU – Tribunal de Contas da União
 Ti – Tempo a ser considerado
 TLD – Teste de Longa Duração
 TNS – Transportadora Nordeste Sudeste S.A.
 TRR – Transportadoras Revendedoras Retalhistas
 UFL – Unidade de Fracionamento de Líquidos de Gás Natural
 UFRN – Universidade do Rio Grande do Norte
 UG – Unidade Gestora
 UGR - Unidade gestora responsável
 UJ – Unidade Jurisdicionada
 UNIFACS – Universidade Católica de Salvador
 UPGN – Unidade de Processamento de Gás Natural
 USP – Universidade de São Paulo
 WPC – World Petroleum Congress
 ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

ÍNDICE

1 – Responsabilidades Institucionais e Estratégia de Atuação	14
2 – A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	16
2.1 – Análise de Mercado	16
3 – Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospeção de Petróleo e Gás Natural.	21
3.1 – Aspectos gerais	21
3.2 – Estudos preparativos para a décima primeira rodada de licitação	21
3.3 – Estudos em Bacias Sedimentares	21
3.3.1 – Projetos em andamento	21
3.3.2 – Projetos concluídos em 2009	23
4 – Gestão do Acervo de Informações das Bacias Sedimentares Brasileiras	24
4.1 – Administração do BDEP	24
4.2 – Informações técnicas sobre a gestão do acervo de dados	24
4.3 – Evolução do Acervo Técnico	24
4.3.1 – Gestão administrativa do BDEP	25
4.3.1.1 – Iniciativas Implementadas	25
4.3.1.2 – Convenio CPRM – Serviço Geológico do Brasil	25
4.4 – Geoprocessamento	25
5 – Promoção de Licitações	26
5.1 – Assinaturas dos Contratos da Décima Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios	26
5.1.1 – Assinaturas dos Contratos em bacias maduras	27
5.1.2 – Assinaturas dos Contratos em bacias de novas fronteiras	28
5.2 – Aprimoramento dos processos das rodadas de licitações	30
5.3 – Digitalização do acervo documental	31
5.4 – Cessão de direitos	31
6 – Exploração	32
7 – Desenvolvimento e Produção	37
7.1 – Controle da Produção de Petróleo e Gás Natural	37
7.2 – Controle de Atividades e Investimentos	39
7.3 – Acompanhamento da situação de licenciamento ambiental de instalações e atividades	40
7.4 – Elaboração de Resoluções	40
7.5 – Atividades do Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção (NFP)	41
7.6 – Ações de Fiscalização dos Sistemas de Medição	42
8 – Medição da Produção	43
9 – Segurança Operacional	44
9.1 – Regulamentação	44
9.2 – Auditorias do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional em Instalações Marítimas de Perfuração e Produção (SGSO)	45
9.3 – Auditorias e inspeções para garantia da integridade estrutural da planta de processo	45
9.4 – Terminais de Recebimento de Gás Natural Liquefeito (GNL)	45
9.5 – Execução de perícias técnicas	45
9.6 – Monitoramento do tráfego marítimo	46
9.7 – Auditoria em Unidades de Refino	46
9.8 – Controle de Incidentes	46
9.9 – Consistência e Homogeneização da Atuação da Agência	46
9.10 – Articulação com os Agentes Governamentais	47
10 – Conteúdo Local	48

10.1 – Fiscalização de Conteúdo Local	48
10.2 – Certificação de Conteúdo Local	48
10.3 – Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Conteúdo Local	50
11 – Controle das Participações Governamentais	52
11.1 – Arrecadação, Distribuição e Cálculo das Participações Governamentais	52
11.2 – Ação de Transparência, divulgação de cálculos e resultados	53
11.3 – Representações dos Interesses Governamentais relativos ao pagamento de Participações Governamentais	53
11.4 – Controle e Fiscalização das Concessionárias	54
11.5 – Desenvolvimento e Aplicação de Ações Organizacionais	55
12 – Coordenação de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos	56
12.1 – Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor Petróleo e Gás Natural– PRH-ANP	56
12.2 – Gestão e Fiscalização da Cláusula de Investimentos em P&D	58
12.2.1 – Autorização Prévia	59
12.2.2 – Fiscalização dos Investimentos Realizados	62
12.2.3 – Credenciamento das Instituições de P&D	62
12.3 – Apoio Técnico ao CT-PETRO/MCT	64
13 – Meio Ambiente	65
13.1 – Zoneamento Ecológico-Econômico	65
13.2 – Inventário Nacional de Fontes Móveis	65
13.3 – Participação nos Projetos de Meio Ambiente do PROMINP	66
13.4 – Participações em audiências convocadas pela Justiça Federal ou Ministério Público	66
13.5 – Participação no Conselho de Geodiversidade do Estado do Amazonas	67
13.6 – Participações em audiências públicas do processo de licenciamento ambiental	67
13.7 – Atividades Técnicas	67
13.7.1 – Planejamento Estratégico de Meio Ambiente para a ANP	67
13.7.2 – Implementação do Sistema de Informações de Incidentes e Licenciamento Ambiental e criação do Banco de Dados Ambientais da ANP	68
13.8 – Rodadas de Licitação de Blocos e do Contrato de Concessão	68
13.9 – Apoio a CTC	69
13.10 – Seminário Técnico sobre os Impactos Ambientais das Atividades <i>Onshore</i> de Exploração, Produção e Transporte de Petróleo e Gás Natural	69
13.11 – Seminário sobre Diretrizes para a exploração, produção e transporte de óleo e gás na Amazônia – desafios ambientais e soluções	70
13.12 – Revisão de resoluções	70
13.13 – Participação no Grupo de Trabalho da ANP para Emissão das Autorizações de Construção dos Terminais de GNL (Gás Natural Liquefeito)	70
13.14 – Análise de mérito dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de Exploração e Produção (E&P)	71
14 – REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL	72
14.1 – Regulamentação	72
14.2 – Fiscalização de Instalações Industriais Produtoras de Combustíveis	73
14.3 – Autorizações de Instalações Industriais Produtoras de Combustíveis	74
15 – Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural	75
15.1 – Autorizações Concedidas	75
15.2 – Inspeções Técnicas Realizadas	76
15.3 – Atividades que Visam à Promoção do Sadio Desenvolvimento da Indústria do Petróleo, seus Derivados e Gás Natural	76
15.3.1 – Lei do Gás	76
15.3.2 – Concurso Público de Alocação de Capacidade – CPAC	77
15.3.3 – Aprovação da Tarifa de Transporte e do Contrato de Serviço de Transporte	77

15.3.4 – Análise dos Processos dos Terminais Flexíveis de Gás Natural Liquefeito (GNL)	77
15.3.5 – Acompanhamento de Informações Fornecidas pelos Carregadores e Agentes Autorizados a Exercer a Atividade de Importação de Gás Natural à ANP	78
15.3.6 – Acompanhamento do Plano de Antecipação da Produção de Gás	78
15.3.7 – Acompanhamento das Reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	78
15.3.8 – Elaboração do Boletim Mensal do Gás Natural	78
15.3.9 – Atualização e Adequação do Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural	79
15.3.10 – Atividades Realizadas com outras Unidades Organizacionais da ANP	79
16 – Abastecimento	80
16.1 – Análise de Mercado	80
16.2 – Biodiesel	81
16.3 – Plano de abastecimento de óleo diesel de baixo teor de enxofre	81
16.4 – Garantia do percentual de mistura de diesel e biodiesel	82
16.5 – Gás Liquefeito de Petróleo	82
16.6 – Solventes	82
16.7 – Asfaltos	82
16.8 – Autorizações	82
17 – Qualidade de Produtos e Biocombustíveis	84
17.1 – Regulamentação	84
17.2 – Programa Nacional do Monitoramento de Qualidade de Combustíveis – PMQC	86
17.3 – Monitoramento da Qualidade de Lubrificantes	87
17.4 – Programa de Marcação de Solventes	88
17.5 – Revisão do Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis e Lubrificantes	89
18 – Fiscalização do abastecimento	90
18.1 – Ações de Fiscalização	90
18.2 – Ações Realizadas, por Estados	92
18.3 – Autuações e interdições	93
18.3.1 – Gás Liquefeito de Petróleo – GLP	94
18.4 – Convênios	94
18.5 – Processos Julgados e Arrecadação de Multas	95
18.6 – Legislação e regulamentação	96
19 – Relações com o Consumidor	96
20 – Defesa da Concorrência	98
21 – Gestão Interna	103
21.1 – Planejamento	103
21.2 – Transparência e Acesso do Cidadão aos Atos da Praticados pela ANP	103
21.2.1 – Apoio à Diretoria e Processo Decisório	104
21.2.2 – Acesso à Legislação	105
21.2.3 – Acompanhamento de gastos da agência	106
21.3 – Gestão de Documentos e Arquivos da ANP	107
21.4 – Gestão Orçamentária	108
21.4.1 – Dotação e Execução Orçamentária em 2009	109
21.4.2 – Créditos Suplementares	112
21.4.3 – Processo de Planejamento Orçamentário para 2010	112
21.4.4 – Processo de aperfeiçoamento do sistema PAA	113
21.5 – Documentação e Informação	113
22 – Ações na Área de Informática	115
22.1 – Tecnologia	115
22.2 – Desenvolvimento e manutenção de sistemas	116
22.3 – Segurança da Informação	116

23 – Gestão de Pessoas	117
23.1 – Benefícios a servidores	118
23.2 – Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	119
23.2.1 – Nível de formação dos servidores	119
23.3 – Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos	120
23.3.1 – Ações de Capacitação por Unidades Organizacionais	120
23.3.2 – Comitê Gestor de Capacitação	121
23.4 – Dados do Relatório de Informações Gerenciais da SRH	122
23.5 – Atos de Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão praticados no exercício	125
24 – Gestão Financeira e Administrativa	126
24.1 – Gestão Administrativa	126
24.2 – Gestão Financeira e Orçamentária	127
24.2.1 Outras Informações	132
24.3 – Coordenação de Aquisições	132
25 – Corregedoria	135
26 – Ações de Planejamento e Pesquisa	136
26.1 – Atividades	136
26.2 – Projetos	139
27 – Divulgação	139
Anexo A1 – Acompanhamento do PPA 2008 – 2011	143
A.1 – Programa 0271 – Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	143
A1.1.1 – Indicadores do Programa	144
A1.2 – Ações	147
Anexo A2 – Indicadores Institucionais	159
A2.1 – Resultados	162
A2.2 – Análise dos Resultados	165
A2.3 – Evolução e Fichas dos Indicadores	169
Anexo A3 – Cópia da Declaração do Contador	221
Anexo A4 – Cópia da Declaração da Comissão Permanente de Licitações	222
Anexo A5 – Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	223
Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.1 – Convênios de Obras e Serviços	223
Item do Relatório de Auditoria: 3.1.2 – Convênios de Obras e Serviços	225
Anexo A6 – Relatório de cumprimento das deliberações do TCU	228
Anexo A7 – Demonstrativo Analítico das Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda	249

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS,ETC.

Título

- Gráfico 2.1 – Evolução das reservas provadas de petróleo (2003-2009) – Pág. 16
Gráfico 2.2 – Evolução das reservas provadas de gás natural (2003-2009) – Pág. 16
Gráfico 2.3 - Produção de Petróleo, em milhões de barris, por localização (2003-2009)- Pág. 17
Gráfico 2.4 – Produção e Oferta Líquida Nacional de Gás Natural (2003-2009)- Pág. 17
Gráfico 2.5 – Vendas de Derivados pelas Distribuidoras por Região (2003-2009)- Pág. 18
Gráfico 2.6 – Vendas de Derivados pelas Distribuidoras por Produto (2003-2009)- Pág. 18
Gráfico 2.7 – Importação (2003-2009) – Pág. 19
Gráfico 2.8 – Exportação de Petróleo e Derivados (2003-2009) – Pág. 19
Gráfico 2.9 – Volume de Petróleo Refinado por Origem (2003-2009) – Pág. 20
Gráfico 5.1 – Empresas que assinaram o respectivo Contrato de Concessão. – Pág. 26
Gráfico 5.2 – Blocos ofertados x blocos arrematados x blocos assinados em áreas de Bacias Maduras. – Pág. 27
Gráfico 5.3 – Bônus de assinatura mínimo x bônus ofertado x bônus arrecadado com a assinatura dos contratos em áreas de Bacias Maduras (em milhões de R\$) – Pág. 28
Gráfico 5.4 – Programa Exploratório Mínimo x Programa Exploratório Mínimo ofertado x Programa Exploratório Mínimo a ser investido com a assinatura dos contratos em áreas de Bacias Maduras (em milhões de R\$). – Pág. 28
Gráfico 5.5 – Blocos ofertados x blocos arrematados x blocos assinados em áreas de Novas Fronteiras – Pág. 29
Gráfico 5.6 – Bônus de assinatura mínimo x bônus ofertado x bônus arrecadado com a assinatura dos contratos em áreas de Bacias de Novas Fronteiras (em milhões de R\$) – Pág. 29
Gráfico 5.7 – Programa Exploratório Mínimo x Programa Exploratório Mínimo ofertado x Programa Exploratório Mínimo a ser investido com a assinatura dos contratos em áreas de Bacias de Novas Fronteiras (em milhões de R\$) – Pág. 30
Gráfico 5.8 – Histórico das cessões solicitadas (qualificações das cessionárias) – Pág. 32
Gráfico 6.1 – Evolução anual do número de Contratos e Blocos Vigentes – Pág. 33
Gráfico 6.2 – Distribuição, por Operadores, de Contratos em fase exploratória em 2009 – Pág. 33
Gráfico 6.3 – Blocos com atividade em 2009 versus blocos inspecionados – Pág. 35
Gráfico 7.1 – Produção de Petróleo em 2009 (Mil bbl/d) – Pág. 38
Gráfico 7.2 – Produção de Gás Natural em 2009 (Mil m³/d) – Pág. 38
Gráfico 7.3 – Queima de Gás em 2009 (Mil m³/d) – Pág. 39
Gráfico 7.4 – Evolução da Adequação ao RTM – Pág. 41
Gráfico 11.1 – Evolução das Participações Governamentais – Pág. 53
Gráfico 11.2 Municípios recebedores de royalties por decisão judicial – Pág. 54
Gráfico 12.1 – Distribuição regional das solicitações e credenciamentos de instituições – Pág. 64
Gráfico 14.1 – Fiscalizações por Ação 2007/2009 – Pág. 73
Gráfico 14.2 – Autorizações Outorgadas 2007/2009 – Pág. 74
Gráfico 19.1 – Evolução do Número de Atendimento do CRC –Pág. 96
Gráfico 21.1 – Atos publicados 2008/2009 – Pág.104
Gráfico 21.2 – Reuniões de Diretoria 2008/2009 – Pág.105
Gráfico 21.3 – Composição do Orçamento e Execução da ANP 2006 a 2009 – Pág.111
Gráfico 21.4 – Comparativo de solicitações do sistema COMUT –Pág. 113
Gráfico 21.5 – Demonstrativo do empréstimo de publicações – Pág.114
Gráfico 21.6 – Assuntos mais pesquisados em 2009 – Pág. 114
Gráfico A1.1 – Áreas de Bacias Sedimentares Concedidas – Pág.145
Gráfico A1.2 – Reservas Provadas de Gás Natural – Pág. 146
Gráfico A1.3 – Reservas Provadas de Petróleo –Pág. 146
Gráfico 1.4 – Evolução dos Indicadores da ANP – Pág.165
Anexo – Gráfico de Evolução dos indicadores – Pág.215/220
Tabela 2.1 – Resumo Setorial – Pág. 20
Tabela 4.1 – Evolução do Acervo de Dados do BDEP em 2009 – Pág.24
Tabela 6.1 – Relação de Contratos Vigentes e Blocos sob Concessão em 31/12/2009 – Pág. 32
Tabela 6.2 – Notificações de Descoberta em 2009 por bacia e ambiente – Pág. 34
Tabela 6.3 – Poços exploratórios iniciados em 2009 por categoria – Pág. 34
Tabela 6.4 – Levantamentos sísmicos executados em 2009 por categoria – Pág. 35
Tabela 7.1 – Campos em Desenvolvimento ou Produção – 2009 – Pág. 37
Tabela 10.1 – Empresas Credenciadas – Pág. 49
Tabela 11.1 – Participações Governamentais de 2001 a 2009 - (em R\$ milhões) – Pág. 52
Tabela 12.1 – Evolução da Quantidade de Bolsas Concedidas - Período 1999-2009 – Pág. 57
Tabela 12.2 – Evolução dos Investimentos Realizados no Período de 1999-2009 – Pág. 57
Tabela 12.3 – Valores anuais das obrigações por concessionário – Pág. 58

Tabela 12.4 – Investimentos em P&D – Número de Projetos Autorizados por Concessionário – Pág.	59
Tabela 12.5 – Investimentos em P&D – Despesas Autorizadas por Concessionário – Pág.	59
Tabela 12.6 – Investimentos em P&D – Projetos Autorizados por Tipo de Despesa – Pág.	60
Tabela 12.7 – Investimentos em P&D relativos ao PNQP/PROMINP - Nº de alunos qualificados – Pág.	60
Tabela 12.8 – Investimentos em P&D relativos ao PNQP/PROMINP – Pág.	61
Tabela 12.9 – Investimentos em P&D – Projetos Autorizados por Área – Pág.	61
Tabela 12.10 – Investimentos em P&D – Projetos Autorizados por Região – Pág.	61
Tabela 12.11 – Fiscalização – Visitas Técnicas realizadas – Pág.	62
Tabela 15.1 – Autorizações Outorgadas – Pág.	75
Tabela 16.1 – Dados dos Leilões de Biodiesel – Pág.	80
Tabela 16.3 – Venda de Combustíveis – Pág.	80
Tabela 16.2 – Evolução dos atos praticados pela SAB – Pág.	83
Tabela 17.1 – Índice de Conformidade de Combustíveis – Pág.	86
Tabela 17.2 – Índice de Conformidade de Lubrificantes – Pág.	87
Tabela 18.1 – Ações de Fiscalização por Tipo de Agente de Mercado – Pág.	91
Tabela 18.2 – Volume de denúncias recebidas – Pág.	91
Tabela 18.3 – Percentual de Atendimento de Denúncias – Pág.	91
Tabela 18.4 – Distribuição Regional das Ações de Fiscalização em 2009 – Pág.	92
Tabela 18.5 – Total de Ações por Estado – Pág.	92
Tabela 18.5 – Número de Municípios Fiscalizados por Estado – Pág.	93
Tabela 18.6 – Histórico das Autuações – Pág.	93
Tabela 18.7 – Destinação de Produtos Apreendidos – Pág.	94
Tabela 18.8 – Botijões Apreendidos – Pág.	94
Tabela 18.9 – Ações de Fiscalização, por convênio – Pág.	95
Tabela 18.10 – Resultados obtidos nos últimos dois anos – Pág.	95
Tabela 20.1 – Evolução da Coleta de Preços – Pág.	101
Tabela 21.1 – Programação de Despesas Correntes – Pág.	109
Tabela 21.2 – Programação de Despesas de Capital – Pág.	110
Tabela 21.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência – Pág.	110
Tabela 21.4 – Limites de Movimentação e Empenho em 2009 – Pág.	111
Tabela 21.5 – Créditos Suplementares Solicitados e Concedidos em 2009 – Pág.	112
Tabela 23.1 – Composição de Recursos Humanos – Pág.	117
Tabela 23.2 – Pessoal próprio – Composição e Custos de Recursos Humanos – Pág.	118
Tabela 23.3 – Pessoal terceirizado Composição e Custos de Recursos – Pág.	118
Tabela 23.4 – Despesas com Benefícios a Servidores (em R\$) – Pág.	119
Tabela 23.5 – Nível de Graduação – Pág.	119
Tabela 23.6 – Nível de Pós-Graduação – Pág.	119
Tabela 23.7 – Treinamentos e Servidores Treinados – Pág.	121
Tabela 23.8 – Quadro de pessoal por situação funcional em 2009 – Servidores Ativos – Pág.	122
Tabela 23.9 – Quadro de pessoal por situação funcional em 2009 – Servidores Inativos – Pág.	122
Tabela 23.10 – Composição do Quadro Efetivo de Servidores / Dezembro/2009 – Pág.	123
Tabela 23.11 – Servidores por faixa etária e sexo - Dezembro/2009 – Pág.	123
Tabela 23.12 – Renovação no Quadro de Pessoal da Agência - Dezembro / 2009 – Pág.	123
Tabela 23.13 – Outras atividades desenvolvidas pela SRH em 2009 – Pág.	125
Tabela 23.14 – Atos informados ao SISAC – TCU – Pág.	125
Tabela 23.15 – Situação dos atos encaminhados em 2009 – Pág.	126
Tabela 24.1 – Restos a Pagar Processados – Pág.	127
Tabela 24.2 – Restos a Pagar Não Processados – Pág.	128
Tabela 24.3 – Despesas Correntes – Grupos 1 a 3 – Pág.	128
Tabela 24.4 – Evolução de Gastos Gerais – Pág.	129
Tabela 24.5 – Despesas de Capital – Grupos 4 a 6 – Pág.	129
Tabela 24.6 – Despesas por Modalidade de Contratação – Pág.	130
Tabela 24.7 – Convênios – Pág.	131
Tabela 24.8 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Correntes) – Pág.	131
Tabela 24.9 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Capital) – Pág.	131
Tabela 24.7 – Modalidades de Licitações Realizadas – Pág.	133
Tabela A1.1 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo – Pág.	144
Tabela A1.2 – Execução Física e Financeira das Ações Realizadas – Pág.	147
Tabela A2.1 – Síntese do Resultado da Revisão dos Indicadores – Pág.	160
Tabela A2.2 – Indicadores de Eficiência – Pág.	161
Tabela A2.3 – Indicadores Modificados e excluídos – Pág.	161
Tabela A2.4 – Descrição dos Indicadores de Desempenho da ANP antes e depois da Revisão – Pág.	162
Tabela A2.5 – Indicadores de Eficácia – Pág.	163

<i>Tabela A2.6 – Indicadores de Eficiência – Pág.163</i>
<i>Tabela A2.7 – Resultados de Indicadores por Área –Pág. 165</i>
<i>Tabela A2.8 – Evolução dos Indicadores Upstream –Pág. 166</i>
<i>Tabela A2.9 – Evolução dos Indicadores de Midstream – Pág.166</i>
<i>Tabela A2.10 – Evolução dos indicadores de Downstream –Pág. 167</i>
<i>Tabela A2.11 – Evolução dos indicadores da área meio –Pág. 167</i>
<i>Tabela A2.12 – Evolução dos indicadores das unidades de atuação transversal –Pág. 168</i>
<i>Tabela I.1 – Evolução dos indicadores de 2007/2009 –Pág. 169/170</i>
<i>Tabela A 7.1 – Despesas com publicidade –Pág. 249</i>
<i>Figura 3.1 – Projetos em andamento – Pág. 22</i>
<i>Figura 3.2 – Projetos concluídos – Pág. 23</i>

1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis foi criada pela Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, e tem por finalidade promover a regulação, a promoção e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, gás natural e dos biocombustíveis.

A partir da definição das políticas nacionais para o petróleo, gás natural e combustíveis e tendo como foco a garantia do suprimento e a defesa dos interesses dos consumidores quanto a preço e qualidade e oferta de produtos, a ANP deverá:

- i)* promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão das atividades de exploração, desenvolvimento e produção;
- ii)* regular a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção petrolífera,
- iii)* promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;
- iv)* autorizar a prática das atividades de refinação, processamento, transporte, importação e exportação, na forma estabelecida nesta Lei e sua regulamentação;
- v)* estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores;
- vi)* fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis,
- vii)* instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;
- viii)* fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente;
- ix)* estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento;
- x)* organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;
- xi)* consolidar anualmente as informações sobre as reservas nacionais de petróleo e gás natural transmitidas pelas empresas, responsabilizando-se por sua divulgação;
- xii)* fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991;
- xiii)* regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.
- xiv)* regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, importação, exportação, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e comercialização de biodiesel, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
- xv)* especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis.

A gama de atividades reguladas pela Agência é muito variada, mas todas elas se inserem no contexto da busca da sustentabilidade econômica da qual o fornecimento de energia e insumos industriais é fator primordial.

O crescimento do setor tem como resultado maiores exigências em termos de:

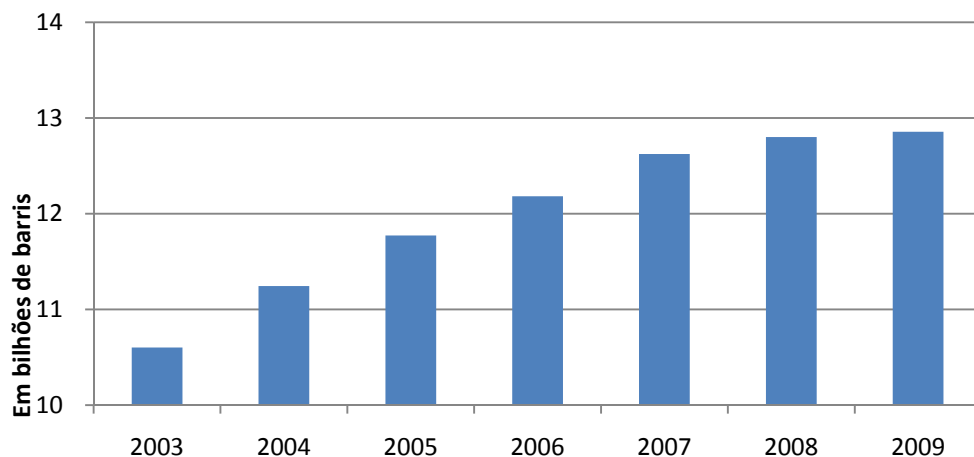
- ✓ atualizar a regulamentação;
- ✓ modernizar dos procedimentos de fiscalização;
- ✓ dar celeridade e eficiência nos processos de autorização de novos agentes;
- ✓ estreitar as relações com os outros entes da federação para o combate a práticas lesivas aos consumidores aos cofres públicos;
- ✓ estimular o desenvolvimento tecnológico e a qualificação de mão-de-obra;
- ✓ estimular por meio das rodadas de licitação de blocos, atração de investimentos e a geração de emprego e renda e ampliação das reservas de petróleo e, em especial, as reservas de gás natural.

2 – A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

As atividades finalísticas da Agência se dividem em três grandes grupos: o *upstream*, que envolve pesquisa, exploração e produção; o *midstream*, com refino, transporte e comercialização; e o *downstream*, que compreende o abastecimento e a respectiva fiscalização.

2.1 – ANÁLISE DE MERCADO

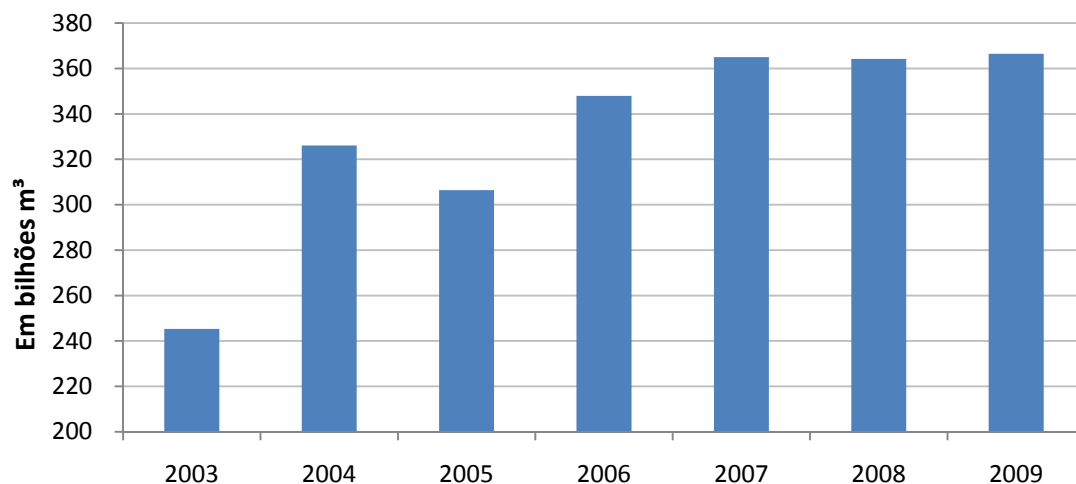
Gráfico 2.1 – Evolução das reservas provadas de petróleo (2003-2009)¹



Fonte: ANP/SDP

As reservas provadas de petróleo atingiram 12,9 bilhões de barris, em 2009, e excederam em 0,43% o total de 2008. As de gás natural subiram 0,61% no mesmo período, e situaram-se em 367,09 bilhões de m³.

Gráfico 2.2 – Evolução das reservas provadas de gás natural (2003-2009)²



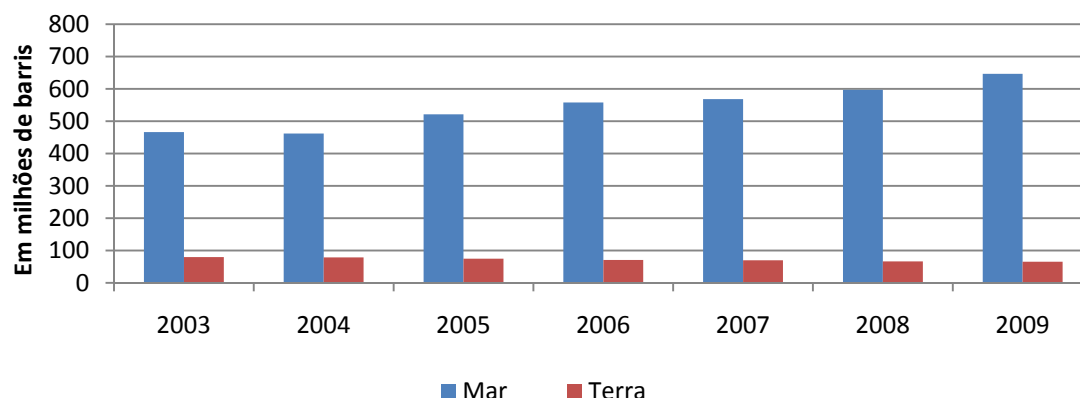
Fonte: ANP/SDP

Em 2009, foram produzidos 711,883 milhões de barris de petróleo, o que representou um aumento de 7,3% em relação a 2008 (663,275).

¹ Reservas em 31/12 dos anos de referência. Inclui condensado

² Reservas em 31/12 dos anos de referência

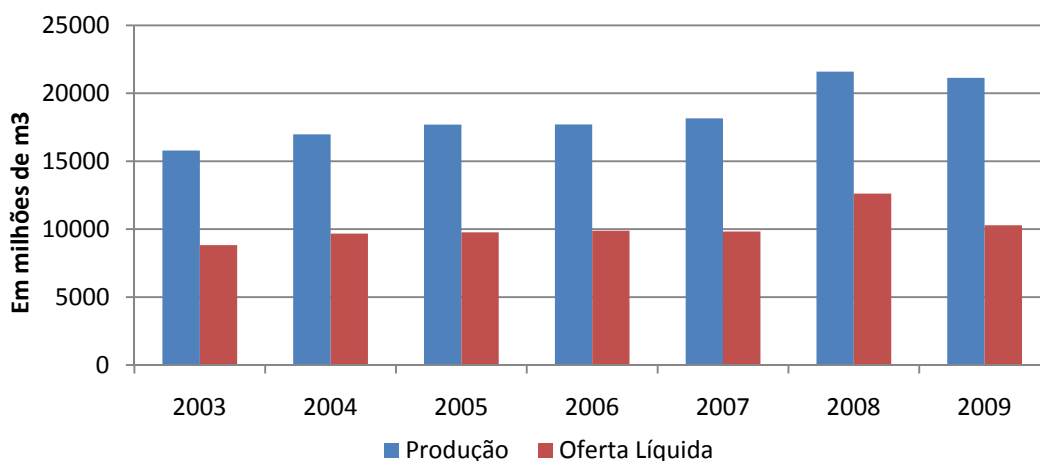
Gráfico 2.3 - Produção de Petróleo, em milhões de barris, por localização (2003-2009)



Fonte: ANP

A produção de gás natural, por sua vez, sofreu uma redução de 2,09%, passando de 21,59 bilhões de m³, em 2008, para 21,14 bilhões de m³, em 2009. A oferta líquida³ total deste produto foi de 10,28 bilhões de m³, o que significou uma diminuição de 18,5% em relação ao ano de 2008, quando foi de 12,62 bilhões de m³.

Gráfico 2.4 – Produção e Oferta Líquida Nacional de Gás Natural (2003-2009)

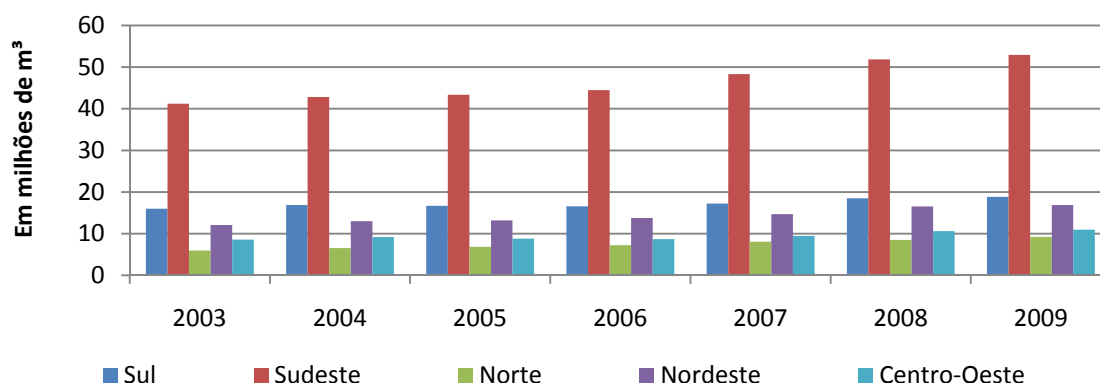


Fonte: ANP

O consumo dos combustíveis derivados de petróleo, medido em milhões de m³, cresceu 2,67% no país. As vendas pelas distribuidoras dos derivados de petróleo aumentaram em todas as regiões brasileiras, nas seguintes proporções: Norte (8,6%), Nordeste (2,1%), Centro-Oeste (3,1%) e Sudeste (2,1%) e Sul (1,9%).

³ Descontados o consumo próprio, a reinjeção, queima e perdas e somada à importação.

Gráfico 2.5 – Vendas de Derivados pelas Distribuidoras por Região (2003-2009)⁴

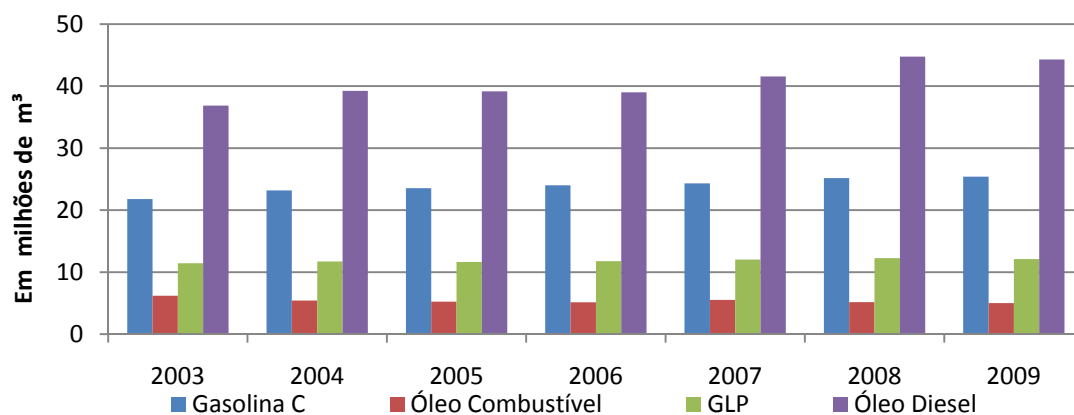


Fonte: ANP

No ano de 2009, as vendas de óleo diesel (diesel+B3) caíram 1,04%. As de GLP sofreram uma queda de 1,19%, enquanto as de gasolina C aumentaram 0,93%. As de óleo combustível, por sua vez, tiveram uma diminuição de 3,24%. Considerando-se o valor total das vendas desses derivados (em m³), o resultado foi uma queda de 0,62% neste período.

As vendas de QAV e gasolina de aviação cresceram, respectivamente, 3,84% e 2,41% no período, enquanto as de querosene iluminante caíram 32,8%. O querosene iluminante vem apresentando queda nas vendas, nos últimos anos, em função da diminuição do uso do querosene de iluminação como solvente para adulteração da gasolina. O óleo combustível, por sua vez, é utilizado em algumas térmicas e, devido à grande quantidade de chuvas, muitas delas não despacharam energia elétrica, o que explicaria a queda no consumo desse energético.

Gráfico 2.6 – Vendas de Derivados pelas Distribuidoras por Produto (2003-2009)

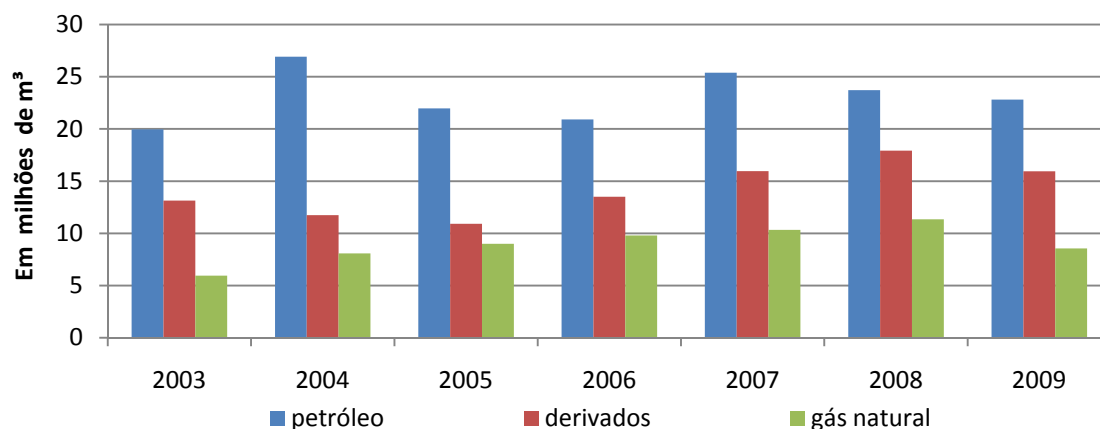


Fonte: ANP

A importação de gás natural teve queda de 24,58% em 2009, totalizando 8,6 bilhões de m³. As importações de petróleo e de derivados também diminuíram 3,8% e 11%, respectivamente.

⁴ A partir de 2008, a mistura de biodiesel puro (B100) ao óleo diesel passou a ser obrigatória. Entre janeiro e junho de 2008, a mistura de biodiesel puro (B100) ao óleo diesel foi de 2% e entre julho de 2008 e junho de 2009 foi de 3%, exceto o óleo diesel para uso aquaviário que só deverá conter biodiesel a partir de 01/01/2011. A partir de 01/07/2009, o biodiesel passou a ser adicionado ao óleo diesel na proporção de 4% em volume, conforme Portaria ANP nº 24 de 28/07/2009.

Gráfico 2.7 – Importação (2003-2009)

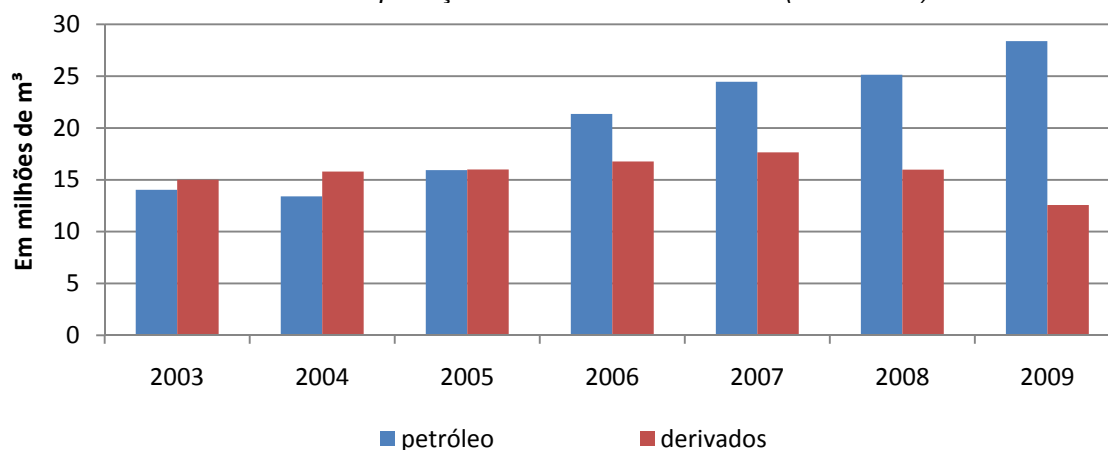


Fonte: ANP

A grande redução da cotação média do barril de petróleo que, em 2008, era de US\$ 108,68 e passou para US\$ 63,88, em 2009, fez com que as receitas advindas das exportações de óleo cru diminuíssem em 31,5%, muito embora o volume exportado tenha sofrido um acréscimo de 21,3%.

Em sentido contrário, as exportações de derivados diminuíram 5,2%, totalizando 15,162 milhões de m³, em 2009, frente aos 15,986 milhões de m³, em 2008.

Gráfico 2.8 – Exportação de Petróleo e Derivados (2003-2009)⁵

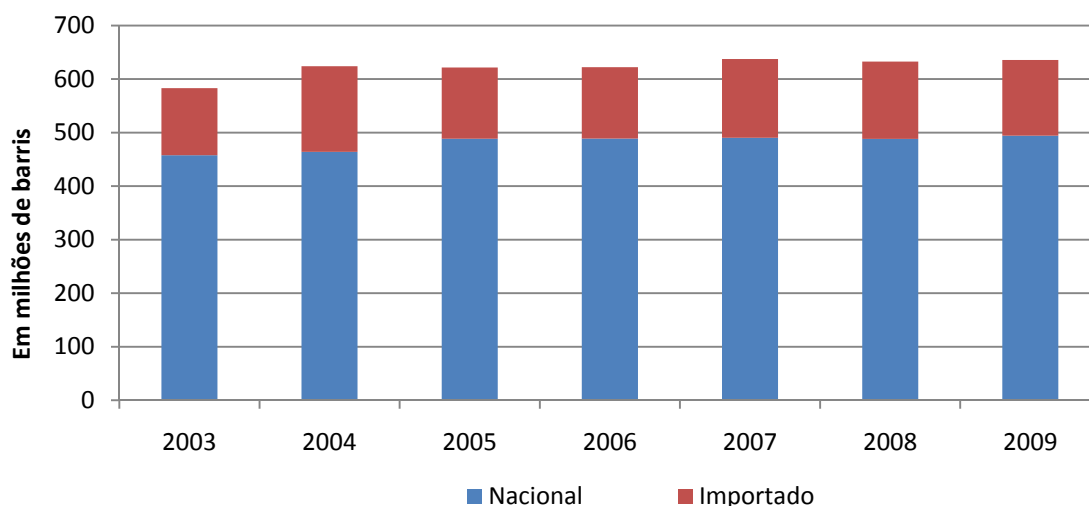


Fonte: ANP

No que tange ao volume processado pelas refinarias, o volume de petróleo importado refinado sofreu uma pequena redução de 0,9%, totalizando 141,5 milhões de barris em 2009, enquanto o de petróleo nacional aumentou de 488,2 para 494,2 milhões de barris, o que correspondeu a uma alta de 1,52%.

⁵ a partir de novembro/06, a série de exportações de derivados passou a incluir os produtos Combustíveis para Aeronaves e Combustíveis para Navios. Desta forma, toda a série, desde janeiro de 2000, foi revisada

Gráfico 2.9 – Volume de Petróleo Refinado por Origem (2003-2009)



Fonte: ANP

A Tabela 2.1 apresenta um resumo dos principais dados estatísticos no período entre 2003 e 2009, bem como as variações registradas entre 2008 e 2009.

Tabela 2.1 – Resumo Setorial

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	% 09/08
Produção de Petróleo – Mar (barris)	466.342.101	462.084.935	521.292.441	557.956.514	568.125.507	596.938.378	646.418.298	8,29
Produção de Petróleo – Terra (barris)	79.738.378	78.632.103	74.962.183	70.840.894	69.892.876	66.337.047	65.464.588	-1,32
Produção de LNG (barris)	20.548.900	22.457.302	28.943.228	31.532.245	30.903.093	31.627.503	28.716.894	-9,20
Produção de Gás Natural (10 ³ m ³)	15.792.064	16.971.156	17.699.201	17.706.161	18.151.652	21.592.652	21.141.520	-2,09
Produção de Derivados – Refinarias da Petrobras (m ³)	92.609.455	98.212.126	100.429.069	102.071.610	103.956.615	104.270.184	103.027.744	-1,19
Produção de Derivados – Mangueiros (m ³)	966.843	939.529	457.459	167.639	78.202	23.594	45.159	91,40
Produção de Derivados – Ipiranga (m ³)	946.419	681.607	316.377	421.483	791.388	422.947	793.345	87,6
Produção de Derivados – Univen (m ³)	222.014	274.097	122.938	180.085	323.941	135.872	409.525	201,40
Produção de derivados – Centrais Petroquímicas (m ³)	1.036.187	1.062.211	1.020.759	1.115.588	1.033.697	980.871	1.194.668	21,80
Refino de Petróleo Nacional (barris)	457.650.003	464.157.686	488.454.345	488.954.871	490.254.118	488.166.357	494.169.540	1,52
Refino de Petróleo Importado (barris)	125.354.501	159.946.870	133.135.804	133.438.254	147.245.182	144.466.498	141.463.840	0,92
Importação de Petróleo (m ³)	19.958.480	26.912.603	21.974.140	20.908.120	25.379.663	23.722.129	22.816.759	-3,82
Importação de Petróleo (barris)	125.535.296	169.275.492	138.213.440	131.508.359	159.633.574	149.207.982	143.513.364	-3,82
Preço médio do barril de petróleo importado	30,38	39,98	55,85	68,57	74,72	108,68	63,88	-41,22
Importação de Gás Natural (10 ³ m ³)	5.946.859	8.086.095	8.997.552	9.788.751	10.333.337	11.347.898	8.558.914	-24,58
Importação de Derivados de Petróleo (m ³)	13.139.403	11.744.402	10.921.636	13.501.297	15.959.523	17.913.741	15.936.725	-11,04
Exportação de Petróleo (m ³)	14.030.030	13.394.922	15.928.979	21.357.707	24.454.189	25.137.510	30.503.055	21,34
Exportação de Petróleo (barris)	88.246.396	84.251.682	100.190.450	134.336.184	153.812.509	158.110.477	191.858.801	21,34
Exportação de Derivados de Petróleo (m ³)	15.008.891	15.796.237	15.990.997	16.774.766	17.647.877	15.986.371	15.161.898	-5,16
Consumo Aparente (10 ⁹ barris)	592.090	622.136	631.204	636.799	664.123	698.123	699.038	-0,01
Vendas, pelas distribuidoras - Óleo Diesel (+ B2 a partir de 2005) m ³	36.853.254	39.225.675	39.167.155	39.008.397	41.558.180	44.763.952	44.298.463	-1,04
Vendas, pelas distribuidoras – GLP (m ³)	11.436.087	11.708.158	11.638.591	11.783.131	12.034.181	12.259.206	12.113.185	-1,19
Vendas, pelas distribuidoras - Gasolina C (m ³)	21.790.653	23.173.879	23.553.490	24.007.633	24.325.449	25.174.783	25.409.090	0,93
Vendas, pelas distribuidoras - Óleo Combustível (m ³)	6.200.356	5.412.332	5.237.225	5.126.619	5.525.058	5.171.686	5.003.973	-3,24

Fonte: ANP

3 – ESTUDOS E SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA APLICADOS À PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL.

3.1 – ASPECTOS GERAIS

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem como uma de suas atribuições a função de promover estudos e levantamentos geológicos, geofísicos e geoquímicos no sentido de elevar o conhecimento sobre o potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras. Para este fim, elabora projetos, licita, contrata e fiscaliza a execução desses estudos e levantamentos necessários ao cumprimento das atividades previstas nos incisos II e III do art. 8º Lei 9.478/97.

Grande parte das bacias sedimentares brasileiras (em terra) não tem seu potencial petrolífero devidamente avaliado devido à escassez de dados, o que inviabiliza a atração de novos investimentos. A aquisição de novos dados, nesses casos, permitirá que estudos revelem informações mais detalhadas sobre os potenciais sistemas petrolíferos de diversas bacias sedimentares. Informações essas que, ajudando a desvendar o potencial exploratório de vastas áreas do território brasileiro, poderão permitir inclusão de novos blocos nas futuras rodadas de licitações.

A renovação do conhecimento de bacias sedimentares brasileiras e a abertura de novas fronteiras exploratórias são as chaves para a descoberta de novas acumulações que irão repor/incrementar as reservas de petróleo e gás natural.

Para fazer frente a este desafio, estão sendo realizados trabalhos de planejamento e execução de projetos relacionados ao Plano Plurianual de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica, os quais estão incluídos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com o intuito de organizar a sequência dos serviços a serem executados, de modo a garantir recursos e a continuidade dos projetos voltados para a inserção das bacias sedimentares terrestres no cenário petrolífero brasileiro.

3.2 – ESTUDOS PREPARATIVOS PARA A DÉCIMA PRIMEIRA RODADA DE LICITAÇÃO

A ANP através da SDB em 2009 promoveu estudos nas bacias sedimentares brasileiras com vista à rodada de licitação, entretanto como não houve a realização da rodada, dados sobre esse estudo não podem ser divulgados, devido à sua confidencialidade.

3.3 – ESTUDOS EM BACIAS SEDIMENTARES

3.3.1 – Projetos em andamento

Em 2009 a ANP, no que tange à aquisição de novos dados, informações e a realização de estudos de geologia e geofísica, obteve os seguintes resultados:

Bacia do São Francisco

Foi contratado em dezembro de 2008 o levantamento sísmico da Bacia do São Francisco - Porção Norte (Bahia), projeto que tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados de aquisição e processamento de 1.450km lineares de sísmica de reflexão bidimensional terrestre, com gravimetria terrestre associada. Até 31/12/2009, foram levantados 938 km (65%) dos 1.450 km.

Bacia do Acre

Foram adquiridos 103.000 km lineares do Aerolevantamento - Aquisição de dados gravimétricos e magnetométricos nas bacias do Acre, Madre de Deus e Sul da Bacia de Solimões. Falta ainda o processamento dos dados adquiridos.

Bacia do Parecis

Foi contratado em dezembro de 2008 o levantamento sísmico da Bacia de Parecis (Mato Grosso), projeto que tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados de aquisição e processamento de 1.500km lineares de sísmica de reflexão bi-

dimensional terrestre, com gravimetria terrestre associada. Até dezembro de 2009, foram adquiridos 275 km (18,3%) dos 1.500 km de sísmica.

Bacia do Parnaíba

Nessa Bacia existem dois projetos em andamento:

Levantamento Sísmico - Bacia do Parnaíba (Piauí) , no qual o relatório final está em análise.

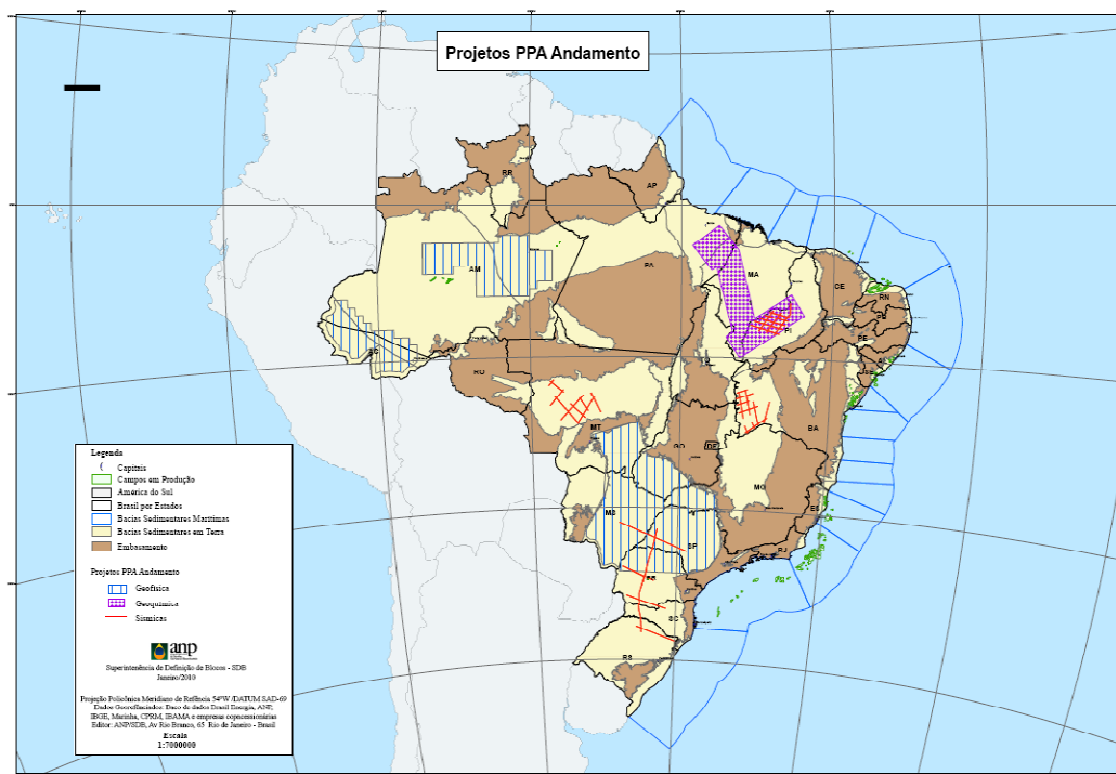
Levantamento geoquímico - Bacia do Parnaíba – Nesse projeto foram coletadas 5.000 amostras de solo para análises laboratoriais e interpretação de dados geoquímicos. Aguarda-se relatório final.

Bacia do Paraná

Em 2009 foram levantados 117.000 km (73%) dos 160.000 km até 31/12/09 do projeto Aerolevantamento - Aquisição de dados gravimétricos e magnetométricos na Bacia do Paraná.

Além disso, foram levantados 145 km (4,5%) do projeto de levantamento sísmico em escala regional na Bacia do Paraná. Esse projeto tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados de aquisição e processamento de 2.155km lineares de sísmica de reflexão bidimensional terrestre, com gravimetria terrestre associada.

Figura 3.1 – Projetos em andamento.



Fonte: SDB/ANP

3.3.2 – Projetos concluídos em 2009

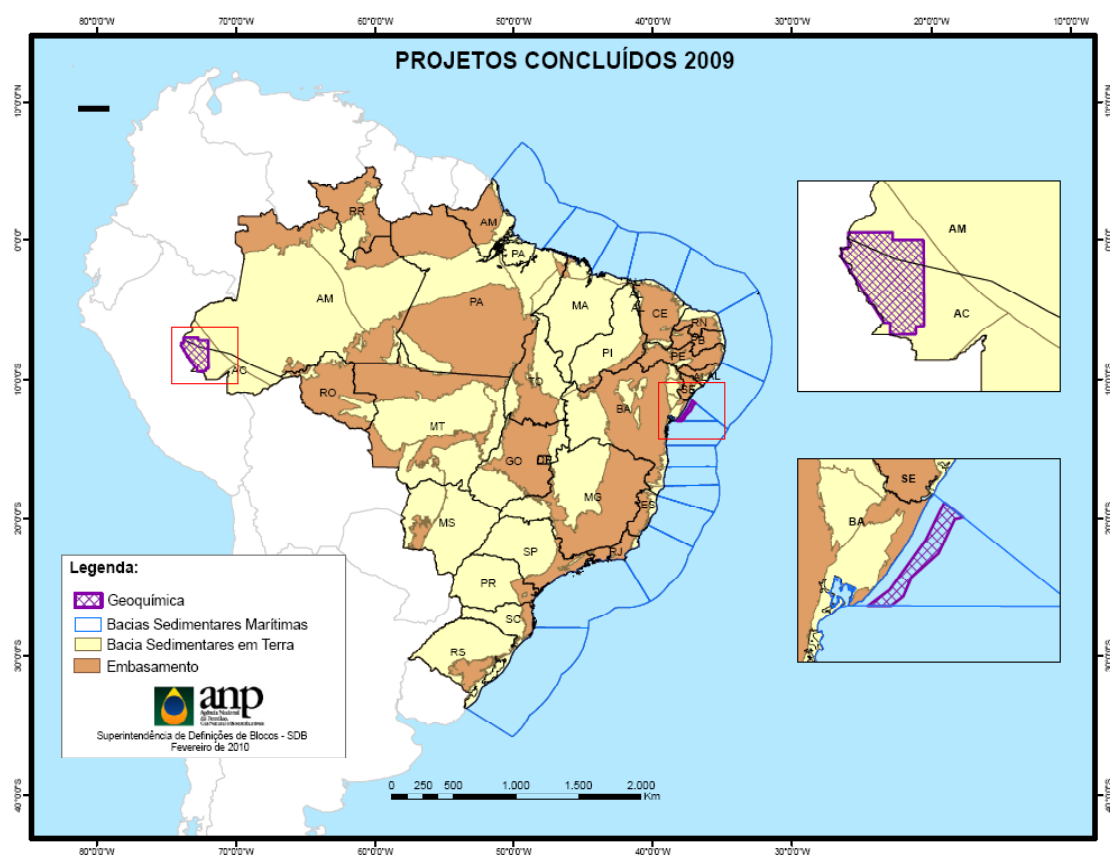
Bacia do Acre

Em 2009 foi finalizado o Levantamento Geoquímico - Bacia do Acre. Nesse levantamento foram adquiridas 2.000 amostras para análises geoquímicas, cobrindo uma área de 31.000km².

Bacia do Jacuípe

Em 2009 foi concluído o Levantamento Geoquímico - Assoalho Oceânico Bacia do Jacuípe (Bahia), projeto que tem por objeto a aquisição de dados geoquímicos em amostras de assoalho oceânico na Bacia de Jacuípe, visando identificar e caracterizar a presença de sistema(s) petrolífero(s) na bacia, através da detecção de exsudações e/ou microexsudações de óleo e gás em 1000 testemunhos do tipo *piston core*.

Figura 3.2 – Projetos concluídos.



Fonte: SDB/ANP

4 – GESTÃO DO ACERVO DE INFORMAÇÕES DAS BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS

4.1 – ADMINISTRAÇÃO DO BDEP

Para receber e organizar o acervo de dados e informações transferidos, a ANP, por intermédio da sua Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos (SDT), implantou, em maio de 2000, o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP). Na sua primeira etapa de viabilização, instalou-se nesse Banco de Dados o Centro de Sísmica e Poços, cuja concepção e modelo foram discutidos com a indústria do petróleo, através de um comitê de gerenciamento coordenado pela ANP. Desse comitê participaram empresas de petróleo, de consultoria e de serviços, além de várias instituições universitárias.

No ano de 2009, continuaram os esforços no sentido de implantação do Banco de Rochas e Fluidos, mas que ainda esbarra na obtenção de uma área que viesse atender ao tamanho mínimo necessário. Trata-se de um importante projeto para a ANP, tanto em termos institucionais como para o país, já que viria e reunir num só espaço as amostras de testemunho e outros materiais, um inestimável acervo, hoje em poder da Petrobrás e algumas empresas privadas, e possibilitar um acesso mais fácil para o estudo deste material na geração de conhecimento e sendo possível, de riquezas, além de mais uma vez dar cumprimento a lei que criou a ANP.

4.2 – INFORMAÇÕES TÉCNICAS SOBRE A GESTÃO DO ACERVO DE DADOS

Até dezembro de 2009, o carregamento de dados geofísicos no Sistema de gerenciamento de dados do BDEP (chamado Petrobank) era realizado através da utilização de fitas de dados, acessadas por um sistema automatizado contendo aproximadamente 133 GB cada uma. A partir de dezembro de 2008, o acervo de dados sísmicos pós-empilhamento foi transferido para um *storage*, de forma gradual, e que atualmente corresponde a 12,77 terabytes.

O acervo contabiliza, também, 215.198 fitas com dados pré-empilhamento correspondentes a 2,0522 petabytes, 24.847 dados de poços carregados, sendo 21.407 poços com perfis; 7.079 com perfis compostos, 17.881 pastas de poços e 339 programas de métodos potenciais (gravimétricos e magnetométricos, dentre outros). Nesses totais estão incluídos dados de poços e dados sísmicos adquiridos por empresas de serviços e companhias concessionárias.

Tabela 4.1 – Evolução do Acervo de Dados do BDEP em 2009

	Até 12/2008	Até 12/2009	Acréscimo %
Sísmica pós-stack - Terabytes	12,43	12,77	2,73
Sísmica pré-stack - Petabytes	2,015	2,0522	1,85
Poços com perfis	20.965	21.407	2,11
Perfis compostos	6.364	7.079	11,23
Métodos potenciais- programas	320	339	5,94

Fonte: Relatórios BDEP-SDT- jan-dez/2009

No ano de 2009 foram outorgadas 12 autorizações novas, seja para aquisição de dados geofísicos, para reproprocessamento de dados sísmicos 2D e 3D. Também foram emitidos 11 despachos, concedendo prorrogações de autorização, para acréscimo de áreas e novas tecnologias.

4.3 – EVOLUÇÃO DO ACERVO TÉCNICO

Outra importante atividade da Superintendência é o atendimento a consultas do acervo do Arquivo Técnico, onde estão todos os documentos relativos aos contratos de concessão e relatórios referentes aos poços perfurados, levantamentos geofísicos e estudos geológicos.

O número de documentos recebidos pelo Arquivo Técnico tem evoluído em 2006 5.468, em 2007 5.127, em 2008 5.717 e 2009 8.719. A grande diferença na quantidade de documentos recebidos pelo arquivo técnico deve-se primeiramente ao aumento das

atividades de exploração e produção, crescimento que deve ser ainda maior nos próximos anos, assim como um trabalho junto a outras superintendências para a transferência de massas documentais para o arquivo técnico

4.3.1 – Gestão administrativa do BDEP

4.3.1.1 – Iniciativas Implementadas

Foi realizada uma nova licitação em 2009 para aquisição de novos computadores com arquitetura atualizada, e foi concluído o processo para aquisição de novos drives de fitas 3590/3592, para um maior desempenho dos projetos em curso como remaster e análise.

4.3.1.2 – Convenio CPRM – Serviço Geológico do Brasil

Em relação ao convênio com a CPRM para gestão do BDEP, cabe acrescentar a sua renovação em dezembro de 2009, dando continuidade ao convênio iniciado em dezembro de 2006, com vigência prorrogável por até cinco anos. Foi alterada a estrutura administrativa com a nomeação do assessor da SDT como Gestor do Convênio, como forma de aprimorar o controle e a atuação da ANP junto ao BDEP.

Ao longo de 2009, foi realizada a transferência do contrato de prestação de serviços de apoio, antes sob responsabilidade da CPRM, para gestão direta da ANP.

4.4 – GEOPROCESSAMENTO

Foram os seguintes trabalhos realizados pela equipe de geoprocessamento da SDT-ANP. Cabe esclarecer que houve um menor número de atividades realizadas em relação a 2008, tendo em vista a não-efetivação da rodada de licitação de blocos em 2009.

Geração de Mapas - 44

Shapes -198

Imagens - 15

Georreferenciamento de imagens - 4

5 – PROMOÇÃO DE LICITAÇÕES

Atualmente, os hidrocarbonetos apresentam em torno de 46% na Oferta Interna de Energia (OIE), expressiva participação na matriz energética nacional. A continuidade das atividades exploratórias e a descoberta de novas reservas têm importância estratégica para garantir, no caso do petróleo, a compensação ao declínio da produção dos atuais campos produtores e, no caso do gás natural, a redução da dependência externa.

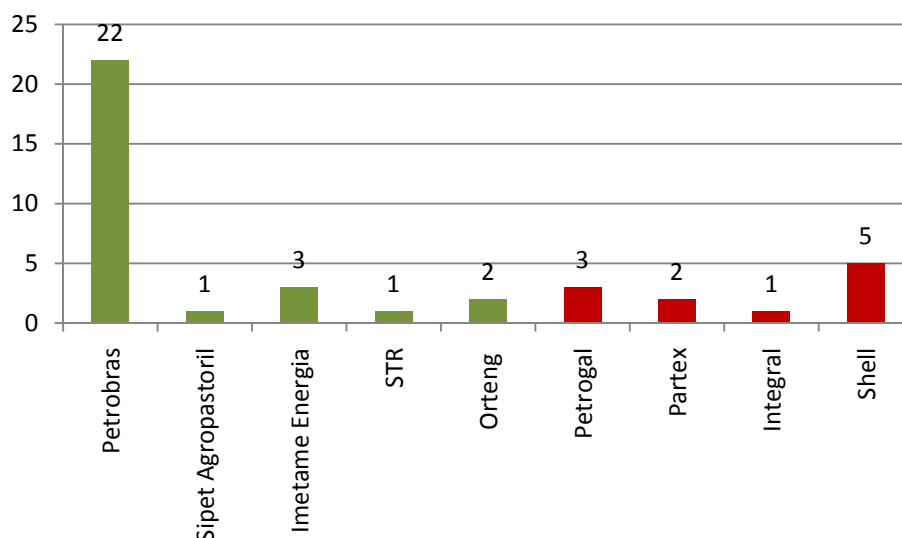
Diante desse contexto, destaca-se a importância das atividades de planejamento, promoção e execução das rodadas de licitações exercidas pela ANP, bem como as relacionadas à Cessão de Direito de áreas já concedidas. Essas atividades encontram-se descritas ao longo deste capítulo, particularmente as relativas ao ano de 2009.

5.1 – ASSINATURAS DOS CONTRATOS DA DÉCIMA RODADA DE LICITAÇÕES DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS

Atendendo à Resolução nº 10 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), publicada no D.O.U. em 18 de setembro de 2008, a ANP realizou, em 2008, a Décima Rodada de Licitações para áreas exploratórias de petróleo e gás natural em bacias de novas fronteiras e bacias maduras, em áreas fora do pré-sal, com os objetivos de promover o conhecimento das bacias sedimentares, de desenvolver a pequena indústria petrolífera e de fixar empresas nacionais e estrangeiras (respectivamente em verde e vermelho no gráfico) no País, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda.

Na licitação, 19 empresas apresentaram ofertas como operadoras. Obtiveram êxito 14 delas com ofertas que totalizaram previsões de R\$ 89,4 milhões em bônus de assinatura e R\$ 611,2 milhões de investimentos mínimos previstos em programas exploratórios. Entretanto, apenas nove das 14 empresas vencedoras assinaram o Contrato de Concessão, das quais cinco brasileiras. A cerimônia de assinatura dos contratos foi realizada nos dias 30 de abril e 30 de junho de 2009, com a participação dos agentes interessados e da ANP.

Gráfico 5.1 – Empresas que assinaram o respectivo Contrato de Concessão.



Fonte: SPL/ANP, 2009.

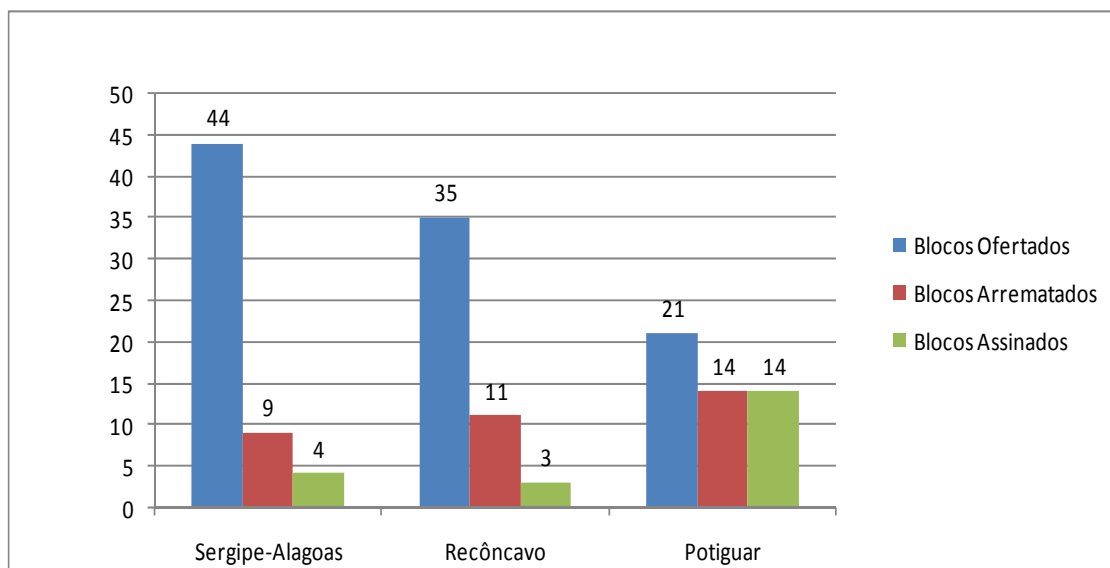
Em números agregados, dos 130 blocos ofertados na rodada, 54 foram arrematados e 40 assinados. Esses contratos assinados representaram a arrecadação de R\$ 80,2 milhões em bônus de assinatura e o comprometimento de investimentos exploratórios mínimos de R\$ 553,9 milhões.

Na assinatura dos contratos da Décima Rodada foram recebidas, analisadas, conferidas e cadastradas pela área econômica 33 garantias, referente aos 40 contratos assinados. Estas se dividiram em 21 apólices de seguro-garantia, 11 cartas de crédito e um contrato de penhor de óleo assinado entre a ANP e a Petrobrás referente a 27 contratos.

5.1.1 – Assinaturas dos contratos em bacias maduras

No modelo exploratório de Bacias maduras, dos 100 blocos oferecidos, 34 foram arrematados e 21 assinados, dos quais 14 em Potiguar, três no Recôncavo e quatro em Sergipe-Alagoas.

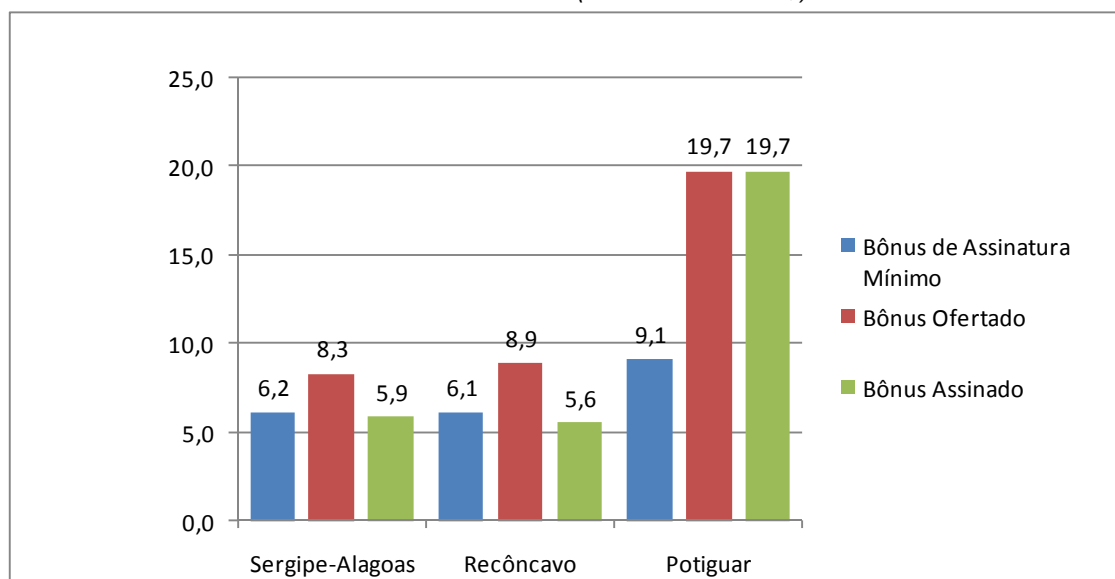
Gráfico 5.2 – Blocos ofertados x blocos arrematados x blocos assinados em áreas de Bacias Maduras.



Fonte: SPL/ANP, 2009.

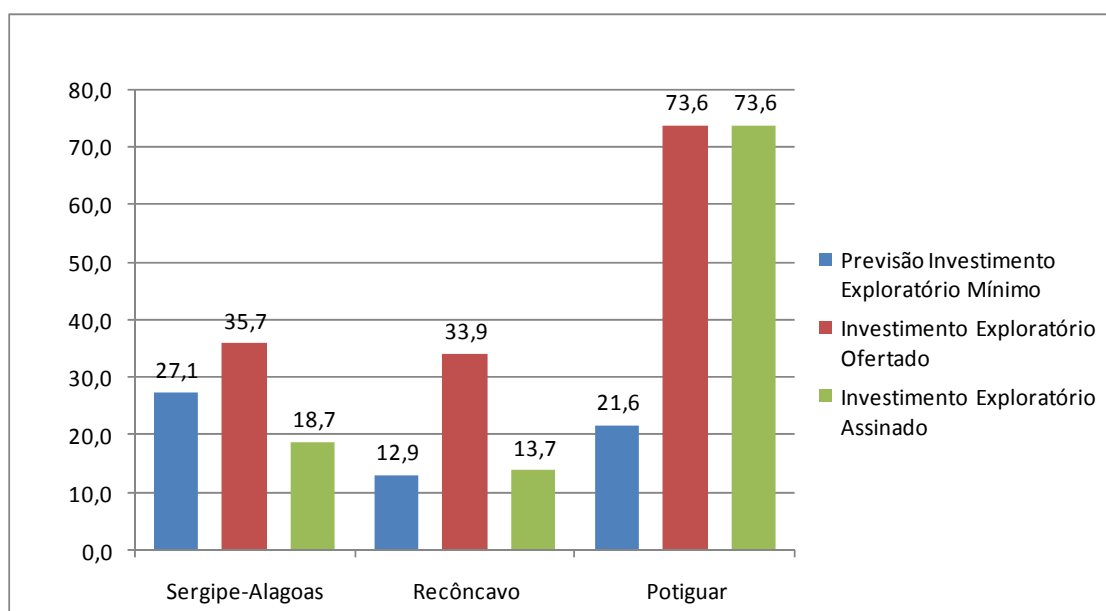
Os blocos assinados nas áreas de Bacias Maduras somaram bônus de R\$ 31,2 milhões e uma previsão de R\$ 105,9 milhões em investimentos mínimos durante a fase de exploração. Os Gráficos 3 e 4 comparam, respectivamente, os Bônus de Assinatura e os Programas Exploratórios Mínimos, previstos em edital, ofertados e assinados.

Gráfico 5.3 – Bônus de assinatura mínimo x bônus ofertado x bônus arrecadado com a assinatura dos contratos em áreas de Bacias Maduras (em milhões de R\$).



Fonte: SPL/ANP, 2009.

Gráfico 5.4 – Programa Exploratório Mínimo x Programa Exploratório Mínimo ofertado x Programa Exploratório Mínimo a ser investido com a assinatura dos contratos em áreas de Bacias Maduras (em milhões de R\$).

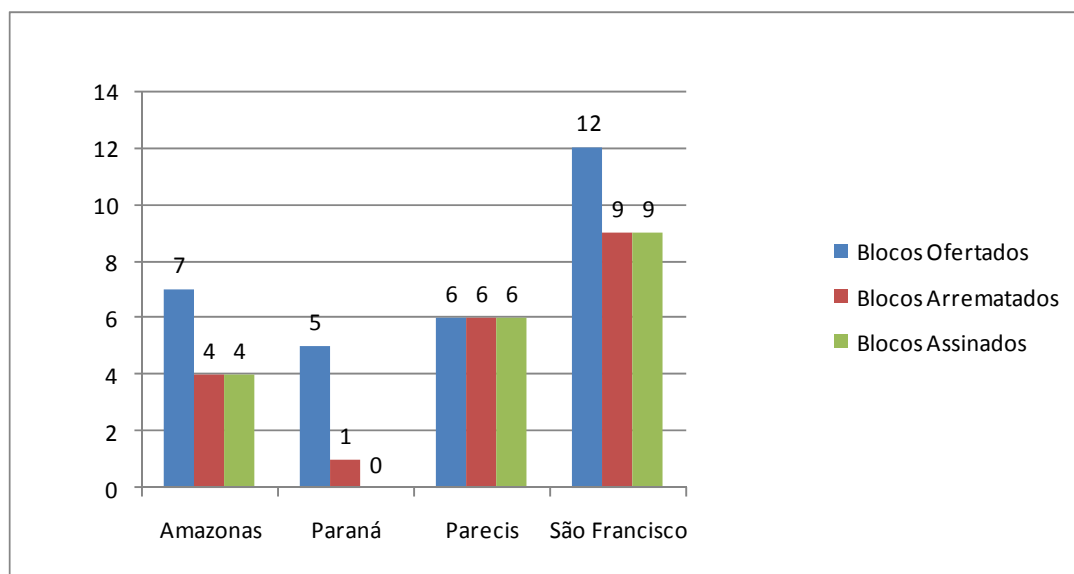


Fonte: SPL/ANP, 2009.

5.1.2 – Assinaturas dos contratos em bacias de novas fronteiras

No modelo exploratório de Novas Fronteiras, dos 30 blocos oferecidos, 20 foram arrematados e 19 assinados, dos quais 4 no Amazonas, 6 em Parecis, 9 em São Francisco e nenhum na Bacia do Paraná.

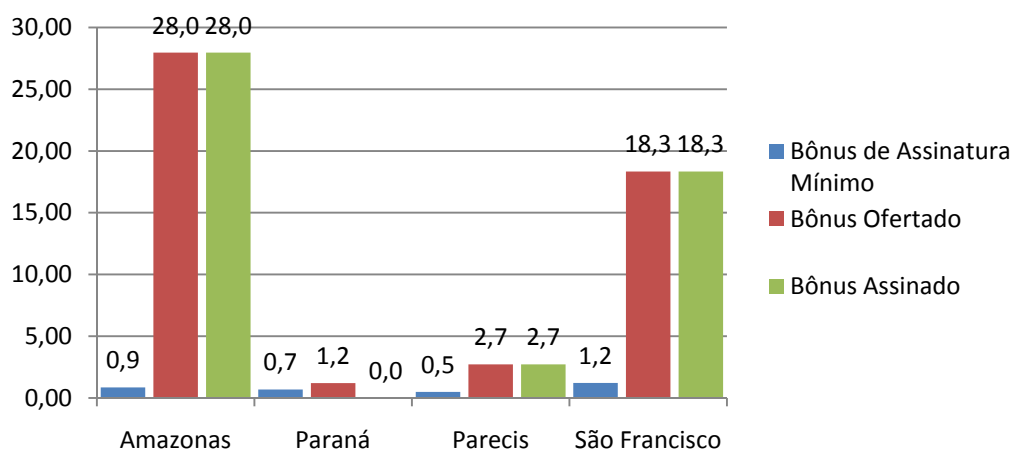
Gráfico 5.5 – Blocos ofertados x blocos arrematados x blocos assinados em áreas de Novas Fronteiras.



Fonte: SPL/ANP, 2009.

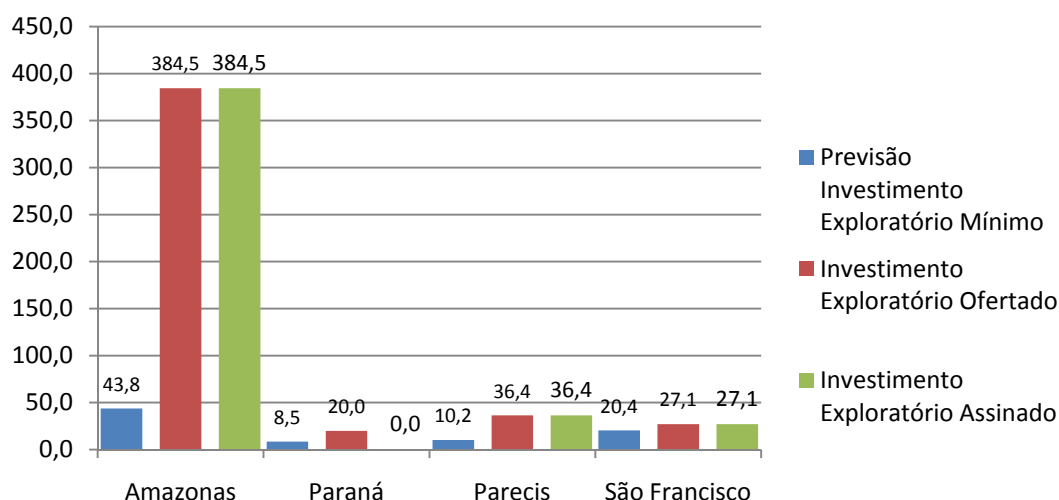
Os blocos assinados nas áreas de Bacias de Novas Fronteiras somaram bônus de R\$ 49,0 milhões e uma previsão de R\$ 448,0 milhões em investimentos mínimos durante a fase de exploração. Os Gráficos 6 e 7 comparam, respectivamente, os Bônus de Assinatura e os Programas Exploratórios Mínimos, previstos em Edital, ofertados e assinados.

Gráfico 5.6 – Bônus de assinatura mínimo x bônus ofertado x bônus arrecadado com a assinatura dos contratos em áreas de Bacias de Novas Fronteiras (em milhões de R\$).



Fonte: SPL/ANP, 2009.

Gráfico 5.7 – Programa Exploratório Mínimo x Programa Exploratório Mínimo ofertado x Programa Exploratório Mínimo a ser investido com a assinatura dos contratos em áreas de Bacias de Novas Fronteiras (em milhões de R\$).



Fonte: SPL/ANP, 2009.

Finalmente, antes de qualquer Rodada de Licitações, as empresas que se candidatam a participar dos leilões de oferta devem apresentar garantias de oferta. Esse instrumento permite que a ANP receba valores em dinheiro em caso de desistência da assinatura dos contratos dos blocos adquiridos.

Em função da prorrogação da data de assinatura dos contratos, do dia 30/04/2009 para 30/06/2009, as empresas que optaram por assinar na segunda data tiveram que prorrogar as apólices de garantia de oferta, que inicialmente tinham o prazo de vencimento em 16/06/2009. Desse modo, 23 apólices de garantia de oferta foram entregues em substituição ou prorrogação com data de vencimento em 30/08/2009. Essas novas apólices foram recebidas, analisadas e cadastradas no Sistema de Apuração de Ofertas (SAOF) pela ANP.

Em 2009, por ocasião da assinatura dos contratos, 19 empresas garantiram as suas ofertas pelos blocos arrematados na Décima Rodada, apresentando para os 54 blocos as garantias necessárias, as quais foram retidas até a data de assinatura dos respectivos contratos.

As garantias de oferta são executadas no seu valor integral quando as empresas vencedoras não assinam os contratos de concessão, podendo a empresa optar pelo pagamento desse valor diretamente à União. Na Décima Rodada, 14 blocos arrematados não foram assinados. Em 11 desses blocos, as empresas garantidoras realizaram o pagamento direto à União (por meio de GRU), não sendo, portanto, executadas. Em dois outros casos, o processo de execução foi iniciado, mas suspenso após o pagamento. Há, ainda, um contrato não assinado cujo processo de execução está em andamento.

5.2 – APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DAS RODADAS DE LICITAÇÕES

Diante do quadro de evolução e perspectivas futuras otimistas para o setor de petróleo e gás natural no Brasil, aliado à participação de um número cada vez maior de empresas nas rodadas de licitações, faz-se necessário o aprimoramento constante do processo licitatório. Essas melhorias têm por objetivo principal tornar o processo licitatório mais eficiente e transparente.

Nesse sentido, a Diretoria Colegiada da ANP decidiu criar um Grupo de Trabalho para revisar e aprimorar os termos dos Editais e Contratos de Concessão relativos a blocos exploratórios e áreas inativas com acumulações marginais.

Em outubro de 2009, esse trabalho foi complementado pela finalização de doze notas técnicas, que apresentam as metodologias que fundamentam os parâmetros da minuta do edital.

5.3 – DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL

Com a digitalização dos Processos Administrativos referentes às Rodadas de Licitações e à habilitação de empresas e dos Contratos de Concessão e de seus respectivos Processos Administrativos, a ANP busca aumentar o nível de segurança dos arquivos reduzindo os riscos de adulteração, deterioração ou consulta não-autorizada, diminuir os riscos de dano físico aos documentos, além de otimizar o processo de remessa de cópias para órgãos externos de controle (Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União).

Iniciado em abril de 2009, o projeto tem se intensificado mês a mês. Concluiu-se a digitalização de todos os processos administrativos referentes às Rodadas de Licitações realizadas pela ANP, bem como dos processos relativos aos Contratos de Concessão da Nona e da Décima Rodadas, além de diversos outros documentos, superando a marca de 100.000 páginas digitalizadas no ano.

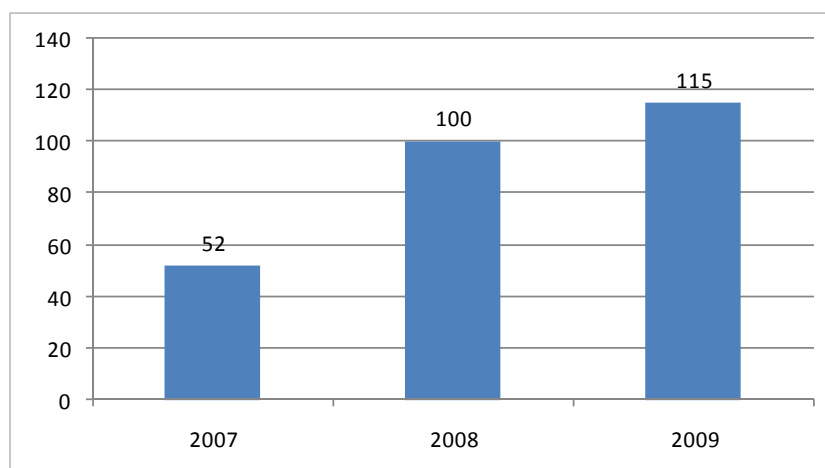
5.4 – CESSÃO DE DIREITOS

Compete à ANP verificar se as empresas cessionárias estão qualificadas ou com a documentação de qualificação atualizada para a Rodada na qual pretendem assumir direitos. Caso não estejam, a ANP realiza a qualificação ou a atualização dos documentos das empresas, baseando-se nos critérios estipulados no edital da Rodada em questão.

O processo de Cessão de Direitos, previsto em lei, é um instrumento de acesso adicional das empresas às concessões para exploração e produção de petróleo no Brasil. Visto que na Décima Rodada de Licitações, realizada em 2008, não foram ofertados blocos marítimos, e no ano de 2009, pela primeira vez desde a criação da ANP, não houve Rodada de Licitações, este instituto tem sido muito utilizado pelo mercado.

Em 2009, 115 blocos foram objetos de qualificação para cessão de direitos. Destes, 106 foram concluídas e nove encontram-se pendentes aguardando o envio de documentação adicional. De 2007 a 2008, o número de solicitações de cessão de direitos aumentou em 92,3%. De 2008 a 2009, o acréscimo foi de 16%, como observado no Gráfico 9.

Gráfico 5.8 – Histórico das cessões solicitadas (qualificações das cessionárias).



Fonte: SPL/ANP, 2009.

6 – EXPLORAÇÃO

A gestão dos Contratos de Concessão na Fase de Exploração é responsabilidade da Superintendência de Exploração (SEP).

Ao final de 2008, havia 264 contratos ativos na fase exploratória, aos quais correspondiam 445 blocos. A diferença entre o número de blocos devolvidos e a quantidade de novos contratos assinados em virtude da 10ª Rodada não provocou grandes alterações no quantitativo geral de contratos sob responsabilidade da SEP. Houve queda no número de blocos, de 445 para 406, devido ao fato de que na 10ª Rodada cada contrato contempla apenas um bloco. No gráfico abaixo se observa a estabilização do número de contratos nos últimos quatro anos e a tendência de queda do número de blocos.

Desta forma, ao final de 2009 havia 273 contratos ativos em fase de exploração, os quais abrangiam 406 blocos exploratórios. O único contrato oriundo da Rodada Zero, ativo no ano anterior, teve sua Fase de Exploração encerrada, restando de sua área sob concessão apenas os campos de Manati e Camarão Norte. Os blocos licitados na 8ª Rodada continuam *sub judice*. Entre os meses de abril e junho de 2009, foram assinados quarenta contratos relativos à 10ª Rodada de Licitações.

Tabela 6.1 – Relação de Contratos Vigentes e Blocos sob Concessão em 31/12/2009

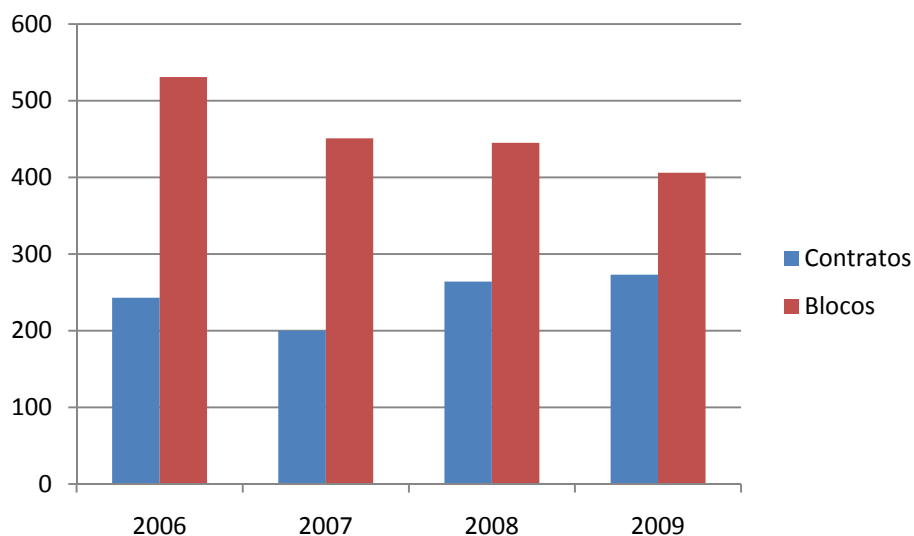
Rodada	Contratos Vigentes	Blocos sob Concessão
0	-	-
1	1	1
2	7	7
3	14	14
4	16	16
5	9	26
6	27	61
7	58	135
8	-	-
9	101	106
10	40	40
Total	273	406

Fonte: ANP/SEP/SIGEP

Permanecem em atividade, na Fase de Avaliação, dois Contratos de Áreas de Acumulação Marginal, cujas ações relacionam-se a reabilitação de poços e avaliação, não

sendo propriamente exploratórias. Por este motivo, na Reunião de Diretoria nº 526 de 02/06/2009, ficou estabelecido que tais Contratos passassem da égide da SEP para a da SDP. Devido a esses fatos, os Contratos de Áreas de Acumulação Marginal não foram contabilizados no presente levantamento.

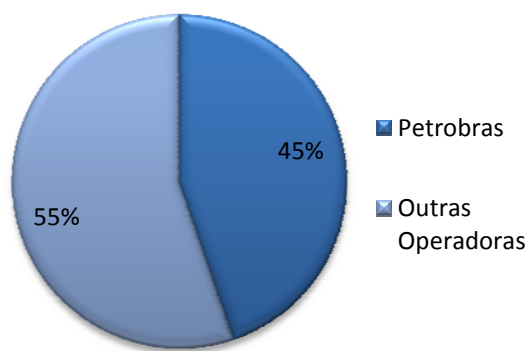
Gráfico 6.1 – Evolução anual do número de Contratos e Blocos Vigentes



FONTE: ANP/SEP/SIGEP

Dos 273 contratos ativos e assinados, 124 eram operados pela Petrobras. Outras 45 empresas nacionais e estrangeiras operavam os 149 contratos restantes.

Gráfico 6.2 – Distribuição, por Operadores, de Contratos em fase exploratória em 2009



Fonte: ANP/SEP/SIGEP

Dentre os contratos em fase exploratória, foram apresentados 37 novos Planos de Avaliação de Descoberta (PAD) à SEP em 2009. Em 31/12/2009, havia 58 planos ativos. Houve 23 Declarações de Comercialidade no período, sendo 13 de novos campos e 10 propondo anexação a campos pré-existentes. Foram registradas 131 Notificações de Descoberta, distribuídas conforme o quadro abaixo. Pode haver mais de uma notificação por poço, conforme vão se caracterizando os indícios com o avanço da perfuração.

Tabela 6.2 – Notificações de Descoberta em 2009 por bacia e ambiente

Bacia	Terrestre	Marítimo	Total
Alagoas	3	-	3
Almada	-	1	1
Barreirinhas	-	1	1
Camamu	-	2	2
Campos	-	17	17
Espírito Santo	25	5	30
Jequitinhonha	-	1	1
Mucuri	1	-	1
Potiguar	27	3	30
Recôncavo	9	-	9
Santos	-	20	20
Sergipe	16	-	16
Total	81	50	131

Fonte: ANP/SEP/SIGEP

A perfuração de 141 novos poços exploratórios foi iniciada em 2009, sendo 78 terrestres e 63 marítimos. No mesmo período, outros 128 poços exploratórios foram concluídos, sendo 67 em terra e 61 no mar.

Tabela 6.3 – Poços exploratórios iniciados em 2009 por categoria⁶

Código	Categoria	Terrestre	Marítimo
1	Pioneiro	32	34
2	Estratigráfico	-	1
3	Extensão	25	11
4	Pioneiro adjacente	18	8
5	Jazida mais rasa	2	1
6	Jazida mais profunda	1	6
9	Especial*	0	2
	Total	78	63

Fonte: ANP/SEP/SIGEP

Vale observar que o poço estratigráfico marítimo perfurado em 18/12/2009, denominado 2-ANP-1-RJS, refere-se a trabalho no pré-sal da Bacia de Santos e tem como objetivo a coleta de informações geológicas que permitirão maior compreensão daqueles reservatórios.

Os destaques entre as atividades exploratórias de 2009 foram:

- Início da produção no pré-sal da Bacia de Santos, através do Teste de Longa Duração (TLD) no poço 3-BRSA-496-RJS;
- Descobertas em poços do pré-sal na Bacia de Santos, com bons resultados em testes de formação;
- Resultados pouco expressivos em alguns poços no pré-sal da Bacia de Santos, que podem fomentar levantamentos sísmicos mais apurados e maiores estudos sobre sistema petrolífero da região;
- Retomada das perfurações na porção marítima da Bacia de Barreirinhas, porém, com dois poços sem descoberta;
- Descobertas no play carbonático pós-sal na Bacia de Campos – Fm. Macaé, albiano;
- Descobertas no sul da Bacia de Campos por operador nacional;
- Descobertas na Bacia Potiguar com realização de TLDs com bons resultados;

⁶ Foram considerados apenas poços especiais de caráter exploratório

- Avaliação de poços na Bacia de Mucuri, os quais não resultaram em Declaração de Comercialidade;
- Início de poços para a seção pré-sal na Bacia de Jequitinhonha.

Os levantamentos exclusivos de gravimetria e magnetometria somaram mais de 36.350 km de linhas de levantamento em 2009. Em referência aos levantamentos sísmicos exclusivos, no ano de 2009 foram realizados sete programas 2D, totalizando aproximadamente 5795 km e 20 programas 3D convencional, totalizando aproximadamente 13.030 km². Foram iniciados três levantamentos sísmicos do tipo OBC (*Ocean Bottom Cable*). A tabela abaixo mostra a distribuição dos levantamentos entre os ambientes terrestre e marinho.

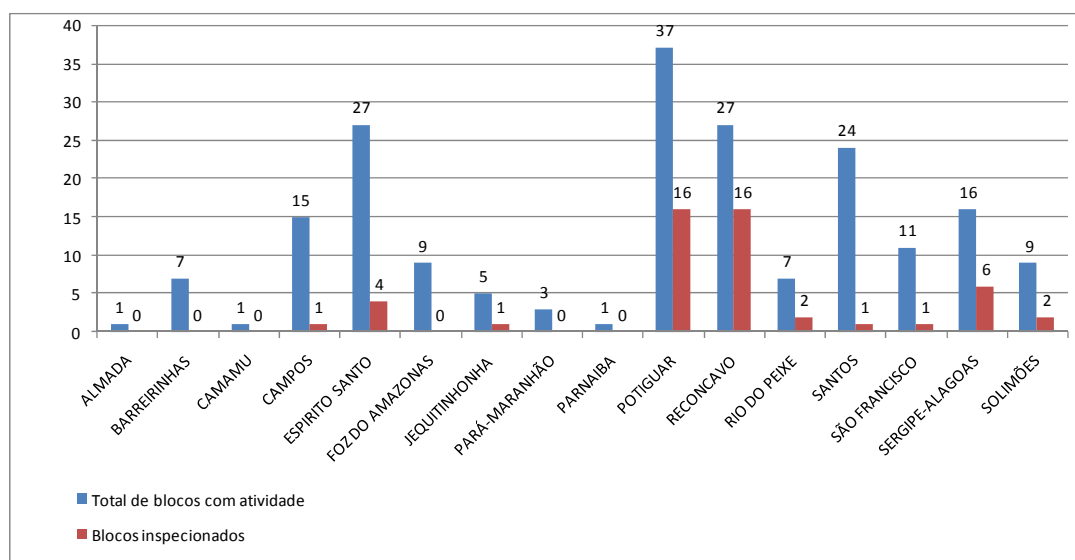
Tabela 6.4 – Levantamentos sísmicos executados em 2009 por categoria

	Terra	Mar	Total
Sísmica 2D	4.414,08 km	2.003,73 km	6.417,81 km ⁷
Sísmica 3D Convencional	1.714,96 km ²	11.315,29 km ²	13.030,25 km ² *
Sísmica 3D / OBC	-	569,00 km ²	569,00 km ² ⁸

Fonte: SIGEP

Dentre os 406 blocos exploratórios geridos pela SEP, 200 blocos apresentaram, ao longo de 2009, atividades de campo passíveis de serem fiscalizadas *in loco*, tais como: campanhas de geoquímica e aquisição sísmica, perfuração de poços exploratórios, TLDs, dentre outras. Estes 200 blocos estão distribuídos por 16 bacias sedimentares. Desse total, a SEP inspecionou 50 blocos, ou seja, 25% dos blocos com atividades em campo, atingindo a meta para 2009 de 20% dos blocos com atividade. Os blocos fiscalizados pertencem a 14 diferentes operadores, de um total de 29 operadores com atividades de campo no ano, o que representa praticamente 50% dos operadores com ações de campo submetidos à fiscalização. Dentre as 16 bacias sedimentares com atividade, citadas anteriormente, 10 bacias foram alvo de inspeções.

Gráfico 6.3 – Blocos com atividade em 2009 versus blocos inspecionados.



Fonte: ANP/SEP

Dos 200 blocos com atividade no ano, 69 são marítimos. Destes, apenas quatro foram inspecionados, o que mostra uma concentração de fiscalização em blocos terrestres.

⁷ Leva em consideração os levantamentos finalizados em 2009 e os levantamentos iniciados em 2009 cujo término está previsto para o início de 2010.

⁸ Levantamentos de longa duração iniciados em 2009.

isso se deve a maior dificuldade logística nas inspeções marítimas que, geralmente, demandam uma programação específica para inspeção de apenas um bloco. Ao contrário, as inspeções a blocos terrestres permitem, numa única viagem, fiscalizar diversos blocos, em mais de uma bacia.

A ANP está buscando resolver a questão, através do levantamento das necessidades, que aponta este e outros problemas concernentes à fiscalização, e como solucioná-los, ao longo de 2010.

Foram analisados em 2009 84 Relatórios de Devolução de Áreas de Concessão, sendo 34 referentes à devolução parcial (34) e 50 referentes à devolução integral (50). Em associação a essas devoluções foram inspecionados no campo, com foco especial em avaliação da parte ambiental (relativa a áreas em devolução e/ou operação), 17 blocos de 11 Contratos, geridos por cinco operadores distintos.

Durante o ano de 2009, foram aprovadas pela Diretoria Colegiada 30 cessões de direito de participação nos Contratos de Concessão geridos pela ANP. Estão ainda em andamento oito processos relativos a pedidos de cessão abertos em 2009 e que se encontram em análise.

No mesmo período, foi iniciada a revisão de conteúdo do Catálogo de E&P, iniciativa que envolveu todas as áreas de atividades atribuídas à SEP. As principais alterações em curso são: novas instruções em virtude do aumento de relatórios enviados pelo operador via i-SIGEP, criação de novos padrões de envio de dados necessários à fiscalização da atividade exploratória, revisão nos formulários enviados via protocolo e melhoria na organização dos temas disponibilizados ao usuário. A publicação do novo conteúdo está planejada para ocorrer no início de 2010.

O Seminário de Estudo Geológico em Campo na Chapada Diamantina, gerenciado pela SEP, foi uma ação extremamente importante, pois se trata de trabalho pioneiro realizado pela primeira vez em onze anos de existência da ANP. Sob a orientação de professor visitante da Universidade Federal da Bahia, um grupo de dezoito geólogos, especialistas em geologia de diversas superintendências da ANP visitaram a Bacia de Irecê, parte meridional da Chapada Diamantina, a qual apresenta rochas análogas as do pré-sal. O estudo representou, ainda, uma economia em termos de treinamento, pois o valor total despendido com o treinamento de 18 servidores correspondeu ao valor de um treinamento internacional para dois servidores.

7 – DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO

A ANP faz a gestão dos contratos de concessão designando a Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP) como coordenadora e fiscalizadora das atividades diretamente ligadas às etapas de desenvolvimento e produção desses contratos.

O controle dos contratos de concessão gera algumas atribuições que incluem a análise e o processamento das informações enviadas pelos concessionários. Dentre os principais documentos ligados aos contratos de concessão, devem ser citados: os Boletins Mensais de Produção (BMP), os Programas Anuais de Trabalho (PAT) e Programas Anuais de Produção (PAP), o Boletim Anual de Reservas (BAR), os Planos de Desenvolvimento (PD), a cessão de direitos de campos, a anexação de áreas a campos, a mudança de limites de campos, a análise dos acordos de individualização da produção, os relatórios de perfuração, completação e abandono, bem como a notificação de perfuração de poços exploratórios.

Os concessionários submetidos aos contratos de concessão devem enviar mensalmente as informações do BMP à ANP, que analisa as informações e envia os dados para o MME. Até 15 de fevereiro, os dados de Reservas de Petróleo e Gás Natural obtidos no BAR são publicados no sítio da ANP na *internet*. Nesse mesmo veículo de divulgação, são publicados os sumários dos PDs, quando aprovados. Por fim, há análise e controle das informações que são fornecidas pelos concessionários, pela área responsável, para divulgação via anuário estatístico.

7.1 – CONTROLE DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

A análise da totalidade dos 357 PAT/PAP, referentes a campos em produção e desenvolvimento enviados em outubro de 2009, e da maioria dos BMPs, que tiveram seu processo mapeado e aprimorado, permitiu melhoria substantiva do controle das atividades de produção de petróleo e gás natural, incluindo forte aumento nas fiscalizações de campo da equipe da SDP.

Tabela 7.1 – Campos em Desenvolvimento ou Produção – 2009

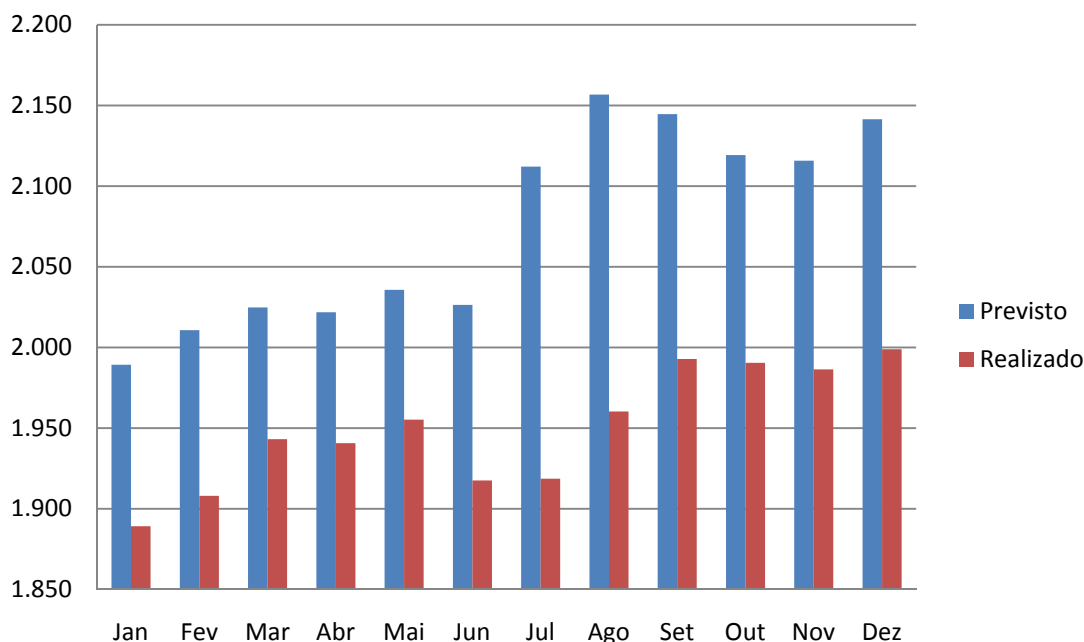
ETAPA	LOCALIZAÇÃO	Nº DE CAMPOS
Desenvolvimento	Mar	35
	Terra	26
Total de campos em desenvolvimento		61
Produção	Mar	80
	Terra	231
Total de campos em produção		311
Total Geral		372

Fonte: ANP/SIGEP

No decorrer do ano de 2009, 25 campos entraram na fase de produção, resultando em um total de 311 campos em produção, enquanto no ano de 2008 havia 286 campos em produção. Contudo, houve uma queda de sete campos em desenvolvimento, passando de 68 campos nesta fase em 2008 para um total de 61, no final do ano de 2009.

A previsão da produção de petróleo para o ano de 2009 atingia uma média diária de produção acima de 2 milhões de barris por dia. Contudo, devido a atrasos no cronograma de início de operação de instalações de produção, a produção não atingiu esse novo patamar. Entretanto, deve-se ressaltar a elevação da média diária de produção com relação ao ano de 2008, saltando de 1,81 milhões de barris por dia para 1,95 milhões de barris por dia.

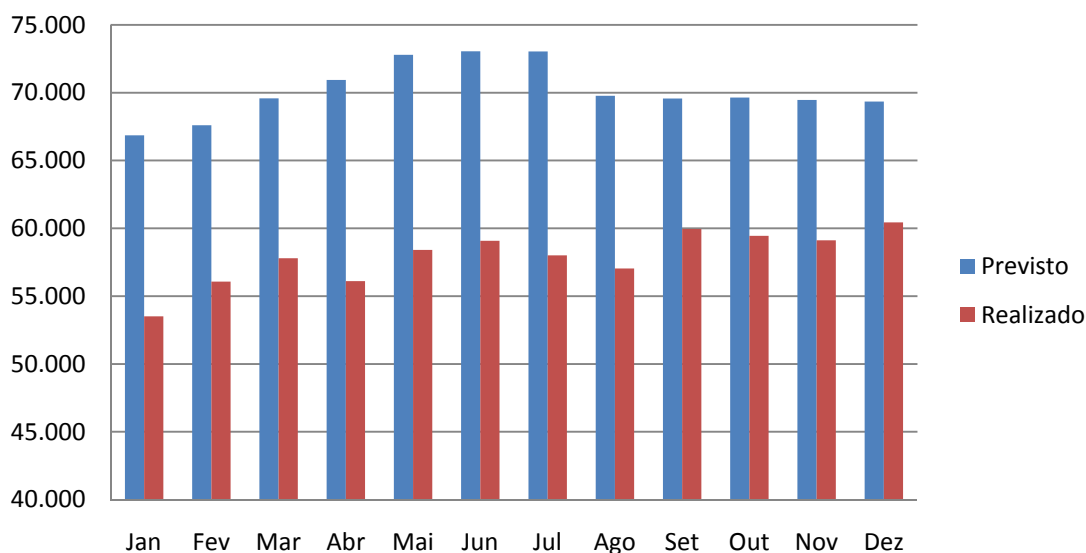
Gráfico 7.1 – Produção de Petróleo em 2009 (Mil bbl/d)



Fonte: ANP/SIGEP

A produção de gás natural no ano de 2009 não manteve o mesmo patamar de produção do ano de 2008. A redução na produção de gás ocorreu principalmente devido à queda na demanda por este recurso energético, ocasionando o fechamento dos poços que produzem gás não-associado e a redução da exportação da produção de campos de gás associado, o que também causou aumento do volume de queima de gás natural. O ano terminou com uma produção na faixa de 60 MMm³/d, abaixo por exemplo, do pico de produção de gás em 2008 que atingiu 62 MMm³/d, além da produção do gás natural manter-se durante todo o ano menor do que a prevista no PAP.

Gráfico 7.2 – Produção de Gás Natural em 2009 (Mil m³/d)



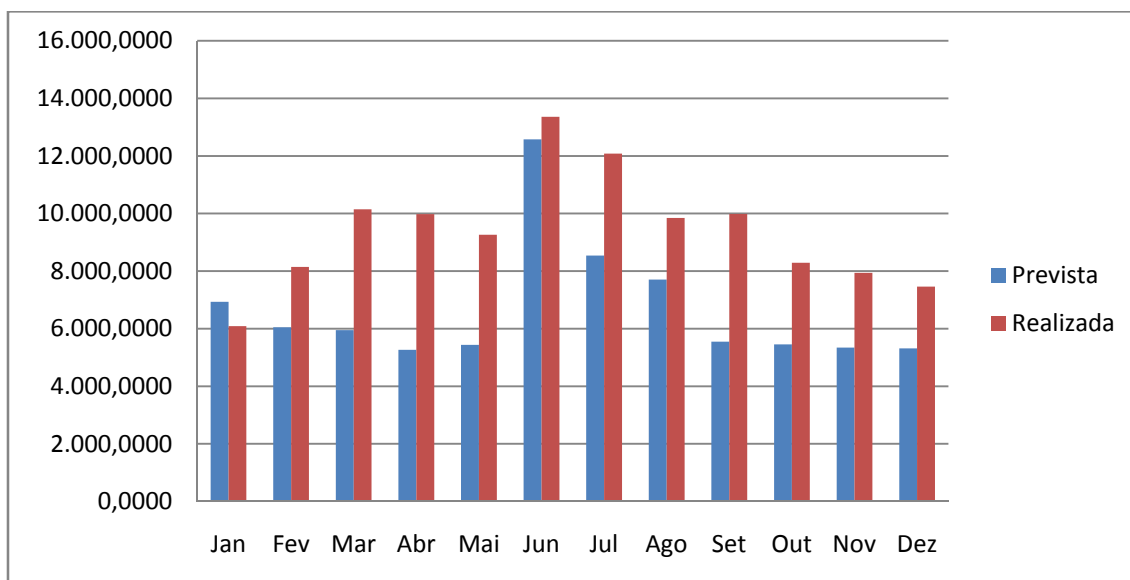
Fonte: ANP/SIGEP

Em relação aos volumes de queima e perda de gás natural durante o ano de 2009, constatou-se um expressivo aumento desses volumes, que ficaram em média na ordem de 9 MMm³/d, chegando a volumes superiores a 13 MMm³/d durante o pico de queima do ano, ocorrido no mês de junho.

Comparando-se o pico de queima ocorrido em 2008 com o pico de queima ocorrido no ano de 2009, vemos que há um acréscimo considerável, sendo o volume pico em 2008 correspondente a 7,5 MMm³/d ocorrido no mês de setembro. O aumento do volume de queima de gás natural foi ocasionado principalmente por quebra de equipamentos compressores, atraso na interligação de gasodutos, paradas programadas para manutenção, aumento inesperado da Razão Gás/Óleo (RGO) de alguns poços por deficiência de injeção de água e testes de longa duração na área do Pré-Sal (JUBARTE e TUPI). O pico relatado acima para os meses de junho e julho decorreu da interrupção da exportação de gás de algumas unidades de produção, devido à parada para manutenção preventiva de Unidades da REDUC, Unidade de Fracionamento de Líquidos de Gás Natural (REDUC UFL) e Unidade de Processamento de Gás Natural (REDUC UPGN), além da Rio Polímeros.

Atenta à queima do gás natural, a ANP solicitou reuniões com os concessionários, bem como explicações adicionais e soluções que permitissem a redução dos níveis de queima de gás natural ou mesmo a manutenção dos níveis de queima conforme a sua previsão inicial. Essas ações surtiram efeitos sobre os concessionários, que reduziram progressivamente os níveis de queima após o pico ocorrido em junho de 2009, e se aproximaram de sua previsão inicial durante o segundo semestre de 2009.

Gráfico 7.3 – Queima de Gás em 2009 (Mil m³/d)



Fonte: ANP/SIGEP

Em 15 de fevereiro de 2010, foi publicado no sítio da ANP na *internet*, para ampla divulgação para a sociedade, o BAR que foi entregue pelos operadores à ANP em 15 de janeiro de 2010, relativo às reservas contidas nos campos em território brasileiro em 31 de dezembro de 2009.

Ressalta-se que as reservas totais atingiram 12,856 bilhões de barris de petróleo e 366,466 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Enquanto que no ano de 2008 as reservas atingiram o valor de 12,8 bilhões de barris de petróleo e 364,234 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

7.2 – CONTROLE DE ATIVIDADES E INVESTIMENTOS

O acompanhamento das atividades e dos investimentos a serem realizados nos campos produtores de petróleo e gás natural foi efetuado por meio da análise dos PAT e Orçamento, apresentados pelos concessionários em outubro à SDP, os quais foram analisados em sua totalidade. Em 2009, uma das formas encontradas para o aprimoramento

ramento da execução das atividades previstas nos PATs de cada campo foi a realização de inspeções de campo, por amostragem. Nesse sentido, foi acompanhada a realização do PAT em 80 campos, no decorrer do ano de 2009.

Durante o exercício de 2009, também foram analisados os PDs de novos campos e realizadas revisões de PDs solicitadas pela SDP em virtude de exigência regulamentar. Foram aprovados pela diretoria colegiada da ANP, com o subsídio de análises da SDP, 21 PDs e um Plano de Reabilitação de Jazida (PRJ) no decorrer do ano. No final deste ano, ainda estavam tramitando 106 processos relativos a Planos de Desenvolvimento, alguns com solicitações a serem atendidas pelos concessionários, outros em procedimento de análise técnica na ANP ou sob exame da Procuradoria-Geral, além de 12 processos relacionados a Planos de Reabilitação de Jazidas.

7.3 – ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE INSTALAÇÕES E ATIVIDADES

A ANP, por intermédio da SDP, participou das audiências públicas relativas ao licenciamento ambiental dos campos mais significativos que se encontram nas etapas de desenvolvimento e produção, inclusive daquelas realizadas em locais antes não contemplados para esses eventos. O objetivo dessas audiências públicas era apresentar os potenciais impactos ambientais oriundos das atividades a serem desenvolvidas e as suas formas de mitigação, atendendo exigência da legislação ambiental, em consonância com a Lei do Petróleo e com as premissas dos Planos de Desenvolvimento.

Em cumprimento a Resolução ANP n.º 3, de 8 de fevereiro de 2007, que estabelece a obrigatoriedade da comunicação da situação de licenciamento ambiental das atividades, já se encontram implantados os procedimentos de alimentação das notificações pela *internet*, o que vem ocorrendo regularmente.

7.4 – ELABORAÇÃO DE RESOLUÇÕES

A elaboração de resoluções tem importância fundamental para o aperfeiçoamento das atividades regulatórias da ANP, uma vez que o dinamismo do setor exige permanente atualização, em função das novas realidades que se apresentam.

Após o lançamento das metas estruturantes da ANP, a área responsável pelos produtores de acumulações marginais observou a necessidade de tratar estes produtores de maneira diferente dos demais concessionários, seja devido à baixa produção, ou à necessidade de simplificação para os produtores com uma estrutura menor, sem, contudo, perder a qualidade regulatória que é necessária no ramo do petróleo.

Nesse contexto, a ANP se empenhou em viabilizar uma Resolução derivada da Portaria ANP n.º 90/2000, que regulamenta o PD para todos os campos. Assim, foi criada a figura do Plano de Reabilitação de Jazidas (PRJ), objetivando simplificar as solicitações para os produtores de acumulações marginais, que anteriormente deveriam atender as normatizações constantes na Portaria ANP n.º 90/2000.

Portanto, no exercício de 2009, a SDP realizou consulta e audiência públicas, essa última em 5 de agosto de 2009 na cidade de Salvador, na bahia, com intuito de obter contribuições da sociedade civil organizada e dos produtores independentes de petróleo, de forma a coletar informações para aprimorar a Resolução relacionada ao PRJ. Após a realização da audiência, foram incorporadas à proposta de resolução as sugestões de melhoria, sendo esta apreciada pela Diretoria Colegiada da ANP em 22 de dezembro de 2009 e aprovada por meio da Resolução de Diretoria n.º 1.234/2009.

7.5 – ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DA MEDIÇÃO DA PRODUÇÃO (NFP)

O Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural está vinculado à SDP.

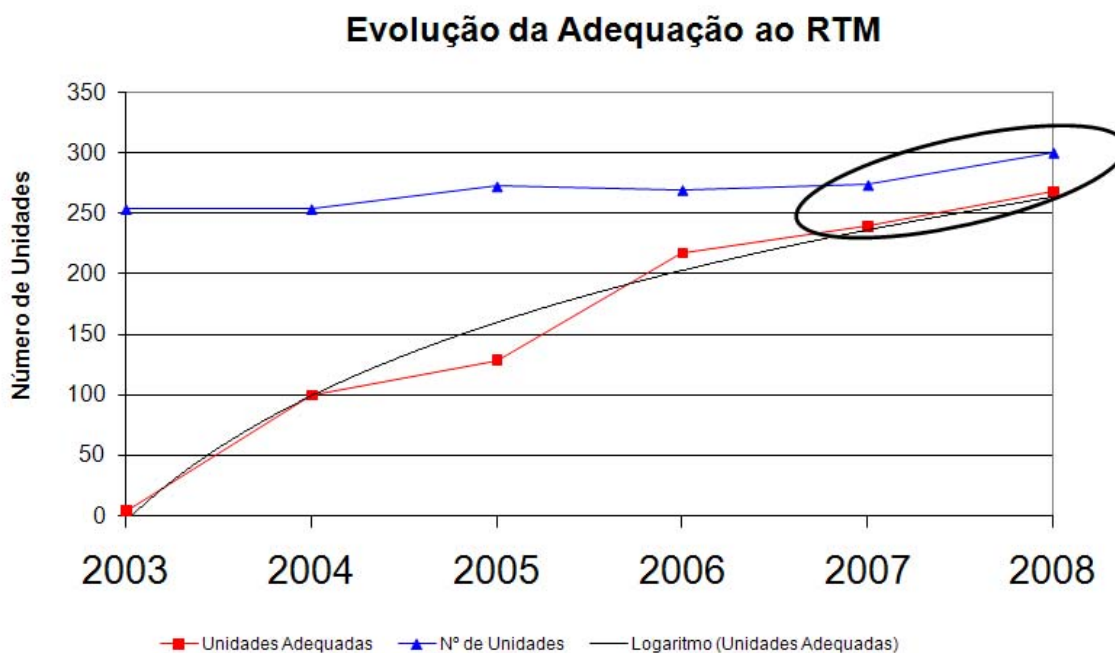
Entre os anos de 2005 e 2009, o NFP contava com o apoio de instituições de ensino, contratadas após processo licitatório, para dar apoio às atividades de fiscalização dos sistemas de medição das unidades de produção.

A Procuradoria-Geral (PRG) da ANP entendeu que o início do exercício dos novos servidores concursados (2008) era uma oportunidade para extinção dos contratos celebrados entre a ANP e as instituições de ensino e para a efetivação da atuação da Agência Nacional do Petróleo nesse tipo de fiscalização.

Os contratos de apoio às atividades de fiscalização tinham como meta estipulada, entre outros objetivos, obter informações sobre a adequação dos sistemas de medição aos regramentos da Portaria Conjunta ANP/INMETRO n.º 01, de 19 de junho de 2000, utilizando-se de critério sequencial de escolha, coordenada pela ANP em programações mensais ou trimestrais prévias, para a efetiva realização de inspeções de medição de campos de produção de petróleo e gás natural.

Pode-se notar que, a partir de 2007, o grau de adequação das unidades de produção manteve-se quase que constante, quando se compara o número total de unidades de produção com o número de unidades adequadas, conforme está demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 7.4 – Evolução da Adequação ao RTM



Visando à melhoria qualitativa das inspeções sobre os sistemas de medição da produção, foi desenvolvido, a partir de abril de 2009, pela SDP e pelo Nucleo de Informática,, o projeto da Sala de Fiscalização da Produção, ora em processo de contratação de aplicativos e equipamentos.

A Sala de Fiscalização da Produção prevê a fiscalização diária da produção de petróleo e gás natural no Brasil, em cada ponto de medição. As principais unidades de produção terrestres e marítimas já possuem sistemas de medição informatizados e, através da Sala de Fiscalização, a ANP receberá automaticamente, via *internet*, os dados brutos/processados e informações sobre os equipamentos/sensores pela medi-

ção da produção dos principais campos produtores (Ex.: Dados dos Computadores de Vazão e informações sobre Testes de Poços).

Esse contexto indica não só a mudança dos critérios de escolha das locações como também uma mudança da metodologia de fiscalização da medição dos sistemas de produção, proporcionada pela construção de um robusto banco de dados sobre as condições dos sistemas de medição existentes, e baseada em inspeções de verificações prévias por instituições de ensino de suporte às atividades de inspeções de medição da Agência durante os últimos anos. Além disso, revela o grau de adequação desses sistemas ao estabelecido pelo Regulamento Técnico de medição (RTM), previsto na Portaria Conjunta ANP/INMETRO n.º 1/2000.

7.6 – AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE MEDIÇÃO

Durante o primeiro semestre de 2009, foram realizadas duas modalidades de inspeção: (i) a inspeção de verificação prévia dos sistemas de medição, realizada por instituições de ensino contratadas; e (ii) a inspeção de fiscalização, realizada por servidores lotados no NFP.

As inspeções prévias seguiam o padrão anterior, onde a ANP marcava as inspeções e a instituição de ensino realizava a inspeção de campo, apresentando o resultado por meio de relatório de verificação prévia. Essas inspeções foram realizadas graças à prorrogação por mais seis meses do contrato celebrado entre a ANP e as instituições de ensino, que terminou em dezembro de 2008.

Desta forma, após intenso trabalho de treinamento e algumas inspeções realizadas no segundo trimestre de 2009, passou a ser viável para a ANP realizar as inspeções de forma independente.

A equipe do NFP assumiu completamente as atividades de inspeção, iniciando, dessa forma, as ações de fiscalização. Esta nova fase foi iniciada formalmente por meio do ofício circular n.º 001/2009/NFP, de 15 de julho de 2009, que comunicou aos concessionários as modificações ocorridas na fiscalização da medição da produção.

Uma vez iniciadas as ações de fiscalização, o enfoque dado nas inspeções se transferiu das calibrações dos equipamentos para a verificação da fidedignidade dos dados armazenados nos equipamentos de cálculo do sistema de medição e a sua correta consolidação e envio mensal para a ANP, associada à inspeção visual dos equipamentos instalados e ao acompanhamento dos procedimentos de calibração de medidores.

Os certificados de calibração, inspeção dimensional e outros documentos passaram a ser enviados diretamente para a ANP, via correio, conforme orientado no ofício circular nº 002/2009/NFP e nos ofícios que informavam as inspeções de cada unidade.

Foram realizadas 176 inspeções dos sistemas de medição durante todo o ano de 2009, sendo que destas, 102 foram realizadas por servidores do NFP. Este número de inspeções cobriu cerca de 60% das unidades produtoras, sendo que a prioridade foi dada para fiscalizar os campos de grande produção.

8 – MEDIÇÃO DA PRODUÇÃO

Durante o primeiro semestre de 2009, foram realizadas duas modalidades de inspeção: (i) a inspeção de verificação prévia dos sistemas de medição, realizada por instituições de ensino contratadas; e (ii) a inspeção de fiscalização, realizada por servidores lotados no NFP.

As inspeções prévias seguiam o padrão anterior, onde a ANP marcava as inspeções e a instituição de ensino realizava a inspeção de campo, apresentando o resultado por meio de relatório de verificação prévia. Estas inspeções foram realizadas graças à prorrogação por mais seis meses do contrato celebrado entre a ANP e as instituições de ensino, que terminou em dezembro de 2008.

Desta forma, após intenso trabalho de treinamento e algumas inspeções realizadas no segundo trimestre de 2009, passou a ser viável para a ANP realizar as inspeções de forma independente.

A equipe do NFP assumiu completamente as atividades de inspeção, iniciando, desta forma, as ações de fiscalização. Esta nova fase foi iniciada formalmente por meio do ofício circular n.º 001/2009/NFP, de 15 de julho de 2009, que comunicou aos concessionários as modificações ocorridas na fiscalização da medição da produção.

Uma vez iniciadas as ações de fiscalização, o enfoque dado nas inspeções se transferiu das calibrações dos equipamentos para a verificação da fidedignidade dos dados armazenados nos equipamentos de cálculo do sistema de medição e a sua correta consolidação e envio mensal para a ANP, associada à inspeção visual dos equipamentos instalados e ao acompanhamento dos procedimentos de calibração de medidores.

Os certificados de calibração, inspeção dimensional e outros documentos passaram a ser enviados diretamente para a ANP, via correio, conforme orientado no ofício circular n.º 002/2009/NFP e nos ofícios que informavam as inspeções de cada unidade.

Foram realizadas 176 inspeções dos sistemas de medição durante todo o ano de 2009, sendo que destas, 102 foram realizadas por servidores do NFP. Este número de inspeções cobriu cerca de 60% das unidades produtoras, sendo que a prioridade foi dada para fiscalizar os campos de grande produção.

9 – SEGURANÇA OPERACIONAL

9.1 – REGULAMENTAÇÃO

Com o objetivo de regulamentar a segurança operacional nas instalações de produção e perfuração de petróleo e de gás natural nas águas jurisdicionais brasileiras, foi aprovada a Resolução ANP Nº 43/2007, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Regime de Segurança Operacional e aprovou o Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO). O Regulamento introduz requisitos e diretrizes para implementação e operação de um sistema de gestão que vise à garantia da Segurança Operacional das Instalações de Exploração e Produção (E&P) de Petróleo e Gás Natural, a ser aplicado durante todas as etapas do ciclo de vida dessas instalações. Tal regulamentação estabelece critérios de segurança para condução das atividades de E&P, provendo elementos que permitem à ANP exercer a fiscalização no sentido de educação e orientação dos agentes econômicos, bem como da prevenção e repressão de condutas violadoras. As instalações em operação também foram consideradas na nova Resolução e no prazo de dois anos, a contar da data publicação, tiveram que se adequar aos requisitos de qualificação, treinamento, desempenho, controle e gerenciamento de contratadas, auditorias, identificação e análise de riscos, investigação de incidentes, integridade mecânica, procedimentos operacionais, trabalho seguro, gerenciamento de emergências e operações simultâneas, dentre outros previstos no Regulamento Técnico.

Além de dispor de um sistema de gestão que atenda às 17 práticas de segurança operacional do SGSO, o Concessionário sujeito ao Regulamento Técnico deve elaborar a Documentação de Segurança Operacional, para apresentação à ANP antes do início das operações. No intuito de orientar os agentes econômicos na elaboração dessa documentação, a Coordenadoria de Segurança Operacional elaborou guias de preenchimento tipificados por atividade, disponibilizados no sítio eletrônico da ANP.

Em novembro de 2008, foi concluída a versão preliminar do Regulamento Técnico de Dutos Terrestres, elaborado em conjunto com a Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural e com o apoio do (Centro de Tecnologia de Dutos) CTDUT. No ano de 2010, devem ser realizadas a consulta pública e a audiência pública que precederão a emissão da versão definitiva do Regulamento Técnico.

Ao longo do ano de 2009, a CSO coordenou o Grupo de Trabalho que elaborou a Instrução Normativa de Verificação de Incidentes, procedimento formal para que todas as unidades organizacionais da Agência passem a executar as ações de verificação de incidentes *in loco* de maneira uniforme e obtenham resultados claros e padronizados.

Dando início ao Planejamento Estratégico de Segurança, a Coordenadoria de Segurança Operacional elaborou em 2009 o diagnóstico de Segurança Operacional da ANP, visando apresentar à Diretoria Colegiada o posicionamento e a cobertura da regulamentação da Agência quanto aos aspectos relacionados com a segurança das atividades reguladas.

No segundo semestre de 2009, a minuta do Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Integridade Estrutural das Instalações Terrestres de Produção de Petróleo e Gás Natural (RTSGI), que visa garantir que os campos em produção *onshore* operem dentro dos requisitos mínimos de segurança operacional, foi submetida a consulta pública. Em dezembro de 2009, foi realizada a audiência pública, e a versão definitiva do Regulamento será publicada no primeiro trimestre de 2010.

Com vistas ao aperfeiçoamento dos registros e controles de incidentes da indústria do petróleo, a CSO coordenou os trabalhos de revisão da Portaria ANP nº03/2003, que rege o procedimento para comunicação de incidentes, adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer as atividades de exploração, produção, refino, processamento, armazenamento, transporte e distribuição. A partir de

22/12/2009, passou a vigorar o novo procedimento de comunicação de incidentes, agora definido pela Resolução ANP nº 44/2009.

9.2 – AUDITORIAS DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA OPERACIONAL EM INSTALAÇÕES MARÍTIMAS DE PERFURAÇÃO E PRODUÇÃO (SGSO)

Considerando que a Resolução ANP Nº 43/2007 instituiu um prazo de adequação de dois anos para que as instalações marítimas ajustassem seus sistemas de gestão de segurança, foram realizadas no segundo semestre as primeiras auditorias do SGSO. Dessa forma, foram auditadas quatro instalações marítimas, que resultaram no levantamento de 34 não-conformidades.

Em dezembro de 2009, a ANP firmou contrato com a Bureau Veritas do Brasil Sociedade Classificadora e Certificadora – BV para prestação de serviços técnicos de apoio à atividade de fiscalização do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO), que consistirá, em síntese, no acompanhamento dos fiscais da ANP a bordo das instalações marítimas de perfuração/produção e no treinamento dos servidores.

9.3 – AUDITORIAS E INSPEÇÕES PARA GARANTIA DA INTEGRIDADE ESTRUTURAL DA PLANTA DE PROCESSO

Para efetuar o controle da Segurança Operacional das Instalações de Produção de Petróleo e Gás Natural, a ANP acompanha o estado da integridade estrutural dessas instalações, mediante execução de inspeções e auditorias periódicas. Em 2009, foram realizadas 104 atividades de fiscalização de integridade estrutural e de verificação de não-conformidades de segurança: 34 (26 inspeções e oito auditorias) com o apoio de instituições de ensino (PUC-Rio nas regiões Sudeste e Sul; Universidade Salvador (UNIFACS) e CEFET-SE na Bahia, Alagoas e Sergipe; e CEFET-RN e UFRN no Amazonas, Rio Grande do Norte e Ceará) e 70 com corpo próprio.

9.4 – TERMINAIS DE RECEBIMENTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO (GNL)

Sob coordenação da SCM, a Coordenadoria de Segurança Operacional participou do grupo de trabalho que visava à análise dos projetos de outorga de autorizações de construção e de operação para os projetos de Gás Natural Liquefeito de Pecém/CE e da Baía de Guanabara/RJ. Em 2009, foram realizadas três vistorias técnicas em Pecém e sete no Terminal da Baía de Guanabara, a fim de assegurar que o início das operações se daria em conformidade com requisitos mínimos para garantia da segurança operacional. O referido grupo de trabalho encerrou suas atividades em dezembro/2009.

9.5 – EXECUÇÃO DE PERÍCIAS TÉCNICAS

Para efetuar a verificação da segurança operacional das instalações nos seus aspectos navais e dos sistemas que têm interface com a planta de processo, a ANP renovou, em dezembro de 2008, o convênio com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) do comando da Marinha para a realização de perícias técnicas em unidades marítimas de exploração e produção, com a correspondente emissão de Declarações de Conformidade. O controle técnico dessa atividade é executado pela ANP por meio da análise dos relatórios das perícias e das Declarações de Conformidade emitidas pela Marinha em nome da ANP e da DPC. A Diretoria de Portos e Costas disponibiliza, na sua página na internet, a relação de todas as instalações periciadas, bem como o sistema informatizado de controle das perícias técnicas realizadas.

Devido ao considerável aumento do número de unidades marítimas em operação, em decorrência do incremento na atividade de exploração em águas jurisdicionais brasileiras, foi necessária a realização de 1.012 perícias técnicas e a conseqüente emissão

562 Declarações de Conformidade no ano de 2009, quantitativo bastante superior ao inicialmente definido no convênio, de 720 perícias anuais para o ano em questão.

Dessa forma, na renovação do convênio, que passou a vigorar até novembro de 2013, elevou-se o quantitativo de 40 perícias por mês 2008 para 60, 70, 80, 90 e 100 perícias por mês em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, respectivamente.

9.6 – MONITORAMENTO DO TRÁFEGO MARÍTIMO

Tendo como principais objetivos o controle de tráfego dos petroleiros nas bacias do Espírito Santo e Campos, a verificação da presença e abordagem de barcos de pesca dentro da área de segurança das plataformas e a verificação da presença de navios sísmicos operando nas áreas autorizadas, foi renovado, em dezembro de 2008, o convênio com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) para realização de ações de monitoramento e controle do tráfego marítimo nas áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural. O convênio passou a vigorar até dezembro de 2011 e trouxe o acréscimo do controle *in loco* na bacia de Santos, além do já realizado nas bacias do Espírito Santo e Campos.

Através do sistema eletrônico de monitoramento de tráfego marítimo disponibilizado pela Marinha do Brasil em uma *workstation* nas dependências da ANP, os servidores são capazes de identificar e acompanhar, em tempo real, as embarcações de petróleo e gás natural que são monitoradas pela Marinha do Brasil.

9.7 – AUDITORIA EM UNIDADES DE REFINO

Em 2009, a Coordenadoria de Segurança Operacional realizou, em conjunto com a SRP, uma auditoria-piloto na Refinaria Duque de Caxias (REDUC), dando início ao aperfeiçoamento da regulamentação de segurança operacional para instalações de refino e processamento. Durante a atividade, além da geração de recomendações de segurança para o agente regulado, foram levantados dados, informações e observações preponderantes para o aprimoramento do marco regulatório.

9.8 – CONTROLE DE INCIDENTES

As comunicações de incidentes encaminhadas pelos concessionários em 2009, com base na Portaria nº03/2003 (a partir de 22/12/2009, Resolução nº44/2009) foram analisadas e cadastradas pela Coordenadoria de Segurança Operacional. No caso de acidentes com consequências graves, tais como grandes vazamentos, ocorrência de vítimas, interrupção da produção por mais de 24 horas, a ANP acompanha as investigações e a implementação das medidas corretivas decorrentes.

Em 2009, foram recebidos e cadastrados no Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção (SIGEP) 260 incidentes. Todos foram analisados pela CSO, e os 13 acidentes considerados relevantes sofreram investigação criteriosa e detalhada, com solicitação de documentos, esclarecimentos adicionais e de ações de fiscalização nas instalações.

9.9 – CONSISTÊNCIA E HOMOGENEIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DA AGÊNCIA

Visando à troca de experiências e ao fortalecimento da Agência no aprimoramento da regulamentação e das ações de fiscalização da segurança operacional, a Coordenadoria de Segurança Operacional e as agências dos Estados Unidos da América, Canadá, Reino Unido, Noruega, Holanda, Austrália e Nova Zelândia se reuniram no *International Regulators' Offshore Safety Forum*, em Stavanger, Noruega, para apresentação da regulamentação vigente nos respectivos países e definição de ações conjuntas a partir de uma abordagem comparativa entre a atuação das Agências em diversos tópicos da segurança *offshore*.

Em 2009, a CSO participou do *International Committee on Regulatory Authority Research and Development* – ICRARD, evento que tem foco na transferência de conhecimentos na área de segurança operacional *offshore*, mediante a troca de informa-

ções sobre os projetos de P&D desenvolvidos na Austrália, Brasil, Canadá, Holanda, México, Nova Zelândia, Noruega, Estados Unidos e Reino Unido. Durante o encontro, foram apresentadas as novas tecnologias que visam mitigar os riscos inerentes às atividades do setor e aprimorar a segurança operacional, no âmbito de cada país-membro do comitê.

9.10 – ARTICULAÇÃO COM OS AGENTES GOVERNAMENTAIS

- GT NR-30

A CSO compõe o Grupo de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego para elaboração de um novo anexo da NR-30 (Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário), referente ao trabalho em plataformas de perfuração e produção. Durante o ano de 2009, foram realizadas 14 reuniões do GT. O texto do novo anexo foi finalizado e aguarda publicação em 2010.

- GT NR-20

A CSO compõe ainda o Grupo de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego para revisão NR-20, referente à armazenagem, transporte e manuseio de líquidos combustíveis e inflamáveis. Durante o ano de 2009, foram realizadas três reuniões.

- Projeto Brasil Sem Chamas

No ano de 2009, a CSO passou a compor, em nome da ANP, o Grupo de Trabalho do projeto intitulado Brasil sem Chamas, que foi inspirado no Programa *America Burning*, dos Estados Unidos, tendo nascido da necessidade de conhecer melhor o segmento de segurança contra incêndio no Brasil.

Participam do projeto a ABNT, o INMETRO, o IBAMA, o IBP, a LIGABOM (Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares), o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo), o INT (Instituto Nacional de Tecnologia), a USP (Universidade de São Paulo), a SEDEC (Secretaria Nacional de Defesa Civil) e a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), além da ANP.

O projeto identificou que há a necessidade de maior padronização das regulamentações técnicas para o setor de prevenção contra incêndio, de ampliação dos esforços na elaboração das Normas Brasileiras e de definição de um processo de avaliação de conformidade de produtos que promovam uma melhoria na qualidade da segurança das instalações industriais do setor. Nesse intuito, os representantes do projeto acreditam que a ANP terá um papel fundamental na formatação de uma regulamentação técnica padronizada, que sirva de referência para toda a indústria de petróleo e gás.

10 – CONTEÚDO LOCAL

Conteúdo Local é o conjunto de mecanismos que visa ao incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas, nos projetos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, tendo como principal finalidade a geração de empregos e renda.

Ao longo das rodadas de licitações de blocos exploratórios, a ANP vem atuando no sentido de incentivar e apoiar o fortalecimento e o desenvolvimento da indústria nacional de bens e serviços aplicáveis às atividades de E&P de petróleo e gás natural. Desde a 1ª Rodada, em 1999, a ANP inclui nos contratos de concessão cláusulas contendo disposições direcionadas a garantir condições equânimes aos fornecedores nacionais em relação aos estrangeiros, nas aquisições de bens e serviços.

Em função da importância do tema, haja vista a participação do conteúdo local como critério de pontuação nas rodadas de licitação, respondendo por 20% da nota das ofertas, a Diretoria da ANP criou, em 2007, a Coordenadoria de Conteúdo Local (CCL). Sua principal atribuição é a de controlar e fiscalizar os compromissos de conteúdo local dos contratos de concessão para as atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural.

10.1 – FISCALIZAÇÃO DE CONTEÚDO LOCAL

Encontra-se em andamento na ANP 24 processos de fiscalização do compromisso contratual de conteúdo local, sendo oito relativos às áreas inativas com acumulações marginais.

Em 2009, foi concluído o Manual de Fiscalização de Conteúdo Local da Fase Exploratória das Rodadas 1 a 6, cujo objetivo é o de estabelecer critérios e procedimentos envolvidos nas atividades de fiscalização de Conteúdo Local. O Manual aplica-se às seis primeiras rodadas, tendo em vista que a partir da sétima foi estabelecido o Sistema de Certificação de Conteúdo Local, que permite padronizar e agilizar os processos de fiscalização.

10.2 – CERTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO LOCAL

Os contratos de concessão, a partir da Sétima Rodada de Licitações, prevêm que os compromissos firmados entre a ANP e os Concessionários serão comprovados mediante de certificados de conteúdo local, emitidos por empresas credenciadas junto à ANP.

Com o objetivo de estabelecer condições legais para a implementação das regras e exigências relacionadas à Cláusula de Conteúdo Local dos contratos de concessão, a ANP criou o Sistema de Certificação de Conteúdo Local, definindo os procedimentos para credenciamento de certificadoras de conteúdo local, execução das atividades de certificação, auditoria das certificadoras credenciadas e elaboração do Relatório de Investimentos locais pelos concessionários.

Em 2009 a ANP, por intermédio da CCL, finalizou os Manuais de Credenciamento, Certificação, Auditoria e de Acompanhamento dos Relatórios de Investimentos Trimestrais.

Em continuidade ao processo de credenciamento pela ANP, de entidades Certificadoras de Conteúdo Local, em atendimento às disposições constantes dos contratos de concessão a partir da 7ª Rodada, para que concessionárias e fornecedores de bens e serviços possam certificar os produtos e serviços aplicados na indústria do petróleo, foram credenciadas em 2009 sete novas Certificadoras. Com isso, cada área de atividade possui, no mínimo, oito empresas credenciadas.

Assim o cadastro de empresas credenciadas em 31/12/2009 era composto das seguintes empresas: ABS Group; Bureau Veritas (BV); Det Norske Veritas (DNV); First Engenharia; Galena Engenharia; Registro Brasileiro de Navios e Aeronaves (RBNA); Terratek; Kopsia Engenharia e Telecomunicações; Millenium Consultores Empresariais; SGS do Brasil; L. A. Falcão Bauer Centro de Tecnologia; Câmara Consultoria; Openseas Engenharia Naval e Certifex Consultoria e Gestão. Essa relação de credenciadas está disponibilizada na página da ANP na Internet, no endereço:

<http://www.anp.gov.br/conteudolocal>

Tendo em vista que o sistema de credenciamento da ANP é um processo contínuo, ao final do exercício estavam sendo finalizados mais um processo de credenciamento e dois processos de extensão do escopo de credenciamento.

Adicionalmente, no intuito de divulgar este processo e atrair novas empresas para se candidatarem a certificadoras, foram feitas apresentações em instituições representantess e pertencentes ao mercado de petróleo e gás natural.

A tabela a seguir mostra a relação das empresas credenciadas por atividade.

Tabela 10.1 – Empresas Credenciadas

Área de Atividades	Código	Empresa Credenciada
Geologia e Geofísica	Ge001	ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Falcão Bauer, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, RBNA, Terratek
Sondas de Perfuração	Pe001	ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, Openseas, RBNA, SGS.
Apoio Logístico e Operacional	Pe002	ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifex, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, RBNA, SGS.
Perfuração, Completação e Avaliação de Poços	Pe003	ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, RBNA, SGS.
Engenharia Básica e de Detalhamento	En001	ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifex, DNV, Falcão Bauer, First Engenharia, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, Openseas, RBNA, SGS.
Gerenciamento, Construção, Montagem e Comissionamento	En002	ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifex, DNV, Falcão Bauer, First Engenharia, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, Openseas, RBNA, SGS.
Sistemas Elétricos, de Controle, Instrumentação e Medição	En003	ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifex, DNV, First Engenharia, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, RBNA, SGS.
Sistemas de Telecomunicações	En004	ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifex, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, RBNA, SGS.
Obras Civas e Utilidades	En005	ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Falcão Bauer, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, RBNA, SGS.
Oleodutos, Gasodutos e Tanques de Armazenamento.	Es001	ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, RBNA, SGS.
Bombas de Transferências	Es002	ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifex, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, RBNA, SGS.
Equipamentos e Controle Submarinos: linhas rígidas, flexíveis, umbilicais e manifolds	Es003	ABS, BV, Certifex, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, RBNA, SGS.
Monobóias e Quadro de Bóias	Es004	ABS, BV, Certifex, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Openseas, RBNA, SGS.
Unidades de Compressão	Up001	ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, RBNA, SGS.
Unidades de Geração de Energia Elétrica	Up002	ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifex, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, RBNA, SGS.
Unidades de Geração e Injeção de Vapor	Up003	ABS, BV, Certifex, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, RBNA, SGS.
Unidades de Tratamento e Injeção de Água	Up004	ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, RBNA, SGS.
Sistemas de Processamento e Tratamento de Óleo	Up005	ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, RBNA, SGS.
Sistemas de Processamento e Tratamento de Gás Natural	Up006	ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, RBNA, SGS.
Construção Naval: casco, turrete, ancoragem e sistemas navais	Up007	ABS, BV, Certifex, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Openseas, RBNA.
Segurança Operacional	Up008	ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Falcão Bauer, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, RBNA, SGS.

Fonte: CCL/ANP

Em 2009 foi mantido o programa de treinamento das empresas credenciadas para utilização da cartilha de conteúdo local, que é a ferramenta única de medição do nível de conteúdo local de bens e serviços. Esses encontros também serviram para fechar os entendimentos sobre a interpretação da cartilha, isto é, uma vez que a ferramenta de medição não prevê todas as formas de aquisição de bens e serviços, foi necessário elaborar algumas sistemáticas para a correta aplicação da cartilha frente a estas situações.

Dada a relevância da uniformização dos procedimentos a serem adotados para execução da medição de conteúdo local, a CCL desenvolveu um canal de comunicação para tráfego de informações, exclusivo em meio eletrônico, o qual permite tanto a visualização imediata por todos os servidores da CCL, como garante o rastreamento de qualquer comunicação realizada.

Além disso, com objetivo de prestar esclarecimentos aos agentes do mercado de Petróleo e Gás Natural, a ANP desenvolveu a Nota Técnica nº 12/2009, consolidando a matéria sobre a operacionalização da Cartilha para a medição de Conteúdo Local.

Durante o exercício de 2009 foram realizados os seguintes eventos relativos ao tema do Conteúdo Local:

- *Workshop* de Conteúdo Local – O evento, organizado pelo IBP e pela ONIP, contou com a participação da CCL/ANP, da Diretoria I da ANP, das entidades organizadoras e de fornecedores convidados. O objetivo do encontro era apresentar aos diversos atores do mercado o panorama atual da atividade de certificação, necessária para a comprovação de investimentos locais a partir da Rodada 7.
- Reuniões com IBP, ABPIP e APPOM – A ANP convidou representantes do IBP e APPOM para apresentar dados que comparavam o volume de investimentos potencialmente certificáveis com aqueles de fato validados por certificados emitidos. Na reunião foram ainda apresentadas as impressões das Certificadoras em relação ao processo, a partir dos resultados de uma pesquisa com elas realizada. O desconhecimento do mercado – sobretudo por parte dos fornecedores – em relação às regras e ao mecanismo de certificação foi apontado pela maior parte dos presentes como a principal justificativa para o baixo índice de certificação. Para atacar este problema foi idealizada a realização de um *workshop* de ampla abrangência, cuja organização foi assumida pelo IBP.
- Palestra no I Seminário, Feira e Rodada de Negócios do Setor de Petróleo do Norte e Nordeste - PetroNor, na Bahia, para disseminar o processo de Certificação de Conteúdo Local e dirimir dúvidas dos pequenos produtores e fornecedores de bens e serviços da indústria do petróleo.
- Palestra no evento *Brazil Energy and Power (BEP 7)*, em Houston/EUA organizada pela Câmara de Comércio Americana (AMCHAM-RIO) e Câmara de Comércio Brasil-Texas (BRATEC) com participação no painel de conteúdo local onde foi realizada a apresentação *The Local Content Regulation on the Concession Contracts*

10.3 – DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE CONTEÚDO LOCAL

Em 2009, a CCL deu continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Gestão de Conteúdo Local (SGCL). Este sistema promoverá maior agilidade e confiabilidade das atividades desenvolvidas pela área que, em geral, envolvem diferentes prazos para encaminhamento e recebimento de informações, além de tornar mais amigável a interface entre a ANP e os entes regulados. O SGCL contará, inicialmente, com os módulos de credenciamento, certificação e auditoria, havendo previsão de expansão para a compreensão da atividade de fiscalização e relatórios de investimentos. O módulo de credenciamento já teve seu protótipo aprovado e está em fase de construção. O mó-

dulo de certificação foi iniciado em 2009 e tem conclusão prevista para o primeiro semestre de 2010.

11 – CONTROLE DAS PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Superintendência de Controle das Participações Governamentais (SPG) é responsável pelo controle, cálculo, auditoria e da distribuição do pagamento das Participações Governamentais e de Terceiros.

As ações da Superintendência de Controle das Participações Governamentais, foram voltadas às atividades de controle, cálculo, auditoria e distribuição das Participações Governamentais e de Terceiros, sustentada nos seguintes fundamentos:

- ✓ exatidão dos valores arrecadados e distribuídos;
- ✓ transparência do processo de arrecadação e distribuição das Participações Governamentais;
- ✓ a justa distribuição dessas participações aos beneficiários, conforme a legislação vigente e;
- ✓ a constante melhoria dos processos executados pela área.

11.1 – ARRECADAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CÁLCULO DAS PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

A arrecadação das participações governamentais no exercício de 2009 totalizou o recolhimento de R\$ 18,54 bilhões.

Do montante de arrecadação acima mencionado, R\$ 7,96 bilhões referem-se a *royalties* distribuídos a 10 estados e 886 municípios, além dos outros beneficiários, como o Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e Fundo Especial de Participação (FEP).

Com relação à participação especial foram distribuídos R\$ 8,4 bilhões para sete estados e 28 municípios, ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério do Meio Ambiente.

O valor de R\$ 146,0 milhões refere-se ao pagamento de Ocupação ou Retenção de Área, recolhido diretamente à Secretaria do Tesouro Nacional pelas concessionárias, mediante cálculo e cobrança efetuados pela SPG.

O valor de R\$ 80,2 milhões para Bônus de Assinatura representa o pagamento referente à 10ª Rodada, realizada em dezembro de 2008.

Na tabela seguinte, são apresentados os valores das participações governamentais arrecadadas no período de 2001 a 2009 e, no gráfico abaixo, a evolução dessas participações:

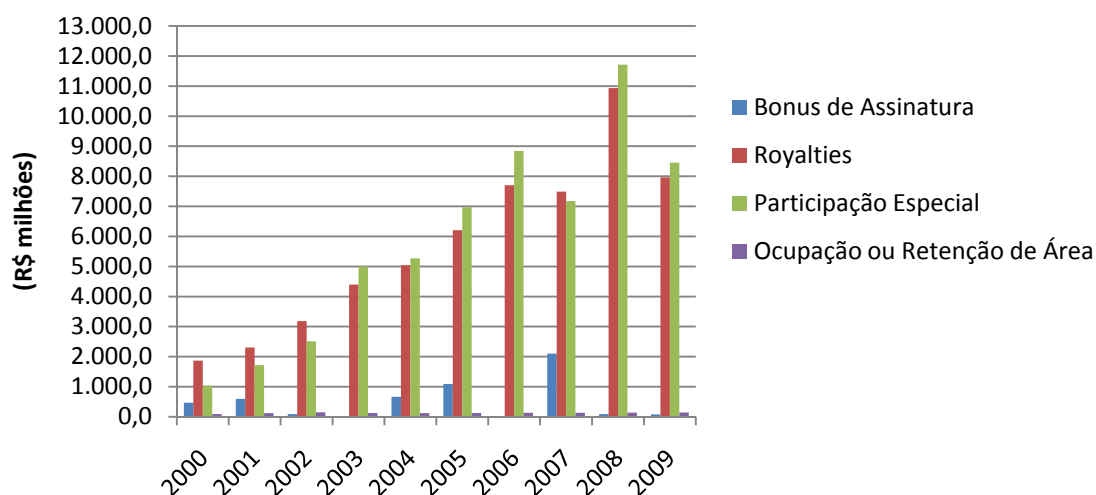
Tabela 11.1 – Participações Governamentais de 2001 a 2009 - (em R\$ milhões)

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bônus de Assinatura	594,9	92,4	27,4	665,4	1.088,8	11,0	2.101,0	89,0	80,2
Royalties	2.303,3	3.184,0	4.396,4	5.042,8	6.206,1	7.703,5	7.490,6	10.936,6	7.966,5
Participação Especial	1.722,0	2.510,2	4.997,8	5.272,0	6.967,0	8.839,9	7.177,5	11.646,2	8.452,8
Ocupação/Retenção de Área	124,7	146,5	126,2	124,3	130,1	134,6	135,0	139,0	146,0
TOTAL	4.744,9	5.933,1	9.547,8	11.104,5	14.392,0	16.689,0	16.904,1	22.810,8	16.645,6

Fonte: SPG

Analisando a arrecadação dos anos de 2008 e 2009, verificou-se um decréscimo na quantidade de beneficiários, ou seja, de 918 para 886 municípios, decorrente da dinâmica de produção de petróleo e gás natural, e um decréscimo de 27 % no total de arrecadação, devido ao fato da queda dos preços do petróleo e gás natural no mercado internacional e a desvalorização do dólar.

Gráfico 11.1 – Evolução das Participações Governamentais



Fonte: SPG

11.2 – AÇÃO DE TRANSPARÊNCIA, DIVULGAÇÃO DE CÁLCULOS E RESULTADOS

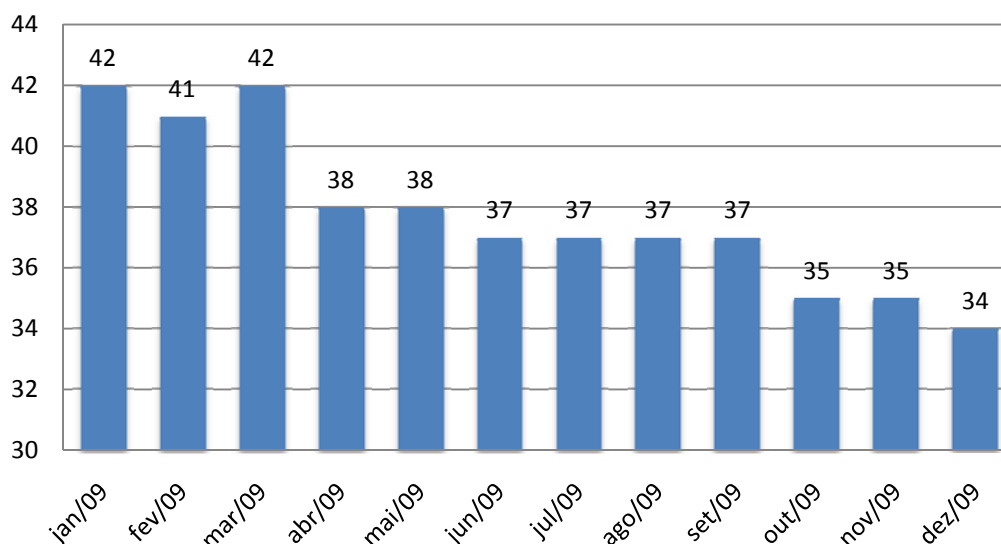
Com objetivo de dar transparência às ações de controle, a SPG adotou vários procedimentos internos, a publicação mensal de todas as tabelas necessárias para cálculo das participações governamentais no site da ANP na internet, (www.anp.gov.br/participacao_gov/calculo.asp), publicação trimestral de relatório de apuração e distribuição da participação especial no site da ANP e publicação mensal do relatório de arrecadação e distribuição das participações governamentais, solicitado pelo Tribunal de Contas da União, e publicação mensal no Diário Oficial da União do volume da produção brasileira de petróleo e gás natural e valores dos pagamentos de *royalties* realizados pelas concessionárias à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e transferidos pela ANP aos órgãos governamentais, governos estaduais e municipais.

11.3 – REPRESENTAÇÕES DOS INTERESSES GOVERNAMENTAIS RELATIVOS AO PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Sendo uma das maiores demandas de atividades da SPG, entre janeiro e dezembro de 2009, as demandas de processos judiciais envolvendo a distribuição de *royalties* por instalações de embarque ou desembarque de petróleo e gás natural, conforme previsto na Lei nº 7990/89 e Decreto 01/91, refletem a continuidade, desde o ano de 2007, de esforço contínuo pela reversão de decisões judiciais desfavoráveis à Agência.

No gráfico a seguir, mostra-se a evolução do número de municípios que recebem *royalties* (parcela de 5%) pelo critério “possuir de instalações de embarque ou desembarque”, em função de decisões judiciais. O número representa os que tiveram decisões favoráveis e não considera a forma e o montante do pagamento (terrestre marítimo ou ambos). O que se pode observar é um contínuo decréscimo do número de decisões desfavoráveis à ANP, em 42 municípios, no início do ano, para 34 municípios em dezembro de 2009, sendo que em cinco deles não há pagamento direto, mas sim depósito em conta poupança, o qual estará disponível com o julgamento do mérito.

Gráfico 11.2 Municípios recebedores de royalties por decisão judicial



Fonte: SPG/ANP

O decréscimo de municípios que recebem *royalties* por decisão judicial se deu devido ao esforço contínuo da ANP para a realização da justa distribuição de participações governamentais aos beneficiários; nesse sentido, a SPG tem tomado várias ações tais como: maior aproximação com a PRG e integração com outras áreas técnicas (SCM, SRP, NFP, SBQ, SPP) visando à melhoria da qualidade dos subsídios melhores defesas aos Interesses governamentais; organização interna das demandas judiciais em processos administrativos específicos para cada município, de modo a criar um acompanhamento dos processos e histórico de cada processo judicial; e aprimoramento de comunicação com a PRG, a fim de sanar eventuais dúvidas com relação ao cumprimento à interpretação de decisões judiciais.

11.4 – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS

Destacam-se também, a aplicação a concessionárias de autos de infração, nos termos da Portaria ANP nº 234/2003, pelo descumprimento de obrigações contratuais/legais e questionamento dos dados declarados pelas concessionárias, utilizados no cálculo das participações governamentais. A SPG aplicou no período em questão dezessete autos de infração. Desses,, ressalta-se que seis foram decorrentes de auditoria de preços de referência, sete pelo não - recolhimento de *royalties* dentro dos prazos previstos em lei e dois pelo não - pagamento dos valores devidos pela ocupação e retenção de área.

Tendo em vista as auditorias realizadas em 2009, destaca-se entre os valores arrecadados com o pagamento adicional de participação especial (PE) a finalização de uma cobrança realizada para a Petrobras com relação ao recolhimento de participação especial sobre a produção de petróleo e gás natural do campo de Marlin.

Tratou-se de caso de auditoria de PE, decorrente da correção de dedutibilidades referentes aos projetos CPM e NOVAMARLIM, que, após longo prazo, culminou em oito parcelas de um total de R\$ 2.065.360.762,82, pela Petrobrás.

Outra atividade de destaque, a auditoria de preço de referência, foi determinante na condução da SPG no exercício de suas atividades, sendo esta a atividade que liderou o número de processos abertos, superando os processos de acompanhamento de demandas judiciais do ano anterior.

As prioridades estabelecidas para a auditoria de preços de referência foram:

O atendimento ao índice de 100% em auditorias realizadas por concessionários, abrangendo todos os campos que apresentam venda de seus respectivos petróleos nos mercados nacional e internacional;

A elaboração de relatórios de auditoria de periodicidade mensal, o que resultou no decorrer do ano em 188 relatórios sendo : dois referentes a campo escola; 18 com relação a ocupação e retenção de área e 168 referentes a auditoria de preços.

Tais ações focaram a sistematização e o aprimoramento da atividade de auditoria de preços de referência.

11.5 – DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE AÇÕES ORGANIZACIONAIS

Em consonância com as metas e os desafios organizacionais estabelecidos para o ano de 2009, entre as principais ações realizadas na SPG se destacam a organização e sistematização dos arquivos de processos relacionados a atividades da superintendência e a elaboração de manuais de procedimentos.

A sistematização dos arquivos foi inicialmente desenvolvida apartir da elaboração de uma classificação por atividades relevantes da superintendência. Posteriormente foi criado um banco de dados com a finalidade de pesquisa e localização de processos, que passaram a ser reorganizados, com divisões por temas e identificação visíveis, além do procedimento de digitalização de processos relevantes.

Tal ação resultou em um impacto positivo, um ganho de maior dinâmica e eficiência nas consultas e no seu controle dos processos gerados pela SPG.

Os manuais de procedimentos são o resultado dos esforços na sistematização e padronização das atividades que a SPG desempenha. Foram elaborados no decorrer do ano, oito manuais de procedimentos, envolvendo as atividades exercidas na SPG de Preço Mínimo de Petróleo, Ocupação ou Retenção de Áreas, Procedimentos para o Enquadramento de Municípios para fins de *Royalties*, Auditoria de Preços de Petróleo, Cálculo, Distribuição e Auditoria da Participação Especial, Pagamentos aos proprietários de Terra, Publicação de Informações e Auto de Infrações.

Além da utilização dos manuais para consulta de eventuais dúvidas, facilitação de treinamento e auxílio para eventuais auditorias, a principal contribuição dessa ação será o estabelecimento de padronização sistemática das atividades desempenhadas, que poderá evoluir em critérios de avaliação e desempenho e no aprimoramento constante dos procedimentos.

Com relação à automação dos procedimentos de cálculo e distribuição de *royalties* através do sistema SIGEP, neste ano foi implementado o módulo de transferência de dados entre as concessionárias e a ANP pela internet (i-SIGEP). O sistema se encontra em fase de implantação, do módulo de cálculo de *royalties*.

A Lei nº 9.478, de 6/08/97 - Lei do Petróleo estabelece em seu art. 8º, inciso X, a obrigação da ANP de estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento de petróleo e gás natural. No âmbito da ANP, compete à Coordenadoria de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos – CTC fazer cumprir o disposto na mencionada Lei.

No cumprimento de suas atribuições, a CTC desenvolve as seguintes ações:

- Implantar e acompanhar o Programa de Formação de Recursos Humanos - PRH da ANP destinado à formação de recursos humanos para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- Propor atos de regulação e fiscalizar os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) previstos em cláusula específica dos contratos de concessão;
- Credenciar instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, com competências nas áreas de petróleo, gás natural e biocombustíveis, aptas a receberem recursos dos concessionários para a realização de projetos de P&D;
- Prestar apoio técnico à Diretoria da ANP na gestão do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural - CT-PETRO.

Além dessas atividades, a CTC atende às demandas das diretorias e superintendências da ANP para a formulação de projetos específicos e ao público externo em assuntos relacionados ao desenvolvimento tecnológico e à formação de recursos humanos especializados para o setor.

12.1 – PROGRAMA DE RECURSOS HUMANOS DA ANP PARA O SETOR PETRÓLEO E GÁS NATURAL – PRH-ANP

Implementado pela ANP em 1999, o Programa de Recursos Humanos consiste na alocação de recursos para bolsas de estudo para o nível técnico e nível superior – graduação, mestrado e doutorado - com vistas à formação de mão de obra capacitada para atender à demanda da indústria de petróleo e gás natural.

É uma iniciativa de sucesso que tem contribuído para formação de profissionais altamente qualificados para o setor de petróleo e gás natural, incrementando a empregabilidade do jovem brasileiro e a capacidade competitiva da indústria nacional.

Atualmente, o PRH é constituído por 36 programas de nível superior, implantados em 23 instituições de ensino e pesquisa no País, localizadas em 13 estados (PA, RN, CE, BA, PB, PE, ES, RJ, SP, SC, PR, RS, MG).

O Programa referente ao nível superior é financiado com recursos do MCT/ CTPE-TRO⁹, por intermédio de convênios com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, gestora dos recursos do Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural.

É importante ressaltar que o PRH de nível superior vem sendo mantido por meio da renovação dos convênios e concessão de novas cotas de bolsas, enquanto o PRH-Técnico, teve suas atividades descontinuadas em decorrência das restrições orçamentárias verificadas ao longo de sua execução, tendo em vista que seu financiamento se dava com recursos próprios da ANP.

Desde a sua implementação, foram investidos no PRH mais de R\$ 184 milhões, concedidas 5.121 bolsas de estudo, formados 2.492 profissionais de nível superior e 558

⁹ O CTPE-TRO - *Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural* - tem como instrumentos de criação a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 2.851/98, alterado pelo Decreto nº 3.318/99. Tem como objetivo financiar programas de amparo à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico do setor petrolífero e à formação de recursos humanos.

de nível médio. As Tabelas 1 e 2 registram, respectivamente, a evolução do quantitativo de bolsas concedidas e os investimentos realizados no período 1999-2009.

Do total de alunos formados em nível superior, 1.960 foram absorvidos pelas empresas do setor de petróleo e gás natural, atingindo um índice de empregabilidade de 79%. Cabe observar que nesse índice não está considerado o sequenciamento acadêmico de ex-bolsistas, o que representa, também, um grande ganho para as nossas instituições de ensino e pesquisa.

Tabela 12.1 – Evolução da Quantidade de Bolsas Concedidas - Período 1999-2009

NÍVEL	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Técnico			672		141							813
Graduação	74	179	201	322	322	360	0	355	432	0	297	2.542
MSc	52	101	108	162	162	166	0	160	217	0	133	1.261
DSc	18	37	44	57	57	59	0	57	71	0	105	505
Total	144	317	1025	541	682	585	0	572	720	0	535	5.121

Fonte: PRH/CTC

Tabela 12.2 – Evolução dos Investimentos Realizados no Período de 1999-2009

Ano	PRH-ANP/MCT Nível Superior	PRH-ANP/MEC Nível Técnico	Recursos ANP	Recursos CTPETRO	TOTAL
1999	538.778		538.778		538.778
2000	8.325.050			8.325.050	8.325.050
2001	13.031.345	3.412.659	3.412.659	13.031.345	16.444.004
2002	18.075.749	643.360	643.360	18.075.749	18.719.109
2003	11.153.738	873.840	873.840	11.153.738	12.027.578
2004	22.476.978	417.340	417.340	22.476.978	22.894.318
2005	15.000.000			15.000.000	15.000.000
2006	24.000.000			24.000.000	24.000.000
2007	27.000.000			27.000.000	27.000.000
2008	19.400.000			19.400.000	19.400.000
2009	20.000.000			20.000.000	20.000.000
Total	179.001.638	5.347.199	5.885.977	178.462.860	184.348.837

Fonte: PRH/CTC

Conforme pode ser observado na Tabela 1, em 2005 e 2008 não houve concessão de novas bolsas, tendo os orçamentos desses exercícios garantido a continuidade das bolsas vigentes.

Em conformidade com as normas vigentes, o PRH é avaliado anualmente por meio de reuniões dos coordenadores e professores visitantes de todos os programas, com a participação da ANP, e da Reunião Anual de Avaliação, quando são apresentados pelos bolsistas, em forma oral ou em pôsteres, os trabalhos que estão sendo desenvolvidos. Os trabalhos são avaliados por especialistas da ANP e de outras entidades do setor.

O XI Encontro de Coordenadores e Pesquisadores Visitantes do Programa, realizado em 2009, contou com a participação dos coordenadores e professores visitantes de todos os programas e de técnicos da ANP, convidados do MCT e profissionais do setor. A Reunião Anual de Avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelos bolsistas foi realizada durante o 5º PDPETRO - Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Petróleo e Gás, evento que congrega a comunidade acadêmica e industrial e que tem como objetivo promover a troca de experiências e difundir a pesquisa científica e tecnológica voltada para o desenvolvimento do setor do petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Em atendimento às diretrizes do CTPETRO, deu-se continuidade ao ajuste das cotas de bolsas atribuídas a cada uma das instituições participantes do PRH-ANP/MCT, de forma a cumprir a determinação de que seja alocado às regiões Norte – Nordeste pelo menos 40% dos recursos provenientes daquele Fundo Setorial.

Os Programas participantes do PRH foram escolhidos por editais lançados em 1999 e 2000 sendo o 1º Edital em março/1999, quando foram selecionados 16 programas; em outubro/1999 foi lançado o 2º Edital e escolhidos 15 PRHs e o 3º Edital, lançado em novembro/2000, selecionou 5 novos programas. Desde então, somente agora, em 2009, foi lançado o Edital 04/2009, para seleção de dez novos Programas, sendo, pelo menos um, para cada um dos seguintes temas:

- Pré-sal, com ênfases em aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos para o pré-sal, sistema(s) petrolífero(s) do pré-sal: identificação e mapeamento dos elementos, modelagem e simulação dos processos, caracterização dos reservatórios carbonáticos do pré-sal, perfuração de poços exploratórios e de desenvolvimento;
- Biocombustíveis, com ênfase no biodiesel e no etanol;
- Eficiência Energética, com ênfase em novas tecnologias, sinergias entre diferentes tecnologias, análise econômica e benefícios ambientais;
- Saúde Ocupacional e Segurança Operacional, com ênfase em higiene ocupacional e promoção da saúde no setor de óleo e gás.

Os temas foram selecionados levando-se em conta a atual oferta de especializações por parte dos programas participantes do PRH-ANP/MCT, as indicações do mercado e as análises internas da Agência, sempre atenta às necessidades do setor por ela regulado.

Cabe salientar ainda que a partir de 2009 foi autorizada a alocação, pela Petrobras, de recursos provenientes da obrigação de investimentos em P&D, no montante de R\$ 20.900.000,00 recursos esses que permitirão a concessão de novas cotas de bolsas no âmbito dos Programas PRH-ANP Nível Superior e Nível Técnico.

12.2 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CLÁUSULA DE INVESTIMENTOS EM P&D

A partir de 1998, a ANP incluiu nos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural cláusula estabelecendo que, caso a Participação Especial seja devida para um campo em qualquer trimestre do ano calendário, o concessionário será obrigado a realizar despesas qualificadas com Pesquisa e Desenvolvimento em valor equivalente a 1% da receita bruta da produção para tal campo.

Estabeleceu ainda que até 50% do valor dos investimentos poderão ser aplicados em despesas qualificadas como pesquisa e desenvolvimento, executadas em instalações próprias dos concessionários e, no mínimo, 50% dos recursos devem ser aplicados em instituições de P&D credenciadas pela ANP para esse fim.

Nos termos do que dispõe o contrato de concessão, até o momento, estão enquadrados nessa obrigatoriedade apenas os concessionários petrobras, shell e repsol,, cujas obrigações anuais são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 12.3 – Valores anuais das obrigações por concessionário

Concessionário	Acumulado 1998-2004	2005	2006	2007	2008	2009 ¹⁰	Total
Petrobras	1.231.581.196	506.629.955	613.841.821	610.244.146	853.726.088	454.049.553	4.270.072.360
Shell	10.715.802	2.281.682	--	--	--	--	12.997.485
Repsol	--	--	2.547.915	6.259.121	7.132.143	3.206.158	19.145.337
TOTAL	1.242.296.999	508.911.637	616.389.736	616.503.266	860.858.232	457.255.712	4.302.215.182

Fonte: SPG/ANP

(Obs.: Os dados de 2009 correspondem aos valores apurados até o 3º trimestre. Os dados referentes ao 4º trimestre ainda não foram disponibilizados pela SPG)

¹⁰ Os dados de 2009 correspondem aos valores apurados até o 3º trimestre. Os dados referentes ao 4º trimestre ainda não foram disponibilizados pela SPG

A regulamentação da cláusula de investimentos em P&D se dá pelas Resoluções e respectivos Regulamentos Técnicos especificados a seguir:

- Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005 – diretrizes e critérios para a aplicação dos recursos e para a fiscalização dos investimentos;
- Resolução ANP nº 34/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 6/2005 – requisitos e procedimentos para credenciamento das Instituições de P&D.

Com base no que estabelecem os citados Regulamentos, a CTC desenvolve as seguintes atividades:

- Concessão de Autorização Prévia;
- Fiscalização dos Investimentos realizados; e
- Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento.

12.2.1 – Autorização Prévia

De acordo com o item 8.2 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, algumas modalidades de despesas somente podem ser admitidas como Pesquisa e Desenvolvimento, para efeito do cumprimento da cláusula de investimentos, mediante autorização prévia da ANP.

Para tanto, os concessionários submetem os projetos sujeitos à autorização prévia à apreciação da Agência Nacional do Petróleo, cabendo à CTC proceder à análise técnica dos mesmos e verificar a sua pertinência e enquadramento nos requisitos estabelecidos no Regulamento Técnico ANP Nº 5/2005. No processo de análise, a CTC conta com a participação de especialistas das Superintendências, Coordenadorias e Núcleos da ANP.

Em 2009 foram concedidas autorizações prévias para 74 projetos, no montante total de R\$ 194.559.451,00. As tabelas 4 e 5 apresentam, por ano e por concessionário, a evolução do número de projetos e do valor dos investimentos autorizados, respectivamente.

Tabela 12.4 – Investimentos em P&D – Número de Projetos Autorizados por Concessionário

Concessionário	Nº de Projetos				Total
	2006	2007	2008	2009	
PETROBRAS	184	166	172	73	597
REPSOL	-	2	-	-	2
SHELL	-	2	1	-	3
STATOIL	-	-	-	1	1
Total	184	170	173	74	603

Fonte: CTC/ANP

Tabela 12.5 – Investimentos em P&D – Despesas Autorizadas por Concessionário

Concessionário	Investimentos Autorizados				Total Acumulado	
	2006	2007	2008	2009	Valor	% sobre total
PETROBRAS	580.521.540	426.954.080	486.264.189	192.225.073	1.685.964.882	98,9
REPSOL	-	2.417.044	-	-	2.417.044	0,1
SHELL	-	1.015.472	12.908.100	-	13.923.572	0,8
STATOIL	-	-	-	2.334.378	2.334.378	0,1
Total	580.521.540	430.386.596	499.172.289	194.559.451	1.704.639.876	100,0

Fonte: CTC/ANP

Os dados apresentados nas tabelas 4 e 5 indicam que o concessionário Petrobras é o principal investidor, sendo responsável por 98,9% dos recursos autorizados pela ANP. A tabela 6 apresenta o volume de investimentos autorizado no período 2006-2009, por tipo de despesa.

Tabela 12.6 – Investimentos em P&D – Projetos Autorizados por Tipo de Despesa

Item	Investimentos Autorizados				Total Acumulado	
	2006	2007	2008	2009	Valor	% total
Gestão Tecnológica	-	527.205	-	-	527.205	0,0
Recursos Humanos	157.997.388	70.725.392	11.562.485	24.031.776	264.317.042	15,5
Infra-estrutura Laboratorial	422.524.152	338.768.985	448.804.567	150.342.390	1.360.254.247	79,8
Pessoal administrativo e técnico-operacional	-	4.656.407	-	286.332	4.942.739	0,3
P&D em TIB	-	2.211.430	8.563.576	3.984.468	14.718.129	0,9
P&D em Energia	-	13.497.176	30.241.661	15.914.482	59.880.511	3,5
Total	580.521.540	430.386.596	499.172.289	194.559.451	1.704.639.876	100,0

Fonte: CTC/ANP

Conforme podemos observar na tabela 6, em valores acumulados, os projetos de investimentos submetidos à autorização prévia da ANP alcançaram em 2009 o montante de R\$ 1.704.639.876,00 sendo que, deste valor, cerca de 80 % referem-se a investimentos em infra estrutura laboratorial, que atingiu a cifra de R\$ 1.360.254.247,00.

Para 2009, observa-se uma retração significativa no volume de recursos autorizados. Essa retração é observada principalmente para projetos destinados ao item infra-estrutura laboratorial, que recebeu grande aporte de recursos nos três anos anteriores, estando os projetos já autorizados ainda em fase de realização.

Nos investimentos autorizados para aplicação em Recursos Humanos, estão incluídos os valores referentes ao PRH/ANP Nível Técnico e Nível Superior, ao Programa INCT-CNPq e ao Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQP, vinculado ao Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo – PROMINP, todos apoiados pela PETROBRÁS.

O PNQP/PROMINP tem como meta qualificar, no período 2007-2009, 93.499 profissionais, sendo: i) nível básico, 58.280; ii) nível médio, 22.155; iii) nível técnico, 2.646; iv) inspetor, 4.208; e, v) nível superior, 6.210. Os cursos são ministrados em 17 estados brasileiros, nas regiões onde estão sendo realizados investimentos do setor de petróleo e gás natural. As tabelas 7 e 8 apresentam os dados referentes ao número de alunos qualificados e aos investimentos realizados nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

Tabela 12.7 – Investimentos em P&D relativos ao PNQP/PROMINP - Nº de alunos qualificados

Nível	Nº de alunos previsto	Realizado			Total	
		2007	2008	2009	Nº de alunos qualificados	% s/ previsto
Superior	6.210	698	3.296	633	4.627	75%
Técnico	2.646	150	473	309	932	35%
Inspetor	4.208	433	647	129	1.209	29%
Médio	22.155	1.995	3.931	6190	12.116	55%
Básico	58.280	3.492	9.486	20.832	33.810	58%
Total	93.499	6.768	17.833	28.093	52.694	56%

Fonte: Secretaria Executiva do PNQP/PROMINP

Realizado: número de alunos que concluíram os cursos com aproveitamento. Não inclui alunos evadidos, reprovados e demais perdas ao longo do curso.

Tabela 12.8 – Investimentos em P&D relativos ao PNQP/PROMINP

Nível	Desembolsos previstos	Desembolsos Realizados			Total	
		2007	2008	2009	Valor	% s/ previsto
Superior	76.221.986	22.082.528	34.817.563	17.851.714	74.751.806	98,1
Médio	70.986.329	5.555.055	13.475.830	17.444.239	36.475.124	51,4
Básico	70.454.515	2.624.765	15.861.707	40.574.684	59.061.156	83,8
Despesas com Gestão	11.059.950	3.061.303	3.611.047	6.396.983	13.669.333	123,6
Total	228.722.780	33.323.651	67.766.147	82.267.620	183.957.418	80,4

Fonte: Secretaria Executiva do PNQP/PROMINP

Observa-se nas tabelas 7 e 8 a existência de uma defasagem no que se refere à execução do programa, cuja conclusão era prevista para 2009. Essa defasagem deveu-se às dificuldades encontradas para a formação das turmas iniciais, repercutindo sobre o cronograma das etapas seguintes.

Conforme pode ser observado na tabela 9, os investimentos em projetos submetidos à autorização prévia no período 2006-2009 estão concentrados na área de produção (29,0%), seguido pela área de abastecimento (15,1%) e de gás, energia e meio ambiente (11,2%). As autorizações concedidas para alocação no PNQP/PROMINP respondem por 18% do volume total de recursos destinados a projetos sujeitos à autorização prévia.

Tabela 12.9 – Investimentos em P&D – Projetos Autorizados por Área

Área	Investimentos Autorizados				Total Acumulado	
	2006	2007	2008	2009	Valor	% s/ total
Exploração	49.693.630	44.607.771	38.058.793	10.138.512	145.281.353	8,5
Produção	119.900.272	124.275.012	182.706.622	30.309.041	493.593.255	29,0
Abastecimento	119.646.510	20.669.600	62.046.625	54.183.935	257.734.241	15,1
Gás, Energia, Meio Ambiente	31.451.537	54.351.252	67.132.641	32.027.255	190.560.078	11,2
Gestão e Inovação		3.877.673	629.418	231.000	4.738.091	0,3
Núcleos (multia- reas)	98.468.797	42.066.675	37.891.709	5.572.259	183.999.439	10,8
Projetos (multia- reas)	3.363.407	66.380.705	32.755.476	62.097.447	122.059.630	7,2
PROMINP/PNQP	157.997.388	70.725.392	77.951.006	-	306.673.785	18,0
Total	580.521.540	430.386.596	499.172.289	194.559.451	1.704.639.876	100,0

Fonte: CTC/ANP

No que se refere à distribuição regional dos recursos autorizados, dados apresentados na tabela 10, verifica-se uma forte concentração dos investimentos na região Sudeste (67,5%), seguida das regiões Nordeste (15,2%), Sul (9,8%), Norte (3,8%) e Centro-Oeste (1,6%).

Tabela 12.10 – Investimentos em P&D – Projetos Autorizados por Região

Região	Investimentos Autorizados				Total Acumulado	
	2006-2007	2008	2009	PNQP/ PROMINP	Valor	% s/ total
Sudeste	539.386.581	319.880.112	124.035.880	167.089.250	1.150.391.823	67,5
Nordeste	142.277.335	66.063.487	24.754.783	26.115.270	259.210.875	15,2
Sul	82.568.361	48.248.239	3.499.643	32.081.690	166.397.933	9,8
Norte	8.158.369	53.899.606	210.000	3.074.230	65.342.205	3,8
Centro-Oeste	9.794.711	11.080.845	6.872.890	362.340	28.110.786	1,6
Não-especificado			35.186.253		35.186.253	2,1
Total	782.185.356	499.172.289	194.559.451	228.722.780	1.704.639.876	100,0

Fonte CTC/ANP.

12.2.2 – Fiscalização dos Investimentos Realizados

Conforme determina a cláusula de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, os concessionários devem fornecer à ANP, anualmente, relatório completo das despesas qualificadas com Pesquisa e Desenvolvimento realizadas no exercício anterior, incluindo descrição dos aspectos técnicos e documentação auxiliar.

A análise técnica dos relatórios demonstrativos é realizada pelos técnicos da CTC, conjuntamente com técnicos das Superintendências, Coordenadorias e Núcleos da ANP, cujas áreas de atuação e especialização sejam afins com o tema dos projetos de P&D em análise. Inicialmente, é verificado se os investimentos realizados pelos concessionários atendem ao previsto nos contratos de concessão e no Regulamento Técnico ANP N° 5/2005, classificando-se os projetos como enquadrados ou não enquadrados.

Na fase seguinte, são realizadas visitas técnicas às instalações dos concessionários ou das instituições de P&D onde foram executadas as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, com o objetivo de verificar a execução dessas atividades, assim como confirmar informações ou obter informações adicionais sobre os dados constantes nos relatórios demonstrativos anuais.

Concluída a fase de análise, é elaborado o Parecer Técnico conclusivo, que é encaminhado para manifestação da PRG e, em seguida, para apreciação da Diretoria Colegiada, com a consequente deliberação sobre o valor reconhecido dos investimentos realizados e, se for o caso, sobre o valor do saldo apurado.

No exercício de 2009, foram realizadas pela equipe da CTC, com a participação de especialistas de outras áreas da ANP, visitas técnicas a 209 projetos executados pelo concessionário petrobras em suas próprias instalações ou contratados junto a instituições de pesquisa e desenvolvimento. Com o objetivo de otimizar os deslocamentos dos técnicos, as visitas técnicas foram programadas de modo a permitir que, na mesma data, fossem verificados o maior número de projetos em desenvolvimento em cada local. A tabela 11 apresenta um resumo das visitas técnicas realizadas.

Tabela 12.11 – Fiscalização – Visitas Técnicas realizadas

Projetos Visitados	Projetos fiscalizados	Visitas Realizadas
Projeto Interno - CENPES	88	21
Projeto Externo - RJ	54	29
Projeto Externo - Outros Estados	67	13
<i>Total</i>	<i>209</i>	<i>63</i>

Fonte: CTC/ANP

Essas visitas técnicas subsidiarão a elaboração do parecer técnico sobre os Relatórios Demonstrativos de 2005 e de 2006 do concessionário petrobras.

Concluiu-se, em 2009, a análise técnica do Relatório Demonstrativo de Despesas referentes ao exercício de 2007 da petrobras, sendo o referido Relatório Demonstrativo devolvido ao concessionário para reformulação, por não atender as condições estabelecidas no Regulamento Técnico nº 05/2005, e, nos termos da recomendação constante no Parecer Técnico da CTC.

Nesse ano, ainda, foram concluídos os pareceres técnicos sobre o recurso apresentado pelo concessionário petrobras contra a Resolução de Diretoria referente aos Relatórios Demonstrativos de 1998 a 2004 e sobre o Relatório Demonstrativo de Despesas de 2007 do concessionário shell, ambos homologados pela Diretoria.

12.2.3 – Credenciamento das Instituições de P&D

O credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento junto à ANP, conforme previsto na Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, é condição para que o concessionário possa nelas investir.

O processo de credenciamento está definido no Regulamento Técnico nº 06/2005, aprovado pela Resolução ANP nº34/2005, e representa o reconhecimento formal, por parte da Agência de que a instituição possui competência técnica para atuar em áreas de relevante interesse para o setor de petróleo e seus derivados, gás natural, meio ambiente, energia e na formação de recursos humanos, assim como possui infraestrutura e condições operacionais adequadas para a execução das atividades de P&D credenciadas.

A Resolução nº 33/2005 e seu Regulamento Técnico, que define as normas referentes à realização dos investimentos em P&D, também estabelece, em seu artigo 4º, que, em caráter temporário e até que a ANP tenha um conjunto de Instituições Credenciadas, o concessionário poderá realizar despesas com Pesquisa e Desenvolvimento nas instituições que tenham recebido recursos financeiros do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás - CT-PETRO, instituído no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Esse mecanismo permitiu que os investimentos continuassem a ser realizados normalmente, enquanto a ANP criava as condições internas para implantar efetivamente o processo de credenciamento.

Em cumprimento ao Regulamento Técnico ANP nº 6/2005, a CTC iniciou, em 28 de janeiro de 2008, o processo de credenciamento após a conclusão e adequação de sistema informatizado, que possibilitou às Instituições fornecerem, *on-line*, parte das informações necessárias para análise e concessão do credenciamento.

Desde então, 112 instituições protocolaram suas solicitações de credenciamento junto à ANP, sendo que, desse total, 40 solicitações foram protocoladas em 2009.

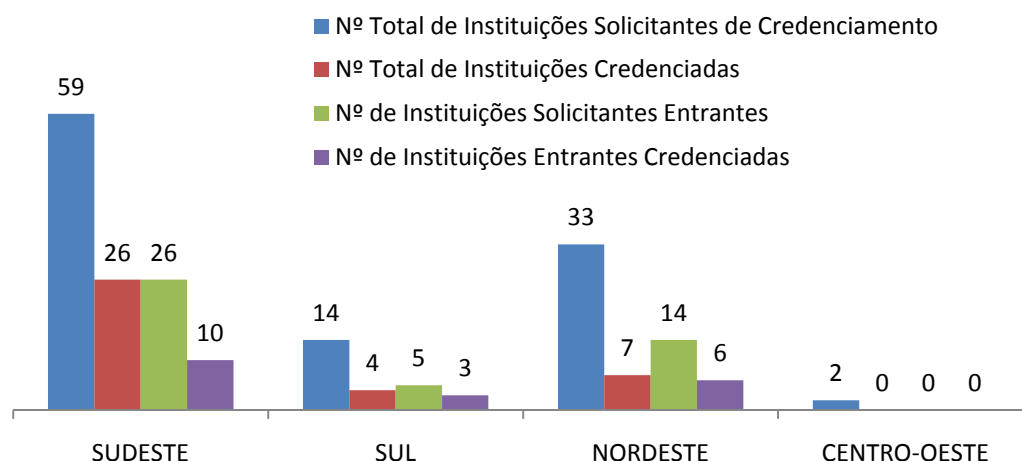
Dentre essas solicitações, 45 são de instituições que nunca receberam recursos do fundo CTPETRO (instituições entrantes), estando, portanto, fora do critério temporário estabelecido pelo artigo 4º da Resolução ANP nº 33/2005, ou seja, são instituições que necessitam do credenciamento para se habilitarem ao recebimento de recursos oriundos da Cláusula de P&D.

Na avaliação dos pedidos de credenciamento, o critério inicial considerado pela equipe técnica foi a data de protocolo na Agência, observado até meados do segundo semestre de 2008 quando, então, foi substituído pelo critério de priorização das instituições entrantes.

Com base nesse critério, o número de instituições entrantes credenciadas passou de apenas 3 em 2008 para 19 até o final 2009, em um total de 25 instituições credenciadas nesse último ano. Ressalva-se que, entre as instituições entrantes que solicitaram credenciamento, 11 foram classificadas como não-enquadradas nos critérios estabelecidos pelo Regulamento Técnico ANP nº 06/2005.

O resultado consolidado do processo de credenciamento das instituições de P&D, em 2008 e 2009, considerando a distribuição regional das solicitações e dos credenciamentos realizados, está apresentado na figura x, abaixo.

Gráfico 12.1 – Distribuição regional das solicitações e credenciamentos de instituições



Fonte: CTC/ANP

A listagem atualizada das instituições credenciadas segundo o Regulamento Técnico ANP nº 06/2005 passou a ser disponibilizada na página da ANP na internet, em 2009. Estão disponibilizados para consulta os dados relativos às atividades de P&D objeto do credenciamento, assim como os contatos dos responsáveis pelos laboratórios das instituições credenciadas.

O atual regulamento dá ênfase à avaliação das instituições quanto à capacidade administrativa e de gestão para o desenvolvimento de atividades de P&D, mas a experiência tem mostrado que a maior parte das instituições, principalmente as unidades vinculadas às universidades e demais instituições de ensino, que representam a principal demanda do credenciamento, enfrentam dificuldades para cumprirem as exigências nesse modelo de avaliação.

Dessa forma, no final de 2009 foi dado início à revisão do atual regulamento, de forma a conferir maior agilidade ao processo, tornando-o mais adequado, tanto à realidade da CTC/ANP, quanto à realidade do setor de C&T nacional, sob o ponto de vista operacional, tendo em vista, inclusive, os sistemas de avaliação e credenciamento já adotados pelo MCT e pelo MEC.

12.3 – APOIO TÉCNICO AO CT-PETRO/MCT

Entre as atribuições da ANP está a de dar apoio técnico ao Ministério de Ciência e Tecnologia na formulação e na administração dos programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, quando financiados com recursos provenientes dos *royalties* (Lei 9.478, art.49, parágrafo 2º).

Dessa forma, a atuação da CTC consiste em apoiar a Diretoria em sua participação no Comitê de Coordenação do CT-PETRO, dando respaldo técnico nas ações relacionadas a o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, e atuar junto à FINEP e CNPq, dando apoio na elaboração de editais e na avaliação de projetos e seus resultados.

A CTC participa ainda, a convite da FINEP, dos Comitês de Avaliação para seleção de projetos apresentados em concorrência às chamadas públicas para financiamento de P&D.

Visando à articulação com os agentes governamentais e econômicos sobre questões ambientais, a ANP, por meio da Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), acompanhou as discussões para a definição de políticas públicas na área ambiental relacionadas com a atuação da Agência, ocorridas ao longo do ano de 2009. Esse acompanhamento se deu com a indicação e participação de representantes institucionais no Consórcio Zoneamento Ecológico-Econômico Brasil (ZEE Brasil), em grupos de trabalho de discussão de temas ambientais de interesse para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, bem como em outros fóruns de discussão temática, no âmbito interministerial.

A participação dos representantes indicados pela CMA ocorreu sempre de forma articulada com as demais superintendências, nos diversos fóruns. Assim, foi estabelecida uma dinâmica de troca de informações, de maneira que a CMA acompanhasse o andamento dos trabalhos nesses fóruns. A Coordenadoria foi responsável pela definição dos posicionamentos assumidos em nome da Agência, com o objetivo de influenciar na criação de políticas e regulamentações que incorporem a realidade do setor de petróleo e gás e reflitam os interesses da sociedade e do mercado.

13.1 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Representantes institucionais da ANP tomaram parte de discussões de questões relacionadas à elaboração dos zoneamentos ecológico-econômicos de vários estados da Federação, da Amazônia Legal e do Brasil, participando de oficinas de trabalho, seminários, audiências públicas e outros eventos, para onde foram levadas as informações de interesse para o setor de petróleo e gás, a fim de serem contempladas nos zoneamentos em elaboração.

A CMA participou das reuniões de trabalho e oficinas realizadas ao longo de 2009 (abril, outubro e novembro), tendo como objetivo a elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal.

A atuação da ANP, em conjunto com a equipe do MME, visou à aprovação de estratégias que garantissem as atividades produtivas de interesse e de baixo impacto à floresta. Para as unidades territoriais de interesse do setor, foi incluída como diretriz a “viabilização de atividades de interesse público, tais como a produção de energia, a mineração e a exploração de óleo e gás, com tecnologias adequadas à proteção ambiental”. Com isso procurou-se enfatizar que a defesa da floresta não se daria pela criação de Unidades de Conservação ou equivalente e sim pelo estímulo a atividades geradoras de emprego e renda, compatíveis com a sua preservação.

O documento em sua versão mais atualizada será colocado em consulta pública pelo MMA, para comentários e sugestões.

13.2 – INVENTÁRIO NACIONAL DE FONTES MÓVEIS

A Portaria MMA n.º 336, de 22 de setembro de 2009, instituiu grupo de trabalho com o objetivo de elaborar o primeiro inventário nacional de emissões para veículos pesados, leves e motocicletas. O GT é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e inclui a ANP em sua composição. Técnicos da Superintendência de Biocombustíveis de Qualidade de produtos e da Coordenadoria de Meio Ambiente representam a ANP nesse GT.

O inventário de emissões em questão deverá totalizar as emissões de fontes móveis, modal rodoviário, para o Brasil e para as regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém e do Distrito Federal. Os dados sobre o consumo/venda de combustíveis em nível de desagregação por estados da Federação e por municípios das regiões metropolitanas aqui citados configuram informações básicas para o cálculo das emissões.

13.3 – PARTICIPAÇÃO NOS PROJETOS DE MEIO AMBIENTE DO PROMINP

A Câmara Técnica de Meio Ambiente (CTMA) do Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) criou os Projetos de Meio Ambiente 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08. Para cada um deles, a ANP indicou representantes que vêm atuando efetivamente, com participação em reuniões e demais eventos associados a cada um desses programas.

Dentre os programas citados, alguns tiveram, no ano de 2009, ações mais constantes, que demandaram uma participação mais intensa por parte dos representantes da ANP. Entre esses, os programas MA-04, 07 e 08 merecem destaque.

A CMA representa a ANP junto ao Comitê Temático de Meio Ambiente (CTMA) do PROMINP, tendo participado das diversas reuniões e oficinas de trabalho dos projetos MA-04 (sobre banco de dados ambientais), 07 (que trata do aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de óleo e gás) e 08 (que estuda uma nova metodologia de inclusão da variável ambiental no processo de concessão de áreas de E&P).

O representante da CMA é diretamente responsável pelo subgrupo de trabalho, no âmbito do Projeto MA-08, formado pelo MME, ANP, EPE, Petrobras e IBP, para o detalhamento de proposta de avaliação ambiental regional e sua inter relação com o licenciamento ambiental e processo de outorga. Assumirá também juntamente com representante da Diretoria de Licenciamento (DILIC/IBAMA) a coordenação de subgrupo de trabalho, relativo ao Projeto MA-07, que tratará da questão das instituições intervenientes no processo de licenciamento *onshore* e de dutos.

13.4 – PARTICIPAÇÕES EM AUDIÊNCIAS CONVOCADAS PELA JUSTIÇA FEDERAL OU MINISTÉRIO PÚBLICO

A CMA participou da audiência de Instrução referente à ação civil pública nº 2006.33.10.001862-0 / Ação Cautelar nº 2006.33.10.001441-3, em Eunápolis (BA), referente à exclusão de qualquer atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos da região dos bancos de Abrolhos e de Royal Charlotte e adjacências, em um raio de 50km, seu representante, presente à Audiência, repassou informações acerca de Termo de Referência, elaborado pela ANP, para contratação de estudo ambiental na área em questão (entorno do Arquipélago de Abrolhos).

O estudo que a ANP pretende contratar tem a intenção de aumentar o conhecimento dos aspectos ambientais da região e contribuir para a definição de diretrizes que possam delinear a atuação das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural nas bacias sedimentares localizadas na referida região, de forma a evitar danos ambientais a um ambiente marinho de grande importância e contribuir para a sua preservação.

A CMA também participou da audiência relativa ao inquérito civil público nº 1.25.010.000057/2008-21 – MPF PRM/FB, para tratar sobre o processo de licenciamento ambiental dos postos revendedores de combustíveis do município de Francisco Beltrão, estado do Paraná.

Atendendo a uma solicitação da Superintendência do Abastecimento, a CMA enviou representante para participar dessa audiência, oportunidade em que a coordenadoria repassou informações ao representante do MPF daquele município no inquérito civil público, sobre o cumprimento da Resolução Conama nº 273/2000, que trata do licenciamento ambiental dos agentes econômicos em questão, e relatou a dificuldade da ANP de cumprir o entendimento do ministério público, no que diz respeito à exigência da licença ambiental desses empreendimentos.

13.5 – PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO DE GEODIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

A CMA, por meio de representante titular da ANP, participou das reuniões do Conselho de geodiversidade do estado do Amazonas, durante o ano de 2009.

No conselho foram proferidas pelo representante da CMA as palestras “Diretrizes para Exploração, Produção e Transporte de Óleo e Gás na Amazônia” e “Petróleo e Gás – Conhecimento para o Desenvolvimento Sustentável do Amazonas”.

Essa participação tem grande relevância para os interesses da ANP, uma vez que através da presença da Agência no Conselho de Geodiversidade do Amazonas, difundem-se as informações referentes às atividades de exploração e produção de óleo e gás e os cuidados que a ANP dispensa à recomendação de adoção das melhores práticas dessas atividades, em ambientes sensíveis como a floresta.

13.6 – PARTICIPAÇÕES EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Em 2009, técnicos da CMA atuaram em audiências públicas sobre processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração e produção de óleo e gás.

Em agosto de 2009, representante da CMA participou da audiência pública do processo de licenciamento ambiental do Teste de Longa Duração (TLD) do Bloco BM-S-40, Bacia de Campos, realizada em Itajaí-SC.

Na ocasião, a CMA esclareceu o processo de análise ambiental das áreas exploratórias em estudo para oferta e do entendimento da ANP com os órgãos ambientais competentes, no caso específico do empreendimento tratado, sobre a viabilização de oferta dessas áreas na Rodadas de Licitação promovidas pela ANP.

13.7 – ATIVIDADES TÉCNICAS

13.7.1 – Planejamento Estratégico de Meio Ambiente para a ANP

Buscando definir melhor a missão e a visão da ANP com relação às suas atribuições ambientais, a CMA elaborou um diagnóstico sobre a atuação ambiental da Agência. O trabalho incorporou o levantamento das informações ambientais coletadas no Regimento Interno e Legislação da ANP e uma série de entrevistas realizadas junto às áreas com atividades que possuem interface objetiva com os aspectos de meio ambiente da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Dentre Superintendências e Coordenadorias, dez áreas da ANP foram entrevistadas, a saber: SDT, SDB, SEP, SDP, CSO, SRP, SCM, SAB, SBQ e SFI. Os resultados deste trabalho foram apresentados às áreas participantes e assessores dos Diretores e, posteriormente foi realizada uma exposição de assunto para a Diretoria Colegiada. O Diagnóstico faz parte do trabalho de construção do planejamento estratégico de meio ambiente para a ANP.

Com base nos resultados do diagnóstico da atuação ambiental da Agência, a CMA iniciou a elaboração do Planejamento Estratégico Ambiental da ANP. Nesta primeira etapa, a CMA identificou e desdobrou em iniciativas 12 objetivos estratégicos, divididos em objetivos de caráter estruturante e de caráter técnico funcional.

Como apoio ao planejamento estratégico, a CMA também iniciou a elaboração de um termo de referência para a contratação de um estudo para a revisão do modelo de atuação ambiental da Agência. Esse estudo incorpora a definição de ferramentas que possibilitem à CMA a proposição da missão, visão, política, diretrizes e atribuições ambientais da Agência. Entende-se que, com a melhor definição desses parâmetros, a ANP terá uma atuação ambiental mais efetiva e poderá dar maior contribuição ao setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis e à sociedade em geral.

13.7.2 – Implementação do Sistema de Informações de Incidentes e Licenciamento Ambiental e criação do Banco de Dados Ambientais da ANP

Desde 2008, a CMA trabalha na implementação do Sistema de Informações de Incidentes e Licenciamento Ambiental (SIN/LIAM).

O LIAM foi implementado na ANP no dia 15 de dezembro de 2009. O sistema será um instrumento para o gerenciamento das informações na ANP no que se refere ao licenciamento ambiental das atividades do segmento do *downstream*, consolidando todas as informações sobre as licenças referentes a cada uma das instalações autorizadas. Ele poderá emitir relatórios qualitativos e quantitativos e notificar os técnicos a respeito do vencimento das licenças cadastradas na ANP.

Por entender a necessidade de concentrar as informações ligadas aos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de exploração e produção das empresas concessionárias, a CMA e o Banco de Dados de Exploração e Produção da ANP vêm desenvolvendo o projeto de Banco de Dados Ambientais.

O Banco tem por objetivo disponibilizar um espaço georreferenciado com as informações relacionadas às licenças ambientais emitidas para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Neste ano de 2009, o projeto iniciou-se com a elaboração de um piloto, que contempla os empreendimentos localizados nas bacias marítimas.

O projeto foi estruturado nas seguintes fases:

- 1- Levantamento dos dados das licenças ambientais expedidas pelo IBAMA, a partir de 1999 até 2009. Esse procedimento de busca das informações, sob responsabilidade da CMA, foi realizado a partir de informações gravadas em CDs, fornecidos pela CGPEG/IBAMA, contendo as licenças ambientais e o *Winisis*, sistema utilizado pelo arquivo técnico do órgão ambiental para localização dos processos e estudos ambientais;
- 2- Identificação dos estudos ambientais referentes a cada processo (EIA/RIMA, RCA, PCA e EAS/RIAS) de empreendimentos localizados nas bacias marítimas, iniciando pelas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo;
- 3- Criação de um projeto-piloto com as informações coletadas das licenças expedidas pelo IBAMA, em 2009, nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo;
- 4- Inclusão das informações referentes a licenciamentos de empreendimentos localizados nas demais bacias marítimas brasileiras;
- 5- Disponibilização das informações, através do Webmaps, a princípio internamente, depois para o público externo;
- 6- Inclusão e disponibilização das informações referentes a licenciamentos de empreendimentos localizados nas bacias marítimas, referentes ao ano de 2008;
- 7- Elaboração de cronograma para levantamento das informações das licenças relacionadas aos anos anteriores a 2008, e às bacias terrestres.

13.8 – RODADAS DE LICITAÇÃO DE BLOCOS E DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Tendo em vista os trabalhos prévios para a realização das rodadas de licitação de blocos com risco exploratório, a CMA participou do Grupo de Trabalho responsável por efetuar a revisão do conteúdo do edital das Rodadas de Licitação de Blocos e do respectivo Contrato de Concessão.

A Coordenadoria priorizou a sua participação na avaliação dos aspectos e cláusulas ambientais constantes nestes documentos. Além de proporcionar a oportunidade de coordenar juntamente com a Superintendência de Promoção de Licitações (SPL) a inclusão dos cuidados com os aspectos ambientais no Edital e no Contrato de Conces-

são, a ação resulta no pleno atendimento à exigência legal de cuidados com a preservação ambiental, por parte da ANP.

A CMA atuou nos trabalhos que viabilizaram a análise ambiental das áreas em estudo para oferta na décima primeira rodada de licitações. Coube à coordenadoria:

- Interlocução com os órgãos de meio ambiente federal e estaduais, com vistas à emissão dos pareceres ambientais sobre as áreas estudadas para oferta na 11ª Rodada de Licitações. Os pareceres ambientais são determinantes para a definição das áreas e as circunstâncias em que poderão ser ofertadas nas rodadas de licitação;
- Avaliação conjunta com a SDB, dos pareceres técnicos emitidos pelo GTPEG, OEMAs e Secretarias de Meio Ambiente estaduais, referentes a restrições e condicionantes ambientais para os blocos a serem ofertados na rodada;

Preparação, em conjunto com a SDB, da “Manifestação conjunta ANP e Ibama sobre a oferta de blocos”, conforme previsto na Resolução CNPE nº 8 /2003.

13.9 – APOIO À CTC

Em cooperação com a Coordenadoria de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos - CTC, , ao longo de 2009, a CMA participou de reuniões de apresentação dos projetos da área de meio ambiente, desenvolvidos pelos programas de recursos humanos de diversas instituições credenciadas. Essa participação tem como objetivo avaliar os projetos com vistas ao mérito, importância para a indústria do petróleo e gás e seu caráter científico.

Além dessas atividades, a CMA participou também de visitas às instalações de várias instituições credenciadas junto ao PRH/ANP, objetivando avaliar tais instituições, seguindo os critérios preestabelecidos pela CTC. A Coordenadoria participou, também, nas avaliações de indicação de pesquisadores visitantes para o PRH 05 e PRH 21.

A CMA, colaborando com a CTC, participou na análise técnica de projetos relacionados a temas ambientais de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, que necessitavam de autorização prévia por parte da Agência, de acordo com o Regulamento Técnico ANP - Nº 5/2005.

No ano de 2009, boa parte do esforço da coordenadoria se deu na verificação dos projetos propostos pela Petrobras nos anos de 2005 e de 2006. Técnicos da CMA participaram de uma série de visitas ao Centro de Pesquisa da empresa - CENPES e seus respectivos laboratórios, a fim de consolidar a referida análise.

Ainda no âmbito da cláusula de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, em 2009, a CMA também auxiliou à CTC nas visitas técnicas com vistas ao credenciamento das instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nacionais, como por exemplo, na elaboração do Relatório e Parecer Técnico de Credenciamento do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ.

13.10 – SEMINÁRIO TÉCNICO SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS DAS ATIVIDADES ONSHORE DE EXPLORAÇÃO, PRODUÇÃO E TRANSPORTE DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Compreendendo que, para a indústria de petróleo e gás, o processo de Licenciamento Ambiental se configura como etapa crítica que antecede a implantação das atividades de exploração e produção, a CMA, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) e com a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), manteve discussões para a realização de um seminário que tratará da prática das atividades *onshore* de exploração, produção e transporte de petróleo e gás natural e dos impactos ambientais inerentes.

Ao longo do ano, entretanto, as discussões para a realização do seminário foram incorporadas pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, PROMINP uma vez que foram criados vários subgrupos dentro da Câmara

Técnica de Meio Ambiente desse programa. Um desses subgrupos, o MA-02, trata da capacitação de equipe técnica dos órgãos ambientais, tendo sido definida uma programação para a realização de treinamentos para as atividades *onshore*, *offshore* e transporte (dutos). No entanto, ainda não há previsão para a realização dos eventos pelo PROMINP.

13.11 – SEMINÁRIO SOBRE DIRETRIZES PARA A EXPLORAÇÃO, PRODUÇÃO E TRANSPORTE DE ÓLEO E GÁS NA AMAZÔNIA – DESAFIOS AMBIENTAIS E SOLUÇÕES

Como forma de incentivar a adoção de boas práticas de atuação na exploração, produção e transporte de petróleo e gás na Amazônia, a CMA, realizou em abril de 2009, o seminário “Diretrizes para a exploração, produção e transporte de óleo e gás na Amazônia – desafios ambientais e soluções”. Para a realização do evento, coube à CMA a identificação das instituições e empresas a serem convidadas; a preparação, juntamente com representantes de outras Superintendências da ANP, da lista preliminar das diretrizes a serem discutidas no seminário; além da condução técnica do evento.

O seminário foi realizado nos dias 2 e 3 de abril de 2009, na ANP, Rio de Janeiro - RJ. A CMA foi ainda responsável pela consolidação das diretrizes aprovadas nos subgrupos de trabalho e pela sua sistematização e publicação na página da Agência na internet, onde permaneceu para o recebimento de contribuições, por 120 dias.

13.12 – REVISÃO DE RESOLUÇÕES

Em 2009, a CMA auxiliou a elaboração e revisão de resoluções da ANP, com participação em grupos de trabalho instituídos por portarias internas:

- Elaboração de minuta de resolução para regulamentação dos procedimentos gerais para instrução de processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;
- Elaboração de minuta de resolução para a regulamentação dos requisitos técnicos, econômicos, jurídicos a serem atendidos pelas requerentes para o exercício da atividade de produção de combustíveis por processos alternativos, bem como as exigências de projeto quanto à proteção ambiental e à segurança industrial e das populações;
- Revisão da Portaria ANP 03/2003 – “Estabelecimento de procedimento para comunicação de incidentes, a ser adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer as atividades da indústria do petróleo, do gás natural e dos bicomcombustíveis, bem como distribuição e revenda”. O processo de revisão deu origem à Resolução ANP nº 44, de 22.12.2009, publicada no DOU de 24.12.2009.

13.13 – PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE TRABALHO DA ANP PARA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE CONSTRUÇÃO DOS TERMINAIS DE GNL (GÁS NATURAL LIQUEFEITO)

Em 2008, conforme solicitação da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Derivados - SCM, a CMA avaliou as informações encaminhadas pela Petrobras, referentes aos aspectos de meio ambiente, dos projetos de construção dos terminais flexíveis de GNL construídos na Baía de Guanabara (RJ) e em Pecém (Ceará).

O GT permaneceu em funcionamento durante o ano de 2009 em função de pendências existentes nos empreendimentos e que demandavam análises técnicas por parte da ANP para a emissão da autorização de operação dos terminais.

A participação da CMA se deu por meio da observação da emissão da licença ambiental pelos órgãos competentes (IBAMA – no caso do Pecém/CE e INEA para o caso da Baía de Guanabara), bem como realizando uma análise sobre os condicionantes de cada licença emitida.

A CMA realizou vistorias conjuntas com a SCM, CSO e SRP nos terminais, participou da elaboração dos pareceres técnicos e avaliou as informações encaminhadas pela Petrobras referentes aos aspectos de meio ambiente dos projetos de construção de ambos os terminais flexíveis de GNL. Os referidos terminais já se encontram em operação desde a emissão de suas autorizações finais, AO nº 282 de 02/06/2009 para Pecém, e AO nº 487 de 19/10/2009 para Baía de Guanabara.

13.14 – ANÁLISE DE MÉRITO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO (E&P)

Desde o ano de 2008, a equipe da CMA, passou a realizar análises de mérito dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de E&P, em função de solicitação de prorrogação e suspensão temporária de contratos de concessão, a partir de solicitações da SEP e da SEC.

Coube à CMA avaliar os impactos de eventuais atrasos em processos de licenciamento ambiental, nos compromissos existentes nos contratos de concessão de áreas de exploração e produção.

Em 2009, a CMA analisou processos referentes aos blocos exploratórios BT-POT-10, BCAM-40, BM-C-33, BM-SEAL-9, BM-ES-29, BT-POT-35, BM-ES-30, BM-C-26, BM-C-27, BM-C-31, BM-ES-31, BM-PAMA-3, BM-CE-1, BM-CE-2, BM-BAR-1 e BM-C-27.

Essa atividade permite à ANP conhecer o andamento dos processos de licenciamento ambiental, pelo análise dos documentos existentes nos processos e em contatos mantidos com os órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento. Dessa forma, a ANP pode melhor avaliar a pertinência da solicitação de prorrogação dos períodos exploratórios, solicitada pelos empreendedores.

14 – REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

Atualmente, no Brasil, existem em operação 17 refinarias de petróleo e 29 unidades de processamento de gás natural e a ANP, para regular essas instalações industriais, utiliza como instrumento a Portaria ANP nº 28, de 5 de fevereiro de 1999. Em 2009, foi colocada em consulta pública a revisão desta Portaria que teve como motivação, além da experiência adquirida ao longo dos anos, a adequação dos requisitos regulatórios às demais Resoluções em vigor na ANP e, em especial, na Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural.

No exercício de 2009, foram outorgadas autorizações para duas novas instalações de refino de petróleo. A primeira para a Refinaria do Nordeste - Abreu e Lima - RNEST, da Petróleo Brasileiro S/A. –, a ser localizada no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, no Município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco, com capacidade nominal de produção aprovada de 200.000 barris diários de petróleo, e outra para a empresa Dax Oil Refino S/A, que promoveu a adequação de sua planta em Camaçari, no estado da Bahia, à Portaria ANP nº 28/1999, de forma a poder processar condensados como o de Manati, abrindo também a possibilidade para o processamento de condensados de alto grau API de campos maduros.

Foi dada continuidade também ao projeto de atualização de ativos, iniciado em 2008, visando aproximar a ANP dos agentes regulados, de modo a confirmar a existência, a operação e as respectivas capacidades das instalações industriais até então autorizadas por meio da Portaria ANP nº 28, de 5 de fevereiro de 1999. No exercício de 2009, além da realização de vistorias, foi iniciado o processo de outorga de autorização destas instalações, consolidando todas as características e configurações do empreendimento, tais como: unidades existentes e a respectiva capacidade de produção; relação de tanques e suas capacidades de armazenamento; dados mercadológicos; licenciamentos e perfil de produção.

Quanto ao segmento de produção de biodiesel, destaca-se a realização do I Seminário ANP para Produtores de Biodiesel, nas instalações do Escritório Central da ANP, com o objetivo de conscientizar os agentes econômicos quanto à segurança operacional, qualidade de produtos, requisitos para outorga de autorização, ações de fiscalização da ANP, entre outros assuntos ligados à sua atividade.

14.1 – REGULAMENTAÇÃO

A ANP colocou em consulta pública a proposta de revisão da Portaria ANP n.º 28/1999, substituindo-a por duas Resoluções e dois Regulamentos mais prescritivos, separando a atividade de refino de petróleo da atividade de processamento de gás natural.

A separação entre as atividades de refino de petróleo e de processamento de gás natural, mesmo as duas atividades guardando entre si semelhanças, é necessária neste momento, pois existem diferenças nos marcos legais, como a existência de uma Lei específica - a Lei do Gás (Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009). Além disso, essa separação facilita a operacionalização, além de aumentar a transparência.

Além dessa principal modificação, a nova regulamentação segue o padrão das demais Resoluções ANP, dividindo as autorizações em duas etapas: Autorização para Construção (abrangendo construção, modificação ou ampliação de capacidade) e Autorização para Operação.

A nova Resolução, que estava sendo desenvolvida para regular a produção de combustível por meio de processos alternativos, sofreu algumas modificações em seu escopo e continua sendo objeto de estudo da Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural.

Também foi elaborada nova minuta de Resolução relacionada à atividade de formulação de combustíveis, analisada pela Procuradoria - Geral da ANP e que poderá seguir para consulta pública em breve. Essa nova Resolução visa atender à sugestão que

consta no relatório final de grupo de trabalho criado para estudar esta atividade, e que foi exposto à Diretoria Colegiada neste ano de 2009.

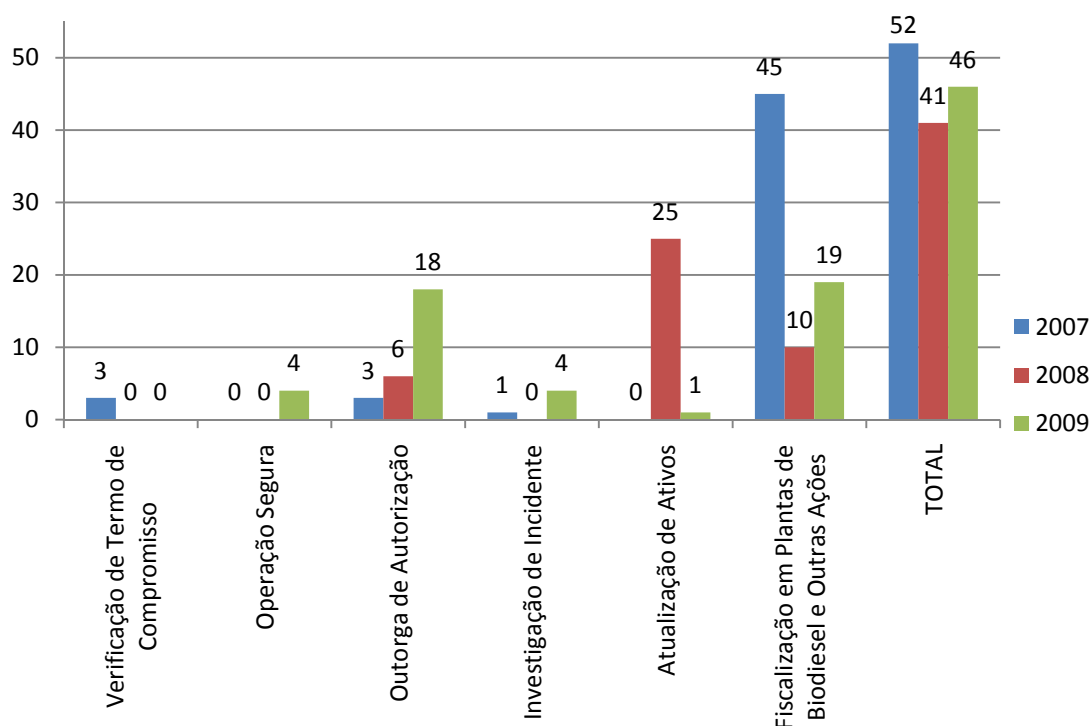
Quanto à Resolução ANP nº 25, de 2 de setembro de 2008, que regulamenta a atividade de produção de biodiesel, registra-se que a ANP está realizando algumas revisões de modo a aprimorar este instrumento regulatório para os agentes econômicos, tornando-o mais prático e seguindo as diretrizes de desburocratização emanadas pelo Governo Federal.

14.2 – FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS PRODUTORAS DE COMBUSTÍVEIS

A SRP tem como uma de suas atribuições, de acordo com a Lei n.º 9478, de 6 de agosto de 1997, artigo 8º, inciso VII, fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato.

No ano de 2009, a SRP realizou 46 ações de fiscalização, direcionadas aos processos de autorização de novas instalações, aos acompanhamentos da Segurança Operacional por meio do programa de Operação Segura, às novas instalações produtoras de biodiesel, e vistorias para o projeto de atualização dos ativos industriais e investigação de incidentes.

Gráfico 14.1 – Fiscalizações por Ação 2007/2009



Fonte: SRP/ANP

Em 2009, foi reativado o programa de Operação Segura, com o objetivo de verificar *in loco* os itens de segurança, tais como: análise de risco e o gerenciamento destes; procedimentos operacionais; relacionamento e procedimentos com as contratadas; e plano de emergência e gerenciamento ambiental. Foram realizadas quatro vistorias desse tipo em produtores de biodiesel e refinarias de petróleo.

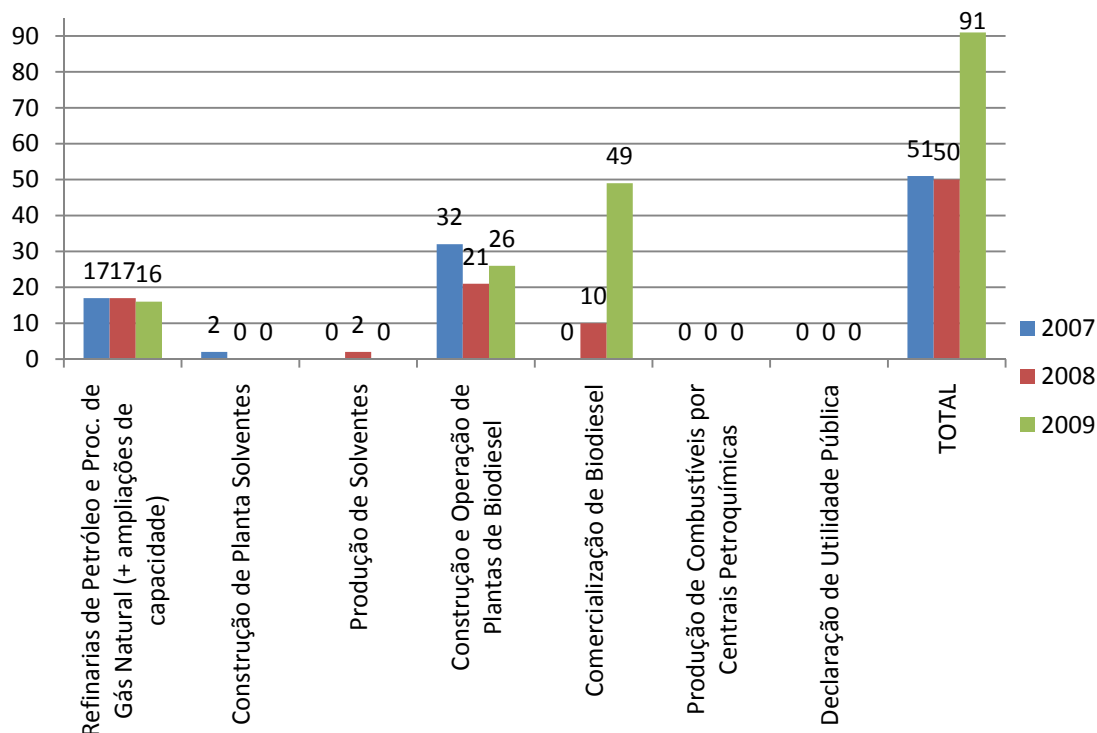
Quanto aos incidentes ocorridos em uma refinaria de petróleo e em plantas produtoras de biodiesel, a ANP averiguou e acompanhou, por meio de vistoria e informações recebidas, as causas e os relatórios de recomendações e implementações realizadas

pelos agentes econômicos, visando evitar a reincidência de incidentes de natureza semelhante.

14.3 – AUTORIZAÇÕES DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS PRODUTORAS DE COMBUSTÍVEIS

Foram outorgadas 91 autorizações nas áreas de refino de petróleo e processamento de gás natural, de produção de solventes, e de produção de biodiesel.

Gráfico 14.2 – Autorizações Outorgadas 2007/2009



Fonte: SRP/ANP

As 49 autorizações de comercialização de biodiesel outorgadas em 2009 são fruto da implementação da Resolução ANP nº 25/08, que regulamentou, em seu artigo 27, o prazo de 90 dias para que os produtores autorizados pela antiga Resolução 41/04 pudessem se adequar às novas prescrições para obtenção da autorização de comercialização.

Cabe destacar que grande parte das autorizações para a construção e operação de plantas de biodiesel está intimamente relacionada a ampliações de capacidade das plantas existentes, visto que não se tem verificado grande aumento do número de novos produtores de biodiesel.

15 – COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

De acordo com as atribuições expostas na Lei n.º 9.478/97 e pormenorizada pela Portaria ANP n.º 160/2004, a ANP, por meio de sua Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural, regula a atividade de comercialização e movimentação de petróleo, seus derivados e gás natural, tendo como principais atribuições: (i) gerir as atividades relacionadas com a movimentação do petróleo, seus derivados e gás natural; e (ii) propor os requisitos a serem atendidos pelos proponentes interessados em exercer essas atividades; dentre outras funções correlatas.

Vale salientar que tais atribuições deverão ser ampliadas, quando da publicação do decreto regulamentador da Lei n.º 11.909/09, conhecida como Lei do Gás, que apontou um conjunto de novas ações/atribuições sob responsabilidade da Agência. Isso deve refletir em novas ações no ano de 2010, caso o decreto seja publicado nos primeiros meses do ano.

Nesse contexto, para melhor entendimento das ações efetuadas pela ANP no ano de 2009, elas estão assim agrupadas: (i) autorizações concedidas; (ii) inspeções técnicas realizadas; e (iii) atividades que visam à promoção do sadio desenvolvimento da indústria do petróleo, seus derivados e gás natural, no que tange à infraestrutura de escoamento destes produtos, e (iv) revisão do arcabouço regulatório, sendo cada uma delas detalhada a seguir. Por fim, são apresentadas algumas metas da ANP para o ano de 2010, no que se refere a este segmento.

15.1 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS

Uma das competências da ANP, neste segmento, é propor a outorga de autorizações para: (i) construção, ampliação ou operação de instalações destinadas ao transporte e à transferência de petróleo, seus derivados e gás natural, inclusive gás natural liquefeito (GNL); e (ii) as atividades de distribuição de gás natural comprimido - GNC e gás natural liquefeito - GNL. Ao longo de 2009, a ANP encaminhou para publicação 231 atos administrativos, sendo 196 autorizações e 35 despachos, estes últimos necessários para dar transparência ao mercado e à sociedade quanto ao escopo dos projetos de infraestrutura de movimentação e armazenamento de petróleo, seus derivados e gás natural. No que diz respeito especificamente ao grupamento autorizações, tal quantitativo é aproximadamente 26% superior ao montante publicado em 2008, reafirmando uma tendência de alta, tal como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 15.1 – Autorizações Outorgadas

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Gás Natural	8	12	23	29	28	37	46	33	42	75	119
Petróleo e Derivados	28	17	32	62	36	51	48	53	63	72	77
Total	36	29	55	91	64	88	94	86	105	147	196

Fonte: SCM/ANP

Por fim, vale mencionar que, no conjunto de instalações autorizadas ao longo de 2009, destacam-se as abaixo identificadas:

- ✓ Autorizações de Operação da expansão dos sistemas de armazenamento e movimentação de Biodiesel, em virtude da obrigatoriedade de adição de 5% de biodiesel em diesel, conforme estabelecido pela Resolução CNPE nº 6, de 16/09/2009;
- ✓ Autorização de Operação dos Terminais Flexíveis de GNL, marcadas pelo seu pioneirismo e relevância na garantia de abastecimento do energético;
- ✓ Autorizações atinentes ao segmento de distribuição de GNC;
- ✓ Autorização de Construção e Operação de instalações de transporte de gás natural (por exemplo: gasodutos, estações de compressão, pontos de entrega, dentre outros) integrantes do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás) para a região Sudeste do país, permitindo uma ex-

pansão potencial de capacidade de transporte em torno de 96,4 milhões m³/dia, com potencial impacto em toda a rede, após a interligação do Projeto Gasene¹¹ com a malha nordeste;

✓ Autorização de Operação do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus, projeto que viabilizará o atendimento do mercado termelétrico e não-termelétrico do Estado do Amazonas; e

✓ Continuidade no processo de regularização de instalações da Petrobras e da Transpetro, necessárias para movimentação de petróleo e derivados (dutos e terminais) e enquadradas nos preceitos do Artigo 57 da Lei n.º 9.478/97, com base nos termos de compromisso firmados com ambas as empresas.

15.2 – INSPEÇÕES TÉCNICAS REALIZADAS

Configurando-se como uma das atividades mais importantes da ANP, as ações relativas às inspeções técnicas realizadas nas instalações de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural podem ser classificadas como: (i) vistorias técnicas para outorga de autorização de operação; (ii) vistorias relacionadas com a segurança operacional (de cunho preventivo); (iii) inspeções relacionadas com a fiscalização de incidentes; (iv) vistorias em embarcações utilizadas no transporte de petróleo, seus derivados e gás natural. Deve-se ressaltar que as atividades concernentes ao item (iv) são feitas pelo Departamento de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil, mediante convênio firmado entre as partes, que deve ser mantido, uma vez a ANP não possui infraestrutura e pessoal especializado para a realização de tal atividade.

Considerando tais preceitos, em 2009 foram efetuadas 2.226 ações de fiscalização, valor 14,1% superior ao montante de inspeções efetuadas no ano anterior, o que demonstra a forte preocupação da ANP na manutenção da segurança operacional das instalações de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural.

15.3 – ATIVIDADES QUE VISAM À PROMOÇÃO DO SADIO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

Em contrapartida às atividades acima expostas, a ANP também possui preocupação em desenvolver atividades que visem à promoção do sadio desenvolvimento da indústria do petróleo, seus derivados e gás natural, focando tanto em aspectos que permitam a inserção de novos agentes no mercado quanto no desenvolvimento da indústria em patamares e padrões adequados.

Nesse sentido, merecem destaque as seguintes atividades executadas no ano de 2009, sendo que algumas delas representam a continuidade de atividades iniciadas em anos anteriores.

15.3.1 – Lei do Gás

Desde o ano de 2002, a ANP vem enfatizando a necessidade de existência de uma legislação específica para a indústria brasileira de gás natural, tendo, a partir de então, participado da discussão sobre o tema, sempre que convocada. Cientes da importância de tal legislação, tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo elaboraram projetos de Lei do Gás Natural, tendo essas propostas sido materializadas em projetos distintos, que foram consolidadas em um só instrumento e analisado tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado. Considerando todo o processo legislativo, necessário ao andamento e aprovação do texto, o projeto discutido na Câmara dos Deputados e no Senado sofreu uma série de alterações, ao longo da análise nessas casas. A discussão em torno deste tema ocorreu entre os anos de 2006 e 2009, tendo sido publicada, em 5 de março de 2009, a Lei nº 11.909/09, de 4 de março de 2009, sendo conhecida como Lei do Gás. O texto publicado, incorpora

¹¹ O Gasoduto de Interligação Sudeste-Nordeste (GASENE) foi concebido em três trechos, a saber: Cacimbas-Catu, Cacimbas-Vitória e Cabiúnas-Vitória, tendo como objetivo precípuo a interligação das malhas de gasodutos do Sudeste com as do Nordeste, permitindo a transferência de gás natural entre as duas malhas, bem como a inserção nas duas malhas do gás produzido nos campos de produção do estado do Espírito Santo.

sugestões acordadas pelos principais órgãos e entidades representativos do setor do gás natural. Ressalta-se, contudo, que o grande período de tempo já decorrido após a promulgação da lei sem que o decreto presidencial tenha sido expedido, de maneira a regulamentar as matérias que exigem maior detalhamento, gera insegurança jurídica para os agentes da indústria, principalmente levando em consideração o alto grau de dinamismo da indústria do gás natural.

15.3.2 – Concurso Público de Alocação de Capacidade – CPAC

Diante do contexto de crescimento da demanda por gás natural no Brasil, atrelado a alguns problemas enfrentados no suprimento desse energético, tornou-se premente o empreendimento de ações efetivas para a ampliação da capacidade de transporte de gás, visando ao abastecimento do mercado nacional. Em 21 de dezembro de 2009, foi concluído, após o envio da Proposta Irrevogável (PI) por parte da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, o processo de CPAC referente à expansão da malha sudeste pela Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), empresa que incorporou a Transportadora Nordeste Sudeste S.A. (TNS), cujo processo teve início no segundo semestre de 2006. Destaca-se que uma importante atividade no âmbito do CPAC foi desenvolvida ao longo de 2009, que foi a definição das premissas para o cálculo tarifário dos gasodutos pertencentes a este processo. O estudo desta experiência será especialmente valioso na revisão das regulamentações de acesso de terceiros à gasodutos de transporte de gás natural, por força da publicação da Lei do Gás, procedimento este que passará a ser denominado Chamada Pública, e que obrigatoriamente irá preceder a licitação dos novos gasodutos de transporte objetos de concessão.

15.3.3 – Aprovação da Tarifa de Transporte e do Contrato de Serviço de Transporte

Dentre as inovações da Lei do Gás, é possível destacar as novas atribuições da ANP de aprovar as tarifas de transporte para os novos gasodutos que entrarem em operação após a publicação do referido diploma legal (artigo 28 da Lei do Gás), assim como das minutas de contrato padrão de transporte (inciso III do artigo 24 da Lei do Gás). Antes da publicação da Lei do Gás existia apenas a obrigação legal do encaminhamento prévio das minutas de Contratos de Serviço Transporte (artigo 6º, parágrafo único, da Resolução ANP ANP nº 27/2005), sendo a análise desses instrumentos contratuais uma tarefa restrita aos gasodutos que se encontrassem em processo de contratação de capacidade firme, através de um Concurso Público de Alocação de Capacidade. Diante dessa mudança de procedimento, foi realizada uma reunião no dia 4 de setembro de 2009 entre representantes da TAG e da SCM/ANP, dando início, no âmbito da agência, às discussões acerca da aprovação do instrumento contratual e da tarifa de transporte referente aos gasodutos Urucu-Coari (GARSOL) e Coari-Manaus (GASCOM). Contudo, em razão de divergências iniciais acerca das premissas de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital aplicável aos projetos, de pendências de natureza regulatória, e da solicitação de maiores esclarecimentos em relação à estruturação do negócio, ficou acordada a realização de uma série de reuniões entre as equipes técnicas da TAG e da ANP. Tendo em vista a prestação insuficiente de esclarecimentos nos citados encontros e nas respostas da transportadora aos ofícios de pedidos de informações enviados pela ANP, não foi possível concluir esta atividade no ano de 2009, devendo a mesma se encerrar no 1º semestre de 2010.

15.3.4 – Análise dos Processos dos Terminais Flexíveis de Gás Natural Liquefeito (GNL)

Devido ao ineditismo do processo de outorga dos terminais flexíveis de GNL, em 2007 a Diretoria Colegiada da ANP formou um Grupo de Trabalho (GT) para analisar os projetos instalados no Porto de Pecém/CE e em um Píer na Baía de Guanabara/RJ. Em 2009, foram outorgadas as Autorizações de Operação para as instalações do Píer de GNL de Pecém e do Píer de GNL da Baía de Guanabara, bem como para os

gasodutos que interligam os píeres à infraestrutura de transporte de gás natural, tendo sido realizadas vistorias para verificação da adequação das documentações e das instalações. Destaca-se, também, a realização de um *workshop*, intitulado Lições Aprendidas dos projetos de GNL de Pecém e Baía de Guanabara, no dia 8 de julho de 2009. Este *workshop* contou com a participação dos membros da ANP envolvidos nos projetos e de representantes da TAG e da Petrobras.

15.3.5 – Acompanhamento de Informações Fornecidas pelos Carregadores e Agentes Autorizados a Exercer a Atividade de Importação de Gás Natural à ANP

Em 2009, a SCM procedeu ao acompanhamento dos contratos de compra e venda de gás natural e informações complementares, enviados pelos carregadores e agentes autorizados a exercer a atividade de importação de gás natural em decorrência do disposto no art. 10º da Portaria ANP nº 001/2003, de 6/1/2003 assim como no art. 3º da Portaria ANP nº 43/1998, de 15/04/1998. Foi solicitado, ainda, o envio de dados mensalmente atualizados concernentes aos volumes diários regaseificados nos píeres de GNL da Baía de Guanabara/RJ e de Pecém/CE.

15.3.6 – Acompanhamento do Plano de Antecipação da Produção de Gás

O Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGÁS) foi concebido pela Petrobras e tem como objetivo reduzir os riscos associados ao fornecimento do gás natural boliviano e assegurar a oferta de gás para a geração termelétrica e demais mercados não térmicos. Com o intuito de acompanhar a realização do PLANGÁS, garantir uma visão integrada deste projeto na ANP, bem como verificar sua aderência regulatória perante o arcabouço normativo desta Agência, em 17 de janeiro de 2007, pela Portaria ANP Nº 11, instituiu-se um Grupo de Trabalho composto por representantes de diversas unidades organizacionais da ANP. Em 2009, o Grupo de Trabalho elaborou dois relatórios de acompanhamento do PLANGÁS, com uma breve descrição do estágio da análise dos projetos na ANP. Conforme exposto no Relatório Final, e face às metas estabelecidas no PLANGÁS para incremento da oferta de gás na região sudeste, concluiu-se que os objetivos propostos no Plano foram alcançados. Tal relatório foi disponibilizado para consulta no sítio da ANP na internet.

15.3.7 – Acompanhamento das Reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) foi criado pela lei 10.848, de 2004, com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional. Deve-se ressaltar que a participação da ANP nas reuniões do CMSE deve-se à interface existente entre a geração térmica a gás e as atribuições desta área técnica, notadamente no que tange à regulação do transporte de gás natural.

15.3.8 – Elaboração do Boletim Mensal do Gás Natural

Desde 2002, a ANP torna público um conjunto de dados relativos à infraestrutura de comercialização e movimentação de gás natural, bem como sobre as autorizações para construção e operação de instalações de transporte de gás natural. Em janeiro de 2009, esse documento adquiriu novo formato, a fim de que fossem inseridas análises quantitativas e qualitativas do desenvolvimento do mercado de gás, além de outros dados de interesse que envolvem toda a cadeia gasífera. O objetivo das edições mensais do Boletim é o de divulgar dados estatísticos da indústria brasileira de gás natural, servindo como base de informações complementares aos dados divulgados por outras fontes, além de fortalecer a transparência das decisões e regulamentações promovidas pela Agência e difundir o conhecimento sobre esta indústria no Brasil.

15.3.9 – Atualização e Adequação do Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural

Com o objetivo de obter uma maior transparência das informações relativas à movimentação do gás natural na rede dutoviária nacional, a ANP iniciou a implementação do Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural da ANP – CMGN, no segundo semestre de 2001. Uma das principais metas do CMGN é a recuperação eletrônica, a partir das diferentes empresas transportadoras, dos dados relacionados com as principais variáveis operativas do sistema de transporte de gás natural. Os produtos obtidos no CMGN permitem a realização, por parte dos técnicos da ANP, de uma série de análises sobre o transporte de gás natural, aprimorando tanto a regulação técnica quanto a regulação econômica. Em 2009, foi iniciada a atualização do sistema, que deve ser concluída no decorrer de 2010.

15.3.10 – Atividades Realizadas com outras Unidades Organizacionais da ANP

Além das atividades antes citadas, ações com outras unidades organizacionais da ANP são igualmente importantes, uma vez que há forte sinergia entre as atribuições de diversas superintendências no que tange à regulação da atividade de comercialização e movimentação de petróleo, seus derivados e gás natural. Nesse sentido, em 2009, destacam-se as seguintes atividades nesse âmbito: (a) a SCM/ANP subsidiou a SRP/ANP na revisão da Portaria ANP nº 28/1999 referente à construção, modificação, ampliação de capacidade e operação de refinarias de petróleo e de unidade de processamento de gás natural; (b) a SCM subsidiou a CSO no processo de revisão da Portaria ANP nº 003/2003, que estabelece o procedimento para comunicação de incidentes a ser adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer as atividades da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como distribuição e revenda, participação essa que se limitou ao encaminhamento para consulta/audiência pública da referida resolução; e (c) a SCM/ANP subsidiou o NFP/SDP/ANP no processo de revisão da Portaria Conjunta ANP/INMETRO nº 1/2000 e do do Regulamento Técnico de Medição (RTM), que, em função das propostas de alterações realizadas pelos regulados durante a consulta pública realizada em 2008, estão sendo delimitados novos itens (módulos, capítulos e seções) da estrutura do RTM, de modo a diferenciar as especificidades da medição e da calibração em função do tipo de fluido, condição operacional e tipo de instalação.

Com o objetivo de gerir as atividades de operacionalização do abastecimento nacional de combustíveis, a ANP, a partir de propostas de minutas elaboradas pela Superintendência de Abastecimento (SAB), publicou, em 2009, vários atos normativos, no âmbito das atribuições legais previstas na Portaria ANP nº 160, de 02/08/04, entre as quais se destacam o gerenciamento e acompanhamento do abastecimento nacional de bio-combustíveis e de derivados de petróleo e a elaboração de atualizações e de novas regulamentações para o setor.

A ANP realizou no ano de 2009 dos 13º ao 16º Leilões de Compra de Biodiesel, visando garantir o fornecimento de biodiesel para o atendimento à mistura obrigatória de 3% de biodiesel ao óleo diesel no primeiro semestre de 2009, 4% de biodiesel no segundo semestre de 2009 e 5% no ano de 2010.

Tabela 16.1 – Dados dos Leilões de Biodiesel

Leilões de Biodiesel	13º	14º	15º	16º
Mistura Obrigatória	3%	4%	4%	5%
Data de realização	27/2/2009	29/5/2009	27/8/2009	17/11/2009
Volume negociado (1000 m³)	315	460	460	575
Preço médio R\$/m³	2.155,22	2.308,97	2.265,98	2.350,00
Valor negociado (milhões de R\$)	678,89	1.006	1.004	1.350

Fonte: SAB/ANP

Merece também destaque a atuação da ANP na análise dos processos de ressarcimento, em especial os de apuração de irregularidades (percepção indevida de subsídio) que, com a ajuda da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco, possibilitou a reunião de provas que poderão levar à recuperação de cerca de R\$ 6,39 milhões aos cofres públicos.

16.1 – ANÁLISE DE MERCADO

Os principais números do setor de combustíveis traduzem o seu comportamento em 2009 e podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 16.3 – Venda de Combustíveis

Produto	2005	2006	2007	2008	2009	Variação % (2009/2008)
Gasolina C	23.553.490	24.007.633	24.325.449	25.140.227	25.209.090	0,27%
Diesel e Biodiesel (B2,B3,B4)	39.167.155	39.008.397	41.558.180	44.684.654	44.298.463	-0,86%
Etanol Hidratado	4.667.223	6.186.553	9.366.836	13.248.802	16.470.948	24,32%
Querosene I-luminante	58.769	42.236	30.671	24.284	16.329	-32,76%
Querosene de Aviação	4.429.475	4.465.962	4.890.567	5.227.500	5.428.383	3,84%
Gasolina de Aviação	55.464	52.262	54.744	60.978	62.483	2,47%
Gás Liquefeito de Petróleo	11.638.591	11.783.131	12.034.181	12.259.108	12.113.185	-1,19%
Óleo Combustível	5.237.225	5.126.619	5.525.058	5.237.932	5.003.973	-4,47%
Total	88.807.392	90.672.794	97.785.715	105.883.485	108.802.854	2,76%

Fonte: SAB, SIMP/ANP

O ano de 2009 foi marcado pelos efeitos da crise que afetou a economia mundial. A previsão do Banco Central para o crescimento da economia brasileira é de 0,2% para o ano. Por seu turno, o mercado de combustíveis registrou, no período de janeiro a dezembro, variação no volume agregado de vendas, de 2,76%, frente ao mesmo período do ano anterior. O crescimento pouco expressivo foi refreado pela queda das vendas de óleo diesel, mais sensíveis às oscilações da atividade econômica.

Apesar disso, os biocombustíveis voltaram a apresentar forte crescimento de vendas. No que se refere ao etanol hidratado, a variação atingiu 24,32% no ano. Devido às características diferenciadas do etanol, em especial a sazonalidade e a logística, foi necessário o acompanhamento criterioso do mercado durante todo o ano, com a realização de Salas de Monitoramento do Abastecimento.

16.2 – BIODIESEL

A ANP realizou um rigoroso acompanhamento do mercado de biodiesel, mediante o controle de entrega dos volumes arrematados em leilão pelos produtores, e do teor de mistura de biodiesel no diesel pelas distribuidoras, pelo cotejamento dos volumes de entrega de biodiesel e diesel.

Com o objetivo de garantir o abastecimento nacional e em atendimento às diretrizes da Resolução CNPE nº 05/07, foram também realizados quatro leilões de biodiesel com volume total arrematado de 1.810 mil m³. Adicionalmente, os produtores de óleo diesel foram autorizados a realizar dois leilões de estoque, a fim de assegurar a regularidade do abastecimento.

16.3 – PLANO DE ABASTECIMENTO DE ÓLEO DIESEL DE BAIXO TEOR DE ENXOFRE

Em atendimento ao acordo firmado pelo Ministério Público Federal, ANP, Petrobras, Estado de São Paulo, IBAMA, ANFAVEA e fabricantes de veículos e de motores em 29 de outubro de 2008, relacionado com a Resolução CONAMA nº 315, de 29 de outubro de 2002, que dispõe sobre a nova etapa do PROCONVE, a ANP criou um Grupo de Trabalho (Portaria ANP nº 60, de 7/4/09) com o objetivo de estudar e apresentar o Plano de Abastecimento de óleo diesel com teor de enxofre de 10 ppm, prevendo a disponibilidade do combustível no volume e antecedência necessários, bem como sua distribuição em todo o território nacional.

Sob coordenação da Superintendência de Abastecimento, com a participação de diversas áreas da Agência e de produtores, entidades representativas dos distribuidores, TRRs e Postos Revendedores, além de órgãos do governo e entidades convidadas, o Plano de Abastecimento de Óleo Diesel S10 foi elaborado e aprovado, e estabelece diversas medidas para atendimento do objetivo do Acordo, destacando-se:

- ✓ a realização de pesquisa eletrônica de interesse e verificação da maior ou menor dificuldade, no que tange às instalações, de os postos revendedores passarem a comercializar os produtos de menor teor de enxofre;
- ✓ acompanhamento das bases/terminais do segmento de distribuição que serão adequados para recebimento, armazenamento e carregamento desses produtos;
- ✓ representação das informações em mapa rodoviário do país a ser disponibilizado no site da ANP, que exprimirá, em caráter dinâmico, os pontos com abastecimento assegurado para o início de 2012 (S50) e 2013 (S10), extraído-se, por extensão, os possíveis locais sem suprimento definido, sobre os quais recairão ações mandatórias, caso não sobrevenham soluções mercadológicas;
- ✓ instituição de Sala de Situação, na Agência, para acompanhar a implantação do Plano, propor ajustes e atuar como meio facilitador de soluções negociadas, para locais onde surjam eventuais dificuldades de suprimento.

Também em atendimento ao Acordo citado, foi regulado fornecimento de óleo diesel S50 para as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza e Recife e para frotas cativas de ônibus urbanos de diversas cidades, conforme um cronograma definido.

16.4 – GARANTIA DO PERCENTUAL DE MISTURA DE DIESEL E BIODIESEL

Há uma grande dificuldade de verificação *in loco* do percentual de mistura de biodiesel no óleo diesel, diferentemente do que ocorre com o teste da proveta para determinar o teor de etanol na gasolina. Por esse motivo, o acompanhamento das compras de óleo diesel puro e das compras de biodiesel B100 pelas distribuidoras constitui-se o instrumento básico e fundamental para garantir o percentual de mistura de biodiesel no óleo diesel.

A ANP mantém um esquema de controle de modo que as distribuidoras que não comparem a quantidade de biodiesel B100 para atendimento do percentual obrigatório de mistura no mês tenham suas quotas ou contratos de diesel suspensos. A liberação para aquisição de diesel somente acontece após as distribuidoras comprovarem a aquisição do volume necessário do biocombustível.

16.5 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO

No que concerne ao setor de distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP), foram exercidas atividades de acompanhamento mensal do programa de requalificação de recipientes transportáveis e das destrocas realizadas pelas distribuidoras. Mensalmente, foram disponibilizados, na página da ANP na internet, o consumo aparente do produto, discriminado por estado, por distribuidora e por tipo de recipiente, além das vendas acumuladas nos seis últimos meses por tipo de recipiente, a fim de possibilitar os fornecedores que praticam preços diferenciados para o GLP consumido para cocção (armazenados em recipientes de até 13 kg), a faturar o produto comercializado nesta modalidade.

16.6 – SOLVENTES

Das discussões promovidas com o setor surgiram demandas que levaram à elaboração, junto com o setor de regulamentação, de uma nova resolução, que trata do cadastramento do consumidor industrial de solventes, e alteração na Resolução ANP nº 24/06 que inclui a definição de revenda de solventes. O monitoramento dos dados de movimentação de solventes dos distribuidores, enviados eletronicamente por meio do módulo de Sistema de Informações de Movimentações de Produtos (i-SIMP), vem apresentando confiabilidade e precisão, permitindo ao setor a elaboração de análises confiáveis.

16.7 – ASFALTOS

Em 2009 iniciaram-se os trabalhos conjuntos da SAB com agentes econômicos e consumidores do segmento de distribuição de asfaltos, com vistas à atualização da Resolução ANP nº 2, de 14/01/2005.

16.8 – AUTORIZAÇÕES

Quanto às autorizações concedidas aos agentes que integram os diversos setores que compõem o abastecimento nacional de combustíveis, e em vista da necessidade constante de tornar esse mercado mais saudável e eficiente, a ANP praticou, em 2009, os seguintes atos administrativos, conforme a tabela a seguir.

A tabela abaixo apresenta a evolução dos atos praticados pela Superintendência de Abastecimento.

Tabela 16.2 – Evolução dos atos praticados pela SAB, por tipo

Ato Administrativo	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008
Licença de Importação	35.936	43.058	49.741	43.235	-13,08
Registro de Exportação - RE	10.152	11.532	8.317	4.451	-46,48
Autorização para Distribuição de Combustíveis	12	7	15	21	40
Revogação para Distribuição de Combustíveis	29	17	37	36	-2,7
Autorização para Distribuição de GLP	1	1	0	1	--
Autorização para Distribuição de Asfaltos	1	3	5	4	-20
Revogação para Distribuição de Asfalto	0	0	0	3	--
Autorização para Distribuição de Solventes	4	11	10	4	-60
Revogação para Distribuição de Solventes	2	18	10	4	-60
Autorização para TRR	15	150	74	71	-4,05
Revogação para TRR	20	125	17	39	129,41
Autorização para Revenda de Combustível	2.479	2.353	3.345	2.524	-24,54
Revogação para Revenda de Combustível	3.487	1.364	1.249	1.527	22,26
Autorização para Revenda de GLP	5.029	8.214	7.057	6.183	-12,38
Revogação para Revenda de GLP	19	22	188	427	127,13
Importação e Exportação de Combustíveis e Solventes	16	15	27	31	14,81
Revogação para Importadores de Solvente	0	0	0	1	--
Importação de Lubrificantes	13	10	18	10	-44,44
Rerrefino de Lubrificantes	0	2	1	0	-100
Produção de Lubrificantes	12	12	21	7	-66,67
Revogação para Produtores de Lubrificantes	0	0	0	2	--
Coleta de Lubrificantes	3	0	2	1	-50
<i>Total</i>	<i>57.230</i>	<i>66.914</i>	<i>70.134</i>	<i>58.578</i>	<i>-16,48</i>

Fonte: SAB/ANP

Destaca-se, nesse quadro, o aumento considerável do número de autorizações revogadas para o exercício da atividade de distribuição de TRR, da ordem de 129,41% devido a conclusões de processos administrativos de revogação.

A redução do prazo de análise da documentação dos entrantes no mercado de revenda varejista de combustíveis líquidos e GLP merece destaque. Novos procedimentos e o redimensionamento da equipe levaram ao aumento da produtividade com a consequente redução do tempo de resposta ao mercado. O planejamento para 2010 é para que parte do cadastro desses agentes dê-se via rede mundial de computadores.

Em 2009, 246 postos revendedores de combustíveis líquidos tiveram sua autorização revogada devido à cassação da Inscrição Estadual. A parceria da ANP com as Secretarias da Fazenda completou quatro anos e promete proporcionar ainda melhores resultados para 2010, principalmente no que concerne ao enxugamento e atualização da base de dados.

A ANP por intermédio da sua Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos (SBQ) realiza a gestão das atividades relacionadas com o desenvolvimento e estabelecimento das especificações dos produtos derivados do petróleo, gás natural, biocombustíveis, como forma de garantir os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Nesse capítulo, serão enumeradas as principais ações da ANP, com destaque para a Regulamentação, os Programas de Qualidade de Combustíveis, Lubrificantes e Marcação de Solventes e a Revisão do Programa de Monitoramentos da Qualidade de Combustíveis e Lubrificantes

17.1 – REGULAMENTAÇÃO

A ANP vem introduzindo melhorias na qualidade dos combustíveis, por meio de revisões nas especificações brasileiras com resultado significativo para o meio ambiente, por meio da melhoria da qualidade do ar, sem perder de vista a responsabilidade de contemplar, ao mesmo tempo, a qualidade e a garantia de suprimento.

Nesse sentido, a atuação da ANP está em estrita consonância com os objetivos do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), instituído pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente e que visa à redução dos níveis de emissão de poluentes por veículos automotores e à melhoria das características técnicas dos combustíveis líquidos, objetivando a redução de emissões poluidoras à atmosfera. Em atendimento às metas de limites de emissões estabelecidas pelo PROCONVE para os testes de homologação, certificação e desenvolvimento dos veículos automotores novos, nacionais ou importados destinados ao mercado interno, foi publicada em 22 de setembro de 2009 a Resolução ANP nº 29/2009, contendo a especificação do gás combustível veicular de referência para ensaios de avaliação de consumo de combustível e emissões veiculares para testes de homologação, certificação e desenvolvimento de veículos automotores leves e pesados.

Ainda em atenção às metas de limites fixadas pelo PROCONVE, a ANP também estabeleceu, por meio das Resoluções ANP nº 21/2009, de 2 de setembro de 2009 e nº 38/2009, de 9 de dezembro de 2009, as especificações da gasolina de referência e comercial, respectivamente, ambas com baixo teor de enxofre (50 PPM).

Trata-se de uma redução significativa dos atuais 1.000 PPM, sendo que este combustível estará disponível para comercialização a partir de 1º de janeiro de 2014. Além da redução de enxofre, o novo combustível chegará ao mercado com um diferencial importante, que é a aditivação total. Tais ações promoverão a redução de emissões veiculares e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade do ar.

No que diz respeito ao óleo diesel, foi publicada a Resolução ANP nº 31, de 14 de outubro de 2009, que estabelece a especificação do óleo diesel comercial para atendimento das metas estabelecidas pelo PROCONVE. Este óleo diesel estará disponível para comercialização no país a partir de 2013 e será destinado aos novos veículos ora em desenvolvimento pela indústria automobilística. Foi publicada a Resolução ANP nº 42, de 16 de dezembro de 2009, em substituição às Resoluções ANP nº 15/2006 e 32/2007, com alterações importantes em relação à qualidade e segurança do combustível, além de consolidar em uma única resolução os três tipos de óleo diesel atualmente comercializados no país (S50, S500 e S1800).

A fim de proporcionar o alinhamento e atualização da especificação brasileira em relação às especificações internacionais adotadas para o setor de combustíveis de aviação, que requerem tipos de combustíveis de aviação mais modernos, foram publicadas as Resoluções ANP nº 5, de 3 de fevereiro de 2009, e 37, de 1º de

dezembro de 2009, , que estabelecem, respectivamente, a especificação da gasolina de aviação e do querosene de aviação a serem comercializados em todo o território nacional. Por fim, foi publicada a Resolução ANP nº 32/2009, que estabelece as especificações das emulsões asfálticas modificadas por polímeros, comercializadas pelos diversos agentes econômicos em todo o território nacional. As emulsões asfálticas modificadas por polímeros são uma evolução natural das emulsões asfálticas convencionais, na medida em que apresentam, entre outras propriedades, menor susceptibilidade térmica, maior coesão interna, maior elasticidade, maior adesividade aos agregados, maior resistência ao envelhecimento em serviço, redução das intervenções corretivas no pavimento. Portanto, a especificação de tais produtos pela ANP representa um avanço para toda a sociedade, já que permitirá a sua utilização na pavimentação das estradas brasileiras.

Em 2009, a ANP deu continuidade ao levantamento de informações para revisão da Resolução ANP nº 36/2005, com vistas a atualizar os dispositivos que não são mais adequados ao mercado atual de etanol combustível comercial. A redação final da revisão da Resolução ANP nº 36/2005 está sendo finalizada internamente e tem previsão de ser publicada no ano de 2010.

Ainda em 2009, considerando uma demanda trazida pelo mercado, em especial o setor sucroalcooleiro nacional, e visando tornar o etanol uma *commodity*, a ANP publicou a Resolução nº 9/2009, incluindo as novas nomenclaturas propostas, etanol anidro combustível e etanol hidratado combustível.

Em 18 de maio de 2009, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou a Resolução CNPE nº 02/2009, que estabeleceu em 4% (quatro por cento), em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel a partir de 1º de julho de 2009 e, em 16 de setembro de 2009, publicou a Resolução nº 6/2009, aumentando este percentual para 5%, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010. A Resolução ANP nº 24/2009, alterou o percentual indicado na Resolução ANP nº 07/2008 para 4% e, em breve, será publicada nova alteração da Resolução ANP nº 07/2009, para inserir o novo percentual de 5% determinado pelo CNPE.

A ANP autorizou o uso experimental e uso específico de combustíveis não especificados, , por meio da publicação de sete autorizações em 2009, sendo três delas para uso de diesel B5, um para uso de B10 e três para uso de B20. Essas autorizações contemplaram um volume em torno de 10.780.000 litros de combustível, requerendo um quantitativo aproximado de 656.000 litros de biodiesel, volume que representou uma alternativa de mercado considerável para os produtores de biodiesel.

Entretanto, considerando que o limite de 5% estabelecido pela Lei 11.097/2005 foi antecipado para 1º de janeiro de 2010, existe a possibilidade concreta de uso de teor de 20%, havendo a necessidade de desenvolvimento de estudos com teores de biodiesel maiores de 5% que fundamentem especificações futuras para sua comercialização.

Para a melhoria do controle da qualidade do biodiesel, foi elaborado um novo Formulário de Dados da Qualidade contemplando nova informação que irá enriquecer os dados a serem enviados em 2010. Em 2009 foram consolidados os dados recebidos no ano de 2008 com a emissão do Relatório de Qualidade de Biodiesel. Esse relatório considera a dispersão em volume discriminada por matéria-prima para todos os parâmetros constantes da especificação do produto conforme Resolução ANP nº 7/2008.

Na área de pesquisa de novas tecnologias, foram desenvolvidos estudos referentes aos biocombustíveis de aviação e à produção de biodiesel de algas, como forma de manter a ANP atualizada sobre novos combustíveis, permitindo a sua utilização futura.

Em meados de 2009, foi realizada reunião entre ANP e o mercado para tratar do óleo diesel S10 comercial e do etanol combustível de referência, o que representou o primeiro movimento no sentido da revisão da Resolução ANP nº 5, de 24 de fevereiro de 2005.

17.2 – PROGRAMA NACIONAL DO MONITORAMENTO DE QUALIDADE DE COMBUSTÍVEIS – PMQC

O PMQC foi criado em 1999 e tem como principais objetivos a geração dos indicadores gerais da qualidade dos combustíveis (gasolina, óleo diesel B e etanol combustível) comercializados no País e a identificação de eventuais focos de não-conformidade para orientar e aperfeiçoar a atuação da SFI. Além disso, o PMQC também visa à disseminação da cultura quanto à qualidade dos combustíveis, bem como formação de mão-de-obra especializada.

Em razão das dimensões continentais do País, da impossibilidade logística de avaliar a qualidade dos combustíveis num único laboratório e da existência de um número expressivo de laboratórios em universidades e centros de pesquisas, a ANP contrata a prestação de serviços técnicos para coleta e análise de combustíveis em instituições e centros de pesquisas.

Nesse ano de 2009, o PMQC contou com a participação de 22 instituições, que, em conjunto com Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas – CPT, realizaram o monitoramento em todo o território nacional e analisaram um total de 183.819 amostras.

A tabela abaixo mostra o percentual de conformidade identificado ao longo dos últimos anos.

Tabela 17.1 – Índice de Conformidade de Combustíveis

Ano	Índice de Conformidade às Especificações (%)
2000 ¹²	89,3
2001	91,3
2002	92,4
2003	93,3
2004	95,0
2005	96,0
2006	96,5
2007	97,4
2008	97,9
2009	97,9

Fonte: SBQ/ANP

O resultado da tabela anterior mostra que o índice de conformidade obtido em 2008 foi mantido em 2009. Esse comportamento indica que os índices de conformidade podem ter alcançado a estabilidade, de modo que apenas pequenas variações deverão ser observadas.

No ano de 2009 procedimentos com intuito de melhorar a gestão do programa foram mantidos e aprimorados, dentre eles pode-se listar:

- I - trabalho de especificação e desenvolvimento de um novo sistema informatizado para substituição do atual sistema de gerenciamento de dados do PMQC;
- II- elaboração de documentos de gestão para implantação do Sistema de Gestão da Qualidade na coordenação do PMQC;

¹² Monitoramento realizado no período de setembro a dezembro.

III- realização de visitas técnicas em conjunto com o CPT, visando tanto a avaliação da capacidade técnica, infraestrutura e administrativa das instituições contratadas quanto a identificação de outras instituições com capacidade técnica para serem convidadas a participar dos processos licitatórios. IV - elaboração de novo termo de referência para contratação dos serviços relativos aos programas de monitoramento;

V- revisão do Manual de Procedimentos do PMQC;

VI - coordenação e execução de dois de programas de comparações interlaboratoriais, realizados com objetivo de verificar o desempenho dos laboratórios integrantes do PMQC;

VII - realização de dois fóruns do PMQC, visando aumentar a interação entre os coordenadores dos laboratórios integrantes do PMQC.

VIII - elaboração de limites de tolerância para amostras de fiscalização considerando a variabilidade dos resultados dos ensaios.

17.3 – MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE LUBRIFICANTES

O Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes (PMQL) tem como objetivo avaliar a qualidade dos óleos lubrificantes automotivos comercializados no País. Em 2009, o PMQL foi ampliado para estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Piauí. Pode-se verificar na Tabela 2 a evolução do índice de conformidade das amostras de lubrificantes analisadas no ano de 2009.

Tabela 17.2 – Índice de Conformidade de Lubrificantes

Ano	Índice de Conformidade às Especificações (%)
2007	73,4
2008	81,7
2009	78,6

Fonte SBQ/ANP

Tendo em vista que a coleta mensal das amostras de lubrificantes é realizada de forma aleatória e na maioria dos casos contempla produtos diferentes, não se pode afirmar que as variações verificadas refletem, necessariamente, uma tendência no aumento (aproximadamente 3%) de não - conformidade no mercado.

Nos últimos anos foram adotados procedimentos com intuito de melhorar a gestão do programa, dentre eles pode-se listar:

I - implementação da emissão e divulgação mensal do boletim da qualidade de lubrificantes, por meio do sítio da ANP;

II - realização de reuniões para orientações quanto às não-conformidades observadas e ações necessárias para adequação. Foram realizadas em 2009, 40 reuniões com os agentes econômicos;

III - realização de reuniões para orientações quanto ao atendimento à legislação, em 2009, foram 10 reuniões com agentes econômicos para esclarecimento de dúvidas referentes à regulamentação;

IV - desenvolvimento de novo fluxo de registro geral de produtos, visando tornar operacional o processo de registro e permitir a consulta dos dados pelo público externo.

Em conjunto com o Núcleo de Informática (NIN), foi desenvolvido Projeto de Melhoria dos Fluxos de Lubrificantes e implantação do Sistema de Registro Geral de Produtos (RGP), que possibilitou o controle e acompanhamento das solicitações de registro de produtos até a publicação no Diário Oficial da União, permitindo acesso pela internet aos solicitantes para o acompanhamento da tramitação do processo de solicitação e,

aos consumidores, na aquisição de produtos para verificar a existência de registro na ANP.

Em 2009, foram analisados 5995 processos de registro de óleos e graxas lubrificantes, sendo que 3517 deles foram deferidos.

17.4 – PROGRAMA DE MARCAÇÃO DE SOLVENTES

A Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, estabelece que correntes de hidrocarbonetos líquidos não destinados à formulação de gasolina ou diesel poderão ser dispensados de contribuição da Cide-combustíveis se forem identificados mediante marcação, nos termos e condições estabelecidos pela ANP. As correntes de hidrocarbonetos líquidos não destinados à formulação de gasolina ou diesel são denominados pela ANP como Produtos de Marcação Compulsória (PMC).

O Programa de Marcação de Solventes consiste na adição de um produto químico - marcador - aos PMC no momento de sua internação no País, ou na saída da unidade produtora ou da distribuidora, tendo por objetivo inibir a adulteração de gasolina. A adulteração é usualmente realizada por meio da mistura indevida de solventes, de menor custo, cuja adição à gasolina é proibida.

O PMS consiste na adição de um produto químico – marcador - a todos os solventes não destinados à produção de combustíveis por ocasião da sua saída dos produtores, o que permite identificar por meio de uma análise especial, de forma inequívoca, a adição irregular de solventes à gasolina, mesmo quando essa adição não compromete a qualidade, ou seja, quando a gasolina adulterada continua atendendo aos padrões da especificação.

As amostras de gasolina coletadas em postos revendedores de combustíveis pelo Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) da ANP, pela fiscalização da Agência e por órgãos conveniados com a ANP, são encaminhadas para o laboratório contratado pela ANP para realização de análises do PMQC e submetidas à análise de detecção de presença de marcador.

Em 2007, o Programa foi avaliado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria ANP nº 170/2007, que após o levantamento dos procedimentos e documentações inerentes ao período de atuação deste Programa, apresentou seus resultados de avaliação e recebeu as diretrizes emanadas da Diretoria Colegiada. Dentre as questões levantadas, está o cadastramento de todos os fornecedores de marcador que atenderem aos requisitos técnicos e documentais estabelecidos pela ANP e a escolha, por meio de processo licitatório, de um dentre esses fornecedores para atuar no fornecimento de marcador por um determinado período.

A Resolução ANP nº 13/2009 estabelece os requisitos necessários para o cadastramento de empresas interessadas em fornecer marcador de solvente em todo o território nacional. A partir desta Resolução, os proponentes em fornecer marcador terão que seguir os requisitos documentais e técnicos, que incluem testes de desempenho das metodologias propostas, seguindo o Protocolo de Testes, elaborado pelo CPT e publicado no sítio da ANP na internet.

Nesse novo cenário para escolha de um único fornecedor de marcador, a ANP já recebeu solicitação de três empresas para cadastramento, segundo a Resolução ANP nº 13/2009. De 2007 a 2009, foram realizados testes para verificar o desempenho de marcador nas empresas que buscaram o cadastramento e outras desistiram de participar do Programa.

Para aperfeiçoamento do sistema, são realizadas visitas técnicas em pontos de marcação, firmas inspetoras e nos laboratórios do PMQC executantes das análises de marcador, a fim de verificar e monitorar possíveis desvios operacionais e analíticos que possam inferir negativamente nos resultados do Programa e a necessidade de adoção de correções para manutenção da qualidade dos resultados.

Para 2010 está previsto o cadastramento de empresas segundo a Resolução ANP nº 13/2009 e a conclusão do processo licitatório para escolha de apenas um fornecedor de marcador. Além disso, está previsto para 2010 a implantação de um sistema informatizado para controlar todos os dados de marcação.

17.5 – REVISÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

Os programas de monitoramento constituem importantes ferramentas para atendimento à atribuição de proteger os interesses dos consumidores quanto à qualidade dos combustíveis (gasolina, etanol combustível e óleo diesel B).

Em 2009, foi concluído estudo para a reestruturação do Programa Nacional do Monitoramento de Qualidade de Combustíveis (PMQC), visando à revisão e a padronização do escopo do Programa, com vistas a adequá-lo à atual demanda do mercado de combustíveis, lubrificantes e aditivos.

Em suma, destaca-se a revisão das regiões a serem monitoradas, as proporções de análises entre os combustíveis e o transporte de amostras de combustíveis, de aditivos e de lubrificantes para o CPT, além da ampliação da abrangência da análise de marcador no solvente em amostras de gasolina para todas as regiões monitoradas. O término do processo de reestruturação está programado para julho de 2010, quando o último contrato com o escopo antigo se encerrará.

A análise em amostra de biodiesel foi incluída no Termo de Referência de todos os processos licitatórios em cumprimento à política energética brasileira, na medida em que o biodiesel é hoje um componente obrigatório do óleo diesel B comercializado no país. Mesmo adicionado em pequena proporção, o biodiesel é capaz de alterar a qualidade do óleo diesel, tornando-o não-conforme, razão por que se torna imprescindível o acompanhamento da sua qualidade. Da mesma forma, a inclusão do ensaio para determinação do teor do biodiesel em amostra de óleo diesel, em função do caráter compulsório da comercialização de óleo diesel B, é importante para que a ANP possa fiscalizar o cumprimento de tal obrigatoriedade, bem como aferir o percentual dessa mistura.

A maneira de identificar uma gasolina que, ainda que especificada, tenha sido adulterada pela adição de solventes é a realização de análise de presença de marcador no solvente. Desse modo, esta análise foi incluída em todas as regiões a serem licitadas, visando aprimorar o monitoramento e as ações de fiscalização realizadas pela Agência e pelos agentes conveniados.

Para efetuar a reestruturação programada, estão sendo realizadas diversas licitações, de modo a contemplar integralmente o novo escopo do PMQC, e os novos contratos terão início de acordo com o término dos contratos antigos.

18 – FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

Uma das principais atribuições da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis é fiscalizar a distribuição e revenda de produtos derivados do petróleo.

No cumprimento de sua competência legal, a Diretoria da ANP criou, em 2005, a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI), com o encargo de fiscalizar, em todo o território nacional, aproximadamente, cerca de 120.000 agentes econômicos. Essa fiscalização é realizada diretamente por servidores do ativo permanente que possuem esta atribuição ou, indiretamente, por meio de Convênios de Cooperação Técnica e Operacional com órgãos públicos como Secretarias de Fazenda, Corpos de Bombeiros, Polícia Federal, Ministério Público etc.

A SFI também é responsável por aplicar sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato.

Conforme dados constantes no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal – SIGPLAN, no ano de 2009 foram realizados 28.382 ações de fiscalização e atingidos 112,73% da meta estipulada de 25.176 ações/ano.

Para ultrapassar a meta estabelecida, contou-se com a efetiva participação de 103 servidores agentes de fiscalização, que têm a atribuição de fiscalizar os agentes econômicos regulados pela ANP.

Para o ano de 2009, foram estabelecidas metas internas, com o objetivo de alcançar eficácia e eficiência nas ações de fiscalização.

Para isso reforçaram-se os setores de planejamento nas regionais da Superintendência de Fiscalização do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Brasília, para uma maior abrangência de fiscalização no território nacional.

Com isto, melhorou a qualidade das ações de fiscalização e conseguiu-se uma maior efetividade dos resultados alcançados nas operações executadas.

A continuidade do programa de padronização de rotina, feito com a elaboração de Manuais de Procedimentos de diversos segmentos do mercado regulado, resultou em uma expressiva melhora dos trabalhos executados em campo pelos servidores da ANP. Este ano, acrescentou-se a essa literatura, o “Manual de Procedimentos de Fiscalização em Transportador Revendedor Retalhista.” A superintendência trabalha na elaboração de novos manuais de procedimentos internos para os segmentos de Lubrificantes e GLP.

18.1 – AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

A meta anual de 25.000 ações de fiscalização foi distribuída entre os principais segmentos da cadeia do *downstream* - produção, distribuição e revenda, com base em análise histórica, condições e necessidades dos mercados. Devido ao grande número de solicitações do poder judiciário e dados originados do Programa de Monitoramento de Qualidade, esforços foram concentrados em segmentos considerados prioritários. Registrou-se sensível aumento percentual no número de ações de fiscalização em posto revendedor de combustível (aumento de 45,68%), posto revendedor de GLP (aumento de 116,61%), distribuidor de GLP (aumento de 55,23%), produtores de biodiesel (aumento de 76,27%) e nas usinas de álcool (aumento de 139,74%).

Tabela 18.1 – Ações de Fiscalização por Tipo de Agente de Mercado

Tipo de Agente	2008	2009
Posto Revendedor de Combustível	14.005	20.401
Distribuidor de Combustíveis	1.392	1.230
Transportador Revendedor Retalhista	643	363
Produtores e Distribuidores de Solventes	84	21
Posto Revendedor ee Gás Liquefeito	2.330	5.047
Distribuidor ee Gás Liquefeito	306	475
Produtor de Lubrificantes	162	117
Produtor de Biodiesel	59	104
Usina de Etanol	78	187
Outros	604	437
Total	19.663	28.382

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

A tabela a seguir informa o número de atendimentos às denúncias recebidas de outras Superintendências da Agência e de órgãos externos, como segue:

Tabela 18.2 – Volume de denúncias recebidas

Demandante	Denúncias Recebidas	Denúncias Atendidas
ANP – demandas internas de outras áreas	21.732	17.152
Poder Judiciário	192	117
Monitoramento de Qualidade	1.101	760
Órgão Público	332	199
Ministério Público	1.415	913
Agente econômico	295	162
Sindicato	59	25

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

O setor de planejamento trabalhou para aumentar o atendimento de denúncias advindas do Centro de Relações com o Consumidor – CRC e conseguiu-se alcançar um positivo percentual neste ano. É importante ressaltar que, a despeito do grande número de denúncias recebidas, muitas são inconsistentes e não permitem a elaboração de uma ação fiscal.

Tabela 18.3 – Percentual de Atendimento de Denúncias

CRC	Denúncias Recebidas	Denúncias Atendidas	Atendimento de Demanda(%)
2008	17.051	3.438	20
2009	15.995	5.758	36

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB e CRC

Um número maior de ações de fiscalização foram realizadas em todas as regiões do País. Os esforços concentraram-se nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, pois, é onde ANP dispõe de um maior número de servidores em exercício, além de um maior número de agentes econômicos. Houve um aumento real da presença da ANP em todo território nacional.

Tabela 18.4 – Distribuição Regional das Ações de Fiscalização em 2009

Regiões	2008	2009
Região Norte	1.444	2.485
Região Sul	1.758	2.191
Região Centro Oeste	2.392	4.821
Região Nordeste	4.688	6.426
Região Sudeste	9.381	12.445

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

18.2 – AÇÕES REALIZADAS, POR ESTADOS

Foram considerados prioritários os estados que possuem Unidades Regionais da Superintendência de Fiscalização do Abastecimento, porém, foi levado em conta o dado sobre movimentação de combustível realizado em cada um.

Tabela 18.5 – Total de Ações por Estado

Estado	2008	2009
Bahia	1.173	2.328
Ceará	896	911
Distrito Federal	627	1.747
Espírito Santo	438	498
Goiás	1.329	2.142
Minas Gerais	1.156	1.572
Pará	773	1.516
Paraíba	920	595
Paraná	832	1.003
Pernambuco	481	1.229
Rio de Janeiro	2.869	4.016
Santa Catarina	352	625
São Paulo	4.918	6.372

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação – SIGI-WEB

A meta de abrangência está baseada no critério da quantidade de postos revendedores de combustíveis existentes em cada localidade.

Tabela 18.5 – Número de Municípios Fiscalizados por Estado

UF	Nº de Municípios	Municípios Fiscalizados ¹³
AC	22	6
AL	102	38
AM	62	7
AP	16	3
BA	417	196
CE	184	71
ES	78	35
GO	246	160
MA	217	38
MG	853	105
MS	78	19
MT	141	43
PA	143	64
PB	223	35
PE	185	87
PI	223	50
PR	399	81
RJ	92	79
RN	167	24
RO	52	11
RR	15	1
RS	496	43
SC	293	46
SE	75	24
SP	645	296
TO	139	59

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação – SIGI-WEB

É importante considerar que um município só é contabilizado na meta de abrangência se tiver ao menos 20% de seus postos revendedores de combustíveis fiscalizados no período analisado.

18.3 – AUTUAÇÕES E INTERDIÇÕES

Histórico das autuações, interdições de estabelecimentos e apreensões de produtos.

O aumento do número de medidas cautelares deveu-se ao incremento das ações fiscalizatórias. Dentre as motivações que geraram os autos de infração, cerca de 10,8% refere-se à não atualização dos dados cadastrais junto à ANP, 9,8% a quadros e placas em desacordo com a legislação, 7,7% à reprovação dos laudos referentes a combustíveis coletados (Termo de Coleta de Amostra – TCA, reprovado) e 7,6% a comercialização e armazenamento de combustível fora das especificações técnicas estabelecidas pela ANP.

Tabela 18.6 – Histórico das Autuações

Medida cautelar	2008	2009
Autuações	4.564	6.619
Interdições	718	1.203
Apreensões	518	743
Total	5.800	8.565

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

Do total de documentos lavrados referentes a apreensão (743), foram apreendidos os volumes abaixo, que receberam as destinações especificadas na tabela.

¹³ Considera-se fiscalizado o Município que tenha acima de uma Ação de Fiscalização. O Distrito Federal foi excluído porque somente possui um município.

Tabela 18.7 – Destinação de Produtos Apreendidos

Destinação	Gasolina “C”	Gasolina “C” Aditivada	Etanol	Diesel	Total em Litros
Doação	31.246	6.699	11.916	0	49.861
Reprocessamento	197.500	75.883	115.320	455.298	844.001
Rompimento de Lacre	37.292	7.826	17.889	4.650	67.657
Descarte/Queima	70.351	448	11.808	17.910	100.517
Desinterditado	118.041	67.638	809.207	113.820	1.108.706
TOTAL (I)	454.430	158.494	966.140	591.678	2.170.742

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

No caso de rompimento de lacre, o infrator comercializou o produto, mesmo estando acautelado, devendo responder criminalmente, quando do término do processo administrativo.

18.3.1 – Gás Liquefeito de Petróleo – GLP

Este ano, a ANP realizou ações enfáticas para coibir o comércio clandestino de GLP. Além disso, com o término do prazo de recadastramento junto à ANP dos agentes que comercializam GLP, as ações da fiscalização resultaram em muitas apreensões de botijões, até a regularização do agente econômico. A evolução dos trimestres foi apresentada abaixo

:

Tabela 18.8 – Botijões Apreendidos

	2008	2009
1º Trimestre	2.522	18.827
2º Trimestre	16.606	27.496
3º Trimestre	7.620	22.928
4º Trimestre	9.294	32.135
Total	36.042	101.386

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

18.4 – CONVÊNIOS

A ANP continua valorizando a celebração de convênios e intensificamos ações de fiscalização conjunta aos órgãos conveniados, em 2009.

No mês de setembro de 2009, foi inaugurado um posto de fiscalização da Superintendência de Fiscalização em Natal, por conta do Convênio assinado com a Secretaria de Tributação do Estado do Rio Grande do Norte. Assim, a SFI aumentou sua representação na Região Nordeste do País, onde, no futuro, a ANP pretende abrir uma Unidade Regional de Fiscalização.

A meta para 2009 era a inauguração de, no mínimo, quatro novos postos regionais para apoio à Fiscalização. Porém, as negociações para abertura de Postos de Apoio nos Estados de Alagoas, Maranhão e Santa Catarina estão ainda dependentes do cumprimento de trâmites processuais. É importante observar que a operacionalização desses locais não depende apenas da ANP, mas também dos órgãos conveniados.

Em 2009, a ANP assinou apenas um novo convênio, dessa vez com a Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás, totalizando dezesseis Convênios de Cooperação Técnica e Operacional com Secretarias de Fazenda e Corpos de Bombeiros vigentes.

A implantação do Sistema Integrado de Convênio – SICONV na esfera federal e a obrigatoriedade de que todos os convênios sejam cadastrados no sistema dificultaram a assinatura de novos contratos. A operacionalização do Sistema e o cadastramento dos convenientes é complexa e assim alguns órgãos não conseguiram cumprir todas as e-

xigências do processo em tempo hábil para a assinatura de novos contratos. Com isto, o resultado anual apresentou queda no número de ações realizadas pelos agentes conveniados.

Foram realizados cinco cursos de capacitação de agentes conveniados, sendo um com um Corpo de Bombeiros e quatro com Secretarias de Fazenda, totalizando 149 servidores treinados em procedimentos de campo e na legislação pertinente à atribuição de fiscalização de agentes econômicos regulados pela ANP.

O efetivo resultado desse segmento foi o seguinte:

Tabela 18.9 – Ações de Fiscalização, por convênio

Ente Conveniado	2008	2009
Convênio com o Ministério Público	289	0
Convênio com secretarias estaduais de fazenda	1.417	257
Convênio com corpos de bombeiros	834	2.139
Convênio com prefeituras municipais	28	2
Total de ações conveniadas	2.568	2.398
Total de ações ANP	17.095	25.984
<i>Total de ações do ano</i>	<i>19.663</i>	<i>28.382</i>

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

18.5 – PROCESSOS JULGADOS E ARRECADAÇÃO DE MULTAS

A ação de fiscalização visa verificar a regularidade das operações do agente econômico. Caso o agente não apresente irregularidades, o ato de fiscalização se encerra imediatamente após o Documento de Fiscalização ser lavrado. No caso de ser identificada alguma irregularidade, o ato prossegue com a emissão de um Auto de Infração, que dará origem a um Processo Administrativo.

Para dar atendimento ao crescente número de processos administrativos, foi concluído o processo de descentralização do Setor de Análises Técnicas – SAT, visando à otimização da análise do julgamento dos processos administrativos da SFI. Com isso há hoje quatro Setores de Análises Técnicas, no Rio, São Paulo, Distrito Federal e Bahia. Houve melhora expressiva no resultado apresentado pela área.

As Portarias ANP nº 47/2009 de 18/3/2009, nº 62/2009 de 7/4/2009 e nº 170/2009 de 17/8/2009, delegaram competência aos servidores da SFI para julgarem em 1ª instância os processos administrativos decorrentes das fiscalizações. Essas nomeações são importantes para o aumento do número de julgadores, o que possibilita um incremento no número de decisões.

Aumentou-se, consideravelmente, o número de processos julgados e verificou-se um aumento na arrecadação de multas em 2009. Alcançamos maior controle das demandas de análise de contraprova, diligências e autuações por convênios com outros órgãos públicos.

O Sistema Julgamento Processual de Fiscalização – JPF, desenvolvido junto com o Núcleo de Informática, permitiu um grande avanço na gestão integrada de informações dos processos administrativos que tramitam na Superintendência, trazendo uma celeridade na rotina das atividades desenvolvidas por diversas áreas.

Tabela 18.10 – Resultados obtidos nos últimos dois anos:

	2008	2009
Número de processos julgados	5.232	5.716
Valor das multas recebidas (R\$)	17.532.109,41	25.964.445,88

Fontes: 1) Processos Julgados – SFI/DF - Setor de Análises Técnicas

2) Multas recebidas: SFA/DF – SICAF

Em termos de legislação, foram propostas para 2009 metas relacionadas a normas internas e externas.

Em relação às normas internas, o principal foco da SFI foi uma nova Resolução que substitua a Portaria DNC nº 26/1992, que trata do Livro de Movimentação de Combustíveis - LMC. A minuta dessa nova Resolução está em fase final, inclusive com a elaboração de um sistema eletrônico para a escrituração do Documento de Estocagem e Comercialização de Combustíveis - DECC, que substituirá o LMC. Além desta, a SFI está trabalhando na revisão de Portaria ANP n. 116/2000.

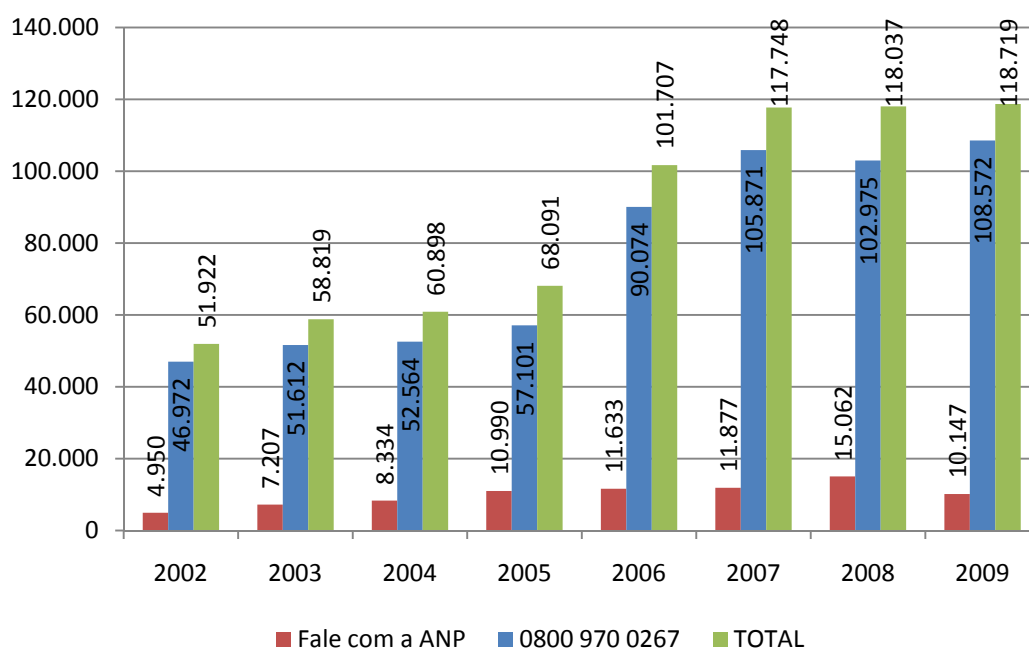
Com relação às normas externas, a SFI trabalhou em torno de uma proposta de alteração da Lei de Penalidades – Lei n. 9847/1999. A revisão dessa lei de 1999 dará mais flexibilidade aos trabalhos da SFI, pois atualizará procedimentos e permitirá adequação a uma realidade mais atual do mercado. Além disso, a penalização refletirá uma dinâmica mais condizente com a legislação hoje em vigor.

19 – Relações com o Consumidor

O atendimento ao cidadão realizado pelo Centro de Relações com o Consumidor (CRC) que, desde 2006, é vinculado à Superintendência de Comunicação e Divulgação Institucional – SCI – é realizado por meio de uma central de atendimento terceirizada, constituída por dois canais de comunicação – telefônico (0800 970 0267) e correio eletrônico (Fale com a ANP, disponível no sítio da Agência na internet). As demandas de consumidores, agentes econômicos, órgãos públicos, pesquisadores, órgãos de defesa do consumidor, entre outros, são registradas e classificadas como pedidos de informação, denúncias, reclamações, sugestões, elogios e agradecimentos.

Em 2009, o número de contatos registrados no Centro de Relações com o Consumidor manteve-se estável em relação a 2008. A seguir, é apresentada a tabela com o número de atendimentos desde 2002:

Gráfico 19.1 – Evolução do Número de Atendimento do CRC



Fonte: CRC/ANP

Como registrado em anos anteriores, os agentes econômicos foram o tipo de público que mais entrou em contato com a ANP em 2009, com 58% do total de manifestações, seguidos pelos consumidores, com 32%.

Em 2009, 85% dos contatos foram solicitações de informações sobre andamento de processos, análise de documentação, dúvidas sobre legislação da Agência e pedidos de dados para pesquisas. As denúncias somaram 14% do total das manifestações.

Dentre as denúncias cadastradas, o CRC recebe, também, denúncias relativas a assuntos não inseridos na esfera de atribuições da ANP. Tais casos são enviados por meio de ofício e email para as respectivas entidades responsáveis e totalizaram, em 2009, 1.425 correspondências; sendo 1.111 encaminhamentos de denúncia via meio eletrônico e 314 ofícios. Essas correspondências foram expedidas para os INMETROS estaduais e para as Secretarias de Estado de Fazenda, versando, normalmente, sobre aferição de bombas e irregularidades fiscais.

Com o objetivo de dar celeridade ao processo de encaminhamento de denúncias, o CRC, desde 2008, adotou o correio eletrônico como principal canal de expedição. Em 2009, 78% das denúncias encaminhadas seguiram por e-mail.

Como resultado do encaminhamento à Superintendência de Fiscalização do Abastecimento das denúncias recebidas pelo CRC via sistema foram realizados 944 ativos com denunciante identificado para o repasse das ações de fiscalização efetuadas. Foi possível perceber, também, a existência de mais de 700 denúncias com informações consideradas insuficientes após análise da SFI, o que poderia ensejar, no futuro, campanhas de esclarecimento aos consumidores de quais informações são relevantes para a Agência no momento do registro da denúncia.

Em parceria com o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo – Sindigás, a ANP apoiou a campanha “Revenda Legal” que visou combater os revendedores clandestinos de Gás LP no Rio de Janeiro. A iniciativa contou com peças distribuídas nos pontos de vendas legalizados, para ajudar o consumidor a identificá-los e na veiculação de anúncios nas mídias jornal, rádio, ônibus, trem e metrô com o número do 0800 da ANP para denúncia. Durante a campanha foram registradas 450 denúncias sobre comércio clandestino de GLP o que representou um aumento de 1.125% em relação ao mesmo período de 2008.

Em março de 2009, houve a implantação do novo Sistema I-Simp, demandando do *Call Center* da ANP um aprimoramento para dar continuidade à função de suporte aos agentes econômicos que utilizam o sistema. A partir do mês de agosto, os Transportadores Revendedores Retalhistas passaram a ter a obrigatoriedade de enviar a movimentação mensal de produtos via SIMP.

No mês de novembro foi lançado o novo site da ANP e o CRC atuou, nos primeiros dias de funcionamento, como suporte ao público externo na navegação pela nova página, assim como canal de registro das impressões e sugestões dos usuários.

Com o objetivo de melhorar a qualidade da Central de Atendimento, foram realizadas as seguintes ações de capacitação e treinamento para os atendentes:

- Comparecimento a diversas Audiências Públicas promovidas pela Agência;
- Curso Geologia do Petróleo para não Geólogos;
- Visita às instalações do BDEP;

- Treinamento sobre Conteúdo Local;
- Palestra sobre a Nova Versão do SIMP;
- Palestra sobre a inclusão dos TRRs no SIMP;
- Treinamento do sistema “SIMPRÁTICO”;
- Treinamento “Por dentro da ANP”;
- Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis;
- Programa de Recursos Humanos da ANP;
- Supervisão em Qualidade – Guia Call Center Brasil

No período, a equipe do CRC participou de 14 ações de capacitação e treinamento.

No ano de 2009 o CRC revisou todo seu banco de respostas, composto de cerca de 200 itens com as informações que são utilizadas diretamente pela Central de Atendimento no atendimento telefônico e no Fale com a ANP. De acordo com a relevância, novas respostas foram retiradas, atualizadas e inseridas para manter a qualidade da informação fornecida pelo Centro de Relações com o Consumidor.

A consolidação do uso do sistema interativos da ANP, como SIMP e Próton, pelos operadores da Central de Atendimento conseguiu reduzir em 30% o número de manifestações de consulta ao andamento de processos encaminhadas à Superintendência de Abastecimento em relação ao ano de 2008, melhorando a qualidade do atendimento e a satisfação dos agentes econômicos.

Com o objetivo de aumentar a interação das áreas da Agência com o CRC, o contato da Coordenadoria de Conteúdo Local passou a ser feito pelo sistema CRM, garantindo o controle das manifestações. Ainda, foi realizado treinamento com a equipe da Central de Atendimento para apresentação da Coordenadoria e o esclarecimento de dúvidas sobre o assunto.

20 – DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Um dos eixos principais das reformas nas indústrias de petróleo, gás natural e álcool combustível iniciadas na metade da década de 90 foi sua orientação competitiva. A importância dada à defesa da concorrência aumentou substancialmente, acompanhando as transformações no modo tradicional de organização desses setores. A proteção da concorrência é não apenas objetivo da política energética nacional (art. 1º, IX, Lei 9.478/97), mas princípio constitucional que deve nortear toda ação estatal.

Isso porque a defesa da concorrência tem por fundamento a defesa do interesse comum, não sendo um fim em si mesmo, mas um meio pelo qual se busca um resultado mais eficiente para a sociedade como um todo. Nesse sentido, busca não a proteção dos concorrentes individuais ou de consumidores particulares, mas a proteção do processo competitivo nos mercados.

Na indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, a atuação antitruste não se resume apenas à Lei nº 8.884, de 1994, e ao arcabouço institucional voltado para sua aplicação, mas também a todas as ações do Estado relacionadas a ela. Todos os agentes do poder público que tomam decisões que possam afetar as condições de concorrência nos mercados regulados por esta Agência devem levar em conta o princípio concorrencial.

A ANP, em particular, tem dentre suas finalidades a proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. A Agência, entretanto, não regula preços nem tampouco a quantidade ofertada. Deve atingir os objetivos legais, quanto a estes aspectos, através da proteção do processo competitivo nos mercados.

Na hipótese de identificação de indícios de prática lesiva à concorrência, cumpre à ANP comunicar o fato a Conselho Administrativo de Defesa Econômica e Secretaria de Direito Econômico nos termos do artigo 10 da Lei n.º 9.478, de 1997.

A garantia de concorrência é fator essencial para o sucesso dos modelos implementados, tanto nos segmentos de *upstream* quanto nos segmentos integrantes do *downstream*. Nesse sentido, são de grande importância as ações desta Coordenadoria tanto em seu aspecto preventivo (que busca evitar o surgimento de estruturas de mercado que afetem o processo concorrencial) quanto em seu aspecto repressivo (por meio das ações de acompanhamento e atuação junto aos demais agentes do Estado), bem como a implementação de uma cultura de concorrência em todas as áreas da Agência.

A competência específica da ANP na defesa da ordem econômica está definida no art. 10 da Lei n.º 9.478, de 1997, que determina que a Agência, no exercício de suas atribuições, comunique à (SDE) e ao (CADE), ambos do Ministério da Justiça, fatos que possam configurar infrações contra a ordem econômica, para a adoção das medidas cabíveis no âmbito da Lei n.º 8.884, de 1994, Lei de Defesa da Concorrência.

A área de defesa da concorrência na ANP, por meio da atuação da Coordenadoria de Defesa da Concorrência (CDC), em sua interação com os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), abrange duas vertentes: a prevenção de práticas anticompetitivas, por meio do controle das estruturas de mercado; e a repressão de condutas anticoncorrenciais. A atuação da Agência no que tange à primeira vertente consiste em avaliar, quando solicitado pela SDE, o impacto das operações de fusão e aquisição de empresas da indústria de petróleo e seus derivados, gás natural e biocombustíveis sobre os mercados específicos. Cabe esclarecer que essas operações são submetidas à análise do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, composto pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE), pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Para cumprir tal objetivo, a CDC emite pareceres técnicos.

A Coordenadoria também elabora, sob a forma de notas técnicas, estudos acerca dos mercados de combustíveis com a finalidade de atender solicitações da SDE. Esses estudos têm por objetivo identificar indícios da ocorrência de práticas anticoncorrenciais por parte dos agentes que atuam no abastecimento nacional de combustíveis a partir da análise do comportamento dos preços e da estrutura de mercado. Eventualmente o CADE faz diligências com o fito de obter informações adicionais concernentes aos processos já instruídos pela SDE. Nesse caso, a Coordenadoria manifesta-se também por intermédio de notas técnicas, uma vez que se refere a algum ponto específico sobre o qual o conselheiro do CADE não se encontrava suficientemente convencido sobre os elementos de prova constantes nos autos.

Em junho de 2003, a ANP firmou um acordo de intercâmbio de informações e cooperação técnica e operacional com a SDE. Esse acordo substituiu o celebrado com o CADE e a SDE em 2000, que vigorou até março de 2002. O referido instrumento estabelece mecanismos que visam a uma maior celeridade nos procedimentos de prevenção e de repressão de infrações da ordem econômica no setor de petróleo, seus derivados e gás natural. O último acordo expirou em junho de 2005 e a minuta de um novo acordo a ser firmado entre as partes encontra-se em análise pelo Ministério da Justiça, já que a perspectiva de redefinição das competências dos órgãos que compõem o SBDC, a serem provocadas pelos Projetos de Lei n.º 3.337/04 (atual Projeto de Lei da Câmara nº 06/09) e n.º 5.877/05, imporá a revisão dos antigos acordos e o estabelecimento de novos acordos de cooperação técnica também com CADE e SEAE.

Como a finalidade primordial das matérias de defesa da livre concorrência e de regulação econômica consiste na repressão e na prevenção do abuso do poder econômico nos mercados de bens e serviços, a atividade regulatória das agências setoriais e as funções de defesa da concorrência guardam uma relação de complementaridade. Alguns instrumentos utilizados para a regulação econômica em um determinado merca-

do são também empregados para a regulação da defesa da concorrência: controle de entrada e saída das empresas (controle estrutural que equivale à prevenção antitruste) e controle de preços e da qualidade de bens e serviços (controle da conduta e do desempenho que corresponde à forma de atuação repressiva às práticas anticompetitivas).

A CDC elabora estudos acerca dos mercados de combustíveis, por meio de elaboração de notas técnicas, com a finalidade de atender solicitações dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos Estaduais, dos PROCONS e de outras entidades públicas ou civis em todo o País. Esses estudos têm por objetivo identificar indícios da ocorrência de práticas anticoncorrenciais por parte dos agentes que atuam no abastecimento nacional de combustíveis a partir da análise do comportamento dos preços e da estrutura de mercado. No caso dos Ministérios Públicos, os estudos desenvolvidos servem para instruir processos e inquéritos, cujos objetos estão relacionados a denúncias de condutas anticompetitivas por parte de empresas que atuam nos mercados de combustíveis. As conclusões dos estudos identificam a existência ou não de indícios de infrações contra a ordem econômica e norteiam as decisões a serem tomadas pelos órgãos públicos, levando em conta as suas atribuições no que se refere à apuração de práticas anticompetitivas. Nos casos em que há elementos para caracterizar indícios de infração contra a ordem econômica, os estudos são também enviados à SDE e ao CADE, para a adoção das medidas cabíveis no âmbito da Lei n.º 8.884/94, conforme prevê o art. 10 da Lei do Petróleo.

Um aspecto importante do trabalho compreende o relacionamento com entes regulados, seus representantes e o público em geral, já que à Coordenadoria são repassadas as denúncias recebidas pela Agência através de seu Centro de Relações com o Consumidor.

Desde 2002, são elaborados pela Coordenadoria de Defesa da Concorrência, e disponibilizados pela Agência, os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para gasolina comum, etanol hidratado e GLP, no seu sítio na internet. A partir de setembro de 2003, incluíram-se os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para GNV e óleo diesel. Os relatórios analisam o comportamento dos mercados de distribuição e de revenda dos combustíveis à luz das informações do levantamento de preços da ANP, com o objetivo de identificar os municípios com baixos índices de dispersão entre preços de revenda, indicativo da possibilidade de ocorrência de infração à ordem econômica. As conclusões dos relatórios no que diz respeito aos indícios de alinhamento de preços servem de base para elaborar uma análise mais detalhada do comportamento dos preços em um determinado mercado. Anualmente, são também disponibilizados relatórios que analisam a trajetória dos preços desses combustíveis. Em 2009, foram publicados os relatórios mensais referente aos meses de janeiro a dezembro de 2009, perfazendo um total de 48 (quarenta e oito) relatórios mensais.

. No ano de 2009, o programa de Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis – LPMC, que se insere no âmbito das atribuições da ANP relativas a preços de combustíveis, teve como destaques:

- a) a celebração, no dia 12 de agosto, do Contrato Administrativo n.º 9.107/09-ANP-005.013 entre a ANP e a empresa Análise e Síntese, Pesquisa e Marketing Limitada, atual empresa responsável pela prestação do serviço de pesquisa semanal de preços, selecionado por meio de processo licitatório do Pregão Eletrônico n.º 053/09-ANP;
- b) o desenvolvimento de novo sistema eletrônico referente ao recebimento dos dados primários da pesquisa do LPMC e à geração de relatórios gerenciais.

A página de divulgação dos resultados das pesquisas semanais constitui importante ferramenta de pesquisa por parte da sociedade, sendo utilizada por agentes econômicos, órgãos de governo e consumidores em geral.

O LPMC abrange gasolina comum, etanol hidratado combustível (álcool etílico hidratado combustível – AEHC), óleo diesel não-aditivado, gás natural veicular – GNV e gás liquefeito de petróleo – GLP, produtos que são pesquisados em 555 localidades, cerca de 10% dos municípios brasileiros, em mais de 23.000 postos revendedores, de acordo com procedimentos estabelecidos pela Portaria ANP n.º 202, de 15/8/00. Os resultados das pesquisas foram disponibilizados semanalmente à sociedade, possibilitando ao consumidor conhecimento dos preços praticados no mercado e melhor opção de compra. Essas pesquisas destinam-se também a orientar a ANP na identificação de indícios de infrações à ordem econômica, como alinhamento de preços e formação de cartel, que são comunicadas à Secretaria de Direito Econômico (SDE) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgãos do Ministério da Justiça, integrantes do Sistema de Defesa da Ordem Econômica e responsáveis pela investigação e a aplicação das penalidades previstas em lei para esses tipos de infrações.

A tabela a seguir, mostra a evolução das coletas de preços realizadas nos pontos de revenda de combustíveis automotivos e de GLP, no período de 2000 a 2009.

Tabela 20.1 – Evolução da Coleta de Preços

Ano	Pontos de Revenda Pesquisados ¹⁴	
	Combustíveis Automotivos	GLP
2000	73.951	-
2001	230.593	115.916
2002	501.928	363.269
2003	471.892	303.967
2004	583.075	351.697
2005	602.257	349.013
2006	607.332	484.899
2007	572.584	412.001
2008	465.532	444.346
2009	389.636	354.261

Fonte: CDC/ANP

A CDC deu também continuidade ao acompanhamento de preços praticados por produtores e importadores nacionais de gasolina A, óleo diesel, querosene de aviação (QAV), gás liquefeito de petróleo (GLP), óleo combustível A1, A2 e B1, cimento asfáltico 50/70 e asfalto diluído de petróleo de cura rápida 250 e de cura média 30, retroativos ao dia 1.º de janeiro de 2002, de acordo com procedimentos estabelecidos pela Portaria ANP n.º 297, de 18/12/2001. Os preços médios ponderados semanais são divulgados no sítio eletrônico da Agência, garantindo à sociedade o conhecimento dos preços praticados pelos agentes econômicos de todos os segmentos do mercado, reduzindo a assimetria de informações e contribuindo para a transparência das práticas comerciais e para o bom funcionamento do mercado.

Além disso, teve continuidade o acompanhamento dos preços praticados pelas distribuidoras de asfalto no País, conferindo-se ampla divulgação do resultado do trabalho, conforme decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão AC-2649-51/07-P, item 9.4. Em novembro de 2009, por meio da Resolução ANP nº 35/2009, a cesta de produtos asfálticos cujos preços são objeto de acompanhamento foi ampliada, passando a conter todos os produtos especificados pela ANP.

No sítio eletrônico da ANP são disponibilizados os preços médios regionais dos produtos englobados pelo acompanhamento implementado pela ANP.

Paralelamente, realizou-se o acompanhamento da arrecadação da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de gasolina e suas correntes, diesel e suas correntes, querosene de aviação e outros querosenes, óleos combustíveis, gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado de gás natural e de nafta, e álcool etílico combustível).

¹⁴ Somatório das visitas feitas a pontos de revenda ao longo das semanas em que foi realizada a pesquisa.

Outrossim, prosseguiu o acompanhamento dos atos da Comissão Técnica Permanente do ICMS e das resoluções do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

Desde 1991, o Brasil participa como membro do grupo de tarefa C: Preços, Tarifas e Tratamento Tributário do Setor Energético – Combustíveis, do Subgrupo de Trabalho 9 – SGT-9: Energia e Mineração, no âmbito do Grupo Mercado Comum – GMC, órgão executivo do Mercado Comum do Sul – Mercosul. Entre as funções do GMC destacam-se: i) velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos assinados no seu âmbito; ii) fixar programas de trabalho que assegurem avanço para o estabelecimento do mercado comum e, iii) negociar, com participação de representantes de todos os Estados Partes, por delegação expressa do Conselho do Mercado Comum, acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O objetivo do grupo tarefa C é o intercâmbio de dados e informações e o desenvolvimento de estudos com o propósito de promover a integração energética entre os países do bloco. Dessa forma, foram efetuados diversos estudos localizados e específicos relativos a preços, margens e tributação de combustíveis, além de análises e estudos comparativos para grupos de estudos do MERCOSUL – SGT N.º 9 (Subcomissão de Preços e Tarifas de Combustíveis).

Atividade de importância realizada consistiu no atendimento ao público em geral, demandantes internos, Poder Executivo, Ministérios, demais órgãos governamentais, agentes econômicos, consumidores, consultores nacionais e estrangeiros, estudantes e especialmente PROCONS, DECONS e Poder Judiciário, diretamente ou através da Procuradoria Geral – PRG/ANP.

Além disso, foram realizados estudos comparativos de preços de gasolina A, óleo diesel, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo entre o mercado internacional e o nacional.

Por solicitação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a partir de 2009, o envio dos preços médios ponderados mensais de realização praticados pelos produtores (refinarias, centrais petroquímicas e formuladores) e importadores de óleo diesel, óleo combustível A1 e óleo combustível B1 referentes ao último trimestre do ano anterior passou a ocorrer até o dia 15 de janeiro de cada ano.

Além disso, a ANP desenvolveu um estudo, por solicitação da ANEEL, com o objetivo de examinar o comportamento dos preços de todos os combustíveis derivados de petróleo comercializados para as usinas termelétricas da Região Norte para fins de geração de energia elétrica entre os anos de 2006 e 2009. A análise contemplou os seguintes combustíveis: óleo diesel interior, óleo diesel metropolitano, óleo combustível A1, óleo leve PTE, óleo leve PGE e OCTE LI.

A Resolução ANP nº 35/2008 altera o inciso IV do art. 3º da Resolução ANP nº 27 de 18 de setembro de 2008, ampliando a cesta de produtos asfálticos cujos preços de comercialização pelas distribuidoras devem ser objeto de envio mensal para a ANP. Foram incluídos na cesta os seguintes produtos asfálticos: CAP modificado por polímero SBS 50/65, CAP modificado por polímero SBS 55/75, CAP modificado por polímero SBS 60/85, CAP modificado por polímero SBS 65/90, Asfalto Borracha AB-8, Asfalto Borracha AB-22, Emulsão Asfáltica Catiônica modificada por polímero elastomérico RR1C-E, Emulsão Asfáltica Catiônica modificada por polímero elastomérico RR2C-E, Emulsão Asfáltica Catiônica modificada por polímero elastomérico RM1C-E, Emulsão Asfáltica Catiônica modificada por polímero elastomérico RC1C-E e Emulsão Asfáltica Catiônica modificada por polímero elastomérico RL1C-E.

A publicação da resolução teve como motivador inicial a decisão constante do subitem 9.3 do Acórdão TCU 377/2009, referente ao processo TC nº 032.018/2008, do Tribunal de Contas da União, que solicitou a inclusão dos materiais betuminosos com adição por polímeros. A partir dessa decisão, foram incluídos na cesta todos os produtos asfálticos já especificados pela ANP, com o intuito de torná-la o mais representativa possível da realidade desse mercado.

As resoluções contribuem para uma maior transparência e publicidade nas compras públicas, em especial para a redução dos custos de aquisição de asfaltos, sem impor aos agentes regulados custos adicionais (já que foi adaptado um sistema que já era utilizado pelos agentes para informar sua movimentação de produtos à ANP).

21 – GESTÃO INTERNA

A Secretária Executiva (SEC) tem como competência atuar no âmbito da gestão interna, principalmente no que diz respeito à contínua melhoria dos instrumentos de gestão a serem utilizados pela Agência. Buscando definir melhor sua atuação, em 2009, a SEC passou por um processo interno de reestruturação, com o objetivo de dotar a ANP de um modelo de gestão estratégica.

O ano de 2009, abarcado por este relatório, foi produtivo e estimulante para aqueles que se dedicam à gestão da ANP. Ele acolheu uma discussão ampla sobre o tema, não só sobre a política para a área, mas igualmente sobre a escolha de parceiros e a definição de ferramentas mais adequadas ao alcance dos objetivos estabelecidos.

Do ponto de vista da organização interna, foram criadas quatro coordenações: de, Planejamento Estratégico, Gestão Interna, Gestão Documental e Processo Decisório. Cada uma delas foi incumbida de uma série de projetos, que deverão compor o Modelo de Gestão Estratégica da ANP, que terá como base o Modelo de Excelência em Gestão Pública oferecido pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública).

21.1 – PLANEJAMENTO

A SEC procurou aperfeiçoar em 2009 o acompanhamento do Programa e das Ações do Plano Plurianual 2008/2011 e dar início ao processo de planejamento estratégico da ANP. Com relação ao PPA, os resultados desse acompanhamento são apresentados no Capítulo XXX, assim como os principais atributos do programa, seus indicadores e suas ações. Com relação ao planejamento estratégico, tomando como norte a definição do Modelo de Gestão Estratégica da ANP, a Diretoria Colegiada, com base em proposta da Secretaria Executiva, recomendou que as discussões sobre o assunto fossem retomadas a partir da recomposição do Comitê de Planejamento Estratégico.

Durante o segundo semestre de 2009, o Comitê, sob a coordenação da SEC, buscou fora da agência experiências e possíveis parceiros na estruturação de um processo de planejamento estratégico para a ANP. Foram realizadas palestras no âmbito do Comitê de Planejamento Estratégico com a participação de seus membros e de outros servidores da ANP convidados. A lista de expositores incluiu representantes da ANEEL, ANVISA, INMETRO, Secretária de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Núcleo Estadual do Gespública, Universidade Federal Fluminense e Fundação Getúlio Vargas.

A combinação de troca de experiências e de sensibilização das equipes da ANP contribuiu para a SEC definir o planejamento estratégico, não como processo isolado, mas como um componente essencial para a fixação do Modelo de Gestão Estratégica da Agência.

Esse esforço de sensibilização e troca de experiências resultou também em orientação do Diretor-Geral da Agência para realizar, logo no início de 2010, um primeiro levantamento de ações prioritárias, como um projeto-piloto que permitirá não só definir ações de caráter estratégico como preparar a Casa, através do acumulo de aprendizado, para um exercício mais amplo, inserido no contexto da definição do Modelo de Gestão Estratégica para a ANP.

21.2 – TRANSPARÊNCIA E ACESSO DO CIDADÃO AOS ATOS DA PRATICADOS PELA ANP

A transparência e o acesso dos cidadãos e agentes econômicos aos atos praticados pela ANP, bem como o estímulo a uma participação mais efetiva do mercado na ação

do órgão regulador, são componentes fundamentais do modelo de gestão que a Secretaria Executiva pretende ver implantado na ANP. De mais a mais, eles estão em consonância com os princípios fundamentais da administração pública, são instrumentos efetivos de ampliação da cidadania, e – pretende a SEC – deverão se mostrar capazes de fornecer à Agência indicações fundamentais para o seu contínuo aperfeiçoamento.

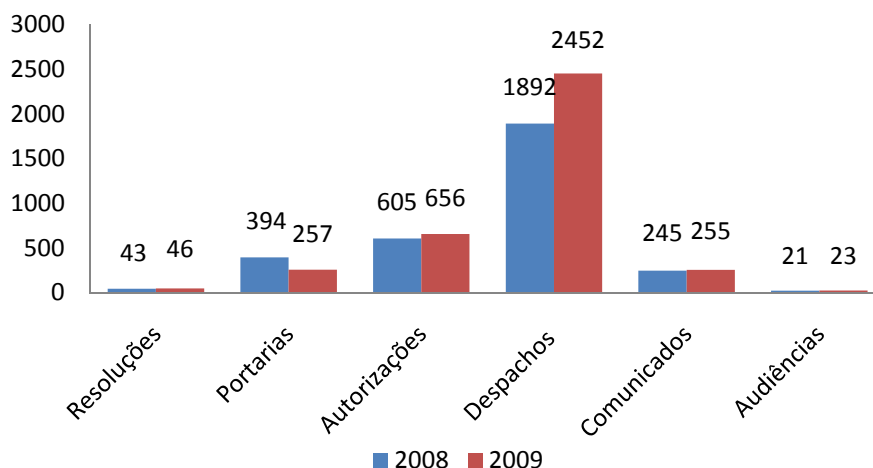
A partir de agosto de 2009, ainda como consequência da troca de experiências com outras organizações e em resposta ao Decreto nº 6.932/2009, a SEC iniciou o processo de elaboração da Carta de Serviços da ANP. Da mesma forma que ocorreu com o Planejamento Estratégico, a troca de experiências com outras organizações e o estreitamento de relações com a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento e com o Núcleo Setorial do Gespública do Rio de Janeiro, foi importante para a formação da equipe e para o estabelecimento do plano de trabalho voltado para a implementação da Carta, no âmbito da ANP, a partir de 2010. A elaboração da Carta de Serviços e sua divulgação reforçará, de modo significativo, as atividades já desenvolvidas pela Secretária Executiva nessa linha de fixar uma marca nova na gestão da ANP, caracterizada pela busca constante da transparência e publicidade dos atos dela emanados, em direção ao mercado.

21.2.1 – Apoio à Diretoria e Processo Decisório

A ANP tem como sua instância máxima de deliberação a Diretoria Colegiada. O processo decisório passa pela apreciação e decisão do colegiado, seja a aprovação das Rodadas de Licitação de Blocos, seja a emissão de portarias administrativas.

Essa ação se traduziu, em 2009, na aprovação e publicação no Diário Oficial da União de 3.689 atos. O gráfico a seguir apresenta o quantitativo de atos expedidos pela Agência, nos últimos dois anos.

Gráfico 21.1 – Atos publicados 2008/2009

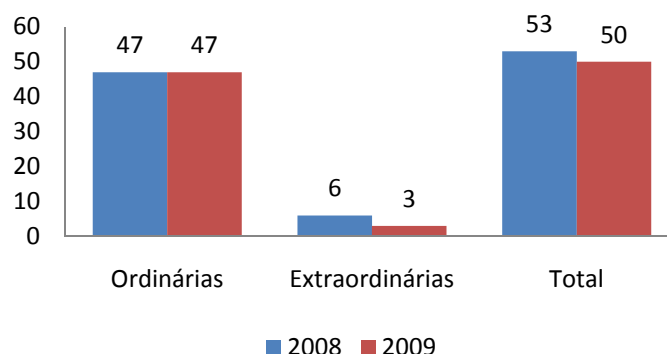


Fonte: SEC/ANP

Para que as propostas do corpo técnico da casa se transformem em decisões do colegiado, a SEC trabalha na preparação e adequação das pautas das reuniões, na confecção das atas e no encaminhamento e publicação de resoluções, acompanhando o cumprimento das decisões, naquilo que se relaciona às suas competências.

As reuniões da Diretoria ocorrem ordinariamente a cada semana e extraordinariamente em funções de decisões de urgência e relevância. O gráfico abaixo apresenta a quantidade de reuniões realizadas em 2008 e 2009.

Gráfico 21.2 – Reuniões de Diretoria 2008/2009.



Fonte: SEC/ANP

Todo esse fluxo de informações é gerido por meio de ferramenta informatizada, constantemente aperfeiçoada para fazer frente às demandas dos usuários e para dar aos membros da Diretoria e seus assessores informações consistentes, para instrução das decisões. Além disso, no sítio da ANP na rede mundial de computadores são disponibilizados semanalmente as pautas e atas das reuniões da Diretoria Colegiada.

Em 2009, foi iniciado o projeto de aperfeiçoamento do processo decisório, que pretende obter:

- i) mais transparência;
- ii) mais ampla publicidade das reuniões de diretoria
- iii) melhores subsídios para a tomada de decisão;
- iv) menor tempo de tramitação dos processos;
- v) menores custos associados ao processo decisório

21.2.2 – Acesso à Legislação

A Secretaria Executiva mantém e aprimora permanentemente sistema no sítio da ANP na rede mundial de computadores que permite disponibilizar, para consulta irrestrita, toda a legislação brasileira, desde 1934, relacionada às competências da autarquia.

O sistema atualiza diariamente a legislação do setor de petróleo, gás natural e biocombustível. Em 2009, o acervo legislativo da ANP totalizou, aproximadamente, 30.000 normas, disponibilizadas à sociedade e aos servidores da casa. Houve, nesse período, cerca de 1.000 acessos diários à sua base de dados.

As normas disponibilizadas abrangem principalmente as seguintes áreas:

- ✓ legislação federal – superior e inferior - do setor petrolífero, gás natural e biocombustíveis. O acervo inclui emendas constitucionais, leis, decretos, decretos-lei, medidas provisórias, resoluções e portarias de órgãos que antecederam a ANP (Conselho Nacional de Petróleo e Departamento Nacional de Combustíveis) e portarias interministeriais;
- ✓ regulamentação editada pela ANP – resoluções, portarias, autorizações e despachos, além de todo o conteúdo das rodadas de licitações de blocos;
- ✓ legislação estadual e de meio ambiente – superior e inferior – de 13 unidades da Federação (Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe), relacionadas ao setor petrolífero, gás natural e biocombustíveis;

- ✓ normas emanadas dos ministérios, principalmente, o de Minas e Energia; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

O ano de 2009, em relação ao ano precedente, mostrou um crescimento de 23% no número de normas inseridas na base de dados do sistema. Com relação às normas federais, esse crescimento foi de 14%. O crescimento do número de normas inseridas e a ampliação da demanda, principalmente em períodos específicos relacionados à publicação de atos com grande impacto nos mercados regulados, impõem, para 2010 uma revisão das ferramentas utilizadas.

21.2.3 – Acompanhamento de gastos da agência

A Secretaria Executiva mantém atualizado diariamente o Banco de Dados de Contratos e Convênios. Nele estão armazenadas informações relativas aos principais atributos dos contratos e convênios celebrados pela ANP, desde o início da Agência. Todas essas informações estão interligadas com informações do acompanhamento da execução, permitindo o conhecimento preciso da posição financeira e orçamentária de cada contrato ou convênio. A análise da estrutura da base de dados permite a visualização das diferentes opções de relatórios que dela podem ser extraídos, como, por exemplo, relatórios para acompanhamento de prazos, acompanhamento financeiro, posição orçamentária, execução por unidade administrativa etc.

Em 2009, foram acrescentados ao Banco de Dados 461 registros de publicações no Diário Oficial da União, referentes a todos os processos licitatórios iniciados pela Agência. Detalhando esses registros, chega-se a:

- ✓ 143 contratos;
- ✓ 105 termos aditivos;
- ✓ 31 convênios e termos de cooperação;
- ✓ 18 termos aditivos de convênios e de termos de cooperação.

Os demais registros se referem às homologações, adjudicações, cancelamentos e notas de empenho. Todos esses registros, depois de processados no Banco de Dados, formam a base para os relatórios de gestão interna e para o cumprimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo. Essa massa de informação é disponibilizada mensalmente na página da Agência na internet.

O envio mensal para chefes de unidade organizacional e diretores das informações do banco de dados, principalmente em relação aos prazos de vigências e renovação, contribuiu para uma redução significativa do número de renovações e contratações emergenciais submetidas à Diretoria Colegiada. Em 2005, para os 177 contratos assinados ocorreram 10 renovações ou contratações emergenciais. A partir de março 2007, o envio do relatório de Acompanhamento de Contratos e Convênios produziu impacto significativo, reduzindo — ano após ano — o número de contratações emergências. Em 2009, de um total de 232 contratos assinados, a Diretoria Colegiada só aprovou duas contratações ou renovações emergências.

Em 2010, o conjunto de informações do Banco de Dados servirá de base para a entrada em atividade de um sistema informatizado de gestão de contratos e convênios. A intenção é que ele facilite ainda mais o acesso da alta direção da Agência, dos administradores de contratos e convênios e de todo o restante da Casa aos contratos, convênios e termos de cooperação, para acompanhamento de seus resultados, prazos e desembolsos financeiros.

21.3 – GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS DA ANP

Como marco inicial do processo de reformulação da Gestão de Documentos e Arquivos, a ANP implantou, a partir de 2007, o sistema de gestão de documentos e processos, para gerenciar sua documentação, nesse sentido realizando todas as atividades e operações técnicas da gestão arquivística de documentos, desde sua produção, tramitação, utilização e arquivamento, até sua destinação final, ou seja, sua eliminação ou guarda permanente.

Em 2009, a Secretaria Executiva, responsável por conceber e administrar a Política de Gestão de Documentos e Arquivos da ANP, criou uma nova coordenação dedicada à gestão documental. Essa coordenação incorporou as atividades da equipe GED-Próton, tornando-se responsável também pelo gerenciamento do sistema de gestão de documentos e processos, ferramenta de valor inquestionável, que deverá atender às normas e aos procedimentos técnicos de gestão documental em revisão.

Outra importante iniciativa da SEC foi a concepção e criação do Comitê de Arquivistas, que desde 2008 já atuava informalmente, e de cujo trabalho resultaram diagnósticos situacionais dos Arquivos Setoriais da superintendências de Abastecimento (SAB), Dados Técnicos (SDT), Recursos Humanos (SRH) e Finanças e Administração (SFA), além do Arquivo Geral da Agência, administrado pelo Escritório-Sede, no Distrito Federal.

A Coordenação de Gestão Documental realizou vários projetos em 2009, tendo como foco a investigação da realidade de gestão documental da ANP. Nessa linha de ação, foi iniciado o Projeto Diagnóstico dos Protocolos, envolvendo o Escritório Central no Rio de Janeiro, o Escritório-Sede no Distrito Federal e os Escritórios de São Paulo e de Salvador, a partir do entendimento de que é necessários integrar os protocolos e arquivos da Casa para que se possa chegar à desejada padronização dos procedimentos técnicos, na área de gestão documental.

Com o objetivo de promover um melhor aproveitamento do sistema informatizado de gestão documental, foram corrigidas em 2009 imperfeições pontuais, com o fito de aproximar o usuário da ferramenta, mostrando suas funcionalidades e os benefícios para a Casa decorrentes de seu uso intensivo. Desse esforço fez parte o treinamento de servidores mais diretamente envolvidos com o sistema, incluindo servidores dos Escritórios Regionais: 229 usuários foram treinados no período de 25 de agosto a 29 de setembro de 2009. Como resultado, no mês de outubro, foi constatada uma queda de aproximadamente 67% dos chamados atendidos sobre inconsistências do sistema. A ferramenta também foi customizada com o objetivo de melhorar e facilitar as atividades das unidades e seus usuários, do que resultou maior agilidade no recebimento e distribuição de documentos e maior facilidade em se estabelecer correlação entre documentos e assuntos assemelhados.

Foi realizado treinamento no Sistema de Guarda Externa de Documentos, de forma a implantar o cadastramento da documentação diretamente pelos usuários. A intenção foi a de facilitar a atividade dos usuários e centralizar as autorizações para envio e recebimento na Secretaria Executiva. Isso garantiu a verificação pela SEC de procedimentos adequados e seguros de transferência de documentos.

A Coordenação de Gestão Documental lançou em 2009 sua página na intranet da ANP, com o objetivo de estabelecer, a partir daí, um mecanismo permanente de interação com o corpo de servidores da Casa, de estimular o aprendizado em Gestão Documental e de incorporar na rotina dos servidores da ANP, de forma definitiva, o trato sistemático da questão documental.

A necessidade de ações voltadas para uma eficiente gestão de documentos e segurança da informação levou a SEC, em articulação com a Assessoria de Inteligência, ligada à Diretoria Geral, e com o Núcleo de Informática, vinculado à Diretoria III, a considerar relevante a criação de um Comitê de Segurança da Informação e Comunicações na ANP (CSI), de atuação marcadamente corporativa.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações da ANP, então criado, e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, realizaram o Seminário de Segurança da Informação e Comunicações em julho de 2009, com o objetivo de conscientizar os servidores sobre a importância da segurança da informação e comunicações em suas atividades de trabalho, e de estimular comportamento favorável à implantação da política de segurança da informação e comunicação.

Além da capacitação, o CSI percebeu a importância de estabelecer parceria com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), por meio do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível (PNPC). A Secretaria Executiva pretende que, a partir de um termo de cooperação firmado entre as duas instituições, a ANP reforce e sistematize os cuidados que já toma para a salvaguarda dos conhecimentos sensíveis essenciais ao desempenho de sua função institucional.

No primeiro semestre de 2009, a Secretaria Executiva e a Superintendência de Exploração (SEP) iniciaram estudos conjuntos para a classificação das informações, tendo em vista a preservação do sigilo da documentação produzida por aquela unidade, que por ela transita ou que esteja sob sua guarda. Para tanto, foi criado grupo de trabalho, no âmbito do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações. Da atividade do grupo resultou, ainda em 2009, a fixação da Tabela de Classificação das Informações da Superintendência de Exploração o início da tarefa de identificação e tratamento da documentação sensível da área, conforme recomendação da Diretoria. A experiência na SEP será replicada para todas as outras áreas do *upstream*, em 2010.

O grupo de trabalho ampliou sua atuação, incluindo no seu relatório recomendações sobre as iniciativas e providências a serem tomadas pela Agência para atendimento, em toda a Casa, dos requisitos do Decreto nº 4.553, de 2002, que trata da segurança das informações nos órgãos da administração pública federal. A SEC aguarda o início da atividade de cooperação com o PNPC/ABIN para dar andamento às propostas do grupo de trabalho.

21.4 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A gestão orçamentária tem como foco a busca da garantia ou ampliação dos recursos disponíveis para o cumprimento da missão institucional da Agência. Para atingir esse objetivo, a Coordenadoria do Orçamento (COR) se articula diretamente com os órgãos setoriais e central de orçamento e apóia a Diretoria Colegiada nas gestões realizadas junto ao Congresso Nacional, no sentido de aprovar uma proposta orçamentária que reflita as necessidades de manutenção ou ampliação das ações da ANP.

A definição das necessidades da Agência se dá por meio de um processo de planejamento interno que resulta no Plano de Ação Anual (PAA). O PAA é o detalhamento dos objetivos esperados para um determinado ano em função de metas físicas e estimativas de recursos a serem aplicados para o cumprimento da missão institucional de diferentes unidades organizacionais.

Além disso, no decorrer do exercício, a COR, em sintonia com as demais áreas da Agência, toma as medidas necessárias para buscar a ampliação dos recursos disponíveis e a ampliação dos limites estabelecidos nos decretos de programação orçamentária e financeira, quando necessário.

Como instrumento de apoio ao acompanhamento da execução orçamentária, a COR divulga mensalmente a execução orçamentária de cada unidade gestora responsável (UGR). Esse relatório tem possibilitado um melhor controle por parte dos dirigentes de UGR sobre os gastos realizados em suas áreas de atuação e permite à Coordenadoria de Orçamento um dimensionamento preciso das despesas no decorrer dos exercícios através das séries históricas estabelecidas desde a implantação da execução por UGR, em 2003.

21.4.1 – Dotação e Execução Orçamentária em 2009

A Lei Orçamentária Anual (LOA) destinou à ANP R\$ 386,1 milhões para realizar despesas. Contudo, no decorrer do ano, foram acrescentados à LOA inicial mais R\$ 88,3 milhões, distribuídos conforme abaixo:

- R\$ 41,7 milhões para despesas com serviços de geologia (Decreto de 11 de maio de 2009);
- R\$ 989 mil para pagamento de aposentadorias e pensões (sendo R\$ 500 mil concedidos pelo Decreto de 4 de junho de 2009, R\$ 350 mil pelo Decreto de 14 de setembro de 2009, R\$ 125 mil pelo Decreto de 26 de novembro de 2009 e R\$ 14 mil pelo Decreto de 23 de dezembro de 2009);
- R\$ 39 milhões para pagamento de despesas com salários dos servidores (sendo R\$ 14,4 milhões concedidos pelo Decreto de 4 de junho de 2009, R\$ 18,7 milhões pelo Decreto de 14 de setembro de 2009 e R\$ 5,9 milhões pelo Decreto de 26 de novembro de 2009);
- R\$ 6,1 milhões para custeio do regime de previdência dos servidores (sendo R\$ 1,5 milhões concedidos pelo Decreto de 4 de junho de 2009, R\$ 4 milhões pelo Decreto de 14 de setembro de 2009 e R\$ 630 mil pelo Decreto de 26 de novembro de 2009);
- R\$ 36,4 mil para assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores (Decreto de 29 de setembro de 2009).
- R\$ 182,3 mil para auxílio-alimentação dos servidores (Decreto de 29 de setembro de 2009).
- R\$ 249,2 mil para assistência médica e odontológica dos servidores e seus dependentes (sendo R\$ 80 mil concedidos pelo Decreto de 29 de setembro de 2009 e R\$ 169,2 mil pelo Decreto de 07/12/2009).
- R\$ 10 mil para a ação Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos (Lei nº 12.118 de 14/12/09), concedidos simbolicamente, apenas para possibilitar a alteração do Plano Plurianual - PPA 2008-2011, tendo em vista a incorporação efetiva dessa ação no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2010.

As tabelas a seguir demonstram a dotação proposta pela Agência, sua dotação orçamentária prevista no PLOA e na LOA, bem como seus créditos adicionais, referentes aos exercícios 2008 e 2009, levando em consideração a classificação por Grupo de Despesas.

Tabela 21.1 – Programação de Despesas Correntes

Em R\$

Denominação da Unidade Orçamentária				Código da UO		Código SIAFI da UGO	
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				32265		323030	
Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação Proposta pela UO (PAA)	53.619.032	80.201.989	-	-	578.367.013	447.522.821
	PLOA	48.809.247	64.096.009	-	-	208.152.343	370.559.033
	LOA	48.809.247	64.096.009	-	-	169.122.421	302.471.884
Créditos	Suplementares	22.124.662	46.119.000	-	-	116.060.888	42.154.800
	Especiais	Abertos	-	-	-	178.435.832	10.000
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		70.933.909	110.215.009	-	-	463.619.141	344.636.684

Fontes: SIAFI, SIDOR, PLOA 2009

Tabela 21.2 – Programação de Despesas de Capital

Denominação da Unidade Orçamentária					Código da UO		Código SIAFI da UGO		Em R\$
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis					32265		323030		
Origem dos Créditos Orçamentários			4 - Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Outras Despesas de Capital		
Exercícios			2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação Proposta pela UO (PAA)		45.443.505	22.162.000	-	-	-	-	
	PLOA		20.506.843	19.515.562	-	-	-	-	
	LOA		18.692.843	19.515.562	-	-	-	-	
Créditos	Suplementares		-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	-	-	-	
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-		
Outras Operações			-	-	-	-	-	-	
Total			18.692.843	19.515.562	-	-	-	-	

Fontes: SIAFI, SIDOR, PLOA 2009

Tabela 21.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Denominação da Unidade Orçamentária				Código da UO		Código SIAFI da UGO		Em R\$
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				32265		323030		
Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
Exercícios			2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação Proposta pela UO (PAA)		631.986.045	527.724.810	45.443.505	22.162.000	-	-
	PLOA		256.961.590	434.655.042	20.506.843	19.515.562	2.809.248.897	4.552.803.508
	LOA		217.931.668	366.567.893	18.692.843	19.515.562	3.152.349.438	3.766.442.033
Créditos	Suplementares		138.185.550	88.273.800	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	178.435.832	10.000	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			534.553.050	454.851.693	18.692.843	19.515.562	3.152.349.438	3.766.442.033

Fontes: SIAFI, SIDOR, PLOA 2009

Com a inclusão dos créditos adicionais, temos que LOA da ANP totalizou em 2009 o valor de R\$ 4,2 bilhões, sendo esses recursos provenientes em sua maioria de compensação financeira paga pelas empresas para exploração de petróleo e gás natural. A maior parte desses recursos é alocada na reserva de contingência, que é utilizada para contribuir com o cumprimento das metas de superávit primário do governo federal. Para a realização de despesas por parte da ANP, a LOA 2009 somada com os créditos adicionais destinou um total de R\$ 474,4 milhões. Desse total, a ANP teve R\$

445,4 milhões liberados para execução de suas despesas, realizando 444,1 milhões, o que representa 99,7% do orçamento liberado.

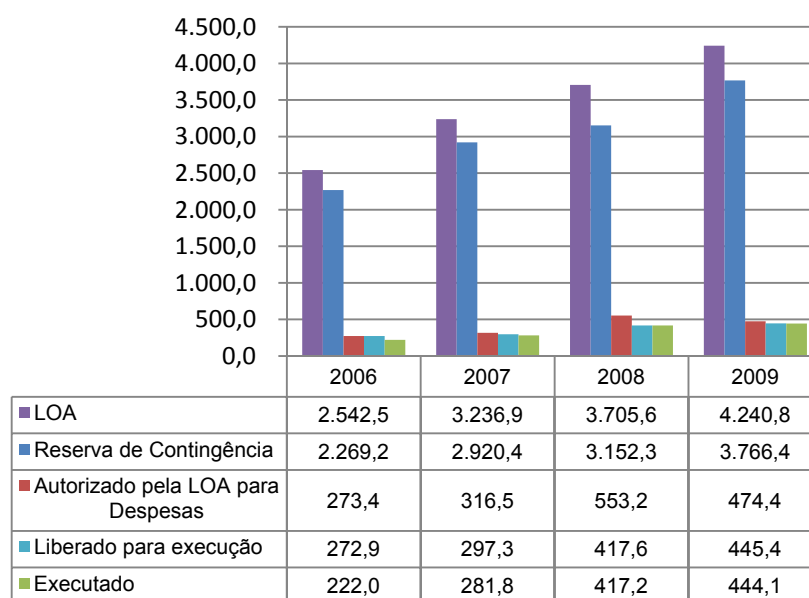
Inicialmente o valor liberado para execução das despesas da Agência em 2009 não era suficiente para o cumprimento de sua missão institucional, porém, com a inclusão dos créditos suplementares concedidos ao longo do exercício, o montante final liberado foi suficiente para atender suas necessidades mínimas.

Em 2009, o valor autorizado para execução das despesas com serviços de geologia, que são relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, foi muito superior ao autorizado em 2008. Com isso, a execução das despesas com serviço de geologia em 2009 foi 478% superior ao exercício anterior.

Em relação ao valor total liberado para gastos da Agência, o orçamento de 2009 foi aproximadamente 7% maior que o de 2008.

O gráfico a seguir mostra a variação da LOA, Reserva de Contingência, o autorizado pela LOA para realização de despesas, o montante liberado para sua execução e o valor total executado pela Agência nos quatro últimos exercícios.

Gráfico 21.3 – Composição do Orçamento e Execução da ANP 2006 a 2009



Fonte: SIAFI

A tabela abaixo demonstra os limites de movimentação e empenho em 2009, em R\$ 1.000.000.

Tabela 21.4 – Limites de Movimentação e Empenho em 2009¹⁵

Anexos	Em R\$			
	a) Autorizado (LOA)	b) Limite Inicial	c) Limite Final	d) Executado
Anexo I (fontes 129, 142, 174, 300)	295.404.084	170.557.138	268.688.195	268.659.852
Anexo II (fonte 250)	66.259.943	41.704.962	63.981.690	63.972.428
Anexo VII (fontes 100 e 250)	2.488.219	2.010.000	2.478.219	2.399.800
Total	364.152.246	214.292.100	335.148.104	335.032.080

Fontes: SIAFI e Ofício nº 886/2009/SE/MME

¹⁵ Os limites de movimentação e empenho não incluem as despesas com pessoal

21.4.2 – Créditos Suplementares

Durante o ano de 2009, foram encaminhadas pela COR as seguintes solicitações de créditos suplementares:

Tabela 21.5 – Créditos Suplementares Solicitados e Concedidos em 2009

Em R\$			
Ações	Data	Valor solicitado	Valor Concedido
Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural	04/02	46.800.000	-
	20/03	41.686.826	41.686.826
Administração da Unidade (Despesas com Pessoal)	18/03	37.761.100	39.000.000
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	18/03	4.743.700	6.130.000
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	18/03	788.700	975.000
	02/12	14.000	14.000
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	19/03	332.857	-
	20/03	60.480	-
	26/08	321.822	249.240
Ações de Informática	26/03	21.497.871	-
	27/08	15.000.000	-
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	26/08	36.431	36.431
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	26/08	182.303	182.303

Fontes: SIAFI & SIDOR

Em atendimento ao segundo pedido para suplementação em Ações de Informática, exposto na tabela acima, realizado no dia 27 de agosto, tramitou no Congresso Nacional um Projeto de Lei que visava à abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 15 milhões. A concessão deste crédito viabilizaria a ampliação e adequação do espaço do *datacenter*, a modernização dos equipamentos de informática e a aquisição de sistema de refrigeração específico e de dispositivos necessários para a segurança dos funcionários e do patrimônio da Agência, tais como o monitoramento do ambiente, detecção de fumaça, alarme e combate a incêndio, cabeamento estruturado e *no breaks*. Porém, o projeto em questão não foi votado e a solicitação será reapresentada pela COR no exercício de 2010.

21.4.3 – Processo de Planejamento Orçamentário para 2010

O processo de planejamento orçamentário da Agência tem sofrido aperfeiçoamentos ano a ano. A captação da proposta orçamentária para 2010, realizada no primeiro semestre de 2009, procurou aumentar o grau de informação associado às solicitações de recursos, bem como estabelecer relação entre os processos realizados sob responsabilidade das unidades organizacionais, orçamentos, objetivos, produtos e seus resultados.

Pelo processo de captação, chegou-se a um valor de R\$ 748,4 milhões necessários para 2010. Foi enviado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) com uma programação de despesa de R\$ 594 milhões para a ANP (esse valor não considera a reserva de contingência).

Durante a tramitação do PLOA no Congresso Nacional, houve uma redução de R\$ 5,9 milhões no valor das despesas autorizadas para investimentos. Sendo assim, a LOA, que foi sancionada pelo Presidente da República em 26 de janeiro de 2010, destina R\$ 588,1 milhões (valor líquido sem a reserva de contingência) para a Agência.

21.4.4 – Processo de aperfeiçoamento do sistema PAA

Durante o ano de 2009, a COR realizou gestões junto ao Núcleo de Informática (NIN) no sentido de aperfeiçoar o sistema interno de captação (Sistema PAA). O novo sistema trará benefícios tanto para os interlocutores das UGR da Agência como para os analistas da COR, já que prevê uma interface que facilita seu manuseio, bem como ferramentas para facilitar análises críticas. A previsão é de que esse novo sistema esteja pronto no primeiro semestre de 2010.

21.5 – DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

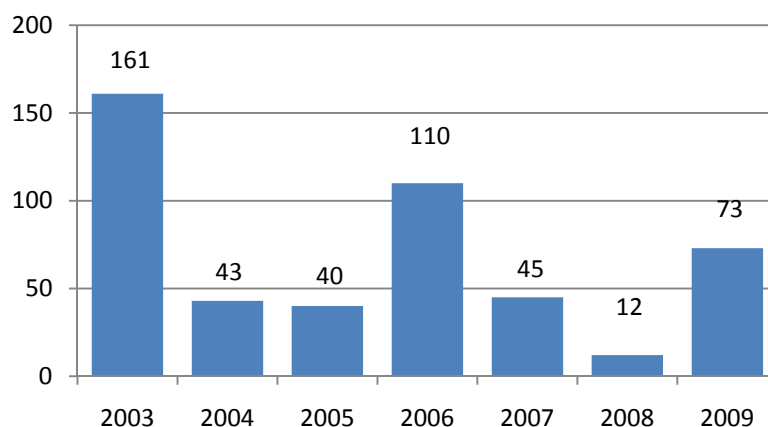
Criado em 1998, com a missão de gerir a política de documentação da ANP, garantir a recuperação da informação, o acesso ao documento e a preservação de sua memória, o Centro de Documentação e Informação (CDI), subordinado à Secretaria Executiva, conta com uma estrutura adequada para atender os pesquisadores por meio de recursos multidisciplinares e mantém um intenso intercâmbio com instituições de natureza distinta, além de uma estreita comunicação com profissionais de todas as áreas e especialistas dos segmentos intrínsecos à Agência.

É, portanto, uma unidade caracterizada pelo relacionamento direto com o pesquisador. O CDI investe diariamente na busca por novos recursos informacionais e tecnológicos que tornem o processo de pesquisa mais ágil, eficiente e relevante. Para tanto, durante o ano, são realizadas contratações de serviços selecionados pelas diversas unidades administrativas da Agência, com o propósito de atender à demanda de informações essenciais à consecução dos serviços, a exemplo de normas técnicas, preços de combustíveis no mercado internacional, serviço seletivo de legislação e tantos outros de grande valia para o bom desempenho das atividades da ANP.

O acervo pode ser consultado *in loco* ou cedido, por empréstimo, a todos os servidores da Agência. A consulta é estendida a leitores de universidades e instituições congêneres, desde que identificados e qualificados pela área acadêmica afim, familiarizados com o setor de regulação e legislação pertinente. O acesso à base de dados bibliográfico está condicionado ao prévio processamento técnico da publicações através do registro informatizado de dados catalográficos, temáticos e físicos de cada uma das peças que ingressa na biblioteca.

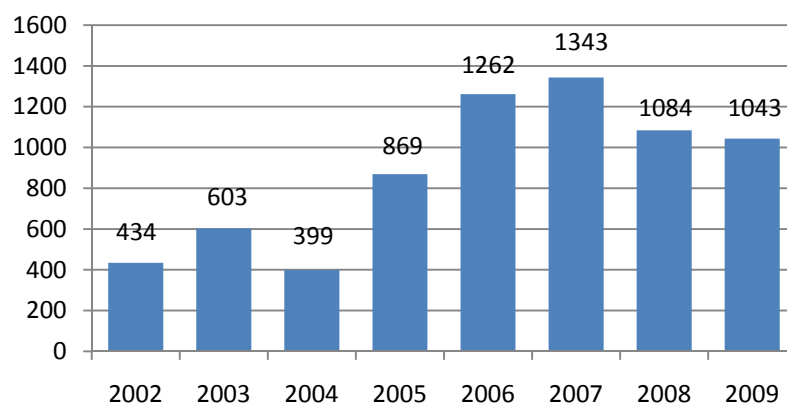
Dentre os trabalhos produzidos pelo programa PRH, o CDI recebeu 73 teses, que se encontram disponíveis para consulta.

Gráfico 21.4 – Comparativo de solicitações do sistema COMUT



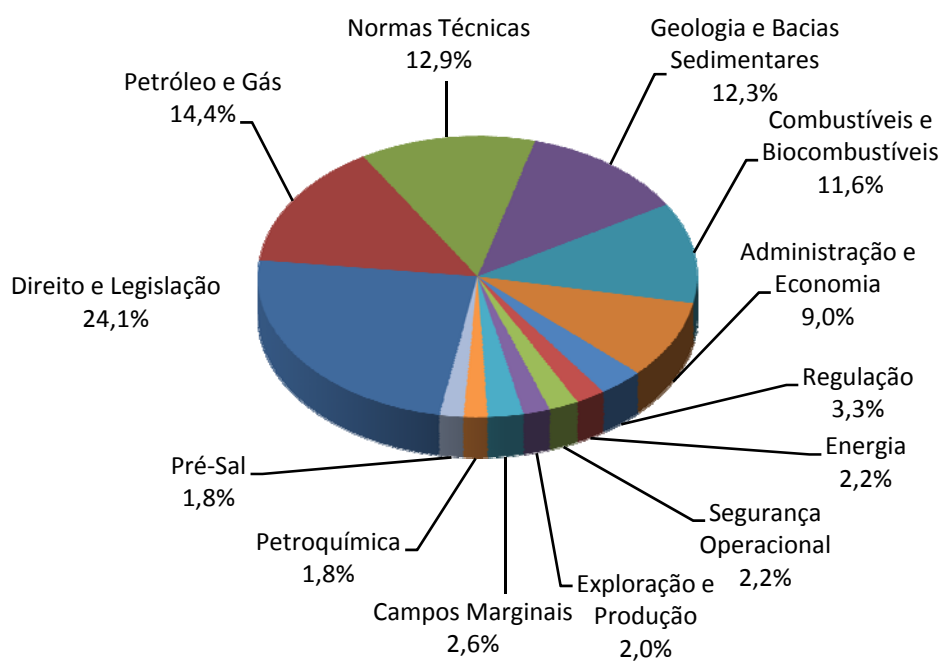
Fonte: CDI/ANP

Gráfico 21.5 – Demonstrativo do empréstimo de publicações



Fonte: CDI/ANP

Gráfico 21.6 – Assuntos mais pesquisados em 2009



Fonte: CDI/ANP

22 – AÇÕES NA ÁREA DE INFORMÁTICA

O ano de 2009 caracterizou-se pela eficiência alcançada por diversas áreas de negócio da ANP que tratam dos segmentos upstream e combustíveis, destacando entradas em produção de novas tecnologias, melhor integração e padronização do ambiente de tecnologia do Banco de Dados de Exploração e Produção, continuidade pela modernização das estações de trabalho e impressoras, bem como pela implantação de novos sistemas, dentre os quais ressaltamos o novo SIMP Cadastro e I-SIMP, que administra também em 2009 a movimentação comercial dos TRR, o Sistema de Pontos de Abastecimento e os controles informatizados das participações especiais e *royalties*. Todas essas ações foram analisadas e acompanhadas ao longo do ano pela equipe de segurança da informação.

22.1 – TECNOLOGIA

Em 2009, o Núcleo de Informática (NIN) investiu na atualização do parque tecnológico da ANP, dando continuidade a melhorias feitas no ano de 2008 e trazendo também novas tendências e inovações.

Abaixo temos alguns exemplos de ações realizadas ao longo do ano, que tiveram como principal objetivo prover um nível cada vez maior de benefícios para a Agência como um todo.

Expansão e Modernização do Datacenter do Escritório Central do Rio de Janeiro e também dos CPD da Sede e Escritórios:

- ✓ implantação de 28 novos equipamentos servidores;
- ✓ substituição de servidores obsoletos;
- ✓ melhor performance e capacidade de rede;
- ✓ otimização de todo o ambiente de virtualização;
- ✓ instalação de um novo servidor de arquivos;
- ✓ servidores de correio mais potentes;
- ✓ implantação de uma nova Intranet com gerenciador de conteúdo;
- ✓ implantação de novo site eletrônico da ANP;

Buscando manter o alto nível de segurança da informação, foram adquiridos novos *Firewalls*, o que permitiu aumentar o padrão de segurança de todo o ambiente tecnológico da ANP e do BDEP, por serem equipamentos mais robustos e seguros, baseados em tecnologias de ponta e com alta disponibilidade;

Foi adotado uma nova solução de monitoramento e antecipação a falhas do parque tecnológico. A implantação da solução permitiu realizar uma gerência proativa dos ativos e serviços tecnológicos da ANP, garantindo mais disponibilidade, qualidade e performance para todos os serviços informatizados. Um bom exemplo da importância deste tópico é a criação de um painel de controle para todo ambiente SIMP, que analisa constantemente o comportamento dos bancos de dados e os equipamentos de rede que realizam a interconexão de todos os ativos envolvidos com o sistema.

O NIN realizou a análise de todos os controles dos *datacenters* e das políticas de *backup* existentes na Agência. Com isso, pode-se garantir um melhor monitoramento dos ambientes e a realização das cópias de segurança dos dados de produção da ANP mais otimizado.

O grande foco de atuação da área de infraestrutura de informática ao longo do ano foi o apoio às áreas finalísticas da Agência. Cite-se como exemplo a estruturação tecnológica e sistêmica dos Leilões de Biodiesel e a criação de alta disponibilidade para o sítio da ANP, criando contingenciamento de ativos tecnológicos;

22.2 – DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS

Os sistemas de informática desenvolvidos pelo NIN permitem à ANP a execução de suas atividades regulatórias, dando às Superintendências as funcionalidades de que necessitam para suas atividades. Em 2009, foram disponibilizados aos usuários os seguintes sistemas, módulos e funcionalidades, conforme tabela a seguir.

Tabela 22.1 – Sistemas Desenvolvidos

SUPERINTENDÊNCIAS	DEMANDA
SDP	Boletim Mensal de Produção (BMP)
	Plano de Desenvolvimento (PD)
	Programa de Reabertura de Jazida (PRJ)
	Relatório de Fiscalização
	Unidade Estacionária de Produção (UEP)
	Programa Anual de Trabalho (PAT)
SEP	Programa Anual de Produção (PAP)
	Levantamento Geoquímico
	Penhor de óleo com o campo
	Reprocessamento
	Plotar a configuração atual da área do bloco ao selecionar uma configuração anterior do mesmo
	Cessão de Direitos
SDT	Carga de sondas
	WebService ANP
SPL	Migração do sistema SIRCS e SCP para o SIGEP
SAB	Novo Gerador de Ofertas de Licitação (GEOF)
SPG	Leilão de Biodiesel
	WebService ANP
ATIVIDADES CORPORATIVAS	Cálculo e Distribuição de Royalties
	Geração de Relatórios de Participações Governamentais via I-SIGEP
SIMP	Nova Internet
	Nova Intranet
	Licenças Ambientais
	Cadastro
	Descredenciamento Automático
	Dados de Movimentação da Empresa
SAB – iSIMP	Movimentação
	Impressão de Ficha Cadastral
SAB – I-SIMP CLIENT	Migrações e Saneamento de Códigos I-SIMP
	Novas Críticas
SAB – RE VENDAS GLP WEB	i-SIMP para Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR's)
	Atualização Automática
SFI – GERADOR DE DF	Mensagens Automáticas
CMA – LIAM	Help On Line
SAB – EXTRATOR	Reestruturação do Site
SFI / SAB/ PRG – JPF	Geração do Documento da Fiscalização
	Licenças Ambientais
	Movimentação de combustíveis do país
SFI / SAB/ PRG – JPF	Melhorias SAT Rio
	Melhoria SFI - Alterar formato do nº de auto de infração
	Melhoria EDF

Fonte: NIN/ANP

22.3 – SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Durante o ano de 2009, as atividades de Segurança da Informação do ambiente informatizado na ANP foram realizadas pelo Escritório de Segurança da Informação (ESI) do NIN contando com sua força de trabalho própria de servidores da ANP, sem o apoio consultivo de empresa especializada. Conforme decisão da gestão do NIN, o contrato de prestação de serviços de segurança da informação, vigente até o final do ano

de 2008, não foi renovado definindo-se pela abertura de um novo processo de contratação de serviços para a ANP. Destacam-se a seguir os principais resultados obtidos com as atividades realizadas pelo ESI:

- ✓ análises de riscos: analisados os riscos quanto aos controles de segurança da informação aplicáveis aos ativos tecnológicos (equipamentos servidores) que entraram em produção no ano de 2009;
- ✓ tratamento de incidentes: investigados e avaliados os incidentes ou suspeitas de incidentes reportados ao NIN em 2009;
- ✓ segurança em desenvolvimento e infraestrutura de TI: realizadas análises de riscos e acompanhamento de mudanças ocorridas no ambiente computacional decorrentes do desenvolvimento de aplicações e administração da infraestrutura de TI da ANP.

Finalmente, como indicador do esforço contínuo de aprimoramento tecnológico da ANP, o investimento e as despesas em tecnologia em seus diversos segmentos foi de aproximadamente R\$ 40 milhões, representando 14% de todas as aquisições feitas pela ANP durante 2009.

23 – Gestão de Pessoas

A composição dos recursos humanos da ANP, bem como as despesas, serão demonstradas em três quadros distintos.

O quadro 1 traz um demonstrativo da lotação efetiva e autorizada dos recursos humanos apurada em 31/12/2009, assim como do quantitativo de pessoal considerado ideal. O quadro contém quatro colunas, a saber: natureza funcional do ocupante do cargo, a lotação efetiva, a lotação autorizada e a lotação considerada ideal pela ANP.

Os quadros 2 e 3 contemplam a composição e os custos associados ao quantitativo de recursos humanos da ANP, próprio e terceirizado, apresentados em duas estruturas de informação distintas, referentes ao exercício de 2009 e aos dois anos anteriores.

Tabela 23.1 – Composição de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2009

Regime do Ocupante do cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários - total (não ocupantes de cargo de livre provimento – vinculados ao Regime Jurídico Único)	510	638 ¹⁶	780 ¹⁷
Próprios (estatutários da ANP ou carreiras de estado, não ocupantes de cargo de livre provimento)	507	-	-
Requisitados (de outra UJ, não ocupantes de cargo de livre provimento)	3	-	-
Celestistas (regime CLT)	-	-	-
Cargos de livre provimento - total (ocupantes de cargo de livre provimento)	274	286	
Estatutários (ocupantes de cargo de livre provimento - vinculados ao RJU)	177	-	-
Não estatutários (ocupantes de cargo de livre provimento – não vinculados ao RJU)	97	-	-
Subtotal (estatutários + cargos livre provimento)	784	-	-
Terceirizados – total (apoio administrativo)	266	350	266
Total (estatutários + cargos livre provimento + terceirizados)	1050		

Fonte: SRH (Cadger) e RM Sistemas

¹⁶Vagas autorizadas para os concursos de 2004 (313) e 2008 (325), referentes aos cargos estabelecidos pela Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004

¹⁷Número de cargos estabelecido pela Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004

Tabela 23.2 – Pessoal próprio – Composição e Custos de Recursos Humanos¹⁸

QUADRO PRÓPRIO						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	371	16.823.602,54	1.914.905,06	8.453.022,56	396.062,65	37.067,79
2008	607	25.292.978,57	3.383.196,91	17.945.436,66	466.421,18	28.826,22
2009	630	38.918.233,66	3.658.465,37	34.399.852,88	1.297.865,31	57.626,93
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	0	768.238,63	-	-	-	187.441,45
2008	0	-	-	-	-	-
2009	0	-	-	-	-	-
Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	109	-	7.199.731,20	-	-	75.746,20
2008	104	-	8.158.360,40	-	-	98.865,80
2009	97	-	7.807.460,44	-	-	25.765,02
Requisitados com ônus para a UJ (Unidade Jurisdicionada)						
2007	10	-	413.936,62	-	2.167,20	7.365,40
2008	7	-	365.349,04	-	180,60	3.720,12
2009	6	-	241.488,82	-	-	7.331,76
Requisitados sem ônus para a UJ (Unidade Jurisdicionada)						
2007	51	-	1.153.310,22	29.232,97	-	3.093,85
2008	49	-	1.520.597,40	1.153,02	-	2.950,31
2009	51	-	1.635.005,37	-	2.714,10	9.599,90

Fonte: SIAFI Gerencial / DDP-SIAPE

Tabela 23.3 – Pessoal terceirizado Composição e Custos de Recursos¹⁹

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Apoio administrativo		Estagiários		Conservação e vigilância		Atividades de área-fim	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	276	9.340.418,76	85	335.850,65	NA	NA	NA	NA
2008	281	9.426.665,85	44	372.913,62	NA	NA	NA	NA
2009	266	8.883.446,49	112	723.568,55	NA	NA	NA	NA

Fonte: SRH / SIAFI Gerencial

23.1 – BENEFÍCIOS A SERVIDORES

A ANP concede a seus servidores os seguintes benefícios:

- auxílio-transporte;
- auxílio-pré-escolar;
- auxílio-alimentação;
- assistência médica, ambulatorial e hospitalar;
- assistência odontológica.

¹⁸ Quantidade – posição em 31 de dezembro de cada ano

¹⁹ Quantidade – posição em 31 de dezembro de cada ano. Despesa – total incorrido no exercício

Tabela 23.4 – Despesas com Benefícios a Servidores (em R\$)²⁰

Descrição:	2007	2008	2009
Auxílio creche	36.334,10	44.402,51	81.485,50
Auxílio alimentação	916.963,45	1.023.808,47	1.300.465,71
Auxílio transporte	214.941,85	208.134,07	256.215,56
Auxílio-funeral/natalidade	1.520,00	15.918,33	7.849,35
Plano de saúde	1.030.705,39	374.067,87	682.878,14
Plano odontológico	59.748,63	62.078,55	78.754,86
Total	2.260.213,42	1.728.409,80	2.407.649,12

Fonte: SIAFI Gerencial / DDP-SIAPE

Os benefícios de auxílio-transporte, pré-escolar e alimentação são concedidos aos servidores em pecúnia, por meio da folha de pagamento.

A assistência médica é prestada por meio de contratação da operadora Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda. Em dezembro de 2009, o plano de assistência médica contava com a inscrição de 584 titulares e 532 dependentes, com, um total de 1.116 beneficiários.

A assistência odontológica é prestada por meio de contratação da operadora Odontoprev S.A. Em dezembro de 2009, o plano de assistência odontológica contava com a inscrição de 503 titulares e 439 dependentes, perfazendo um total de 942 beneficiários.

23.2 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

23.2.1 – Nível de formação dos servidores

Em 31/12/2009, havia na ANP seis servidores com ensino fundamental, 178 com nível médio e 600 com nível superior.

Tabela 23.5 – Nível de graduação

Formação	Quantidade de servidores	Porcentagem
Nível superior	600	76,53
Nível médio	178	22,70
Ensino fundamental	6	0,77
Total	784	100

Fonte: Cadger (banco de dados SRH)

O quadro de pessoal da ANP está bem gabaritado tecnicamente, haja vista o número de cursos de pós-graduação realizados, quer patrocinados pela Agência, quer realizados às próprias expensas dos servidores.

Tal afirmação é demonstrada no quadro a seguir, que consolida o número de diplomas apresentados pelos servidores. Foram registrados 223 cursos de extensão, sendo 77 de nível de especialização e pós-graduação, 107 de mestrado, 38 de doutorado e um de pós-doutorado.

Tabela 23.6 – Nível de Pós-graduação

Formação	Quantidade de Cursos
Especialização	52
Pós-graduação Lato Sensu	25
Mestrado	107
Doutorado	38
Pós-Doutorado	1
TOTAL	223

Fonte: SRH/T&D

²⁰ Informação do gasto efetivo da ANP. Total da fatura deduzindo-se a participação do servidor quando for o caso.

23.3 – CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Em 2009 foi investido o valor de R\$ 3.515.771,71 , incluindo inscrições, diárias e passagens, para a participação dos servidores em congressos, seminários, cursos e outros eventos.

Foram emitidas pelos servidores 1.427 Solicitações de Participação em Ações de Treinamento (SPAT). A área de Treinamento e Desenvolvimento (T&D/SRH) analisou 1.069 SPATs e, dessas, 955 foram efetivamente concluídas.

Como resultado efetivo das ações de capacitação, a ANP treinou 734 servidores, o que representa 93,6% do total de seus servidores. Essas ações representaram um investimento de 70.555 horas/aula de treinamento, perfazendo uma média de 96,1 horas por servidor.

23.3 1 – Ações de Capacitação por Unidades Organizacionais

De acordo com os Relatórios de Participação em Cursos e Eventos Científicos (RPATs), os cursos foram bem aproveitados, os temas foram integrados às atividades profissionais desenvolvidas e serviram como ferramentas de atualização e ampliação de conhecimento adquirido. Os cursos *in company* demonstraram a capacidade de promover maior interação e integração dos servidores da Agência. Os debates promovidos ao final das atividades foram de grande importância na troca de experiências entre as empresas envolvidas no desenvolvimento dos trabalhos.

Os servidores das áreas técnicas participaram de congressos, simpósios, conferências e eventos nacionais e Internacionais que discutiram assuntos relacionados à atividade fim da Agência como biocombustíveis, bioenergia, biodiesel, aditivos, lubrificantes, perfilagem geofísica de poços, refino de petróleo, direito da concorrência e da regulação e gestão ambiental.

Essas atividades proporcionaram um aumento na qualidade dos serviços prestados e o aperfeiçoamento do modelo e das práticas da ANP, resultando em um ambiente de maior segurança, estabilidade e transparência.

Além disso, houve ainda os seguintes eventos internacionais com a participação de servidores:

- *19th World Petroleum Congress* - EUA
- *3 rd Latin American Colegss of Sedimentology*
- XXIV Congresso Ibero-Americano de Gás Liquefeito de Petróleo;
- *Offshore Techology Conference OTC* - EUA;
- *AAPG 2009 Annual Convention & Exhibition* – EUA;
- *World Renewable Energy Congress – 1009* – Asia;
- *AAPG – International Conference and Exhibition – 2009* – Brasil.

Os servidores das áreas meio participaram de fóruns sobre as agências reguladoras, além de cursos de administração orçamentária, financeira, contratações públicas, lei de responsabilidade fiscal, PAD e sindicância, SIAPE, legislação de pessoal, gestão de pessoas, gestão por competência, desenvolvimento da competência social, RM Labore, governança e riscos corporativos, licitações e contratos, profissionalização do gestor público, liderança de equipes, gerência de material, almoxarifado e patrimônio, gerenciamento de projetos, cerimonial para setores públicos, redação oficial e elaboração de relatórios, gestão tecnológica e da inovação, microsoft directions, auditoria interna de gestão de qualidade em laboratórios, que também alcançaram resultados satisfatórios na melhoria do desempenho profissional. Segue o demonstrativo do quantitativo de treinamentos e de servidores treinados por mês.

Tabela 23.7 – Treinamentos e Servidores Treinados

Quantitativo de Treinamentos				Quantitativo de Servidores Treinados	
MÊS	Nacional	Internacional	Total Mensal	Nacional	Internacional
Janeiro	103	4	107	90	3
Fevereiro	69	2	71	45	1
Março	295	4	299	222	4
Abril	59	3	62	26	5
Maio	175	8	183	62	10
Junho	158	9	167	42	9
Julho	239	8	247	76	7
Agosto	235	7	242	40	9
Setembro	152	15	167	24	6
Outubro	136	42	178	31	24
Novembro	238	27	265	13	17
Dezembro	69	28	97	6	04
TOTAL	1928	157	2085	677	99

Fonte: SRH/Fluxo de Solicitações de Participação em Ações de Treinamento - SPAT

23.3.2 – Comitê Gestor de Capacitação

O Comitê Gestor de Capacitação – CGC tem como objetivo assessorar a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos nas definições das ações de desenvolvimento dos servidores, visando à formulação de políticas institucionais e de diretrizes voltadas para a capacitação, treinamento e desenvolvimento do capital humano da ANP.

No ano de 2009, foram realizadas 19 reuniões do Comitê, sendo 14 ordinárias e cinco extraordinárias, aprovando 32 cursos de pós- graduação.

Cursos *In Company* de Curta Duração

No ano de 2009, ocorreram diversos treinamentos internos, resultado da parceria entre a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos e diversas áreas (CSO /SEC /SAB /SDB/ SBQ). Os cursos foram ministrados por instrutores internos e externos. Segue quadro-resumo com os principais temas e quantidade de servidores certificados:

Tabela 23.7 – Cursos *In Company* de curta duração

Curso	Local	Carga Horária	Nº turmas	Nº servidores
Geologia para Não Geólogos - EDF	Auditório ANP/EDF	16	2	63
Geologia para Não Geólogos - ESP	ANP/ESP	16	1	15
Geologia para Não Geólogos - ERJ	Auditório ANP/RJ	20	1	45
Workshop - Foz do Amazonas	Auditório ANP/RJ	8	1	29
III Seminário Anual da Superintendência de Fiscalização do Abastecimento	Auditório São Paulo	16	1	150
Logística de Suprimento de Petróleo	BDEP	40	1	29
Instrução e Julgamento de Processos Administrativos de Fiscalização (JPF)	Superintendência de Abastecimento	15	2	20
Fórum de Avaliação das Atividades de Downstream e Aspectos Ambientais da Indústria.	Auditório Eletronuclear	12	1	61
Fundamentos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural	Auditório ANP/RJ	9	1	20
Processo Administrativo Federal direcionado à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Auditório ANP/RJ	16	1	29
Petrel	BDEP	32	1	6
Petrel <i>Seismic Interpretation</i>	BDEP	24	1	8
18º Fórum do PMQC - Programa Interlaboratorial de Combustíveis - PIC e de Marcadores - PIM	Brasília	11	1	5
Capacitação de Usuários no Sistema SIMP	Auditório ANP/RJ	10	1	10
Geoframe	ANP	40	2	9
SEMSIC-ANP - Seminário de Segurança da Informação e Comunicações	Auditório ANP/RJ	8	1	52
Workshop Sobre Tecnologias de Gravimetria e Magnetometria	Auditório ANP/RJ	12	1	13
Processo Administrativo das Agências Reguladoras	IBDE	6	1	41
Curso de idiomas – ESP	Parecer	96	02	04
Curso de idiomas – ERJ e EDF	Dixie	140	12	71

Fonte: SRH/Fluxo de Solicitações de Participação em Ações de Treinamento - SPAT

A experiência tem mostrado que eventos *in company* de curta duração têm sido economicamente viáveis e que seus objetivos têm sido atendidos com excelência.

Cursos *in company* de Longa Duração

O curso de Extensão em Regulação, Concorrência e Reestruturação nos Setores de Infra Estrutura com Ênfase em Energia, realizado em parceria com a UFRJ, teve início no mês de agosto de 2008, terminando em fevereiro de 2009. O curso visou atender à necessidade das áreas técnicas em atualizar profissionais nas suas atividades profissionais. Proporciona ou também uma preparação em profundidade aos reguladores da Agência, com foco específico em energia e incorporação do problema da concorrência ambiental.

Os cursos de idiomas inglês e espanhol tiveram início no mês de outubro de 2008, com término em setembro de 2009.

As ações de treinamento e capacitação foram desenvolvidas em consonância com o principal objetivo da Agência, que visa manter seu quadro de pessoal atualizado e mais bem preparado para atuar como órgão regulador do setor de petróleo. A Superintendência de Gestão de Recursos Humanos vem desenvolvendo seu trabalho de acordo com as diretrizes da Diretoria e com as demandas das áreas, visando compor um corpo funcional qualificado e pronto para dar cumprimento à missão institucional da Agência.

23.4 – DADOS DO RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DA SRH

Tabela 23.8 – Quadro de pessoal por situação funcional em 2009 – Servidores Ativos

Ativos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Quadro específico (redistribuídos)	93	91	91	91	91	91	91	91	89	89	89	89
Quadro efetivo - (concurso público)	515	535	536	538	542	542	544	543	544	543	539	541
Nomeado sem vínculo	102	102	102	102	103	103	102	103	100	100	98	97
Requisitados	34	34	34	34	34	33	32	31	32	32	31	32
Exercício descentralizado ²¹	22	22	23	22	22	23	20	23	22	23	23	23
Exercício provisório ²²	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
Estagiário	47	63	75	86	91	96	103	112	112	111	110	112
Total	814	848	862	874	884	889	893	904	900	899	891	896

Fonte: SIAPE / CADGER SRH / Relatório de Informações Gerenciais - SRH

Tabela 23.9 – Quadro de pessoal por situação funcional em 2009 – Servidores Inativos

INATIVOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
APOSENTADO	15	15	15	15	15	15	15	15	17	17	17	17
PENSIONISTA (VITALÍCIO)	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
PENSIONISTA (TEMPORÁRIO)	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
TOTAL	23	24	23	23	23	23	23	23	25	25	25	25

Fonte: SIAPE / CADGER / Relatório de Informações Gerenciais - SRH

²¹ Servidores das carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP e Procurador Federal da Advocacia Geral da União – AGU

²² Servidora em exercício provisório para acompanhamento de cônjuge deslocado para a ANP com base no § 2º do art. 84 da Lei nº 8.112/90.

Tabela 23.10 – Composição do Quadro Efetivo de Servidores / Dezembro/2009

Cargo		Número
Efetivo	Analista administrativo	133
	ESP. EM GEOLOGIA E GEOFÍSICA DO PET. E GÁS NATURAL	21
	ESP. EM REG. DE PETR. E DER., ÁLCOOL COMB. E GÁS NATURAL	274
	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	70
	TÉCNICO EM REG. DE PETR. E DER., ÁLCOOL COMB. E GÁS NATURAL	43
Total		541
Cargo		Qtd
Específico	Administrador	5
	AGENTE ADMINISTRATIVO	21
	AGENTE DE MECÂNICA DE APOIO	1
	AGENTE DE PORTARIA	1
	ANALISTA DE CADASTRO DE EMPRESA	1
	ARTÍFICE DE ELETRICIDADE E COMUNICAÇÕES	1
	CONTADOR	1
	DATILÓGRAFO	5
	ECONOMISTA	1
	FISCAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E OUTROS COMBUSTÍVEIS	41
	MOTORISTA OFICIAL	6
	TÉCNICO CONTÁBIL	1
	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1
	TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	1
	TÉCNICO ESPECIALIZADO	1
	TECNOLOGISTA	1
Total		89
Total de servidores do quadro efetivo		630

Fonte: SIAPE / CADGER / Relatório de Informações Gerenciais - SRH

Tabela 23.11 – Servidores por faixa etária e sexo - Dezembro/2009

Faixa	Feminino	Masculino	Total
De 18 a 25	20	47	67
De 26 a 35	92	209	301
De 36 a 45	56	116	172
De 46 a 55	43	105	148
De 56 a 65	18	66	84
Acima de 66	0	12	12
Total	229	555	784

Fonte: SIAPE / CADGER / Relatório de Informações Gerenciais - SRH

Tabela 23.12 – Renovação no Quadro de Pessoal da Agência - Dezembro / 2009

ANO 2009	REQUISITADO	NOMEADOS	EFETIVOS	EXERCÍCIO DESC.	TOTAL	TOTAL SERVIDORES
ENTRADAS	3	6	49	7	65	784
SAÍDAS	3	14	27	5	49	

Fonte: SIAPE / CADGER / Relatório de Informações Gerenciais - SRH

No exercício de 2009, observa-se um pequeno acréscimo de pessoal em relação ao exercício de 2008, ocasionado principalmente pelo ingresso de servidores aprovados no segundo concurso realizado pela Agência.

A Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, estabeleceu o quantitativo de 780 cargos para compor o quadro de pessoal efetivo da ANP.

Por meio do Edital nº 001/2004, publicado em 24 de dezembro de 2004, a ANP realizou, em 2005, o seu primeiro Concurso Público para o preenchimento de 313 vagas.

Visando preencher o quantitativo previsto no seu quadro de pessoal ativo permanente, a Agência realizou seu segundo concurso público em março de 2008, publicado por meio do Edital nº 001/2008, e previa o preenchimento de mais 325 vagas.

No exercício de 2008, foram ocupadas 270 vagas pelos novos servidores. No final do exercício de 2009, mais 45 vagas foram ocupadas por novos servidores oriundos do segundo concurso, o que causou um pequeno acréscimo na despesa total com pessoal.

No ano de 2009, foram efetivamente ocupados 266 postos de trabalho referentes ao pessoal terceirizado. O total autorizado pelos contratos é de 350 postos de trabalho.

A diferença entre o número de postos criados e o número de postos ocupados deve-se aos seguintes fatos:

1. foram extintos 35 postos de trabalho terceirizado de apoio administrativo em cumprimento ao Termo de Conciliação Judicial - TCJ. A extinção ocorreu nas áreas que receberam servidores do cargo de Técnico Administrativo no concurso de 2008;
2. alguns postos de trabalho como Garçom, Assistente de Serviços Operacionais e Copeira, não foram ocupados, eles foram criados na época da licitação, mas deixaram de ser necessários;
3. existem postos de trabalho que estão no contrato e que não estão ocupados atualmente. Apesar da previsão contratual, não existe necessidade do serviço no momento, ficando esses postos então para um cadastro de reserva.

Em março de 2009, foi solicitada ao Ministério do Planejamento a criação de cargos para a carreira da ANP, o que originou o Projeto de Lei nº 5.911/2009, que cria 180 cargos de nível intermediário, em trâmite ao final de 2009, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. A criação de tais cargos se destinará à substituição integral dos terceirizados que se encontram em desacordo com o TCJ.

A prestação de serviço continuado de apoio administrativo se destina a serviços de secretariado, telefonia, copeiragem, recepção, mensageiria, apoio ao escritório, assistência administrativa e serviços operacionais, atendendo a todas as áreas da ANP.

A contratação de estagiários está prevista na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, considerando o disposto na Portaria nº 313, de 14 de setembro de 2007 e Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Essas legislações dispõem sobre os procedimentos para a aceitação como estagiários, de alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação superior, ensino médio, de educação profissional de nível médio ou de educação especial, vinculados à estrutura do ensino público e privado do País, pelo prazo máximo de 24 meses.

A ANP mantém convênio com o agente de integração Centro Integração Empresa-Escola - CIEE/RJ, para a concessão das oportunidades de estágios de nível médio e superior.

A Agência encerrou o exercício de 2009 com 112 vagas de estágio ocupadas, tendo um acréscimo de 254,54 % em relação ao encerramento do ano anterior.

Esse acréscimo foi ocasionado pela edição da Lei nº 11.788/08 e a adequação dos contratos à nova legislação, que ocorreu em dezembro de 2008. Na ocasião, novos contratos não estavam sendo celebrados, nem os antigos sendo renovados. A situação foi normalizada no início de 2009.

Tabela 23.13 – Outras atividades desenvolvidas pela SRH em 2009:

Atividade	Resumo
Nova Intranet	Reorganização da intranet da ANP tornando o conteúdo mais acessível e proporcionando mais facilidade de navegação.
Sala Virtual - Intranet	A Sala Virtual SRH oferece aos servidores a oportunidade de contribuir com a elaboração de normas de RH de forma consultiva e participativa. O canal é utilizado pelos servidores para contribuir com suas opiniões e sugestões, que são analisadas e avaliadas pela SRH quanto à sua aplicabilidade.
Recadastramento de Aposentados e Pensionistas	Atualização cadastral dos aposentados e pensionistas, realizado anualmente, para a continuidade do recebimento do provento ou pensão.
Adicional de Periculosidade	Publicação da Portaria nº 123, de 22/06/09, para estabelecer os mecanismos e procedimentos de concessão do adicional de periculosidade aos servidores que, no efetivo exercício de suas atribuições, sejam expostos a condições de risco.
Implantação do Ambulatório Médico e serviços de saúde ocupacional.	Implantação nas unidades do Rio de Janeiro e Brasília do Serviço de Medicina Ocupacional com o objetivo de promover a saúde e a qualidade de vida dos servidores e demais colaboradores no local de trabalho que contempla: a) Assistência Médica Ambulatorial de urgência e emergência; b) Realização de exames médicos periódicos; c) Serviço Social; d) Orientação Nutricional; e) Ginástica Laboral; f) Terapias Alternativas de Shiatsu; g) Elaboração de Laudo Ergonômico. Nas unidades de São Paulo e Salvador contempla: a) Realização de exames médicos periódicos; b) Elaboração de Laudo Ergonômico.
Relatório de Informações Gerenciais	Implantação do Relatório de Informações Gerenciais que contemplando as atividades desempenhadas pela Superintendência de Gestão de Recursos Humanos. São apresentadas informações gerenciais, acerca do quantitativo de servidores e demais colaboradores da Agência, e a execução de atividades relacionadas a recursos humanos, administração de pessoal, remuneração e orçamento de pessoal. A partir de 2010, a SRH passará a apresentar este relatório trimestralmente, aos Diretores, nos meses de abril (dados relativos ao período de janeiro a março), julho (abril a junho), outubro (julho a setembro), janeiro do exercício seguinte (outubro ao final do ano). O objetivo é dar mais visibilidade e tornar mais transparente o rol de ações desempenhadas pela SRH.
Banco de Currículos	Implantação na Intranet, do sistema de Banco de Currículos, no qual o servidor inclui e atualiza dados referentes à sua carreira profissional e acadêmica. O objetivo é manter os dados atualizados para facilitar a identificação das competências dos servidores para desenvolvimento de atividades, projetos e treinamentos.
Identificação Funcional	Publicação da Portaria nº 18, de 11/02/09, para aprovar a implantação e os procedimentos para emissão e uso da Carteira de Identidade Funcional, da Carteira de Identidade de Fiscalização, do Crachá Funcional e a padronização dos carimbos de identificação funcional. A política de identificação funcional buscou fortalecer a vinculação do servidor com a ANP, por meio dos novos crachás eletrônicos e das carteiras de identificação e fiscalização, que são documentos de Identidade Funcional com fé pública em todo o território nacional.
Progressão e Promoção	Publicação da Portaria nº 13, de 29/01/09, para estabelecer os mecanismos de Progressão e Promoção para os titulares dos cargos de provimento efetivo de Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural, de Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural; de Analista Administrativo; de Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural e de Técnico Administrativo da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Fonte: SRH/ANP

23.5 – ATOS DE DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Tabela 23.14 – Atos informados ao SISAC – TCU:

Atos	Quantidade	Registrados no SISAC
Admissão	47	47
Desligamento	23	23
Aposentadoria	02	03 ²³
Pensão Civil	-	-

Fonte: SisacNet / SIAPE

²³ Diferença referente ao registro nº 10715002-04-2009-0001-0, que consiste em alteração de ato de aposentadoria previamente existente

Os processos relativos aos atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Civil foram registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão – SISAC, conforme previsto na Instrução Normativa TCU nº 44, de 02 de outubro de 2002.

O acompanhamento da apreciação dos atos registrados no SISAC é realizado através do SisacNet no sítio eletrônico do TCU. Os atos encaminhados em 2009 encontram-se na seguinte situação:

Tabela 23.15 – Situação dos atos encaminhados em 2009

Atos	Atos encaminhados	Aguardando parecer do Controle Interno	Em andamento no TCU	Julgado pelo TCU
Admissão	47	23	01	23
Desligamento	23	00	23	00
Aposentadoria	03	02	01	00
Pensão Civil	-	-	-	-

Fonte: SisacNet / SIAPE

24 – Gestão Financeira e Administrativa

A gestão administrativa e financeira e a coordenação de aquisições da ANP são atribuições da Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa (SFA).

24.1 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A área administrativa é responsável por atender as diversas demandas da Agência, desempenhando papel relevante para o cumprimento das ações institucionais da ANP.

Uma das atribuições da Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa é o acompanhamento de diversos contratos para atender às demandas da ANP, o que é realizado pela sua área administrativa.

A SFA possui sob sua gestão 58 contratos de fornecimento e serviços, tais como: agência de viagens, locação de veículos, correios, controle de acesso, reprografia, transporte aéreo de cargas, telefonia fixa, celular e rádio/celular. Sendo este último um facilitador para o sucesso das ações de fiscalização.

Nos casos em que o servidor viaja a serviço, a área administrativa, quando requerido e necessário, também disponibiliza celulares, conforme previsto na Instrução Normativa nº 10/2008.

Esta Superintendência dá apoio no transporte de cargas aéreas, abrangendo todo o Brasil, com vistas a atender todas as áreas da ANP, principalmente, a Superintendência de Fiscalização, o Núcleo de Informática e o Almoxarifado, que supre de materiais de expediente os escritórios regionais. Especialmente no ano de 2009, o referido serviço serviu de apoio logístico no projeto ANP Itinerante e no Programa de Recursos Humanos (PRH), com o envio de material institucional para todas as capitais. Neste período, ao todo foram realizados 85 transportes de cargas.

Foram executados vários serviços gráficos, como por exemplo: impressão de certificados, apostilas e cópias de plantas especiais. E, inclusive, 366 servidores receberam suas carteiras funcionais, que são confeccionadas com a parceria de uma gráfica contratada por esta Superintendência.

Esta administração é também responsável pelo controle de acesso de servidores, visitantes e empregados de empresas terceirizadas, tendo sido registrada em 2009 uma população flutuante de cerca de 2.000 pessoas.

O setor de protocolo, que integra a SFA, é responsável pelo recebimento, entrega e postagem de toda a correspondência institucional da ANP. Em 2009, o sistema Próton registrou 93.726 documentos e foram abertos 16.397 processos. O Próton é o sistema de informações documentais, no qual todos os documentos e processos gerados na ANP devem ser registrados.

O contrato de locação de veículos atende à demanda de serviços dos escritórios da ANP no Rio, São Paulo, Brasília e Salvador, registrando 3.048 agendamentos em 2009 para o Escritório Central.

A agência de viagens emitiu 5068 bilhetes nacionais e internacionais.

Também são de responsabilidade da área administrativa as aquisições por compra direta, que totalizaram o número de 97, para atendimento dessa Agência.

Em relação ao setor de Patrimônio, as atividades que se destacaram no ano de 2009 foram:

- levantamento, incorporação e registro de bens permanentes, totalizando 137 itens, localizados no BDEP. Os referidos bens foram adquiridos pela CPRM através do 5º Convênio ANP-CPRM, sendo revertidos e incorporados pela ANP após o término de sua vigência;
- incorporação de 434 itens de equipamentos de processamento de dados adquiridos pela ANP, contemplando em sua maioria a troca de equipamentos antigos, com as devidas atualizações dos respectivos usuários/responsáveis no sistema de controle de bens patrimoniais (SCBP).
- a área administrativa aderiu a três Atas de Registro de Preços (da Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Rio Grande do Sul, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do Supremo Tribunal Federal) para aquisição do novo mobiliário do Escritório Central, incluindo as estações de trabalho dos servidores e os móveis da Diretoria. Coube ao setor de patrimônio fazer o levantamento e registro desses itens.
- conclusão de dois processos de doação de mobiliário classificado como ocioso pela Comissão de Avaliação de bens, compreendendo 80 itens, em favor do Exército Brasileiro-Comando Militar do Leste.

No ano de 2009, foi alugado o 18º andar do prédio ao lado do Escritório Central, somando-se a outros dois andares alugados em 2008. Os três andares passarão em 2010 por reformas, de modo a se integrarem ao prédio da ANP, atendendo às necessidades institucionais da Agência. E, ainda, em Salvador houve a mudança de andar do Escritório, o que possibilitou a sua ampliação, e a alocação os novos servidores.

Por fim, mais uma meta cumprida no exercício supracitado: a instalação do ambulatório, que contou com um esforço conjunto da SRH e da SFA, sendo esta responsável pelas obras e pela compra de parte dos equipamentos. Além de atendimento médico, após a inauguração do ambulatório, são disponibilizados para os servidores serviços como assistência social e ginástica laboral, shiatsu e nutricionista.

24.2 – GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Tabela 24.1 – Restos a Pagar Processados

Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	2.419.885	Não se Aplica		
2008	1.578.432	-	1.289.214	289.218
2004	21.320	-	-	21.320
	4.019.637	-	1.289.214	310.538

Fonte: SFA/ANP e SIAFI

Tabela 24.2 – Restos a Pagar Não Processados

Restos a Pagar Não Processados

Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	121.880.722	Não se Aplica		
2008	34.200.868	460.378	31.877.401	1.863.089
2007	17.790.871	4.136.721	11.473.041	2.181.110
2006	5.003.630	5.003.040	590	-

Fonte: SFA/ANP e SIAFI

Em 2009, as despesas referentes aos Restos a Pagar Processados bem como os Não Processados foram executadas quase que em sua totalidade, com um percentual de 92,57% de pagamentos dos Restos a Pagar. Cabe ressaltar que a maioria das despesas inscritas em Restos a Pagar pertence às áreas finalísticas. Como exemplo, os estudos geológicos dependem de fatores climáticos; o processo fiscalizatório e de qualidade de combustíveis depende de fatores logísticos para a execução dos serviços.

Foram poucos os impactos decorrentes dos pagamentos dos Restos a Pagar no exercício de 2009, tendo em vista que sua grande maioria foi vinculada ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, destinados a atender a Ação 2050 “Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural”. Essa Ação tem seus recursos orçamentários e financeiros descentralizados em um curto espaço de tempo, já que os recursos a ela destinados têm tratamentos diferenciados e não sofrem com os contingenciamentos impostos pelos órgãos superiores.

O saldo remanescente dos Restos a Pagar inscritos em 2004 e 2008 serão cancelados. O saldo referente ao exercício de 2007 refere-se a recursos do PAC.

Tabela 24.3 – Despesas Correntes – Grupos 1 a 3

Despesas Correntes por Grupo e Elemento								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1- Despesas de Pessoal	70.711.449,49	109.029.756,60	70.039.596,35	108.884.756,60	671.853,14	145.000,00	68.800.407,21	107.767.562,22
11- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	55.863.491,62	87.936.208,31	55.863.491,62	87.936.208,31	-	-	55.863.491,62	87.936.208,31
13- OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11.402.970,66	17.832.012,78	10.914.059,27	17.832.012,78	488.911,39	-	9.674.870,13	16.714.818,40
96- RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	1.558.886,80	1.320.664,12	1.375.945,05	1.175.664,12	182.941,75	145.000,00	1.375.945,05	1.175.664,12
01- APOSENTADORIAS E REFORMAS	801.510,33	1.337.139,02	801.510,33	1.337.139,02	-	-	801.510,33	1.337.139,02
Demais Elementos do Grupo	1.084.590,08	603.732,37	1.084.590,08	603.732,37	-	-	1.084.590,08	603.732,37
2- Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Elementos do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	157.106.347,61	326.820.464,87	128.570.085,47	206.329.935,10	28.536.262,14	120.490.529,77	128.520.036,89	205.337.782,15
39- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	131.428.097,79	297.405.316,42	104.560.396,30	178.281.496,36	26.867.701,49	119.123.820,06	104.517.610,56	177.441.057,48
37- LOCAÇÃO DE MAQUILAGEM DE OBRA	9.200.830,04	8.878.560,97	9.176.226,34	8.877.182,97	24.603,70	1.378,00	9.176.226,34	8.877.182,97
30- MATERIAL DE CONSUMO	2.689.745,60	4.496.894,93	1.971.225,46	3.606.234,06	718.520,14	890.660,87	1.965.428,46	3.606.234,06
Demais Elementos do Grupo	13.787.674,18	16.039.692,55	12.862.237,37	15.565.021,71	925.436,81	474.670,84	12.860.771,53	15.413.307,64

Fonte: SFA/ANP e SIAFI

Quanto às despesas do exercício no grupo 1 – Despesas de pessoal -, considerando as despesas empenhadas, houve aumento de 64,86% em 2009 quando comparado a 2008, tendo como fato gerador a chegada de novos servidores concursados aprovados no processo seletivo de 2008.

No grupo 3 – Outras despesas correntes –, registrou-se um aumento de cerca de 170 milhões para os valores empenhados. Esse montante é praticamente devido ao elemento de despesa 39 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, que apresenta um incremento de 166 milhões. Tal fato deve-se aos serviços de geologia vinculados ao PAC, que teve uma despesa empenhada, em 2009, na ordem de aproximadamente R\$ 182 milhões.

Tabela 24.4 – Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1.Passagens	2.309.844	3.059.102	3.330.277
2.Diárias e Ressarcimento de Despesas em Viagens	2.174.482	2.398.605	3.667.543
3.Serviços Terceirizados	11.812.989	18.172.671	24.833.036
3.1. Publicidade	430.000	6.812.277	7.604.930
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	194.306	385.044	1.002.456
3.3 Tecnologia da Informação	2.328.977	1.894.144	7.272.251
3.4 Outras Terceirizações	8.774.523	9.012.157	8.862.025
4. Cartão de Pagamento do Governo Federal (Sup. Fundos)	85.183	69.049	91.374
5. Suprimentos de Fundos	-	-	-
TOTAIS	16.297.315	23.630.378	31.830.856

Fonte: SFA/SIAF

O elemento de despesa 37 – Locação de Mão - de - Obra teve uma redução de aproximadamente 3,5%. Tal redução visa atender o que determina a legislação vigente (Lei 6.019/74 e Decreto 2.271/97) pertinente à substituição de terceirizados. Por se tratar de assunto específico da área de Recursos Humanos, aquela área deve se pronunciar sobre o assunto.

O elemento de despesa 30 – Material de consumo, aumentou sua demanda 40,19% em relação ao exercício de 2008, tendo em vista a chegada dos novos servidores concursados.

Não existem passivos por insuficiência de créditos ou recursos para o exercício 2009.

Tabela 24.5 – Despesas de Capital – Grupos 4 a 6

Despesas Correntes por Grupo e Elemento								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	10.132.264,41	7.169.302,37	5.182.566,99	5.853.899,46	4.949.697,42	1.315.402,91	5.182.566,99	5.853.899,46
52- EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	9.793.491,41	7.169.302,37	4.843.793,99	5.853.899,46	4.949.697,42	1.315.402,91	4.843.793,99	5.853.899,46
51- OBRAS E INSTALACOES	338.773,00	-	338.773,00	-	-	-	338.773,00	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Elementos do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Elementos do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SFA/ANP e SIAFI

Em 2009, o Grupo de Despesa 4 – Investimentos apresentou uma redução nas despesas empenhadas executadas em relação ao exercício de 2008 de aproximadamente 29%. Apesar do contingenciamento sofrido, a Agência investiu o orçamento deste grupo na modernização de seus recursos tecnológicos, bem como na ampliação de sua estrutura física, para melhor acomodação dos novos concursados. Outro fato gerador importante nos recursos de investimento foi a criação de um ambulatório para a melhora da qualidade de vida dos servidores. Cabe ressaltar também que a ANP descentralizou recursos de capital para outros órgãos, que contribuíram no total da execução orçamentária da Agência.

Tabela 24.6 – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	123.176.938	273.575.803	123.176.938	273.575.803
Convite	299.023	150.052	299.023	150.052
Tomada de Preços	92.331	-	92.331	-
Concorrência	9.605.482	12.546.567	9.605.482	12.546.567
Pregão	56.263.342	87.021.455	56.263.342	87.021.455
Concurso	-	-	-	-
Consulta	56.916.761	173.857.729	56.916.761	173.857.729
Contratações Diretas	25.963.986	39.158.712	25.963.986	39.158.712
Dispensa	12.285.744	24.368.237	12.285.744	24.368.237
Inexigibilidade	13.678.242	14.790.475	13.678.242	14.790.475
Regime de Execução Especial	132.275	91.374	132.275	91.374
Suprimento de Fundos	132.275	91.374	132.275	91.374
Pagamento de Pessoal	73.112.539	113.028.549	72.438.201	112.866.231
Pagamento em Folha	70.711.449	109.029.757	70.039.596	108.884.757
Diárias	2.401.089	3.998.793	2.398.605	3.981.474
Outros			267.939.637	131.235.724

Fonte: SFA/ANP e SIAFI

As despesas por modalidade de contratação pertencente ao grupo licitação demonstram a evolução de cada modalidade de acordo com sua execução ao longo do tempo. Essas despesas englobam todas as unidades gestoras que receberem parcelas mediante transferências ou repasses pertinentes ao orçamento da ANP. Como exemplo, a modalidade de contratação denominada Convite. Na execução da ANP de 2009, foi empenhado apenas o valor de R\$ 7.120,00, referente à capacitação de servidor, ficando o restante dos valores dessa modalidade a cargo da execução de órgãos como CPRM e Marinha. As outras modalidades também têm, seguindo o mesmo critério de avaliação, sua execução em outras unidades gestoras.

No caso do grupo Regime de Execução Especial – Suprimento de Fundos as despesas tiveram uma redução de 30,92%, em relação ao ano de 2008.

A despesa com pagamento de pessoal aumentou em relação a 2008, tendo em vista a contratação dos novos servidores. Essa contratação representou um aumento de 35,68% na folha de pagamento, ficando a cargo da SRH se pronunciar a respeito do assunto, bem como especificar o quantitativo exato.

Tabela 24.7 – Convênios

TIPO	IDENT.	CONVENETE	VALOR PACTUADO	CON-TRAPAR-TIDA	REPASSE ATÉ O EXERCÍCIO	REPASSE NO EXERCÍCIO	VIGÊNCIA		SIT.
							INÍCIO	FIM	
Convênio	480385	14.645.162/0001-91 - FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E EXTENSÃO	12.000.000,00	-	4.000.000	1.500.000	03/JUL/2003	01/JUL/2013	Adimplente
Convênio	480715	08.469.280/0001-93 - FUNDAÇÃO NORTE RIO GRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA	13.210.000,00	-	2.250.000	-	30/JUL/2003	29/JUL/2013	Adimplente
Convênio	575716	772001 - DIRETORIA DE ADM. DA MARINHA-SISTEMA PAIS	30.000.000,00	-	12.116.633	6.000.000	18/DEZ/2006	31/AGO/2011	Adimplente
Convênio	590555	495001 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	26.386.505,21	3.729.435	19.779.298	2.650.348	22/MAR/2007	31/DEZ/2011	Adimplente
Convênio	625147	01.409.606/0001-48 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	500.000,00	20.000	360.000	120.000	28/MAR/2008	27/MAR/2010	Adimplente
Convênio	628005	34.847.236/0001-80 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ	300.000,00	60.000	120.000	-	29/MAR/2008	28/MAR/2010	Adimplente
Convênio	629440	02.133.636/0001-37 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	4.478.000,00	4.278.000	100.000	-	16/JUL/2008	15/JUL/2010	Adimplente
Convênio	635874	752000 - DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS	48.330.000,00	-	7.530.000	7.200.000	04/DEZ/2008	30/NOV/2013	Adimplente
Convênio	636385	752000 - DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS	21.408.000,00	-	7.008.000	6.700.000	04/DEZ/2008	31/DEZ/2011	Adimplente
Convênio	636386	33.661-745/0001-50 - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO E RIO DE JANEIRO	126.840,00	-	5.285	38.570	31/OUT/2008	30/OUT/2010	Adimplente

Fonte: SFA/ANP e SIAFI

No quadro de detalhamento de transferências aponta o total pactuado de R\$ 156.739.345,21, já incluso neste montante a contrapartida pactuada de R\$ 8.087.435,21.

Destacamos que até 31/12/2009, os repasses totalizaram R\$ 53.269.215,82 observando que somente no exercício de 2009, repassamos integralmente R\$ 24.208.918,49 de acordo com os cronogramas dos convênios firmados e registrados regularmente e em conformidade com a legislação vigente.

Ressaltamos que os repasses das parcelas são efetuados após recepção das prestações de contas, e a apresentação do pareceres técnicos e financeiros, atestando o objeto do convênio e a regularidade dos gastos.

Tabela 24.8 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Correntes)

NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		UG CONCEDENTE OU RECEBEDORA	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS CORRENTES		
				1- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
INTERNA	CONCEDIDOS	323030	Todas as Programáticas pertinentes ao Orçamento da ANP.	110.201.009,00		326.008.390,49
	RECEBIDOS	323031		110.201.009,00		326.008.390,49
EXTERNA	CONCEDIDOS	323031	25.753.0271.2379.0001 25.130.0271.2381.0001 25.125.0271.6197.0001			22.250.755,75
	RECEBIDOS	495001	25.753.0271.2379.0001			2.450.755,75
	RECEBIDOS	772001	25.130.0271.2381.0001 25.125.0271.6197.0001			19.800.000,00
	RECEBIDOS	240901	19.753.1388.4156.0001			4.692,30

Fonte: SFA/ANP e SIAFI

Tabela 24.9 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Capital)

NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		UG CONCEDENTE OU RECEBEDORA	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS DE CAPITAL		
				4-INVESTIMENTOS	5-INVERSÕES FINANCEIRAS	6- OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL
INTERNA	CONCEDIDOS	323030	Todas as Programáticas pertinentes ao Orçamento da ANP.	6.973.316,67		
	RECEBIDOS	323031		6.973.316,67		
EXTERNA	CONCEDIDOS	323031	25.130.0271.2381.0001	100.000,00		
	RECEBIDOS	772001	25.125.0271.6197.0001	100.000,00		

Fonte: SFA/ANP e SIAFI

No quadro de Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa as movimentações orçamentárias de natureza interna demonstram o percurso dos créditos orçamentários da ANP pertinentes ao OGU onde esses créditos orçamentários são concedidos à ANP

através da UG 323030 que é a Unidade Orçamentária da ANP e descentralizados quase que totalmente para a UG 323031, Unidade Executora principal.

As movimentações de créditos de natureza externa representam os recursos repassados a outros órgãos, conforme tabela acima, para execução dos serviços pactuados/acordados entre a ANP e seus partícipes e/ou conveniados.

24.2.1 Outras Informações

- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (Item 4 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100/2009):

Não ocorreu movimentação de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício.

- Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil- SRFB , ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social (Item 9 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100/2009):

Não existem saldos

- Informações sobre as entidades de fechadas de previdência complementar (Item 7 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100/2009):

Não pertinente a Unidade Jurisdicionada

- Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos (Item 8 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100/2009):

Não pertinente a Unidade Jurisdicionada

- Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos (Item 10 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100/2009):

Não pertinente a Unidade Jurisdicionada

24.3 – COORDENAÇÃO DE AQUISIÇÕES

Este setor é responsável pela execução dos trabalhos referentes à aquisição de bens e serviços, tais como realizar as licitações (pregão eletrônico, consulta, concorrência, tomada de preços e convite), proceder às atas de registro de preços, promover os casos de dispensa e inexigibilidade, celebrar convênios e contratos administrativos e as demais avenças de interesse da ANP, adotando as providências que a legislação estabelece, como a divulgação de avisos de licitação, extratos dos instrumentos convocatórios, dos ajustes, de dispensa e inexigibilidade de licitação; e exame dos recursos e impugnações interpostos.

Importante destacar que em 15/10/2009 foi publicada a Instrução Normativa nº 03/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu como principais mudanças nas contratações de serviços na Administração Pública:

a) a inserção de regra, no instrumento convocatório, prevendo que nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não-renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação;

b) a exigência de garantia, com validade de três meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, para os serviços continuados com uso intensivo de mão-de-obra com dedicação exclusiva, com a previsão expressa de que a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da

contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração;

c) a revogação da vedação de fixação de salários das categorias ou dos profissionais que serão disponibilizados para a execução do serviço pela contratada; e

d) a obrigatoriedade que o interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação seja contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;

Posteriormente à publicação da Instrução Normativa supracitada, veio a Instrução Normativa n.º 04, de 11/11/09, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que, entre outras prescrições, revogou a disposição do art. 29-B, parágrafo 1º, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII, 2º e 3º, da IN n.º 03/2009, da SLTI do MPOG, cujo *caput* é reproduzido a seguir: “Se existirem indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o licitante deverá ser convocado para comprovar a exequibilidade da sua proposta, sob pena de desclassificação.”

Em face de tais alterações, a ANP procedeu à modificação do teor dos editais de licitação, estabelecendo a contagem correta de prazo para as solicitações de repactuação contratual e às regras necessárias ao atendimento das demais exigências constantes dos referidos dispositivos legais.

Resultados alcançados

Ao longo do exercício, a Comissão permanente de licitação realizou 65 procedimentos licitatórios, a saber: 63 Pregões Eletrônicos e duas Consultas, que resultaram em contratações no montante de R\$ 73.749.304,75, que representa 49,28% da estimativa das despesas, que era de R\$149.666.752,76.

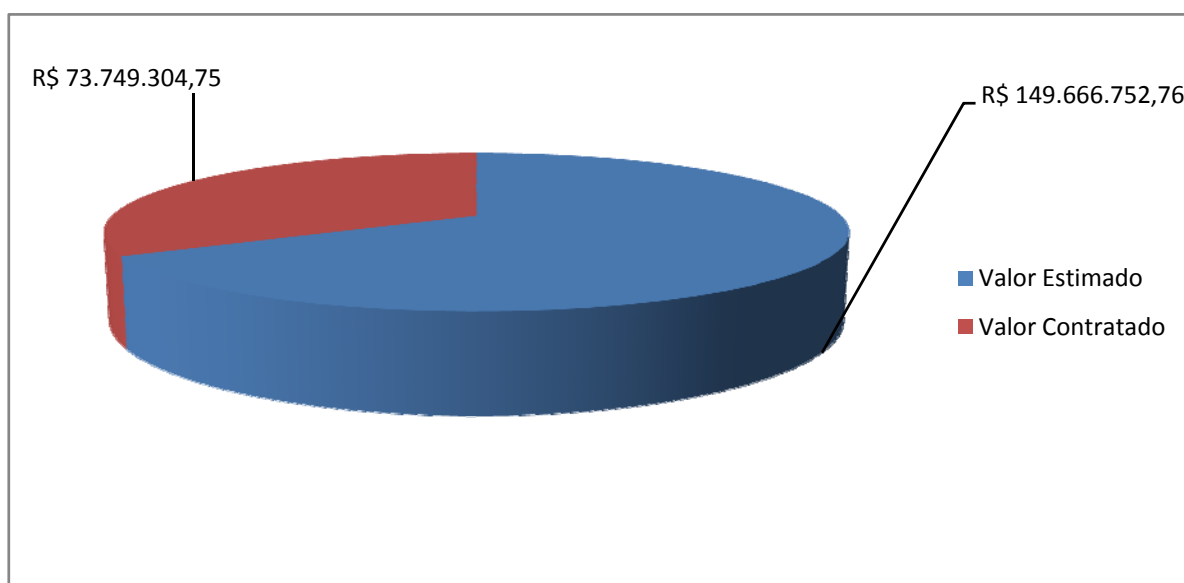
Anote-se, por importante, que esses números são relativos aos certames iniciados e concluídos pelo Escritório Central no exercício de 2009, não abarcando, por conseguinte, dezessete licitações que ainda estão em andamento, no início de 2010

Tabela 24.7 – Modalidades de Licitações Realizadas

MODALIDADES	QUANTIDADE	%
Concorrência	0	0,00%
Consulta	2	3,08%
Convite	0	0,00%
Tomada de Preços	0	0,00%
Pregão Eletrônico	63	96,92%
Total	65	100%

Fonte: SFA/ANP

Gráfico 24.1 – Resultados obtidos nas licitações concluídas em 2009



Fonte: SFA/ANP

A ANP também realizou outras contratações, que tiveram por base as disposições dos artigos 24 (dispensa de licitação) e 25 (inexigibilidade de licitação) da Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Foram firmados oito convênios, no valor total de R\$ 1.058.601,50 e celebrados 86 termos aditivos.

A CPL também emprestou a sua colaboração a quatro leilões de biodiesel.

Resultados mais significativos:

- ✓ Pregão Eletrônico n.º 34/06*, cujo objeto era a prestação dos serviços técnicos de informática para administração do ambiente computacional da ANP, adquiridos junto à empresa Dedalus Prime Sistemas e Serviços de Informática Ltda., pelo valor total R\$ 2.683.084,97;
- ✓ Consulta n.º 85/08, destinada à contratação de serviços técnicos especializados de aquisição e processamento de 2.155 km de sísmica de reflexão na Bacia Sedimentar do Paraná, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, pelo valor global de R\$ 62.357.080,00, junto à empresa Georadar S/A.;
- ✓ Pregão Eletrônico n.º 91/09, referente à contratação de serviços de manutenção e operação dos sistemas de segurança eletrônica do Escritório Central da ANP, que resultou na contratação da empresa Serial Sistemas Ltda., pelo montante de R\$ 1.653.527,34;
- ✓ Consulta n.º 28/09, que visava à contratação de serviços técnicos especializados para execução do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis PMQC no estado de Piauí, junto à Universidade Federal do Piauí, pelo valor global de R\$ 942.557,65;
- ✓ Pregão Eletrônico n.º 53/09, destinado aos serviços de levantamento semanal de preços de revenda e de distribuição de gasolina comum, AEHC, óleo diesel, GNV e GLP nos postos revendedores de combustíveis automotivos, e de GLP, nos termos da Portaria ANP n.º 202, de 15/08/2000, adquiridos junto à empresa Análise e Síntese Pesquisa e Marketing Ltda, pelo valor total de R\$ 3.999.036,60;
- ✓ Dispensa n.º 89/09, referente à locação de imóvel comercial para o escritório de Salvador, junto à empresa CCP Nordeste Empreendimentos Imobiliários Ltda., pelo valor total de R\$ 1.904.500,20;
- ✓ Pregão eletrônico n.º 80/09, visando à contratação dos serviços técnicos especializados relativos à Qualidade de Sistemas de *Software*, aperfeiçoando o processo da manutenção adaptativa e evolutiva dos sistemas da ANP, em caráter contínuo, constantes de definição de ambiente de manutenção, levantamento de requisitos, definição de arquitetura de sistemas, testes sistêmicos, homologação e complementação

da documentação, com proposta equivalente a R\$ 1.400.000,00, junto à empresa BRQ Soluções de Informática Ltda. ME;

✓ Consulta n.º 094/09, concernente aos serviços técnicos especializados para execução do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis PMQC no estado do Rio Grande do Norte, junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pelo valor global de R\$ 1.159.624,72;

✓ Consulta n.º 095/09, que tinha por objeto a prestação dos serviços técnicos especializados do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis PMQC no estado da Paraíba, junto à Universidade Federal da Paraíba, pelo montante de R\$ 978.715,20; e

✓ Concorrência n.º 057/06*, que teve por objeto a contratação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para produção de sistemas informatizados especiais em diversas tecnologias, sob encomenda e especialização de funcionalidades definidas pela ANP, adquiridos junto à empresa Politec Tecnologia da Informação S.A., pelo valor total de R\$ 2.999.964,00.

(*): Representam contratações de serviços remanescentes em face da rescisão contratual com a empresa Montana Soluções Corporativas Ltda..

25 – CORREGEDORIA

A Corregedoria assessora o Diretor-Geral no sistema de correição, com a adoção de medidas necessárias à racionalização dos serviços e na instauração de processos disciplinares, no caso de indícios de infrações e transgressões disciplinares praticadas por servidor no exercício de suas atribuições, que violam os dispositivos consignados nos artigos 116, 117 e 132, da Lei Nº 8.112/90, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações, bem como na Lei Nº 8.429/92, denominada Lei da Improbidade Administrativa.

No exercício de 2009, o Diretor-Geral da ANP, com base em pareceres desta Corregedoria, e em consonância com os termos do Regimento Interno da Agência, aprovado pela Portaria Nº 160, de 02/08/04, decidiu instaurar treze Sindicâncias e seis Processos Disciplinares.

No que se refere às penalidades disciplinares aplicadas, ao longo do exercício de 2009, a Autoridade Julgadora, no âmbito da ANP, após concluída a fase apuratória dos Processos de Sindicância e Disciplinares, com a indispensável garantia constitucional relativa à Ampla Defesa e ao Contraditório, e em consonância com parecer apresentado pela Corregedoria, decidiu aplicar penalidade de advertência em três servidores e a conversão em destituição de cargo em comissão a um ex-servidor exonerado, nos termos do que estabelece a Lei Nº 8.112/90.

A meta de treinamento estabelecida pela Controladoria Geral União - CGU para 2009 foi a mesma adotada no exercício de 2008 relativa à capacitação e habilitação ainda maior de servidores, visando a sua colocação na condução de comissões de processos administrativos disciplinares.

Assim sendo, contando com o apoio estrutural e didático da CGU, que disponibilizou vinte vagas para treinamentos voltados para os procedimentos disciplinares no que se refere às questões legais e operacionais relativa à condução de Sindicâncias e de Processos Disciplinares, foi possível a realização de treinamento para fazer frente às necessidades do setor de correição.

Diante das vagas oferecidas pela CGU, coube à Corregedoria e à Superintendência de Gestão de Recursos Humanos a tarefa de organizar as turmas de servidores, nas diversas unidades da ANP, levando em consideração a formação, a capacidade e a condição de servidor estável, como determina a Lei Nº 8.112/90.

Com recursos financeiros da ANP, em 2009, cinco cursos específicos, atinentes ao setor disciplinar, foram ministrados para os servidores lotados na Corregedoria.

Com relação à Política de Uso do Sistema CGU-PAD, implantada por força da Portaria ANP Nº 212, de 30/07/2008, para o gerenciamento das informações inerentes aos processos disciplinares instaurados no âmbito desta Agência, a Corregedoria está integrada ao uso do referido sistema, consoante o disposto na Portaria CGU/PR nº 1.043/2007.

Em linhas gerais, estas foram as principais ações promovidas pela Corregedoria, no exercício de 2009, com o propósito de aperfeiçoar a organização da ANP, no que tange a este setor de correição, com o compromisso de atender às orientações e normas emanadas pela Direção desta Agência Reguladora, em harmonia com as metas traçadas pela CGU.

26 – Ações de Planejamento e Pesquisa

As ações da Superintendência de Planejamento e Pesquisa (SPP) podem ser divididas em dois grupos: atividades e projetos. Atividades são ações realizadas com periodicidade definida. Alguns projetos, dependendo da sua natureza, passam a ser atividades de rotina da Superintendência, quando finalizados. Cabe ressaltar que, por não se tratar de uma Superintendência finalística, as ações da SPP servem de subsídios para a atuação das demais Superintendências e da Diretoria Colegiada. Assim sendo, seu impacto sobre o mercado e a sociedade se dá de forma indireta.

26.1 – ATIVIDADES

Uma das principais atividades da SPP consiste na elaboração do planejamento indicativo da infraestrutura de abastecimento do país. Em 2009, foram concluídas as atividades de previsão de demanda e de oferta de gás liquefeito de petróleo (GLP) para os próximos cinco anos. Esses trabalhos foram desenvolvidos por técnicos da SPP com o apoio de outras superintendências (SAB e SRP), e discutidos e validados com os agentes de mercado.

Além de serem fundamentais para o desenvolvimento das atividades do próprio Fórum de GLP, também cobriram uma lacuna importante nas atividades da Agência, que era a de não ter uma posição própria, independente, em relação ao comportamento futuro de oferta e demanda de derivados de petróleo, e, nesse caso específico, de GLP. Esse conhecimento permite que a ANP tenha melhores condições de regular o mercado desse derivado.

A importância de se realizar um estudo sobre as perspectivas de oferta de GLP no Brasil se dá especialmente em virtude das discussões sobre a flexibilização do uso deste derivado, atualmente com utilização proibida em veículos automotores, caldeiras e para o aquecimento de piscinas e saunas (Lei 8.176/91 e Resolução ANP nº 15/05).

O material desenvolvido durante a elaboração das previsões de oferta e demanda de GLP também gerou duas Notas Técnicas, uma referente à previsão da oferta (que já está publicada na página da Agência: <http://www.anp.gov.br/?pg=13872>) e outra referente à previsão de demanda.

A Nota Técnica intitulada "Perspectivas de Oferta de GLP até 2015" foi elaborada pela SPP com o apoio da SAB e da SRP, e teve por objetivo apresentar um estudo sobre as perspectivas de oferta de GLP no Brasil nos próximos cinco anos e propor uma curva para sua produção interna. As Notas Técnicas são um importante canal de disseminação do conhecimento gerado dentro da ANP.

A SPP participa também dos Grupos de Trabalhos (GTs) referentes à introdução do diesel S-10 no Brasil e coordenados pela SAB. Esses GTs foram criados em atendimento ao acordo firmado por Ministério Público Federal, ANP, Estado de São Paulo, IBAMA, Petrobras, ANFAVEA e outras partes, em 29/10/08, com base na Resolução CONAMA nº 315, de 29/10/02, que dispõe sobre nova etapa do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

O GT instituído pela Portaria ANP nº 60, de 07/04/09, tem como objetivo estudar e apresentar um plano de abastecimento de óleo diesel com teor de enxofre de 10 partes por milhão (diesel S-10), que possibilite a disponibilidade do combustível, no volume e antecedência necessários, bem como a sua distribuição em postos localizados em todo o território nacional. O grupo apresentou o plano, cumprindo seus objetivos dentro do prazo estabelecido.

Já o GT instituído pela Portaria ANP nº 61, de 07/04/09, tem como propósito avaliar o impacto da diferença de preços entre os tipos de óleo diesel existentes no País, a fim de sugerir medidas para a proteção do consumidor quanto a preços, qualidade e oferta de combustíveis. Em 2009, este grupo apresentou a primeira de uma série de relatórios semestrais de acompanhamento do processo de adoção do S-10.

Assim sendo, a atuação desses dois GT permitiu que a ANP cumprisse sua parte no acordo com o Ministério Público Federal, e evitou que sofresse as sanções nele previstas, além de propiciar maior segurança ao mercado nesse processo de introdução obrigatória de um novo tipo de combustível.

Nesses grupos, o papel desempenhado pela SPP foi o de definir e mapear os fluxos logísticos e os volumes de suprimento e de demanda de diesel em cada um dos municípios brasileiros. Para isso, foram consolidados os dados de comercialização disponíveis no Sistema de Informação sobre Movimentação de Produtos (SIMP) com as bases de dados georreferenciadas dos elementos da infraestrutura dos setores de transporte e de produção e distribuição de combustíveis.

Ao longo de 2009, a SPP elaborou, rotineiramente, uma série de mapas georreferenciados com os gasodutos/oleodutos e demais elementos da infraestrutura do setor de petróleo e gás do país, atendendo a solicitações de outras superintendências (SCM, SBQ, e, principalmente, SPG, que demanda mapas de municípios específicos com o objetivo de responder a ações judiciais relativas a pagamento de *royalties*). Esses mapas georreferenciados preparados pela SPP são fundamentais para o desempenho das atividades de regulação das Superintendências que os solicitam, e por consequência, para as atividades da própria ANP.

A SPP representa a ANP no GT de Segurança das Infraestruturas Críticas do País, coordenado pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (SAEI-GSIPR). A Superintendência integra o Subgrupo de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SGTSIC-PEGANCOR), que está discutindo e desenvolvendo diretrizes e orientações para o acompanhamento e gerenciamento dos riscos e vulnerabilidades da infraestrutura do setor regulado pela ANP. Isso é fundamental para minimizar o risco de problemas de abastecimento de combustíveis nas diversas regiões do País e também os riscos de impactos sociais, ambientais e econômicos de eventuais acidentes ou atentados contra elementos dessa infraestrutura.

Entre as atividades de rotina prioritárias, merecem destaque a análise crítica dos dados do SIMP e a preparação de dados estatísticos mensais para publicação no *website*. Essas informações também servem para subsidiar o Anuário Estatístico da ANP, cuja versão referente ao ano de 2009 (ano base 2008) foi publicada para distribuição interna e externa. Com dados sobre a evolução da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis, o Anuário Estatístico da ANP é considerado uma fonte fundamental de informações sobre o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis tanto pelos mercados do setor quanto pelas instituições de ensino, pesquisa e pelo público em geral com interesse no tema.

Adicionalmente, no ano de 2009, foi elaborada uma versão reduzida do Anuário em inglês, que servirá para divulgar os números do setor nos fóruns internacionais e nas futuras Rodadas de Licitação de blocos.

A SPP publica regularmente boletins com dados e análises sobre o setor de O&G e biocombustíveis. O informativo *Conjuntura & Informação*, publicação trimestral disponibilizada na internet e na intranet da ANP e enviada a uma lista de *e-mails* cadastrada-

dos, sumariza algumas das principais informações de interesse da indústria do petróleo: preço da gasolina C, etanol hidratado, GLP e óleo diesel; produção nacional e mundial de petróleo e gás natural; cotação do barril do Brent e WTI; exportação e importação de petróleo bruto e derivados; distribuição dos royalties e participações especiais; notícias sobre a ANP publicadas na mídia impressa e um artigo.

O *Boletim Internacional*, cuja periodicidade é mensal, disponibiliza informações e análises acerca da conjuntura internacional do mercado de petróleo (preços, oferta, demanda, estoques e refino). O *Informe de Biocombustíveis*, publicado mensalmente, tem por objetivo fornecer informações mensais sobre o álcool e o biodiesel, no Brasil e no exterior. Para tanto são apresentados dados da cadeia produtiva destes biocombustíveis, informações sobre sua logística e distribuição, evolução de seus preços e de suas principais matérias-primas, fatos relevantes ocorridos no mês, como resultados de leilões realizados pela ANP e modificações na legislação sobre a matéria. Ambas as publicações circulam apenas internamente na ANP.

Outra atividade regular da Superintendência é o fornecimento de dados para outros órgãos/instituições. Para o Ministério das Minas e Energia (MME), a SPP subsidia a elaboração do Balanço Energético Nacional (BEN) e calcula mensalmente o Mercado Aparente Nacional. Adicionalmente, a base de dados mantida pela SPP constitui uma importante fonte de informação para organismos como a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) e o Grupo de Trabalho SGT-9 Energia do MERCOSUL.

As atividades de rotina da SPP envolveram também a participação de técnicos da equipe em diversos grupos de trabalho internos e externos.

A Superintendência participa do Grupo Técnico de Análise do Sistema de Informação e Movimentação de Produtos (GTA-SIMP), que provê a Agência de informações sobre as movimentações de produtores, importadores, exportadores e distribuidores de petróleo, gás natural e biocombustíveis, e de seus dois subgrupos: o de revisão da Resolução ANP nº 17 e o de adequação do SIMP à nova metodologia da nota fiscal eletrônica (NF-e) implantada pelo CONFAZ.

O GTA-SIMP e seus subgrupos mantiveram, ao longo de 2009, um programa de melhoria contínua deste sistema, implantando modificações e novas funcionalidades que aumentaram sua confiabilidade e o tornaram mais adequado às necessidades da ANP no que tange à monitoração do mercado de combustíveis. Simultaneamente, o programa otimizou o trabalho dos agentes econômicos no processo de declaração das informações.

A SPP também gerencia o banco de dados georreferenciado da infraestrutura de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis do país. Essa atividade envolve a manutenção, a organização, a atualização e o armazenamento do banco de dados, de forma a gerar recursos visuais (principalmente mapas e equivalentes) utilizados como apoio à elaboração de estudos e à tomada de decisões de diversas Superintendências (SCM, SAB, SDB, CMA), assim como de órgãos externos (IBAMA, MMA e MME). Esse banco de dados também subsidia os Fóruns de Claros e de GLP e o Grupo de Segurança de Infraestrutura da Presidência da República (GT-GSIPR).

A consolidação dos resultados dos Indicadores de Desempenho também é de responsabilidade da SPP. O relatório final referente ao ano de 2009 deverá ser divulgado até março de 2009.

Entre as atividades de rotina que visam a atender a demandas de outras unidades organizacionais, destacam-se a elaboração de mapas no Arcview com os diferentes tipos de infraestrutura do setor de petróleo e gás natural existentes em municípios específicos, para embasamento das respostas da PROGE em ações judiciais contra a ANP relativas ao pagamento de *royalties*, e para subsidiar a Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA). A SPP também forneceu esquemas de fluxos logísticos, infraestruturas existentes e movimentação de produtos para a Coordenadoria de Defesa da Con-

corrência (CDC), com o objetivo de embasar a análise do Ato de Concentração concernente à aquisição da Chevron do Brasil (Texaco) pela Ipiranga (Grupo Ultra).

26.2 – PROJETOS

No ano de 2009, a SPP finalizou os projetos “Contribuição Tributária do Setor Petróleo e Gás no Brasil: 2008” e “Contribuição Econômica do Setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis”, que quantifica a participação do setor nos seguintes indicadores macroeconômicos: investimento externo direto, balança comercial, empregos, massa salarial, inflação e investimento.

Outro projeto concluído em 2009 gerou a Nota Técnica “Fundamentos da Demanda de GLP no Brasil e Projeção de Demanda até 2013”, que deverá ser publicada no primeiro trimestre de 2010. O trabalho consistiu na obtenção de uma estimativa econométrica de demanda de curto/médio prazo, com o intuito de subsidiar os Fóruns de Claros e de GLP.

27 – DIVULGAÇÃO

A Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional (SCI) é responsável pelas ações de comunicação social da Agência, que abrangem: a supervisão das atividades da Assessoria de Imprensa, a coordenação de ações de publicidade institucional, o planejamento e a organização eventos, a gestão do conteúdo publicado no sítio da Agência na internet, o relacionamento com os órgãos federais, estaduais e municipais e entidades do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, ademais do atendimento às solicitações de informações, denúncias e reclamações encaminhadas ao Centro de Relações com o Consumidor (CRC).

Essas ações têm amparo legal no art. 18 da Lei 9.478, de 1997, que prevê a realização de audiência pública antes de alterações de normas administrativas que impliquem afetação de direito de agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços, e ainda em dispositivos do Decreto nº 2.455, de 1988, que instituiu a ANP, relativos às necessidades da Agência de estabelecer adequado relacionamento com agentes econômicos e órgãos do governo bem como de comunicação efetiva com a sociedade.

Em 2009, a SCI coordenou o atendimento a nove comunicações institucionais, sendo três requerimentos de informações e seis para entes federados e instituições diversas.

Novo sítio eletrônico

Em 2009, foi lançado o novo sítio institucional da ANP na internet, cujo principal objetivo foi o de aumentar a transparência e melhorar a comunicação com a sociedade. Para isso foi implantado um novo padrão visual, nova arquitetura de informações, tecnologia baseada em banco de dados e gerenciador de publicação, melhor organização dos conteúdos e maior facilidade na localização de textos, documentos, planilhas, entre outros, inclusive com sistema de busca, que permite ao usuário encontrar o conteúdo que precisa com mais rapidez e precisão.

O novo sítio atende às recomendações do Programa de Governo Eletrônico (e-Gov), que estabelece os padrões e diretrizes a serem seguidos pelas instituições governamentais em suas páginas eletrônicas e demais produtos digitais. Em atendimento a essas recomendações, as informações publicadas pela ANP na internet podem ser consultadas também por deficientes visuais, por meio de navegadores específicos que utilizam sintetizadores de voz.

O sítio eletrônico privilegiou a organização das informações e instituiu a possibilidade de inserção para áreas para destaque de novos conteúdos.

Assessoria de Imprensa

A Assessoria de Imprensa da ANP, em 2009, acompanhou e analisou o noticiário sobre o setor e a atuação da ANP. Como resultado dessa análise, a Assessoria elaborou o planejamento das ações de divulgação de informações aos meios de comunicação com ênfase na consolidação da imagem institucional da ANP.

Nesse período, a ANP emitiu 200 comunicados à imprensa, prestou 82 entrevistas concedidas por diretores e superintendentes e realizou 1.307 atendimentos a repórteres de veículos nacionais, regionais e internacionais.

Essa atuação, sob responsabilidade da Assessoria de Imprensa, permitiu à ANP assegurar amplo espaço em meios de comunicação para a divulgação da atuação da Agência junto a segmentos mais abrangentes da sociedade que têm acesso à mídia, potencializando a publicidade obtida pelos eventos e publicações.

ANP Itinerante e PRH-10 anos

A ANP desenvolveu e deu início à execução do **Projeto ANP Itinerante**. O ANP Itinerante é uma iniciativa nacional para aproximar a Agência da sociedade, mediante a realização, em diferentes capitais e cidades do País, de *workshops/seminários* e atendimento direto ao público para informação e orientação de agentes regulados e consumidores sobre seus direitos e deveres. O projeto, realizado em cinco localidades – Salvador (BA), Curitiba (PR), Ribeirão Preto (SP), Recife (PE) e São Luís (MA) – com o apoio da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e da Federação nacional do Comércio de Combustíveis, divulgou o papel da Agência na defesa dos interesses do consumidor de derivados do petróleo e gás e de biocombustíveis, e também no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Para a consecução do projeto inédito, a ANP produziu (además da publicidade veiculada e das publicações institucionais distribuídas, detalhados adiante) toda a comunicação visual para promoção e divulgação dos eventos, contemplando *banners* informativos, lonas para fachadas, faixa de mesa, cartazes, *folders* com programação, certificados, fichas de inscrição, adesivos, *bottons*, pastas com bolsa e sinalização dentro dos locais de realização evento, além de produzir material informativo específico para os cursos (formulário de pesquisa).

Com o objetivo de divulgar o êxito do Programa de Recursos Humanos da ANP (PRH-ANP) em seu décimo aniversário, a SCI, com apoio do CTC/SPP, desenvolveu também o projeto PRH-10 anos. Coordenou, assim, a realização da cerimônia comemorativa da década de PRH-10 anos, em 1º de julho, e, de agosto a novembro, a série de exposições comemorativas constituintes do projeto nas 23 instituições de ensino superior em que há núcleos do PRH, em 16 estados da federação. No 5º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás, realizado em Fortaleza (CE) entre 18 e 22 de outubro, a ANP lançou a revista comemorativa “PRH é 10!”, que, com 3 mil exemplares de tiragem, teve ampla distribuição no evento, nas universidades, e também por mala direta. Para divulgação das exposições, foi veiculada campanha publicitária em jornais e revistas das localidades que receberam o evento. Entre trabalhos desenvolvidos pela SCI para o PRH-10 anos, estão a criação de logomarca e identidade visual para os 10 anos do PRH-ANP; a criação, impressão, planejamento de logística e distribuição dos painéis básicos da exposição (painéis adaptados a cada universidade), *fôlderes*, cartazes, canetas e adesivos; além de divulgação por *e-mail* de marketing das atividades relacionadas à comemoração dos 10 anos do PRH-ANP.

Publicidade

Durante o ano de 2009, a ANP realizou 135 veiculações de anúncios, em meios de comunicação impressos nacionais e internacionais. Desse total, 64 veiculações destinaram-se a conscientizar a sociedade brasileira sobre os benefícios do desenvolvimento da indústria e o fortalecimento da soberania nacional, por meio de regulação eficaz e transparente (campanhas da Soberania Energética e do Novo Marco Regulatório para o Pré-Sal), e 26 veiculações sobre as comemorações dos 10 Anos do PRH.

Cinco revistas segmentadas internacionais tiveram inserções de anúncios produzidos para o público do exterior (quatro em Inglês, um em mandarim).

A ANP coordenou a produção e veiculou ainda campanha específica para divulgar o projeto ANP Itinerante, composta por 11 veiculações de anúncio em jornais e revistas e a publicação dos materiais “10 Orientações para o Consumidor de Combustíveis” e “Gás de Botijão (GLP) – 10 orientações para garantir seus direitos e sua segurança” encartados em dois jornais regionais, num total de 141.122 exemplares; 440 veiculações de *spot* de rádio nas cinco cidades em que se realizaram os seminários.

Ainda no rádio, a ANP realizou um total de 678 veiculações dos 12 *spots* da campanha “Acelera Brasil”, em 16 cidades em todo o Brasil. O spot do etanol foi veiculado 741 vezes. Totalizando 1.859 veiculações de *spots* de rádio no ano de 2009.

Publicações e Folheteria

A ANP coordenou a produção de mais de 80 mil exemplares de publicações impressas informativas sobre suas ações, dentre novas publicações e reedições. Foram oito novas publicações: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2009, Revista “PRH é 10!” (comemorativa dos 10 anos do Programa de Recursos Humanos, PRH-ANP), *folder* “10 orientações para o Consumidor de Combustíveis”, cartilha “Gás de Botijão (GLP) – 10 orientações para garantir seus direitos e sua segurança”, *folder* “PRH-10 anos”, *folder* “Royalties do Petróleo e do Gás Natural”, *folder* em Inglês “Lei do Gás”, *folder* em Português “Lei do Gás”.

A Agência reeditou, com atualizações e revisões, 14 publicações: Guia do Posto Revendedor de Combustíveis (4ª edição); *folder*-livreto institucional da ANP em Português, *folder*-livreto institucional da ANP em Inglês, *folder* dos Biocombustíveis em Inglês e Português; *folder* do Plano Plurianual de Estudos Geológicos e Geofísicos 2007-2011 em Português e em Inglês, *folder* do Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP) em Português e em Inglês, *folder* do Projeto Campo-Escola, *folder* da Cláusula de Conteúdo Local, cartilha “Gás de Botijão (GLP) 10 orientações para garantir seus direitos e sua segurança”, *folder* em Inglês sobre a nova Lei do Gás, *folder* em Português sobre a nova Lei do Gás. Foram reimpressos, ainda, os seguintes materiais: Lei do Petróleo em Inglês; *folder* “10 orientações para o Consumidor de Combustíveis” e o Guia do Posto Revendedor de Combustíveis, 4ª edição.

Participação em eventos do setor

A ANP esteve presente, com estande institucional, em onze congressos no Brasil e no exterior, responsabilizando-se pela produção e a criação de *layout* e conteúdo dos cartazes para os estandes da Agência. Foram nove eventos em território nacional: V PDPetro (Fortaleza, CE); VI Encontro de Revendedores de Combustíveis e Lojas de Conveniência do Norte (Belém, PA); AAPG 2009 (*American Association of Petroleum Geologists*, Rio de Janeiro, RJ); *World LP Gas Forum* (Rio de Janeiro, RJ); IV Congresso Brasileiro de Regulação (Rio de Janeiro, RJ); ExpoGef 2009 (Salvador, BA); Rio Pipeline 2009 (Rio de Janeiro, RJ); 10ª Coteq (Salvador, BA); Expo Postos 2009 (São Paulo, SP) e dois fora do País: a OTC 2009 (Houston, Texas), para cuja delegação a SCI/ANP preparou o *briefing*; e o *World Gas Congress* 2009 (Buenos Aires, Argentina).

Eventos da ANP

A SCI organizou, em apoio à Superintendência de Abastecimento (SAB), as sessões públicas de quatro Leilões do Biodiesel. Garantiu ainda infra estrutura para a realização de 15 eventos promovidos pela agência: os seminários sobre Contratos de Partilha, Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis, Programa de Comparação Interlaboratorial em Biodiesel, para Produtores de Biodiesel, para a Receita Federal, de Garantia de Performance, de Avaliação do Mercado de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis, de Petróleo e Bioenergia da Bacia de Campos, de Diretrizes para Exploração, Produção e Transporte da Amazônia, e Anual da Fiscalização; a I Semana Interna de Se-

gurança da Informação na ANP; a apresentação do Diretor-Geral sobre Programa de Metas Estruturantes da ANP; a reunião com prefeituras sobre *Royalties*; a palestra para servidores sobre crédito imobiliário; e a abertura da Sala de Monitoramento do Abastecimento Nacional de Etanol.

A SCI organizou também 24 audiências públicas, promovidas por diferentes superintendências da Agência. Coordenou a organização de dois fóruns (Fórum de Avaliação das Atividades do *Downstream* e Aspectos Ambientais da Indústria, e o VI Fórum Temático de Tecnologia da Informação), de quatro *workshops* (Banco de Dados Gravimétricos Terrestres; Cenário Atual e Perspectivas do Mercado de Combustíveis no Brasil; *Workshop* sobre Gás Natural Liquefeito e Bacia da Foz do Amazonas) e três cerimônias (comemoração dos 10 Anos de PRH, comemoração do Dia do Servidor Público e Assinatura dos Contratos de Concessão da Décima Rodada).

Haroldo Borges Rodrigues Lima
Diretor Geral

No âmbito de Plano Plurianual 2008/2011 (PPA 2008/2011), a ANP foi responsável pela gerência do programa 0271 – Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis. Tem por objetivo tratar de duas situações-problema que são enunciadas nas atribuições da ANP constantes no inciso I do artigo 8º da Lei do Petróleo:

- ✓ a garantia de suprimento de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis e;
- ✓ a proteção dos interesses dos consumidores, quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

As ações desenvolvidas no enfrentamento dessas situações problema refletem, portanto, o conjunto de atribuições da ANP.

As atividades econômicas afetadas pelo programa 0271 – Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis tiveram efeitos sobre a obtenção de dados técnicos, realização de serviços de geologia e geofísica nas bacias sedimentares brasileiras; exploração e a produção de hidrocarbonetos, o transporte de petróleo, gás natural, derivados e biocombustíveis, o refino de petróleo, a produção de biocombustíveis, a distribuição, a revenda e a comercialização de combustíveis derivados de petróleo e biocombustível.

Nas próximas seções, serão apresentados sumariamente os atributos e os resultados físicos e financeiros do Programa e das Ações em 2009. Nos capítulos seguintes, a partir da apresentação dos resultados, da ANP, tomando como referência as unidades organizacionais, em especial as ligadas às atividades finalísticas, são mostrados os resultados das ações de forma mais detalhada, procurando contextualizar esses resultados e apresentar outros que, apesar de não contribuírem de forma direta com a obtenção dos resultados físicos do PPA, são de grande importância para o desempenho das ações e, principalmente para o cumprimento das competências institucionais da Agência.

A.1 – PROGRAMA 0271 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

O objetivo do programa é garantir as condições para o atendimento da demanda de petróleo, derivados, gás natural e outros combustíveis, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade.

Com o intuito de aproximar a avaliação do programa das ações sob as quais a ANP tem intervenção mais efetiva foram estabelecidos cinco indicadores de desempenho, a saber: Área Total Concedida de Bacias Sedimentares Brasileiras; Grau de Qualidade nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento; Reservas de Gás Natural; Reserva de Petróleo e Taxa de Incremento da Capacidade Autorizada para a Atividade de Produção de Biodiesel.

Nesta seção serão apresentados esses indicadores e ações do programa, seus atributos bem como a evolução.

Tabela A1.1 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0271		Denominação: Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Li- quidada	Restos a Pa- gar não pro- cessados	Valores Pa- gos	
Inicial	Final					
383.420.765	470.715.565	440.729.699	318.742.869	121.880.722	316.633.522	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Uni- dade Medida)	Referência			Índice pre- visto no e- xercício	Índice atin- gido no e- xercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Área Total Con- cedida nas Baci- as Sedimentares Brasileiras (Km²)	12/12/2006	304.502,000	N/A	N/A	355.259,000
Formula de Cálculo do Índice						
Área total concedida (blocos exploratórios, campos de produção e acumulações marginais) ao final do ano de apura- ção.						
Ordem	Indicador (Uni- dade Medida)	Referência			Índice pre- visto no e- xercício	Índice atin- gido no e- xercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Grau de Quali- dade dos Produ- tos nos Diversos Agentes Econô- micos do Abas- tecimento (per- centagem %)	31/07/2003	94,000	N/A	N/A	97,970
Formula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a quantidade de produto pesquisado em conformidade e a quantidade total de produto pes- quisado						
Ordem	Indicador (Uni- dade Medida)	Referência			Índice pre- visto no e- xercício	Índice atin- gido no e- xercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Reservas de Gás Natural (mi- lhões de m³)	31/12/2006	347.903,010	N/A	N/A	367.094,712
Formula de Cálculo do Índice						
Reserva provada de gás natural ao final do ano de apuração.						
Ordem	Indicador (Uni- dade Medida)	Referência			Índice pre- visto no e- xercício	Índice atin- gido no e- xercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Reservas de Pe- tróleo (milhões de barris)	12/12/2006	12.181,620	N/A	N/A	12.875,279
Formula de Cálculo do Índice						
Reserva provada de petróleo ao final do ano de apuração.						
Ordem	Indicador (Uni- dade Medida)	Referência			Índice pre- visto no e- xercício	Índice atin- gido no e- xercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Taxa de incre- mento da capa- cidade autoriza- da para a ativi- dade de produ- ção de biodiesel (Porcentagem %)	N/A	N/A	N/A	N/A	152,000
Formula de Cálculo do Índice						
Volume total autorizado no fim do período de apuração menos o volume total autorizado até o início do período da apu- ração, sobre a diferença entre a demanda total de biodiesel(1) no período de apuração e a demanda total de biodiesel do período anterior à apuração. Considera-se como Demanda total de biodiesel: 2% do volume do óleo diesel comerciali- zado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional, conforme § 1º, do artigo 2º, da Lei n.º 11.097, de 13 de janeiro de 2005, durante o período de apuração.						
Fonte: SIGPlan						

A1.1.1 – Indicadores do Programa

1 - Área Total Concedida nas Bacias Sedimentares Brasileiras

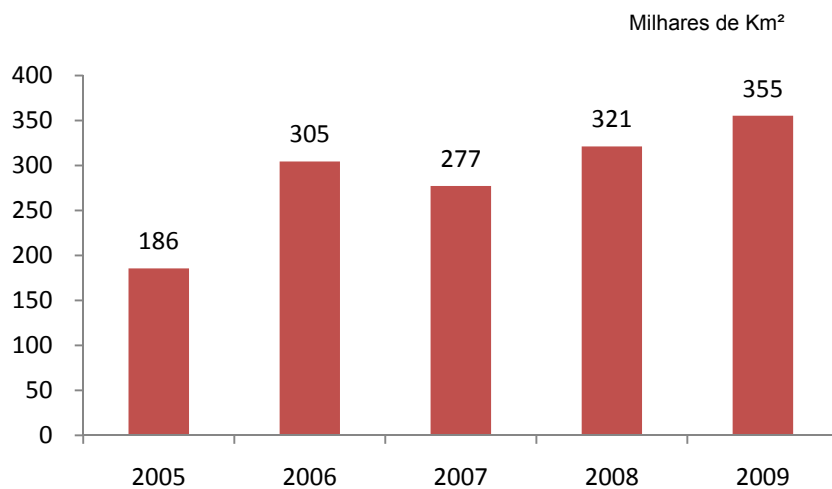
Índice Início PPA: 304.502 (12/12/2006)

Unidade de Medida: Km²

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Área total concedida (blocos exploratórios, campos de produção e acumulações marginais) ao final do ano de apuração.

Gráfico A1.1 – Áreas de Bacias Sedimentares Concedidas



Fonte: SigPlan

2 – Grau de Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento

Índice Início PPA: 94% (31/07/2003)

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo Relação percentual entre a quantidade de produto pesquisado em conformidade e a quantidade total de produto pesquisado

Índice Apurado Referente ao Ano de 2009 (semestral):

1º Semestre: 98,0%

2º Semestre: 98,0%

3 – Reservas de Gás Natural

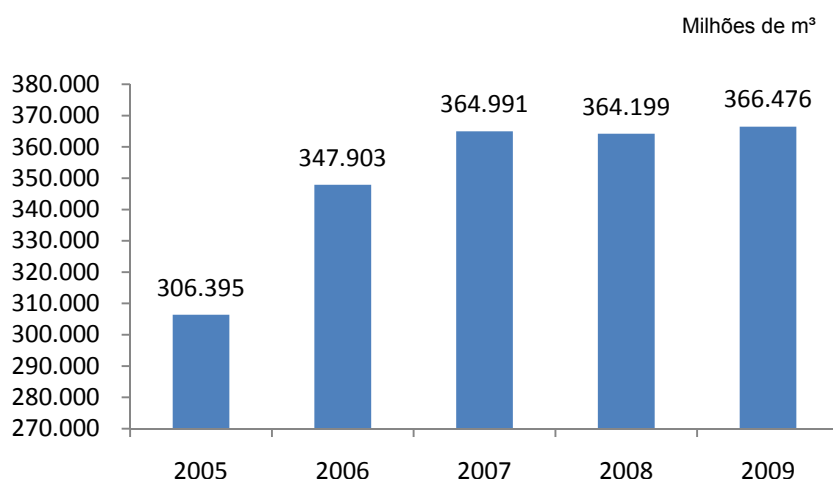
Índice Início PPA: 347.903,010 (31/12/2006)

Unidade de Medida: milhões de m³

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Reserva provada de gás natural ao final do ano de apuração.

Gráfico A1.2 – Reservas Provadas de Gás Natural



Fonte: SIGPLAN e SDP/ANP

4 – Indicador: Reservas de Petróleo

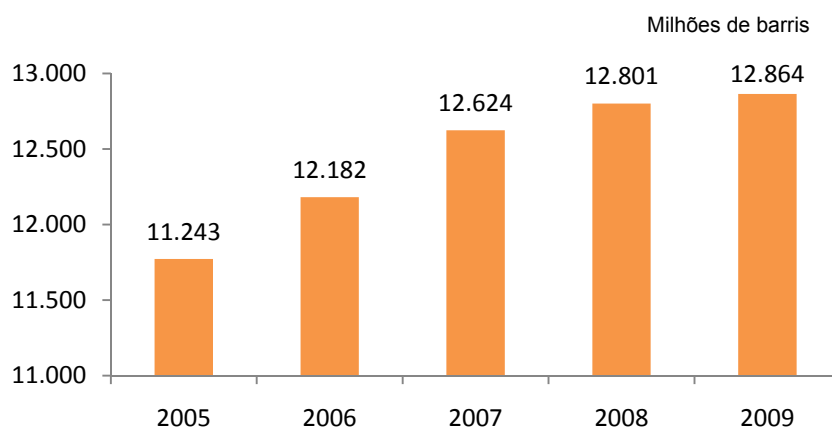
Índice Início PPA: 12.181,620 (12/12/2006)

Unidade de Medida: milhões de barris

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Reserva provada de petróleo ao final do ano de apuração.

Gráfico A1.3 – Reservas Provadas de Petróleo



Fonte: SIGPlan e SDP/ANP

5 – Taxa de incremento da capacidade autorizada para a atividade de produção de biodiesel

Unidade de Medida: Percentagem

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Volume total autorizado no fim do período de apuração menos o volume total autorizado até o início do período da apuração, sobre a diferença entre a demanda total de biodiesel (1) no período de apuração e a demanda total de biodiesel do período anterior à apuração. Considera-se como demanda total de biodiesel: 2% do volume do óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional, conforme § 1º, do artigo 2º, da Lei n.º 11.097, de 13 de janeiro de 2005, durante o período de apuração.

Índice Apurado Referente ao Ano de 2009: 152%

A1.2 – AÇÕES

Tabela A1.2 – Execução Física e Financeira das Ações Realizadas

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
25	301	0271	20CW.0001	A	N/A	Unidade	-	-	520
25	122	0271	2000.0001		N/A	-	-	-	0
25	301	0271	2004.0001		N/A	Unidade	1.133	1.211	1.184
25	365	0271	2010.0001		N/A	Unidade	51	88	77
25	331	0271	2011.0001		N/A	Unidade	187	177	182
25	306	0271	2012.0001		N/A	Unidade	656	736	743
25	753	0271	2050.0001		N/A	Km²	923.000	322.000	1.300.000
25	753	0271	2379.0001		N/A	Tbyte	1.812	2.092,43	2.060
25	130	0271	2380.0001		N/A	Unidade	80	40	80
25	130	0271	2381.0001		N/A	Unidade	699	774	792
25	665	0271	2388.0001		N/A	Unidade	37	38	37
25	125	0271	2391.0001		N/A	Unidade	25.176	28.382	30.000
25	753	0271	2393.0001		N/A	Unidade	112.918	118.718	120.000
25	128	0271	4572.0001		N/A	Unidade	760	682	920
25	131	0271	4641.0001		N/A	-	-	-	0
25	125	0271	6197.0001		N/A	Unidade	2.028	2.475	2.158
25	125	0271	6594.0001		N/A	Unidade	9.000	8.841	9.000
25	125	0271	6596.0001		N/A	Unidade	144	323	147
25	122	0271	8785.0001		N/A	-	-	-	0
25	122	0271	09HB.0001		N/A	-	-	-	0
25	122	0271	10TP.0053		N/A	% de execução física	40	-	55

Fonte: SIGPlan

09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Unidade Responsável: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Dados Físicos e Financeiros (não há previsão de execução física na LOA)

	Físico	Financeiro						
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.112.823	1.112.823	0
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.139.745	1.139.745	1.114.436
Março	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.135.131	1.135.131	2.273.264
Abril	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.141.272	1.141.272	1.141.272
Maio	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.149.530	1.149.530	0
Junho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.184.943	1.184.943	2.334.473
Julho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.287.910	1.287.910	1.287.910
Agosto	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.320.743	1.320.743	1.258.678
Setembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.300.308	1.300.308	1.362.373
Outubro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.270.858	1.270.858	1.270.858
Novembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	2.519.368	2.519.368	2.302
Dezembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.345.515	1.345.515	2.816.211
Totais	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	15.908.148	15.908.148	14.861.778
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	0	0	0	9.899.628	16.029.628		99,24	

10TP – Modernização Estrutural do Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas

Finalidade: modernizar e aperfeiçoar a Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas, que controla a qualidade dos produtos derivados de petróleo sujeitos a fiscalização e propõe especificações técnicas e métodos de análise, assegurando que os combustíveis e lubrificantes cheguem ao consumidor conforme as especificações adequadas.

Descrição: modernização e aperfeiçoamento da estrutura física do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas para a recepção de novos equipamentos e dos ambientes laboratoriais para proporcionar melhores condições de uso e salubridade

Unidade Executora: SBQ

Situação Atual: o processo licitatório da contratação do projeto básico foi iniciado em setembro de 2008. O pregão será realizado ainda no início de janeiro de 2009.

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): projeto executado (% de execução física)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Março	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Abril	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Maio	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Junho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Julho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Agosto	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Setembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Outubro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Novembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Dezembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Totais	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	40	40	0	3.000.000	3.000.000		0	

2000 – Administração da Unidade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido, se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nessa ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000) essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, paga-

mento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Dados Físicos e Financeiros (não há previsão de execução Física na LOA)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	13.127.918	8.066.274	8.047.809
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	12.809.341	8.082.130	7.945.209
Março	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	12.722.004	10.033.012	10.163.417
Abril	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	14.064.132	11.393.295	11.410.875
Maio	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	9.391.714	12.377.645	11.426.148
Junho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	13.265.713	11.420.945	12.371.968
Julho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	10.165.032	10.414.463	10.270.766
Agosto	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	9.327.577	11.455.626	11.270.818
Setembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	10.274.868	12.809.776	12.294.217
Outubro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	13.913.835	12.789.262	13.361.534
Novembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	12.933.463	15.750.715	14.034.411
Dezembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	10.052.013	13.555.336	15.410.929
Totais	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	142.047.612	138.148.479	138.008.099
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execu- ção	LOA	LOA + Cré- ditos		% Execução	
	0,000	0,000	0,00	108.148.313	147.148.313		93,88	

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

Unidade Responsável: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): pessoa beneficiada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	1.127,00	0	0	0	0	0
Fevereiro	0	0	1.127,00	0	0	0	0	0
Março	0	0	1.159,00	0	0	412.148	45.293	45.293
Abril	0	0	1.180,00	0	0	0	13.300	13.300
Maio	0	0	1.184,00	0	0	0	116.180	116.180
Junho	0	0	1.198,00	0	0	3.000	1.862	1.862
Julho	0	0	1.203,00	0	0	7.365	183.017	183.017
Agosto	0	0	1.195,00	0	0	0	747	747
Setembro	0	0	1.207,00	0	0	89.797	131.756	131.756
Outubro	0	0	1.212,00	0	0	-1	3.965	3.965
Novembro	0	0	1.206,00	0	0	57.750	66.749	58.984
Dezembro	0	0	1.211,00	0	0	191.573	124.909	132.675
Totais	0	0	1.211,00	0	0	761.633	687.777	687.777
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Cré- ditos		% Execução	
	1.017,00	1.133,00	106,88	512.393	761.633		90,3	

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Finalidade: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.

Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

Unidade Responsável: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): criança atendida (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	71	0	0	5.679	5.679	5.679
Fevereiro	0	0	74	0	0	6.132	6.132	6.132
Março	0	0	77	0	0	6.193	6.193	6.193
Abril	0	0	81	0	0	6.545	6.545	6.545
Maio	0	0	82	0	0	6.403	6.403	6.403
Junho	0	0	83	0	0	6.584	6.584	6.584
Julho	0	0	86	0	0	7.008	7.008	7.008
Agosto	0	0	87	0	0	8.169	8.169	8.169
Setembro	0	0	89	0	0	0	0	0
Outubro	0	0	88	0	0	7.154	7.154	7.154
Novembro	0	0	87	0	0	14.366	14.366	14.366
Dezembro	0	0	88	0	0	7.254	7.254	7.254
Totais	0	0	88	0	0	81.486	81.486	81.486
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	51	51	172,55	54.629	91.060		89,49	

2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Finalidade: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): servidor beneficiado (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	175	0	0	15.798	15.798	15.798
Fevereiro	0	0	183	0	0	25.071	25.071	25.071
Março	0	0	182	0	0	22.926	22.926	22.926
Abril	0	0	180	0	0	22.734	22.734	22.734
Maio	0	0	183	0	0	24.163	24.163	24.163
Junho	0	0	187	0	0	23.093	23.093	23.093
Julho	0	0	178	0	0	19.758	19.758	19.758
Agosto	0	0	181	0	0	21.437	21.437	21.437
Setembro	0	0	181	0	0	20.199	20.199	20.199
Outubro	0	0	180	0	0	20.997	20.997	20.997
Novembro	0	0	179	0	0	20.792	20.792	20.792
Dezembro	0	0	177	0	0	19.249	19.249	19.249
Totais	0	0	177	0	0	256.216	256.216	256.216
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	187	187	94,65	308.971	308.971		82,93	

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Finalidade: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): servidor beneficiado (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	717	0	0	106.738	106.738	106.738
Fevereiro	0	0	735	0	0	109.301	109.301	109.301
Março	0	0	741	0	0	109.158	109.158	109.158
Abril	0	0	738	0	0	107.273	107.273	107.273
Maio	0	0	743	0	0	109.543	109.543	109.543
Junho	0	0	747	0	0	110.392	110.392	110.392
Julho	0	0	745	0	0	107.576	107.576	107.576
Agosto	0	0	744	0	0	109.573	109.573	109.573
Setembro	0	0	741	0	0	115.594	115.594	115.594
Outubro	0	0	736	0	0	107.174	107.174	107.174
Novembro	0	0	734	0	0	100.117	100.117	100.117
Dezembro	0	0	736	0	0	108.029	108.029	108.029
Totais	0	0	736	0	0	1.300.466	1.300.466	1.300.466
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	656	656	112,2	1.134.252	1.316.555		98,78	

2050 – Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural

Finalidade: Gerar dados e informações técnicas para orientar as decisões estratégicas da ANP quanto ao direcionamento dos futuros esforços exploratórios a serem realizados nas bacias sedimentares brasileiras.

Descrição: Realização de estudos, levantamentos e serviços de geologia e geofísica, voltados à melhor compreensão da evolução de bacias sedimentares, definição dos principais sistemas petrolíferos atuantes e identificação de áreas e blocos com interesse exploratório para oferta em futuras licitações públicas da ANP.

Unidade Executora: SDB

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): área avaliada (Km²)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	0	0	0	0	0	0
Fevereiro	0	0	0	0	0	0	0	0
Março	0	0	0	0	0	0	0	0
Abril	0	0	25.000,00	0	0	45.000.000	3.599.860	3.429.767
Maio	0	0	10.000,00	0	0	77.243.114	3.150.939	2.067.534
Junho	0	0	2.000,00	0	0	0	-1.080.350	173.148
Julho	0	0	40.000,00	0	0	15.000.000	8.600.277	8.600.277
Agosto	0	0	0	0	0	0	0	0
Setembro	0	0	95.000,00	0	0	0	21.992.217	20.470.925
Outubro	0	0	20.000,00	0	0	0	5.554.049	7.075.341
Novembro	0	0	50.000,00	0	0	0	10.328.582	10.328.582
Dezembro	0	0	80.000,00	0	0	45.069.999	17.344.403	17.344.403
Totais	0	0	322.000,00	0	0	182.313.113	69.489.976	69.489.976
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	728.584,00	923.000,00	34,89	156.224.000	197.910.826		35,11	

2379 – Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural

Finalidade: Organizar e manter atualizados e acessíveis os conhecimentos sobre o potencial produtivo das bacias sedimentares brasileiras e sobre as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Descrição: Administração e atualização do acervo de todos os dados e informações sobre bacias sedimentares brasileiras, bem como daqueles oriundos de estudos promovidos pela própria ANP e dos levantamentos de dados não-exclusivos autorizados pela Agência, envolvendo estruturação e armazenamento de dados em banco de dados próprio para disponibilização de informações aos agentes econômicos e aos demais setores da sociedade.

Unidade Executora: SDT

Comentários: No ano de 2007, baseou-se em dados em gigabytes – sísmica pós-processada armazenada no Petrobank – Banco de dados de exploração e Produção.. No ano de 2008, houve mudança de metodologia de coleta de dados, passando a ser utilizado o acervo total de dados sísmicos armazenados no BDEP (sísmica pós-processada e pré-processada), em terabytes, o que mudou sensivelmente a dimensão de escala dos dados.

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): informação armazenada (Tbyte)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	2.078,14	0	0	55.250	40.250	40.250
Fevereiro	0	0	2.079,55	0	0	128.450	742	742
Março	0	0	2.079,57	0	0	4.045.552	967.222	633.168
Abril	0	0	2.083,60	0	0	1.301.357	1.118.221	1.015.115
Maio	0	0	2.084,67	0	0	4.739.126	2.363.674	2.099.915
Junho	0	0	2.084,53	0	0	515.019	1.827.173	2.518.181
Julho	0	0	2.086,99	0	0	2.116.517	405.681	390.412
Agosto	0	0	2.092,31	0	0	113.261	857.921	878.904
Setembro	0	0	2.092,30	0	0	130.043	788.663	787.158
Outubro	0	0	2.115,24	0	0	151.855	914.259	912.291

Novembro	0	0	2.115,52	0	0	3.280.044	4.004.473	2.249.991
Dezembro	0	0	2.115,73	0	0	1.804.709	2.919.672	4.672.359
Totais	0	0	2.092,43	0	0	18.381.183	16.207.952	16.198.486
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	1.812,00	1.812,00	115,48	18.858.783	18.858.783		85,94	

2380 – Outorga de Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural

Finalidade: Oferecer oportunidades para implantação de novos empreendimentos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no País.

Descrição: Realização de licitações de direitos de exploração de blocos delimitados nas bacias sedimentares, objetivando firmar contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Unidade Executora: SPL

Comentários: Em novembro de 2007, ocorreu a Nona Rodada de Licitações com 117 blocos exploratórios arrematados, dos quais 102 contratos de concessão foram assinados em 2008 e estão relacionados a 108 blocos arrematados (certame encerrado). Também foram assinados em 2008 três contratos de concessão da Sétima Rodada de Licitações (certame encerrado). A Décima Rodada de Licitações ocorreu em 18/12/2008, tendo sido arrematados 54 blocos dos 130 ofertados. A assinatura dos contratos de concessão está prevista para o mês de abril de 2009.

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): concessão outorgada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	0	0	0	56.316	791	791
Fevereiro	0	0	0	0	0	0	1.183	1.183
Março	0	0	0	0	0	5.800	2.607	2.607
Abril	0	0	27	0	0	11.000	19.822	19.647
Maio	0	0	0	0	0	0	9.095	9.270
Junho	0	0	13	0	0	1.400	5.294	5.294
Julho	0	0	0	0	0	35.000	11.752	11.752
Agosto	0	0	0	0	0	0	4.692	4.692
Setembro	0	0	0	0	0	39.345	5.958	5.958
Outubro	0	0	0	0	0	10.000	17.499	17.499
Novembro	0	0	0	0	0	535.322	400.521	400.521
Dezembro	0	0	0	0	0	302.481	446.546	446.210
Totais	0	0	40	0	0	996.664	925.760	925.425
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	80	80	50	1.000.000	1.000.000		92,58	

2381 – Gestão das Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural

Finalidade: Assegurar o fiel cumprimento dos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Descrição: Gestão dos contratos de concessão para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, mediante monitoramento e fiscalização das atividades executadas pelos agentes econômicos, incluindo o controle das participações governamentais.

Unidades Executoras: SEP, SDP, SPG

Comentários: O aumento no número de blocos se dá pela assinatura de novos contratos de concessão. A redução ocorre pela devolução de blocos ou declaração de comercialidade. Neste último caso, o número de campos aumenta. O cálculo do total é feito através da média aritmética dos valores dos meses, conforme critério estabelecido pelos responsáveis pelo preenchimento das informações.

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): concessão controlada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	780	0	0	189.000	13.952	13.952
Fevereiro	0	0	779	0	0	92.078	106.218	14.140
Março	0	0	774	0	0	8.070.059	1.393.523	1.393.523
Abril	0	0	799	0	0	-5.019.423	581.512	581.512
Maio	0	0	798	0	0	1.884.274	1.672.358	1.659.857
Junho	0	0	811	0	0	2.168.085	2.158.051	2.262.630
Julho	0	0	807	0	0	455.322	624.961	621.339
Agosto	0	0	806	0	0	1.108.037	1.394.469	1.394.592
Setembro	0	0	802	0	0	1.767.629	1.941.624	1.945.124
Outubro	0	0	800	0	0	1.346.574	1.119.820	1.113.577
Novembro	0	0	792	0	0	796.579	1.546.055	1.507.939
Dezembro	0	0	774	0	0	236.689	541.589	585.948
Totais	0	0	774	0	0	13.094.904	13.094.132	13.094.132
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SEP/SDP/SPG	699	699	110,73	13.780.073	13.780.073		95,02	

2388 – Regulamentação das Atividades da Indústria de Petróleo e da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis

Finalidade: Estabelecer regras disciplinares das atividades dos agentes econômicos que atuam nos diversos segmentos da indústria do petróleo e do gás natural, bem como nas atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool combustível.

Descrição: Elaboração de atos normativos relativos às atividades de exploração, produção e desenvolvimento de petróleo e gás natural, bem como às atividades de refino, transporte, importação, exportação, distribuição e revenda.

Unidade Executora: SEC

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): norma publicada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	4	0	0	165.000	16.873	16.873
Fevereiro	0	0	3	0	0	11.178	16.391	16.391
Março	0	0	1	0	0	30.000	33.165	33.090
Abril	0	0	3	0	0	30.000	25.215	25.289
Maio	0	0	1	0	0	361.221	76.920	76.920
Junho	0	0	8	0	0	42.224	28.381	28.381
Julho	0	0	4	0	0	80.000	144.801	143.001
Agosto	0	0	2	0	0	0	16.376	18.176
Setembro	0	0	4	0	0	25.000	57.977	57.977
Outubro	0	0	4	0	0	99.962	112.242	112.242
Novembro	0	0	2	0	0	51.273	60.640	31.168
Dezembro	0	0	2	0	0	198.579	166.225	171.759
Totais	0	0	38	0	0	1.094.436	755.204	731.265
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	37	37	102,7	1.112.342	1.112.342		67,89	

2391 – Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis

Finalidade: Assegurar aos consumidores condições adequadas de qualidade e preço dos derivados de petróleo e biocombustíveis comercializados no País.

Descrição: Fiscalização das atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis, envolvendo programas de monitoramento da qualidade dos produtos e dos preços praticados em âmbito nacional, bem como realização de auditorias e outras ações especiais voltadas ao cumprimento dos regulamentos técnicos e aos padrões de qualidade definidos pela ANP.

Unidade Responsável: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Unidades Executoras: SFI, SBQ

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): fiscalização realizada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	1.278,00	0	0	526.442	343.874	343.874
Fevereiro	0	0	1.978,00	0	0	9.674.357	1.999.746	1.999.746
Março	0	0	2.790,00	0	0	4.503.210	4.411.133	4.000.712
Abril	0	0	2.890,00	0	0	4.172.634	1.635.185	2.045.606
Maio	0	0	2.714,00	0	0	4.334.288	4.142.742	3.685.461
Junho	0	0	2.730,00	0	0	8.482.375	2.869.412	3.326.693
Julho	0	0	2.639,00	0	0	3.375.034	4.152.296	4.144.215
Agosto	0	0	2.502,00	0	0	2.629.891	3.073.677	3.073.552
Setembro	0	0	3.060,00	0	0	2.772.124	2.776.597	2.656.597
Outubro	0	0	2.207,00	0	0	1.804.050	3.825.160	3.949.360
Novembro	0	0	2.100,00	0	0	1.814.556	3.952.709	3.947.311
Dezembro	0	0	1.494,00	0	0	312.966	8.819.826	7.990.625
Totais	0	0	28.382,00	0	0	44.401.926	42.002.358	41.163.752
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	25.176,00	25.176,00	112,73	45.090.237	45.090.237		93,15	

2393 – Ouvidoria da Agência Nacional do Petróleo

Finalidade: Manter canais de comunicação permanentes com consumidores e agentes econômicos.

Descrição: Recebimento de denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, pedidos de informação, elogios e agradecimentos dos consumidores, analisá-los e informar os respectivos resultados às partes interessadas; promover a orientação dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos e serviços do mercado regulado pela ANP; desenvolver estudos e pesquisas que identifiquem tendências no mercado de consumo dos produtos e serviços de interesse da ANP; encaminhar as demandas dos consumidores individuais ou representados coletivamente por entidades públicas ou privadas de defesa de seus direitos e interesses, comunicando-se com os mesmos em nome da ANP; estabelecer a comunicação da ANP com os órgãos de defesa, proteção e orientação dos consumidores.

Unidade Executora: CRC

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): solicitação atendida (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	8.032,00	0	0	10.000	0	0
Fevereiro	0	0	6.293,00	0	0	40.000	0	0
Março	0	0	8.253,00	0	0	1.256.393	408.928	408.928
Abril	0	0	8.271,00	0	0	1.060.000	57.427	57.427
Maio	0	0	9.019,00	0	0	0	385.168	385.168
Junho	0	0	9.863,00	0	0	0	241.917	241.917
Julho	0	0	11.158,00	0	0	0	226.982	226.982
Agosto	0	0	11.380,00	0	0	0	33.402	33.402
Setembro	0	0	11.444,00	0	0	68.097	232.594	232.594
Outubro	0	0	12.138,00	0	0	95.000	423.220	423.220
Novembro	0	0	11.937,00	0	0	0	234.745	234.745
Dezembro	0	0	10.935,00	0	0	-42.630	235.828	235.828
Totais	0	0	118.718,00	0	0	2.486.861	2.480.210	2.480.210
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
CRC	112.918,00	112.918,00	74,14	2.686.522	2.686.522		92,32	

4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	64	64	92	221.989	221.989	45.969	16.093	16.093
Fevereiro	63	63	45	221.989	221.989	65.819	27.830	27.830
Março	63	63	222	221.989	221.989	222.930	69.828	69.828
Abril	64	64	29	221.989	221.989	77.374	93.290	93.290
Maio	63	63	62	221.989	221.989	152.279	129.497	119.975
Junho	63	63	42	221.989	221.989	198.677	143.908	153.430
Julho	64	64	76	221.989	221.989	416.609	206.201	206.201
Agosto	63	63	40	221.989	221.989	215.617	258.434	258.434
Setembro	63	63	24	221.989	221.989	182.244	261.653	244.535
Outubro	64	64	31	221.989	221.989	228.087	313.835	330.953
Novembro	63	63	13	221.989	221.989	388.058	311.569	308.754
Dezembro	63	63	6	221.992	221.992	95.593	288.605	243.421
Totais	760	760	682	2.663.872	2.663.872	2.289.258	2.120.742	2.072.742
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	760	760	89,74	2.663.871	2.663.871		79,61	

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): servidor capacitado (unidade)

4641 – Publicidade de Utilidade Pública

Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.

Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

Unidade Executora: SCI

Dados Físicos e Financeiros

	Físico			Financeiro			
	Não há previsão de execução Física na LOA			Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado
Janeiro				0	0	15.906	15.902
Fevereiro				0	0	0	0
Março				0	0	1	0
Abril				0	0	1.000.000	11.942
Maio				0	0	0	47.014
Junho				0	0	0	79.118
Julho				0	0	99.742	384.466
Agosto				0	0	384.347	562.201
Setembro				0	0	4	399.358
Outubro				0	0	0	216
Novembro				0	0	0	0
Dezembro				0	0	0	0
Totais				0	0	1.500.000	1.500.000
SIGPLAN: 25/03/2010				LOA	LOA + Créditos		% Execução
				1.500.000	1.500.000		100

6197 – Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo

Finalidade: Assegurar que as instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis (autorizadas pela ANP) estejam adequadas do ponto de vista da sua segurança operacional, permitindo a oferta desses produtos no mercado.

Descrição: Fiscalização das instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, quanto ao cumprimento dos regulamentos estabelecidos pela ANP.

Unidades Executoras: SRP e SCM

Comentários: O número de fiscalizações apresentadas representa as ações de fiscalização da Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural - SRP e da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo seus Derivados e Gás Natural - SCM. Ressalta-se que parte das ações de fiscalização das instalações monitoradas pela SCM é feita mediante convênio com o Departamento de Portos e Costas – DPC, da Marinha do Brasil.

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): instalação fiscalizada (unidade)

	Físico			Financeiro			
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado
Janeiro	0	0	184	0	0	95.000	7.647
Fevereiro	0	0	147	0	0	15.000	12.798
Março	0	0	214	0	0	1.974.700	64.359
Abril	0	0	170	0	0	-710.331	1.214.346
Maio	0	0	223	0	0	1.090.586	1.074.536
Junho	0	0	201	0	0	309.128	251.463
Julho	0	0	247	0	0	758.391	719.170
Agosto	0	0	226	0	0	313.042	184.189
Setembro	0	0	230	0	0	623.383	638.298
Outubro	0	0	203	0	0	56.969	77.385
Novembro	0	0	215	0	0	1.253.614	1.052.963
Dezembro	0	0	215	0	0	159.538	633.058
Totais	0	0	2.475,00	0	0	5.939.018	5.930.211
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução
	2.028,00	2.028,00	122,04	7.669.000	7.669.000		77,33

6594 – Autorização das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis

Finalidade: Controlar a entrada de novos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis.

Descrição: Outorga de autorização para participação dos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis.

Unidade Executora: SAB

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): autorização outorgada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	612	0	0	5.000	1.448	1.448
Fevereiro	0	0	506	0	0	0	603	603
Março	0	0	535	0	0	10.000	5.724	5.724
Abril	0	0	539	0	0	0	3.698	3.698
Maio	0	0	613	0	0	0	2.412	2.412
Junho	0	0	458	0	0	10.000	3.477	3.477
Julho	0	0	814	0	0	3.000	2.974	2.974
Agosto	0	0	1.064,00	0	0	0	7.497	7.497
Setembro	0	0	741	0	0	1.162.000	1.128.639	1.128.639
Outubro	0	0	942	0	0	0	9.064	9.064
Novembro	0	0	962	0	0	0	21.123	21.123
Dezembro	0	0	1.055,00	0	0	-55	3.285	3.285
Totais	0	0	8.841,00	0	0	1.189.945	1.189.945	1.189.945
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	9.000,00	9.000,00	98,23	1.190.000	1.190.000		100	

6596 – Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural

Finalidade: Assegurar a outorga de autorizações aos agentes interessados em construir e operar instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, além de outorgar a autorização para o exercício de atividades correlatas, através de atos formais expedidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Descrição: Outorga de autorização para participação de agentes econômicos nas atividades de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis (ou outras atividades correlatas) desde que estes cumpram os requisitos legais estabelecidos para seu ingresso, estes identificados nos atos normativos publicados pela ANP.

Unidade Executora: SCM e SRP

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): autorização outorgada

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	34	0	0	0	0	0
Fevereiro	0	0	44	0	0	0	0	0
Março	0	0	16	0	0	0	0	0
Abril	0	0	22	0	0	0	0	0
Maio	0	0	26	0	0	0	0	0
Junho	0	0	19	0	0	0	0	0
Julho	0	0	23	0	0	0	0	0
Agosto	0	0	26	0	0	0	0	0
Setembro	0	0	31	0	0	0	0	0
Outubro	0	0	27	0	0	0	0	0
Novembro	0	0	32	0	0	400.000	400.000	0
Dezembro	0	0	23	0	0	0	0	400.000
Totais	0	0	323	0	0	400.000	400.000	400.000
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	144	144	224,31	446.300	446.300		89,63	

Anexo A2 – Indicadores Institucionais

O projeto de Indicadores de Desempenho da ANP, iniciado em 2006, cuja finalidade é estabelecer indicadores a serem utilizados para a avaliação do desempenho e acompanhamento das atividades da ANP, visa atender os seguintes objetivos:

- Aprimorar o Relatório de Gestão da ANP com as metas acordadas e os resultados alcançados dos Indicadores;
- Servir como instrumento de gestão da Diretoria da ANP para avaliar a atuação das Unidades Organizacionais;
- Atender às Decisões do Tribunal de Contas da União - TCU no 243/2001 – Segunda Câmara e no 553/2002 – Segunda Câmara e demandas da Controladoria Geral da União – CGU;
- Dar mais transparência aos processos e atuação da ANP, de modo a fortalecer sua independência;
- Antecipar-se a eventuais exigências contidas no projeto de lei das Agências Reguladoras, em tramitação no congresso nacional.

O projeto original previa uma revisão anual do conjunto de indicadores, com o intuito de mantê-lo sempre representativo das principais atividades da Agência. Assim, no início de 2009, executou-se o Projeto de Revisão dos Indicadores, que teve por objetivos:

- Aprimorar e revisar o sistema de indicadores de desempenho da ANP, para que pudessem ser mensurados no exercício de 2009.
- Aperfeiçoar os indicadores formulados em 2007: alguns não foram apurados e/ou apresentaram dificuldades de mensuração, bem como houve imprecisões nas fórmulas de cálculo e prazos de levantamento dos indicadores. Tratou-se de uma rodada para aperfeiçoamento do projeto, na qual todas as unidades organizacionais tiveram a oportunidade de revisar, propor e/ou excluir indicadores, inclusive as áreas que não possuíam indicadores.
- Criar novos indicadores: os Memorandos nº 018/2008/AUD e nº 026/2008/AUD, referentes ao Relatório de Auditoria do Exercício de 2007, solicitaram esclarecimentos a respeito do questionamento da CGU sobre a ausência de indicadores que permitissem aferir eficiência e efetividade nas atividades da Agência. Verificou-se que todos os indicadores auferidos pela ANP em 2007 mensuravam apenas eficácia das unidades organizacionais, sendo necessária a criação de novos indicadores para medir eficiência e efetividade na atuação da Agência.

O Anexo V da Portaria CGU Nº 2.238/2008, que apresenta o modelo de Relatório de Gestão a ser adotado pelos órgãos governamentais, define, no item 2.4, os indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Segundo a norma:

- indicadores de eficiência: são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos. Dessa forma, podem avaliar o uso de diferentes insumos, tais como: pessoal (indicadores de produtividade), recursos financeiros (indicadores de economicidade) e tempo (indicador de agilidade). Este tipo de indicador não faz juízo de valor sobre o produto gerado, avaliando exclusivamente o processo. Exemplo: quantidade de processos analisados/número de servidores. Este indicador avaliaria somente a produtividade da área, não fazendo juízo de valor sobre a qualidade do trabalho executado. Por isso, também é importante avaliar o produto gerado, mediante outro indicador, estabelecendo um padrão mínimo a ser atingido (indicador de qualidade);

- indicadores de eficácia: visam avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto aos insumos consumidos no processo produtivo. Exemplo: O número de crianças vacinadas na última campanha nacional de vacinação atingiu a meta programada de 95% de cobertura vacinal;
- indicadores de efetividade: têm o objetivo de avaliar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado é efetivo quando os impactos da atuação da Unidade dão cumprimento às suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos da unidade. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar sua adequação ao objetivo geral de modificar a realidade social.

No caso específico da ANP, seria interessante criar indicadores de efetividade, visto que muitas de suas atribuições legais envolvem a atuação de mais de uma área como, por exemplo, proteger o consumidor quanto à qualidade dos combustíveis, tarefa que depende da SBQ e da SFI. Outro exemplo é a oferta de blocos exploratórios, que compreende o trabalho da SDT, da SDB e da SPL.

Para que as metas institucionais da ANP sejam estabelecidas e seus respectivos indicadores de efetividade sejam determinados, torna-se imprescindível a realização de um planejamento estratégico. Tão logo a ANP tenha estabelecido suas metas, a SPP procederá à elaboração de indicadores de efetividade para avaliar a sua evolução.

A revisão dos indicadores de desempenho da ANP para 2009 foi iniciada em 22 de janeiro, com a apresentação pela SPP da metodologia de revisão. Entre 30 de janeiro e 13 de fevereiro houve reuniões individuais da equipe da SPP com as unidades organizacionais participantes do projeto, com objetivo de esclarecer dúvidas e analisar os novos indicadores propostos por cada área.

Tabela A2.1 – Síntese do Resultado da Revisão dos Indicadores.

Indicadores Alterados	18
<i>Indicadores de Eficiência</i>	7
<i>Problemas de Medição e Mudanças de Metodologia</i>	11
Indicadores Mantidos	26
Indicadores criados pela SDB	2
TOTAL DE INDICADORES EM 2009	46

Fonte: SPP/ANP

Ao longo da primeira quinzena de março foram encaminhados à SPP os novos indicadores de desempenho da ANP. Após a revisão, foram definidos 46 indicadores, dos quais 26 não apresentaram modificações em relação ao projeto original. Dos 18 indicadores modificados, sete tornaram-se indicadores de eficiência e os 11 restantes foram alterados por apresentar problemas de medição ou para representar melhor as atividades das unidades organizacionais. Adicionalmente, a SDB foi incluída no projeto e criou dois indicadores referentes às suas atividades.

Tabela A2.2 – Indicadores de Eficiência.

UO	Indicadores de Eficiência
CMA	Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade
CDC	Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido
SBQ	Índice de Análise de Qualidade dos Combustíveis
SDP	Eficiência nas análises dos Planos de Desenvolvimento
SEP	iPAD - Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP
SPL	Eficiência na Qualificação de Empresas
SPP	Emissão de Relatórios e Informações Mensais

Fonte: SPP/ANP

Tabela A2.3 – Indicadores Modificados e Excluídos.

UO	Antes da Revisão	Depois da Revisão
CMA	Implementação da Agenda Ambiental da ANP	Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade
CMA	Cadastramento de informações sobre incidentes no sistema de licenciamento ambiental e incidentes SIN/LIAM	Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais
CDC	Índice de Notas Técnicas Elaboradas	Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido
CRC	Manifestações Respondidas pelo CRC	Consultas Respondidas pelo CRC/SCI
SBQ	-	Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país.
SBQ	-	Índice de atendimento de manifestações do CRC
SDT	Índice de Eficiência Administrativa da SDT - iADM	Tempo de resposta a solicitação de dados
SFI	Índice de Atendimento às Demandas de Fisc. Recebidas	Índice de ações de fiscalização
SFI	Índice de Atendimento ao Monit. de Qualidade para Fisc. de Não-Conformidade	Índice de Autos de Infração
SFI	-	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância
SRH	-	Execução do PAC anual
SEP	Índice de Inspeção de Operadores Ativos	Excluído - pouco representativo
SEP	Índice do Desempenho do programa Exploratório Mínimo (PEM)	Excluído - pouco representativo
SFA	Índice de Documentos Registrados e Protocolizados	Excluído - problemas de medição
SPL	Índice de Pacotes de Dados	Excluído - não reflete o trabalho da superintendência
SDB	-	Estudo em blocos exploratórios
SDB	-	Fiscalização de projetos

Fonte: SPP/ANP

Tabela A2.4 – Descrição dos Indicadores de Desempenho da ANP antes e depois da Revisão.

UO	Antes da Revisão	Depois da Revisão
CMA	Implementação da Agenda Ambiental da ANP	Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade
CMA	Cadastramento de informações sobre incidentes no sistema de licenciamento ambiental e incidentes SIN/LIAM	Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais
CDC	Índice de Notas Técnicas Elaboradas	Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido
CDC	Índice de Atos de Concentração Elaborados	Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido
CDC	Índice de análise de preços dos combustíveis	Índice de análise de preços dos combustíveis
CSO	Inspecções de Integridade Estrutural	Inspecções de Integridade Estrutural
CSO	Auditorias de Integridade Estrutural	Auditorias de Integridade Estrutural
CRC	Manifestações Respondidas pelo CRC	Consultas Respondidas pelo CRC/SCI
NIN	Indicador de Disponibilidade do SIGEP	Indicador de Disponibilidade do SIGEP
NIN	Indicador de Disponibilidade da Aplicação iSIMP	Indicador de Disponibilidade da Aplicação iSIMP
SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Dist. De Prod. Deriv. De Petróleo Analisados	Índice de Pedidos de Autorização de Dist. De Prod. Deriv. De Petróleo Analisados
SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Var. de Comb. Autom. Analisados	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Var. de Comb. Autom. Analisados
NFP	Inspecções de Medição	Inspecções de Medição
SBQ	Índice de Análise de Qualidade dos Combustíveis	Índice de Análise de Qualidade dos Combustíveis
SBQ	-	Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país.
SBQ	-	Índice de atendimento de manifestações do CRC
SCI	Comunicação com Públicos Institucionais	Comunicação com Públicos Institucionais
SCI	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis
SCI	Comunicação com a Imprensa	Comunicação com a Imprensa
SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM
SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. De Transp. E Transf. Emitidos	Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. De Transp. E Transf. Emitidos
SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)
SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP
SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)
SDP	Aprovação dos Planos de Desenvolvimento (PD) para os Campos de óleo e Gás	Eficiência nas análises dos Planos de Desenvolvimento

Fonte: SPP/A


A2.1 – RESULTADOS

Do total de 46 indicadores, foram apurados 44 no exercício de 2009. Desses 44 indicadores apurados, seis são indicadores de eficiência.

Tabela A2.5 – Indicadores de Eficácia

	Unid. Org.	Indicador de Eficácia	Meta	Resultado
1	CDC	Índice de Documentos Elaborados sem Prazo pré-estabelecido	100%	100,0%
2	CDC	Índice de Análise de Preços dos Combustíveis	90%	93,7%
3	CMA	Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais	80%	58,3%
4	CSO	Inspeções de Integridade Estrutural	16%	27,0%
5	CSO	Auditorias de Integridade Estrutural	20%	20,0%
6	CRC	Manifestações Respondidas pelo CRC	75%	92,7%
7	NIN	Indicador de Disponibilidade do SIGEP	98%	99,7%
8	NIN	Indicador de Disponibilidade da Aplicação iSIMP	98%	99,3%
9	NFP	Inspeções de Medição	43%	59,0%
10	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Dist. De Prod. Deriv. De Petróleo Analisados	70%	94,5%
11	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Var. de Comb. Autom. Analisados	70%	78,1%
12	SBQ	Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país.	90%	37,3%
13	SBQ	Índice de atendimento de manifestações do CRC	70%	80,5%
14	SCI	Comunicação com Públicos Institucionais	80%	99,0%
15	SCI	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis	80%	83,3%
16	SCI	Comunicação com a Imprensa	80%	100,0%
17	SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	94,0%
18	SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. De Transp. E Transf. Emitidos	80%	100,0%
19	SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	85%	99,0%
20	SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	20%	21,8%
21	SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100%	100,0%
22	SDB	Estudo em blocos exploratórios	100%	100%
23	SDB	Fiscalização de projetos	100%	100%
24	SDT	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	80%	87,3%
25	SDT	Tempo de Resposta à Solicitação de Dados	80%	87,0%
26	SEP	Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela SEP	90%	98,1%
27	SFA	Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	80%	99,0%
28	SFI	Índice de Ações de Fiscalização	100%	100,0%
29	SFI	Índice de Autos de Infração	25,0%	23,3%
30	SFI	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância	100%	100%
31	SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties	100%	100,0%
32	SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	90%	*
33	SPP	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	95%	99,5%
34	SPP	Emissão do Anuário Estatístico	90%	100,0%
35	SRH	Índice de Execução orçamentária do PAC	100%	85,9%
36	SRH	Execução do PAC	80	93,6%
37	SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	94,2%
38	SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	30%	38,7%
39	SRP	Índice de Análise de Informações Declaradas	80%	85,8%

Legenda:


 Abaixo da meta Acima da meta

Fonte: SPP/ANP

Tabela A2.6 – Indicadores de Eficiência

	Unid. Org.	Indicador de Eficiência	Meta	Resultado
1	CDC	Índice de Documentos Elaborados com Prazo pré-estabelecido	90%	96,3%
2	CMA	Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade	80%	86,0%
3	SBQ	Índice de Publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC	75%	81,3%
4	SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100%	100,0%
5	SEP	Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP - iPad	30	26,2
6	SPL	Eficiência na Qualificação das Empresas	90%	*
7	SPP	Emissão de Relatórios e Informações Mensais	90%	91,1%

Legenda:

 Abaixo da meta Acima da meta

Cabe ressaltar que os indicadores de eficiência levaram em consideração somente a variável tempo na consecução das atividades.

Dos 44 indicadores apurados pela ANP, apenas quatro apresentaram resultados abaixo da meta estipulada. Dentre eles, o *Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país*, que tinha como meta 90%, atingiu apenas 37,3%. Isso se deveu ao fato de que, no primeiro semestre do ano, havia um “passivo” muito grande de processos, que só foi equilibrado no segundo semestre, fazendo com que o indicador melhorasse, mas não o suficiente para cumprir a meta estabelecida.

Por sua vez, o *Índice de Autos de Infração*, que tinha como meta 25%, chegou a somente 23,3%. Com base em dados históricos, estabeleceu-se uma meta de autuações sobre o total de fiscalizações para avaliar se a fiscalização está direcionada aos principais focos de irregularidades. Considerando que a diferença entre a meta e o resultado foi muito pequena, pode-se dizer que a fiscalização teve o foco correto durante o ano de 2009.

Já o *Índice de Execução Orçamentária do PAC*, que tinha como meta utilizar 100% dos recursos orçamentários para a capacitação de servidores, não conseguiu atingir esse resultado, tendo gasto apenas 85,9% do montante destinado a este fim. A SRH apontou como ponto crítico para o cumprimento da meta a dificuldade de licitar cursos *in company*.

Adicionalmente, o *Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais*, da CMA, atingiu 58,3% da meta de 80%. Em grande parte, a dificuldade em atingir a meta definida deveu-se à demora de resposta e à dificuldade na obtenção de informações junto aos órgãos ambientais consultados pela CMA. Tais informações são essenciais para a elaboração dos pareceres técnicos com a qualidade e a isenção necessárias. Adicionalmente, houve processos que, por orientação da diretoria, a CMA aguardou sem tramitá-los pelas áreas da ANP até que o órgão ambiental encerrasse o processo de licenciamento ambiental. Assim, como se trataram de dificuldades externas à CMA, a próxima medição deste indicador contará apenas o prazo de resposta utilizado dentro da Coordenadoria.

Finalmente, no *Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP – i-PAD*, que tinha como meta 30%, alcançou somente 26,2%. Apesar de a meta não ter sido atingida, dos 36 Planos de Avaliação (PAs) submetidos, em apenas 3 (8,3%) a emissão do Parecer Técnico ultrapassou o prazo contratual de 60 dias. Além disso, PAs com tempo de análise muito inferior à média também ajudam a puxar o desvio-padrão para cima, prejudicando o atingimento da meta. Os PAs mais complexos, ou mais significativos do ponto de vista de importância exploratória, requerem maiores análises, incluindo aí o auxílio de programas computacionais nas estações de trabalho. Deste modo, sua análise toma um tempo maior que o desejado. Por fim, a fórmula elaborada para a meta do desvio-padrão considera a distribuição normal dos tempos de análise. No entanto, na prática, isso não se verifica. Analisando-se diretamente os dados, sem usar a fórmula, 80% dos PAs foram analisados dentro de 45 dias, quando a meta, a partir da qual a fórmula foi elaborada, era de 90%.

A fórmula é descrita segundo os passos a seguir:

- i. O tempo a ser considerando (t_i) é aquele decorrido entre a data de protocolo da versão aceita da proposta do PA e a data da assinatura do Parecer Técnico que o analisa, medido em dias inteiros.
- ii. Desconsideram-se os 10% de Planos de Avaliação com maior tempo de análise, tendo em vista possibilidade de problemas diversos.
- iii. Calcula-se a média (M) de acordo com a fórmula $M = \sum t_i / NPA$ e o desvio padrão (D) de acordo com a fórmula $[\sum (t_i - M)^2 / (NPA - 1)]^{1/2}$, onde NPA é o número de PAs analisados no período, e comparam-se os valores calculados com as metas.

A2.2 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, analisa-se o resultado de 2009 em comparação com os obtidos em 2008 e 2007. Nas seções seguintes, com o intuito de facilitar a compreensão dos resultados, os indicadores serão apresentados de acordo com a seguinte classificação: *Upstream*, *Midstream*, *Downstream*, Áreas-Meio e Geral (composta por SPP, CDC e CMA, cujo escopo de atuação perpassa todos os segmentos da cadeia de P&G).

A tabela a seguir sintetiza os resultados dos indicadores, por área.

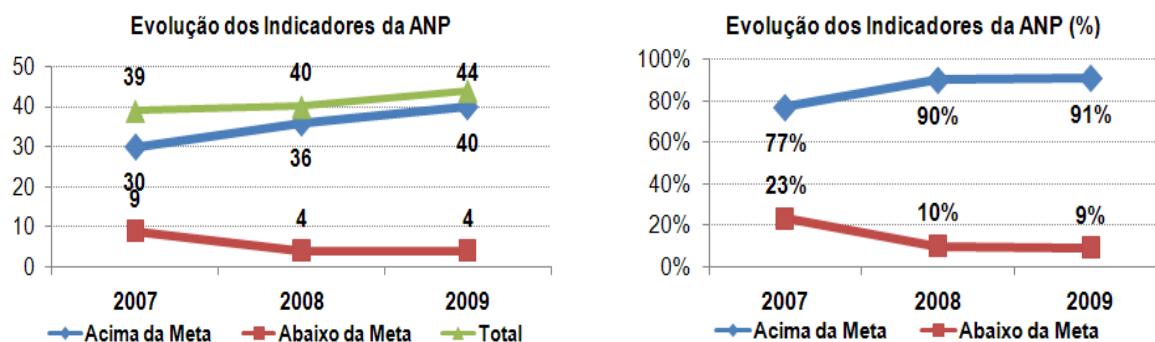
Tabela A2.7 – Resultados de Indicadores por Área

	2007		2008		2009	
	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta
<i>Upstream</i>	11	3	13	2	14	0
<i>Midstream</i>	4	1	5	0	5	0
<i>Downstream</i>	4	1	6	0	7	2
Áreas-meio	6	2	7	1	7	1
Geral	5	2	5	1	7	1
Total	30	9	36	4	40	4

Fonte: SPP/ANP

Em 2009, os indicadores de desempenho da ANP apresentaram, em geral, resultados similares aos alcançados em 2008 e superiores aos de 2007.

Gráfico 1.4 – Evolução dos Indicadores da ANP



Fonte: SPP/ANP

O número de indicadores acima da meta em 2009 superou o de todos os outros anos. Os resultados abaixo da meta (quatro) foram iguais aos alcançados em 2008. Porém, enquanto em 2008 não houve resultados não informados, em 2009 a SPL não enviou os dados de seus dois indicadores.

O Anexo I do Relatório de Gestão 2009 tabela com a evolução do desempenho dos indicadores no período 2007-2009.

Os critérios utilizados para definir se os indicadores apresentaram melhora, permaneceram estáveis ou pioraram foram:

- Melhora: o indicador melhorou se seu índice apresentou variação positiva acima de 3% em 2008 em relação a 2007;
- Estável: indicadores que variaram menos de 3% no período;
- Piora: o indicador piorou se seu índice apresentou variação negativa acima de 3% em 2008 em relação a 2007.

Houve melhora dos índices em seis indicadores, 14 se mantiveram estáveis e 6 indicadores tiveram desempenho inferior, configurando uma situação de estabilidade dos resultados em relação a 2008.

Upstream

Os indicadores do *Upstream* são compostos pelos indicadores das seguintes unidades organizacionais: CSO, NFP, SDP, SDB, SDT, SEP, SPG e SPL.

Em 2009, estas unidades mediram 14 indicadores, todos com resultados acima da meta. Vale lembrar que, além destes, a SPL possui dois indicadores que não foram apurados em 2009.

Tabela A2.8 – Evolução dos Indicadores do Upstream

Unid. Org.	Indicador	2008		2009	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
CSO	Inspeções de Integridade Estrutural	16%	16,6%	16%	27,0%
CSO	Auditorias de Integridade Estrutural	20%	20,0%	20%	20,0%
NFP	Inspeções de Medição	43%	100,0%	43%	59,0%
SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	30%	88,5%	85%	99,0%
SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	10%	16,4%	20%	21,8%
SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100%	100%	100%	100%
SDP	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores	-	-	90%	96,4%
SDT	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	80%	85%	80%	85%
SDT	Tempo de resposta à solicitação de dados	-	-	80%	87%
SEP	Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela SEP	90%	92,2%	90%	98,1%
SEP	Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP	-	Média	30	26
		-	DP	15	18
SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties	100%	100%	100%	100%
SDB	Estudo em blocos exploratórios.	-	-	100%	100%
SDB	Fiscalização de projetos	-	-	100%	100%
SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	90%	94,2%	n.i	n.i
SPL	Índice de Qualificação de Empresas	90%	96,0%	n.i	n.i

Fonte: SPP/ANP

Midstream

Os indicadores do *Midstream* são compostos pelos indicadores das seguintes unidades organizacionais: SCM e SRP. Todos apresentaram valores acima da meta em 2009.

Tabela A2.9 – Evolução dos Indicadores de Midstream

Unid. Org.	Indicador	2008		2009	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	99,0%	90%	94,0%
SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. de Transp. E Transf. Emitidos	80%	100,0%	80%	100,0%
SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	95,8%	90%	94,2%
SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	30%	40,2%	30%	38,7%
SRP	Índice de Análise de Informações Declaradas	80%	92,5%	80%	85,8%

Fonte: SPP/ANP

Downstream

Os indicadores do *Downstream* são compostos pelas seguintes unidades organizacionais: CRC, SAB, SBQ, SFI.

Tabela A2.10 – Evolução dos Indicadores do Downstream

Unid. Org.	Indicador	2008		2009	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
CRC	Manifestações Respondidas pelo CRC	70%	85,6%	75%	92,7%
SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Dist. de Prod. Deriv. de Petróleo Analisados	70%	96,7%	70%	94,5%
SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Comb. Autom. Analisados	70%	82,3%	70%	78,1%
SBQ	Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC	-	-	75%	81,3%
SBQ	Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país.	-	-	90%	37,3%
SBQ	Índice de atendimento de manifestações do CRC	-	-	70%	80,5%
SFI	Índice de Ações de Fiscalização	-	-	100%	100,0%
SFI	Índice de Autos de Infração	-	-	25%	23,3%
SFI	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância	-	-	100%	100,0%

Fonte: SPP/ANP

Os indicadores do *Downstream* são os que mais se modificaram em relação a 2008. Dos 9 apurados, 6 foram utilizados pela primeira vez. Os indicadores *Índice de Autos de Infração*, da SFI e Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país, da SBQ, apresentaram resultados abaixo da meta.

Áreas-Meio

Os indicadores das Áreas-meio são compostos pelas seguintes unidades organizacionais: NIN, SCI, SFA e SRH.

Tabela A2.11 – Evolução dos Indicadores da Área Meio

Unid. Org.	Indicador	2008		2009	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
NIN	Indicador de Disponibilidade do SIGEP	98%	98,2%	98%	99,7%
NIN	Indicador de Disponibilidade da Aplicação i-SIMP	98%	98,1%	98%	99,3%
SCI	Comunicação com Públicos Institucionais	80%	97,6%	80%	97,7%
SCI	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis	80%	100,0%	80%	83,3%
SCI	Comunicação com a Imprensa	80%	99,9%	80%	100,0%
SFA	Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	100%	99,7%	80%	99,0%
SRH	Índice de Execução orçamentária do PAC	-	-	100%	85,9%
SRH	Execução do PAC anual	-	-	80%	93,6%

Fonte: SPP/ANP

Apenas um indicador não atingiu a meta. O indicador da SRH Índice de Execução orçamentária do PAC possui meta de utilização de 100% dos recursos orçamentários disponibilizados para capacitação, e, portanto, é uma meta extremamente ambiciosa e difícil de ser alcançada. De acordo com a área, a maior dificuldade de 2009 foi licitar cursos *in company*.

Unidades Organizacionais de Atuação Transversal

A atuação destas unidades organizacionais envolve todos os segmentos da indústria (CDC, CMA e SPP).

Tabela A2.12 – Evolução dos Indicadores de das Unidade de Atuação Transversal

U- nid.Or g.	Indicador	2008		2009	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
CDC	Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido	100%	-	100%	100,0%
CDC	Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido	100%	-	90%	96,3%
CDC	Índice de Análise de Preços dos Combustíveis	90%	100,0%	90%	100,0%
CMA	Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade	-	-	80%	86,0%
CMA	Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais	-	-	80%	58%
SPP	Emissão de Relatórios e Informações Mensais	-	-	90%	91%
SPP	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	95%	100,0%	95%	99,5%
SPP	Emissão do Anuário Estatístico	90%	100,0%	90%	100,0%

Fonte: SPP/ANP

Apenas o indicador da CMA Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade, não atingiu seu objetivo de 80%. Em grande parte, a dificuldade em atingir a meta definida se deveu à demora de resposta e à dificuldade na obtenção de informações junto aos órgãos ambientais consultados pela CMA. Tais informações são essenciais para a elaboração dos pareceres técnicos com a qualidade e a isenção necessárias. Adicionalmente, houve processos que, por orientação da diretoria, a CMA aguardou sem tramitar pelas áreas da ANP até que o órgão ambiental encerrasse o processo de licenciamento ambiental.

Em geral, os resultados apresentados para os indicadores em 2009 foram semelhantes aos resultados de 2008, e bem melhores que os de 2007. A ANP obteve 40 indicadores acima da meta, sendo que seis alcançaram melhores resultados, 14 se mantiveram estáveis e seis pioraram.

Após a revisão dos indicadores, foram criados sete indicadores de eficiência e todas as unidades organizacionais tiveram oportunidade de revisar, propor e/ou excluir indicadores. Espera-se que, a partir dessa revisão, ocorram apenas mudanças pontuais em poucos indicadores. Seis indicadores de eficiência foram apurados e apresentaram resultados superiores às metas estipuladas.

A2.3 – EVOLUÇÃO E FICHAS DOS INDICADORES

Tabela I.1 – Evolução dos Indicadores e 2007/ 2009

	Unid. Org.	Indicador	Meta	2007	Meta	2008	Meta	2009	Variação	Evolução
1	CDC	Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido	-	-	-	-	100%	100,0%	-	-
2	CDC	Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido (eficiência)	-	-	-	-	90%	96,3%	-	-
3	CDC	Índice de acompanhamento do contrato da pesquisa de preços dos combustíveis	90%	96,9%	90%	100,0%	90%	93,7%	-6,3%	Piorou
4	CMA	Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade (eficiência)	-	-	-	-	80%	86,0%	-	-
5	CMA	Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais	-	-	-	-	80%	58%	-	-
6	CSO	Inspecões de Integridade Estrutural	16%	15,6%	16%	16,6%	16%	27,0%	10,4%	Melhorou
7	CSO	Auditorias de Integridade Estrutural	20%	20,0%	20%	20,0%	20%	20,0%	0,0%	Estável
8	CRC	Consultas Respondidas pelo CRC/SCI	70%	85,1%	70%	85,6%	75%	92,7%	7,1%	Melhorou
9	NIN	Indicador de Disponibilidade do SIGEP	98%	99,9%	98%	98,2%	98%	99,7%	1,5%	Estável
10	NIN	Indicador de Disponibilidade da Aplicação iSIMP	98%	99,8%	98%	98,1%	98%	99,3%	1,2%	Estável
11	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Dist. De Prod. Deriv. De Petróleo Analisados	70%	-	70%	96,7%	70%	94,5%	-2,2%	Estável
12	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Comb. Autom. Analisados	70%	50,5%	70%	82,3%	70%	78,1%	-4,2%	Piorou
13	NFP	Inspecões de Medição	22%	55,4%	43%	100,0%	43%	59,0%	-41,0%	Piorou
14	SBQ	Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC (eficiência)	-	-	-	-	75%	81,3%	-	-
15	SBQ	Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país.	-	-	-	-	90%	37,3%	-	-
16	SBQ	Índice de atendimento de manifestações do CRC	-	-	-	-	70%	80,5%	-	-
17	SCI	Comunicação com Públicos Institucionais	80%	71,6%	80%	97,6%	80%	97,7%	0,1%	Estável
18	SCI	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis	80%	80,0%	80%	100,0%	80%	83,3%	-16,7%	Piorou
19	SCI	Comunicação com a Imprensa	80%	100,0%	80%	99,9%	80%	100,0%	0,1%	Estável
20	SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	98,8%	90%	99,0%	90%	94,0%	-5,0%	Piorou
21	SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. De Transp. e Transf. Emitidos	80%	40,0%	80%	100,0%	80%	100,0%	0,0%	Estável
22	SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	30%	73,9%	30%	88,5%	85%	99,0%	10,5%	Melhorou
23	SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	5%	16,2%	10%	16,4%	20%	21,8%	5,4%	Melhorou
24	SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
25	SDP	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores (eficiência)	-	-	-	-	90%	96,4%	-	-
26	SDT	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	80%	85%	80%	85%	80%	87%	2,0%	Estável
27	SDT	Tempo de resposta à solicitação de dados.	-	-	-	-	80%	87%	-	-
28	SEP	Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela SEP	90%	93,7%	90%	92,2%	90%	98,1%	5,9%	Melhorou
29	SEP	Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP (eficiência)	-	-	-	Média	30	26	-	-
			-	-	-	DP	15	18	-	-
30	SFA	Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	60%	55,6%	100%	99,7%	80%	99%	44,1%	Melhorou
31	SFI	Índice de ações de fiscalização	-	-	-	-	100%	100,0%	-	-
32	SFI	Índice de Autos de Infração	-	-	-	-	25%	23,3%	-	-
33	SFI	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância	-	-	-	-	100%	100,0%	-	-
34	SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
35	SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	90%	87,5%	90%	94,2%	n.i	n.i	-	-
36	SPL	Índice de Qualificação de Empresas (eficiência)	90%	95,7%	90%	96,0%	n.i	n.i	-	-

	Unid. Org.	Indicador	Meta	2007	Meta	2008	Meta	2009	Variação	Evolução
37	SPP	Emissão de Relatórios e Informações Mensais (eficiência)	-	-	-	-	90%	91%	-	-
38	SPP	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	95%	95,0%	95%	100,0%	95%	99,5%	-0,5%	Estável
39	SPP	Emissão do Anuário Estatístico	90%	100,0%	90%	100,0%	90%	100,0%	0,0%	Estável
40	SRH	Índice de Execução orçamentária do PAC	-	-	-	-	100%	85,9%	-	-
41	SRH	Execução do PAC anual	-	-	-	-	80%	93,6%	-	-
42	SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	97,3%	90%	95,8%	90%	94,2%	-1,6%	Estável
43	SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	15%	47,5%	30%	40,2%	30%	38,7%	-1,5%	Estável
44	SRP	Índice de Análise de Informações Declaradas	80%	94,5%	80%	92,5%	80%	85,8%	-6,7%	Piorou
45	SDB	Estudo em blocos exploratórios.	-	-	-	-	100%	100,0%	-	-
46	SDB	Fiscalização de projetos	-	-	-	-	100%	100,0%	-	-

1.1 CDC - Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido

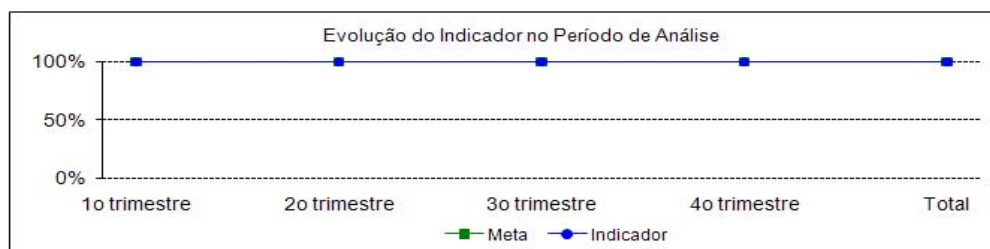


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Defesa da Concorrência - CDC
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Aumentar a eficácia da análise das demandas correlatas à defesa da concorrência
Nome do Indicador	Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido
Conceituação	Esse indicador mostra a relação entre o número de documentos sem prazo pré-estabelecido (Notas Técnicas, Pareceres, Ofícios etc.) para efetuar análise referente à defesa da concorrência e o número de documentos sem prazo pré-estabelecido enviados à Coordenadoria.
Objetivo do indicador	Mensurar as respostas às demandas das diversas instituições (SDE/MJ, Ministério Público, PROCONs, Câmaras Estaduais e Municipais, Associações de Classe e outras), além das unidades internas da ANP, mediante a elaboração de documentos.
Limitações	Algumas análises são efetuadas com base no Levantamento de Preços – ANP e, portanto, os municípios e os períodos a serem avaliados dependem da abrangência da pesquisa de preços. Eventualmente, esta Coordenaria pode ter dificuldades na obtenção de dados/informações disponíveis em outras unidades organizacionais da ANP.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Número de documentos sem prazo pré-estabelecido elaborados dividido pelo número de documentos sem prazo pré-estabelecido enviados à Coordenadoria.

Evolução do Indicador

Trimestre	1o trimestre	2o trimestre	3o trimestre	4o trimestre	Total
Documentos demandados	103	103	130	121	457
Documentos respondidos	103	103	130	121	457
Meta	100%	100%	100%	100%	100%
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Não há

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

CDC – Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido

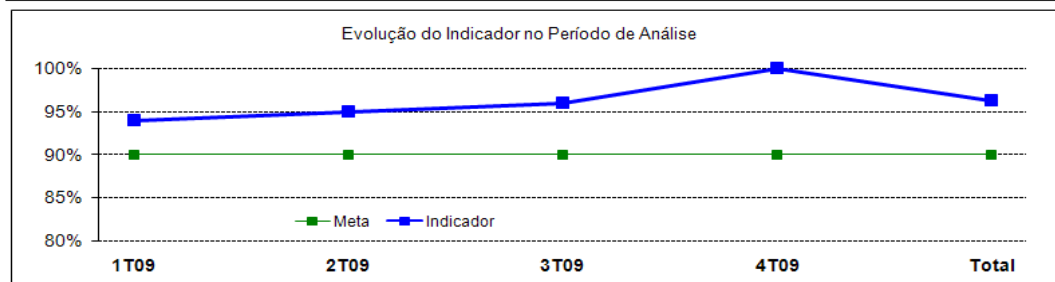


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Defesa da Concorrência - CDC
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficiência
Foco	Aumentar a eficiência da análise das demandas com prazo da Coordenadoria (análise de Defesa da Concorrência, informe quinzenal de preços de petróleo e derivados no mercado internacional).
Nome do Indicador	Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido
Conceituação	Esse indicador mostra a relação entre o número de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido (Notas Técnicas, Pareceres, Ofícios, Informe Quinzenal etc.) no âmbito da Coordenadoria e o número de documentos demandados com prazo pré-estabelecido de responsabilidade da Coordenadoria. Para o cálculo desse indicador serão considerados os documentos entregues no prazo, antes do prazo e depois do prazo, ponderando-os de acordo com a participação de cada um deles sobre o total. Aos documentos adiantados e atrasados serão concedidos bônus e ônus, respectivamente, de acordo com o tempo relativo de adiantamento ou atraso.
Objetivo do indicador	Mensurar as respostas às demandas das diversas instituições (Poder Judiciário, DPF-s, SDE/MJ, Ministério Público, PROCONs, Câmaras Estaduais e Municipais, Associações de Classe e outras), além das unidades internas da ANP, mediante a elaboração de documentos.
Limitações	Algumas análises são efetuadas com base no Levantamento de Preços – ANP e, portanto, os municípios e os períodos a serem avaliados dependem da abrangência da pesquisa de preços. Eventualmente, esta Coordenadoria poderá ter dificuldades na obtenção de dados/informações disponíveis em outras unidades organizacionais da ANP. Nesses casos, a Coordenadoria irá suspender a contagem do prazo de elaboração do documento para fins do indicador e/ou solicitar dilação de prazo. O indicador não está considerando a complexidade na elaboração dos documentos.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Somatório do produto das notas médias atribuídas a cada documento (de acordo com o critério de prazo) e suas ponderações (de acordo com suas participações em relação ao total dos documentos com prazo). Os bônus e ônus serão atribuídos a partir da nota de 90% referente aos documentos entregues exatamente no prazo, que corresponde à meta do indicador. Para os documentos entregues adiantados ou atrasados em até 10% do prazo será concedido um bônus/ônus de 2,5 pontos percentuais. Para os entregues adiantados ou atrasados em até 20% do prazo será concedido um bônus/ônus de 5 pontos percentuais. Para os entregues adiantados ou atrasados em até 30% do prazo será concedido um bônus de 7,5 pontos percentuais e um ônus de 10 pontos percentuais, respectivamente. Para os entregues adiantados ou atrasados em mais de 30% do prazo será concedido um bônus de 10 pontos percentuais e um ônus de 90 pontos percentuais, respectivamente.

Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%
Indicador	94%	95%	96%	100%	96,3%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

Os memorandos com prazo solicitando subsídios da CDC cujos prazos são de responsabilidade de outras unidades organizacionais da ANP não foram considerados.

CDC – Índice de acompanhamento do contrato da pesquisa de preços dos combustíveis

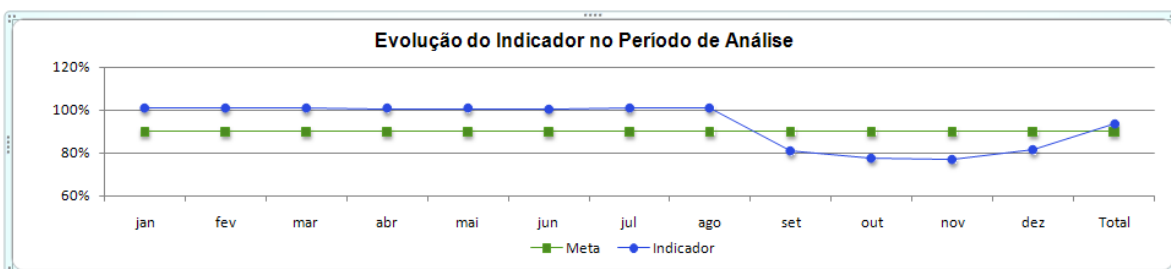


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Defesa da Concorrência - CDC
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Cidadãos e Sociedade
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Monitorar o mercado quanto ao preço dos combustíveis automotivos comercializados no país.
Nome do Indicador	Índice de acompanhamento do contrato da pesquisa de preços dos combustíveis
Conceituação	Estima a relação entre o número de resultados de análises processadas pela equipe de monitoramento da CDC, com vistas à disponibilização semanal no site da Agência, e os resultados fornecidos pela empresa de coleta de preços.
Objetivo do indicador	Acompanhar o comportamento dos preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis, cumprindo determinação constante na Lei do Petróleo, em seu artigo oitavo, que atribuiu à ANP o papel de implementar, na sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo e gás natural, com ênfase na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos, além de orientar a atuação da área de fiscalização da ANP.
Limitações	A base de dados cadastrais de postos revendedores, principalmente de GLP, contém muitos dados defasados ou divergentes em relação aos encontrados em campo. Portanto, não serão incluídos os dados referentes ao GLP. Além disso, a pesquisa fica restrita aos municípios participantes do PLPMCC.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Número de coletas mensais de preços de combustíveis automotivos dividido pelo número previsto em contrato.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Coletas Mensais Efetuadas	69337	69309	69262	69208	86448	69145	86574	34705	33294	48031	52801	41892	730006
Previsão em Contrato	68620	68620	68620	68620	85775	68620	85775	34310	41172	61758	68620	51465	771975
Indicador	101,0%	101,0%	100,9%	100,9%	100,8%	100,8%	100,9%	101,2%	80,9%	77,8%	76,9%	81,4%	93,7%



Análise dos Resultados

A queda do indicador a partir de agosto é decorrente da implantação da nova pesquisa de preços da ANP. A empresa vencedora da licitação acordou com a CDC um período de adaptação, o que gerou a realização de pesquisas a menor do que o contratado.

Pontos Críticos

Capacidade de fiscalização dos serviços prestados por empresa terceirizada responsável pela pesquisa de preços em virtude da periodicidade semanal da coleta dos dados.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Abertura de processo para aplicação das sanções estabelecidas no contrato.

Observações

O indicador referente ao acompanhamento de preços na CDC está em fase de revisão, tendo em vista não refletir o efetivo desempenho das atividades desenvolvidas no ano de 2009.

CMA – Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade

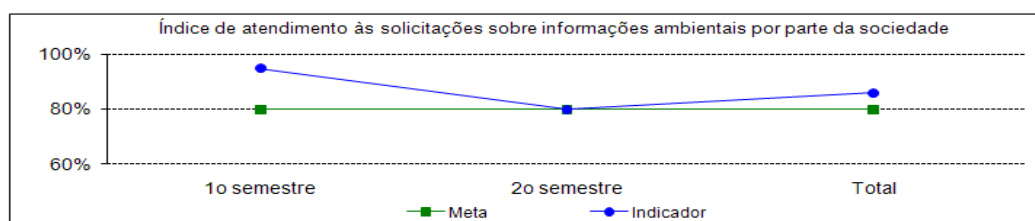


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Meio Ambiente - CMA		
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009		
Frequência de Medição	Semestral		
Critério	Cidadãos e Sociedade		
Tipo de Indicador	Eficiência		
Foco	Atendimento às solicitações sobre informações a respeito dos aspectos ambientais da indústria de petróleo e gás oriundas da sociedade.		
Nome do Indicador	Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade		
Conceituação	Número de solicitações recebidas através do sistema CRM integralmente respondidas em prazo inferior a 15 dias após o seu recebimento pela CMA.		
Objetivo do indicador	Atender com qualidade e agilidade as demandas da sociedade sobre informações ambientais.		
Limitações	Problemas de acesso ao sistema CRM; dificuldade na obtenção das informações solicitadas; capacitação inexistente da equipe em relação ao tema questionado.		
Meta para o Período	80%		
Fórmula do Indicador	Média do Tempo de Resposta	Indicador	
	mais de 60 dias	0%	
	de 30 a 60 dias	25%	
	30 dias	50%	
	de 25 a 30 dias	60%	
	de 20 a 25 dias	80%	
	de 15 a 20 dias	85%	
	15 dias	90%	
	de 10 a 15 dias	95%	
	menos de 10 dias	100%	

Evolução do Indicador

Semestre	1o semestre	2o semestre	Total
Meta	80%	80%	80,0%
Indicador	95%	80%	86,0%



Análise dos Resultados

As metas definidas foram atingidas em ambos os semestres.

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

CMA – Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais

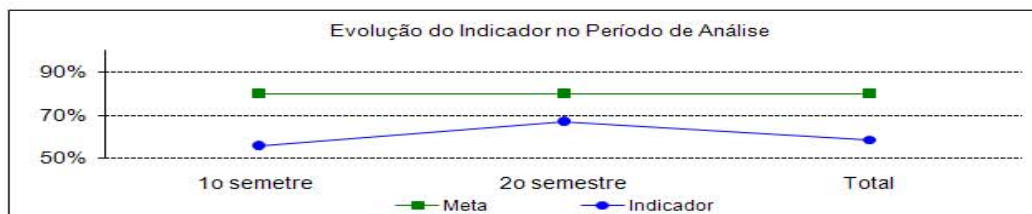


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Meio Ambiente - CMA
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Atendimento às solicitações da SEP para avaliação de processos com pendências ambientais.
Nome do Indicador	Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais
Conceituação	Número de solicitações demandadas pela SEP por avaliação de processos com pendências ambientais respondidas em prazo inferior a 30 dias após o seu recebimento pela CMA.
Objetivo do indicador	Atendimento com qualidade e agilidade às solicitações da SEP para a avaliação de processos com pendências ambientais.
Limitações	Dificuldades para elaborar resposta por conta do envio de documentação incompleta para a CMA e da demora de resposta por parte dos órgãos ambientais em caso de questionamentos por parte da CMA.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	$(\text{Número de solicitações respondidas em até 30 dias} / \text{Número de solicitações recebidas}) \times 100$

Evolução do Indicador

Semestre	1o semestre	2o semestre	Total
Meta	80,0%	80,0%	80,0%
Indicador	55,6%	67,0%	58,3%



Análise dos Resultados

Em ambos os semestres os resultados dos indicadores ficaram abaixo do esperado.

Pontos Críticos

Em grande parte, a dificuldade em atingir a meta definida deveu-se à demora de resposta e à dificuldade na obtenção de informações junto aos órgãos ambientais consultados pela CMA. Tais informações são essenciais para a elaboração dos pareceres técnicos com a qualidade e a isenção necessárias. Adicionalmente, houve processos que, por orientação da diretoria, a CMA aguardou sem tramitá-los pelas áreas da ANP até que o órgão ambiental encerrasse o processo de licenciamento ambiental.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Ampliar articulação com órgãos ambientais. Elaborar procedimento definindo, entre outros assuntos, prazo máximo para espera por parte da CMA do envio de informações por parte dos órgãos ambientais e orientação para instrução processual adequada de forma que o concessionário incorpore toda a documentação necessária para a análise.

Observações

CSO – Inspeções de Integridade Estrutural

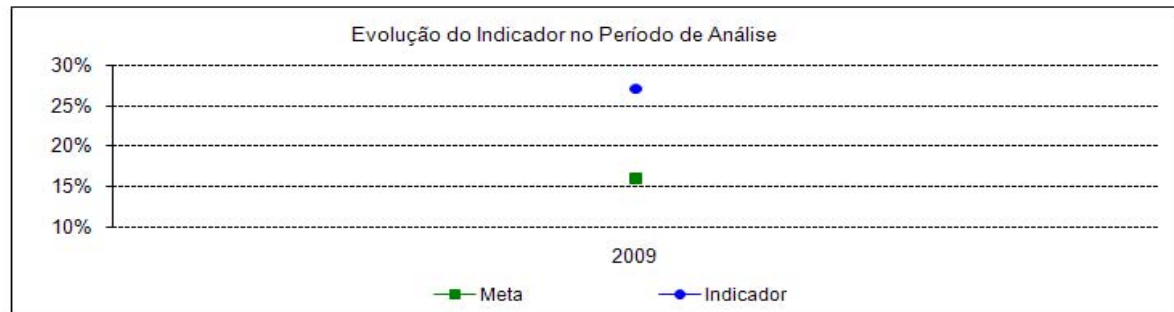


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Segurança Operacional - CSO
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2009
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Processo de inspeção de integridade estrutural das unidades de produção
Nome do Indicador	Inspeções de Integridade Estrutural
Conceituação	Mensurar a capacidade da CSO de fiscalizar as instalações de produção, através de inspeções para verificação da integridade estrutural e segurança operacional.
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução das ações de inspeção realizadas pela equipe da CSO.
Limitações	Impactado de forma relevante por restrições orçamentárias.
Meta para o Período	Inspeccionar 16% das unidades de produção existentes no Brasil (Unidades Marítimas e Campos Terrestres), que no início de 2009 totalizam 354.
Fórmula do Indicador	Número de Inspeções Realizadas no ano dividido pelo Número de Instalações de Produção Existentes no Brasil

Evolução do Indicador

Ano	2009
Meta	16,0%
Indicador	27,0%



Análise dos Resultados

Os objetivos do período analisado foram superados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

A comprovação da atividade se dá através da elaboração de relatórios de auditoria, que são emitidos em duas vias: uma para o concessionário/operador e outra armazenada nos arquivos da área. Contribuíram para que a meta fosse superada as ações de verificação de não-conformidades realizadas pela equipe da CSO.

CSO – Auditorias de Integridade Estrutural

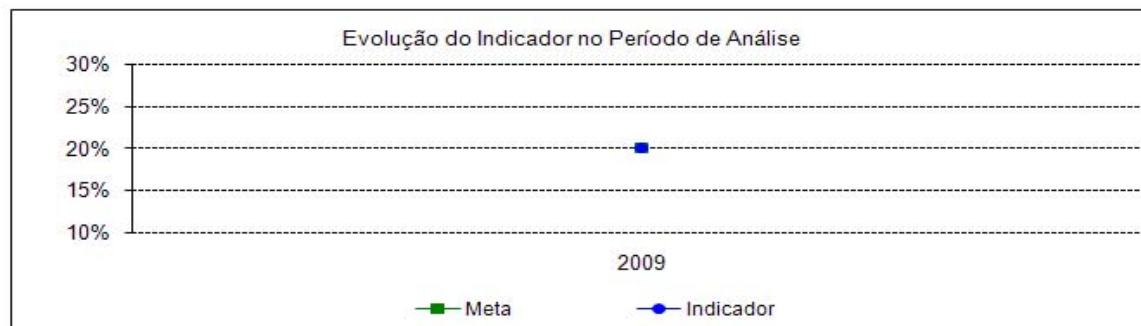


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Segurança Operacional - CSO
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2009
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Processo de auditorias de integridade estrutural das unidades de produção
Nome do Indicador	Auditorias de Integridade Estrutural
Conceituação	Mensurar a capacidade da CSO de fiscalizar as instalações de produção, através de auditorias para verificação da integridade estrutural e segurança operacional.
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução das ações de auditorias realizadas pela equipe da CSO.
Limitações	Impactado de forma relevante por restrições orçamentárias.
Meta para o Período	Auditar 20% das unidades de produção inspecionadas
Fórmula do Indicador	Número de Auditorias Realizadas no ano dividido pelo Número de Inspeções Realizadas no ano

Evolução do Indicador

Ano	2009
Meta	20,0%
Indicador	20,0%



Os objetivos do período analisado foram alcançados

Pontos Críticos

A quantidade anual de Auditorias até o mês de julho era determinada no contrato firmado com as instituições. A partir do mês de agosto, essa atividade foi realizada com o corpo próprio de servidores da CSO.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Com o novo contrato de apoio às ações de fiscalização offshore e o crescimento da equipe de novos servidores, a CSO acredita poder aumentar o quantitativo anual de auditorias.

Observações

A comprovação da atividade se dá através da elaboração de relatórios de auditoria, que são emitidos em duas vias: uma para o concessionário/operador e outra armazenada nos arquivos da área.

CRC – Manifestações Respondidas pelo CRC/SCI

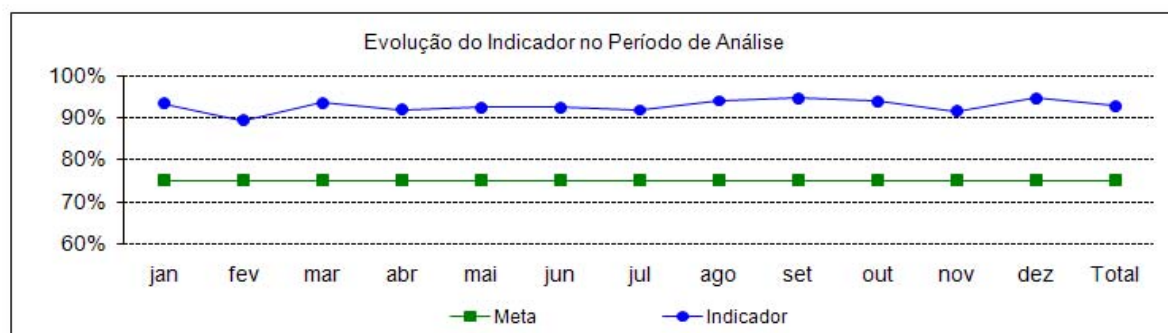


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Centro de Relações com o Consumidor - CRC/SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a eficiência da resposta às manifestações recebidas pelo CRC/SCI.
Nome do Indicador	Consultas Respondidas pelo CRC/SCI
Conceituação	Avalia a eficiência no atendimento às consultas recebidas pelo CRC/SCI, em tempo hábil. Define-se como tempo hábil o prazo de 10 (dez) dias contados a partir do registro da consulta na Central de Atendimento. Define-se como consulta toda manifestação que constitua pedido de informação à ANP, excluindo-se denúncias, sugestões e elogios.
Objetivo do indicador	Medir e aperfeiçoar a eficácia do atendimento da ANP, por meio do CRC/SCI, às consultas recebidas, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e na Portaria ANP nº 111/2000.
Limitações	Tendo em vista que a meta proposta é calculada com base na demanda observada em períodos passados, alterações regulatórias podem gerar demandas extraordinárias que impliquem o não cumprimento do prazo estabelecido.
Meta para o Período	75%
Fórmula do Indicador	Número de consultas respondidas em até 10 dias sobre o total de consultas recebidas

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%
Indicador	93,3%	89,4%	93,4%	92,0%	92,4%	92,3%	91,8%	94,0%	94,6%	93,8%	91,5%	94,4%	92,7%



Análise dos Resultados

Em 2009, houve 101.083 consultas à ANP por meio da Central de Atendimento, das quais 93.886 foram respondidas em até dez dias, conforme parâmetro definido como prazo para as respostas aos manifestantes.

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

NIN – Indicador de Disponibilidade do Sistema Gerencial de Exploração e Produção – SIGEP

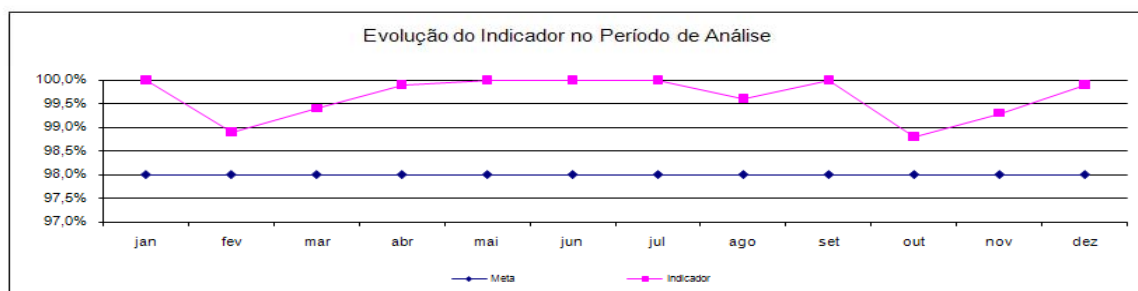


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Superintendência Responsável	Núcleo de Informática - NIN
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumentar o grau de disponibilidade dos ativos e serviços de informática responsáveis pelo funcionamento da aplicação SIGEP e iSigep
Nome do Indicador	Indicador de disponibilidade do Sistema Gerencial de Exploração e Produção - SIGEP
Conceituação	Estima o tempo em que a aplicação SIGEP está disponível tanto para a ANP como para o público através de seu módulo internet.
Objetivo do indicador	Verificar a disponibilidade do ambiente do aplicativo SIGEP e iSIGEP.
Limitações	Registro da indisponibilidade ter sido gerada por manutenções preventivas ou por problemas externos ao NIN, como o link da internet, fornecido pela Embratel.
Meta para o Período	98%
Fórmula do Indicador	Quantidade de minutos do período menos a quantidade de minutos de indisponibilidade, dividido pela quantidade de minutos do período.
Frequência de Medição	Mensal

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%
Indicador	100,0%	98,9%	99,4%	99,9%	100,0%	100,0%	100,0%	99,6%	100,0%	98,8%	99,3%	99,9%	99,7%



Análise dos Resultados

Janeiro - Ok.
 Fevereiro - Ok.
 Março - Ok.
 Abril - Ok.
 Maio - Ok.
 Junho - Ok.
 Julho - Ok.
 Agosto - Ok.
 Setembro - Ok.
 Outubro - Ok.
 Novembro - Ok.
 Dezembro - Ok.

OBS: (No caso de indicador abaixo de 98%)

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

- 1- Para contagem dos minutos totais do período é considerada a disponibilidade de 24 horas, 7 dias por semana. Deste total são subtraídos os minutos parados para a realização das manutenções preventivas. Entende-se por manutenção preventiva a realização de cópias de segurança (backup), alterações de código das aplicações, atualizações de software, manutenção de equipamentos, entre outras;
- 2- No mês de outubro, devido à parada do Datacenter, houve variação na disponibilidade das aplicações SIGEP e I-SIGEP;

NIN – Indicador de Disponibilidade da Aplicação i-Simp

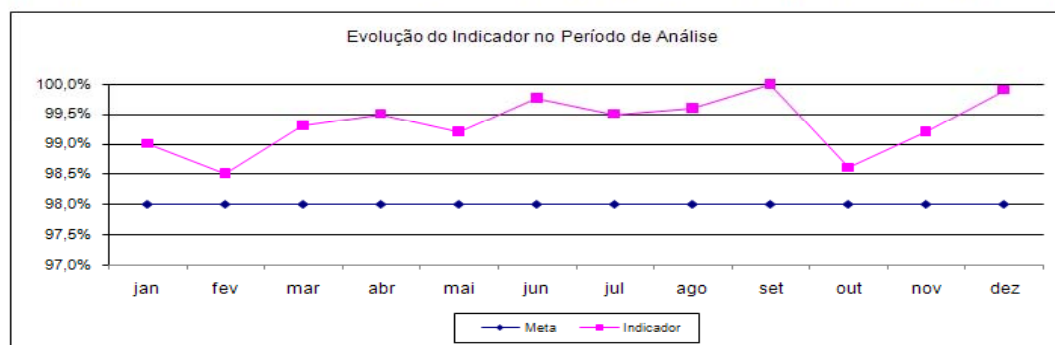


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Superintendência Responsável	Núcleo de Informática - NIN
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumentar o grau de disponibilidade dos ativos e serviços de informática responsáveis pelo funcionamento da aplicação iSimp - Módulo Internet do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos
Nome do Indicador	Indicador de disponibilidade da aplicação iSimp
Conceituação	Estima o tempo em que a aplicação iSimp está disponível para o público.
Objetivo do indicador	Verificar a disponibilidade do ambiente do aplicativo iSimp.
Limitações	Registro da indisponibilidade ter sido gerada por manutenções preventivas ou por problemas externos ao NIN, como o link da internet, fornecido pela Embratel.
Meta para o Período	98%
Fórmula do Indicador	Quantidade de minutos do período menos a quantidade de minutos de indisponibilidade, dividido pela quantidade de minutos do período.
Frequência de Medição	Mensal

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%
Indicador	99,0%	98,5%	99,3%	99,5%	99,2%	99,8%	99,5%	99,6%	100,0%	98,6%	99,2%	99,9%	99,3%



Análise dos Resultados

Janeiro - Ok.
 Fevereiro - Ok.
 Março - Ok.
 Abril - Ok.
 Maio - Ok.
 Junho - Ok.
 Julho - Ok.
 Agosto - Ok.
 Setembro - Ok.
 Outubro - Ok.
 Novembro - Ok.
 Dezembro - Ok.

OBS: (No caso de indicador abaixo de 98%)

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

- 1- Para contagem dos minutos totais do período é considerada a disponibilidade de 24 horas, 7 dias por semana. Deste total são subtraídos os minutos parados para a realização das manutenções preventivas. Entende-se por manutenção preventiva a realização de cópias de segurança (backup), alterações de código das aplicações, atualizações de software, manutenção de equipamentos, entre outras;
- 2- No mês de outubro, devido à parada do Datacenter, houve variação na disponibilidade das aplicações iSIMP.

SAB - Índice de Pedidos de Autorização de Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Analisados

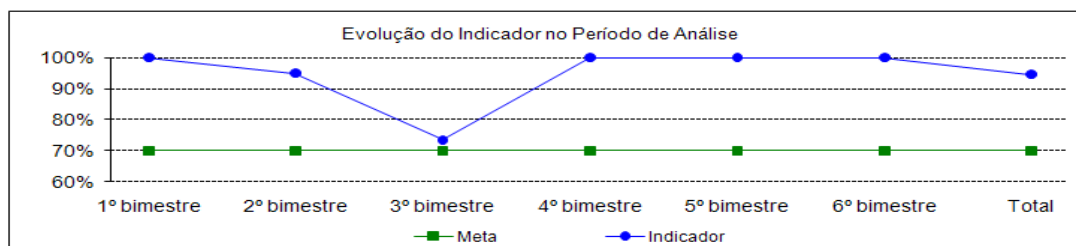


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Abastecimento-SAB
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Bimestral
Critério	Processos
Foco	Aumentar a eficiência na resposta às demandas do mercado
Nome do Indicador	Índice de Pedidos de Autorização de Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Analisados
Conceituação	Expressa a relação existente entre o número de pedidos analisados dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, período entre a data do protocolo do requerimento para autorização do exercício da atividade de distribuição de produtos derivados de petróleo e a data da manifestação oficial (via ofício) e o número de pedidos recebidos. Em caso de atendimento do pedido, considera-se o período do protocolo do requerimento e a data do envio da ficha de delegação de competência (FDC) do Superintendente para a Diretoria.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência na análise de pedidos de autorização do exercício de atividade de distribuição de produtos derivados de petróleo e a eficácia da gestão interna.
Limitações	O levantamento deste indicador deve ser feito considerando o prazo de 60 dias para análise de processos de autorização. A contagem do tempo paralisa no momento em que são solicitados do agente econômico dados e informações necessários e não-constantemente ou inadequadamente prestados no processo, iniciando nova contagem de prazo a partir do recebimento da resposta do agente à solicitação. Caso não haja pendências, a contagem do tempo interrompe-se no momento em que o Superintendente envia a ficha de delegação de competência (FDC) para a Diretoria.
Meta para o Período	70%
Fórmula do Indicador	Número de pedidos analisados dentro do prazo dividido pelo Número de pedidos recebidos

Evolução do Indicador

Mês	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	5º bimestre	6º bimestre	Total
Meta	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
Pedidos Analisados	13	14	14	10	18	6	75
Pedidos Recebidos	13	13	11	10	18	6	71
Indicador	100,0%	95,0%	73,5%	100,0%	100,0%	100,0%	94,5%



Análise dos Resultados

Os resultados demonstraram que os indicadores de desempenho acordados foram entregues integralmente.

Pontos Críticos

O principal ponto, considerado fator crítico de sucesso, é o dimensionamento da equipe atual de engenheiros da SAB/Distribuição face às demandas de cadastramento surgidas a partir dos atos regulatórios da SAB, principalmente quanto às novas Resoluções de Lubrificantes (importadores, produtores, coletores e refinadores). Para 2010, há a expectativa de cadastramento de instalações de distribuidoras que ainda não obtiveram Autorização de Operação pela ANP (estão autorizadas pelo CNP/DNC). Para tal desafio, é necessário que haja aumento no quadro funcional de Engenheiros, para que os indicadores de desempenho sejam entregues conforme o compromisso acordado.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Redimensionamento da equipe de Engenheiros da SAB/Distribuição, de 4 para 6 Engenheiros.

Observações

Não há.

SAB - Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Combustíveis Automotivos Analisados

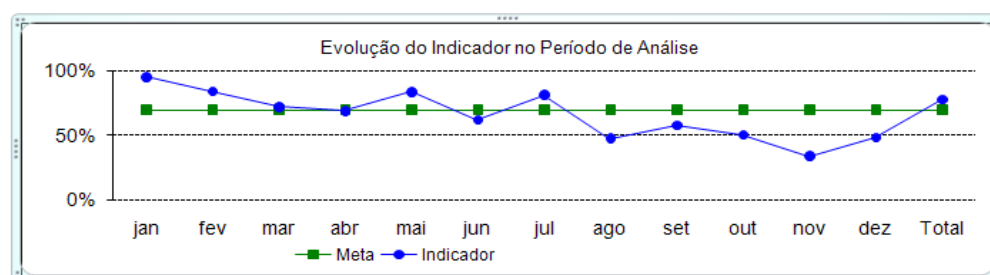


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Abastecimento-SAB
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Aumentar a eficiência na resposta às demandas do mercado
Nome do Indicador	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Combustíveis Automotivos Analisados
Conceituação	Expressa a relação existente entre o número de pedidos analisados dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias, período entre a data do protocolo do requerimento para autorização do exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo e a data da manifestação da Superintendência (via ofício ou documento de devolução) e o número de pedidos recebidos. Em caso de atendimento do pedido, considera-se o período do protocolo do requerimento e a data do envio da ficha de delegação de competência (FDC) do Superintendente para a Diretoria.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência na análise de pedidos de autorização do exercício de atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos e a eficácia da gestão interna.
Limitações	O levantamento deste indicador deve ser feito considerando o prazo de 25 dias para análise de processos de autorização. A contagem do tempo paralisa no momento em que são solicitados do agente econômico dados e informações necessários e não constantes ou inadequadamente prestados no processo, iniciando nova contagem de prazo a partir do recebimento da resposta do agente à solicitação. Caso não haja pendências, a contagem do tempo interrompe-se no momento em que o Superintendente envia a ficha de delegação de competência (FDC) para a Diretoria.
Meta para o Período	70%
Fórmula do Indicador	Número de pedidos analisados dentro do prazo dividido pelo Número de pedidos recebidos

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
Pedidos Analisados	281	220	292	222	288	229	321	159	182	195	112	156	2.657
Pedidos Recebidos	293	260	402	320	343	367	393	332	313	385	328	322	4.058
Indicador	95,9%	84,6%	72,6%	69,4%	84,0%	62,4%	81,7%	47,9%	58,1%	50,6%	34,1%	48,4%	78,1%



Análise dos Resultados

Verifica-se que em alguns meses a evolução do setor ficou abaixo da meta estabelecida de 70% devido a grande quantidade de documentos a serem analisados, e o pequeno dimensionamento da equipe.

Pontos Críticos

Número de funcionário abaixo do necessário para o grande quantitativo de documentos que são analisados.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Redimensionamento da equipe e das tarefas executadas.

Observações

Não há

NFP – Inspeções de Medição

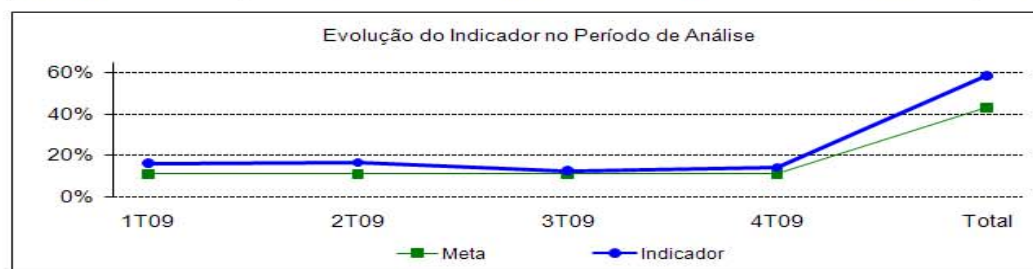


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Núcleo de Fiscalização da Produção - NFP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Foco	Processo de inspeção dos sistemas de medição das unidades de produção.
Nome do Indicador	Inspeções de Medição
Conceituação	Mede o percentual de inspeções dos sistemas de medição realizadas no período, incluindo inspeções de rotina e inspeções de adequação do sistema de medição.
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução das ações de inspeções realizadas pelo NFP.
Limitações	Impactado por restrições orçamentárias e quantitativo de pessoal
Meta para o Período	Inspeccionar 43% das unidades de produção (Unidades Marítimas e Campos Terrestres)
Fórmula do Indicador	Número de inspeções realizadas no período dividido pelo número total de instalações existentes no Brasil

Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	11%	11%	11%	11%	43%
Indicador	16%	16%	12%	14%	59%



Análise dos Resultados

No primeiro e no segundo trimestres, como o NFP ainda possuía contrato com as instituições de ensino, o indicador se manteve nos mesmos patamares e acima da meta, como vinha acontecendo nos anos anteriores. Ainda no segundo trimestre, começaram a ocorrer as inspeções diretas do NFP, porém apenas complementando as realizadas pelas instituições. Com o término do contrato em junho, o terceiro trimestre contou praticamente com as inspeções diretas do NFP. Assim, nos meses de julho e agosto, houve o que podemos chamar de aprendizado, resultando em reduzida taxa de inspeções, atenuada pela grande quantidade de inspeções em setembro. Já entre os meses de novembro e dezembro, a equipe deu prioridade a outras atividades que demandavam maior atenção, após intensa fiscalização no mês de outubro. Por este motivo, o indicador ficou abaixo do apresentado nos dois primeiros trimestres, porém ainda acima da meta.

Pontos Críticos

O ponto crítico se deve à mudança das características do setor, que anteriormente contratava as instituições para realizar as inspeções e que, a partir de julho, passou a fazer o serviço de forma independente. Assim, o cumprimento da meta depende da prioridade que se dá às inspeções, uma vez que utiliza os mesmos recursos de outras atividades do NFP.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Tal mudança de paradigma gera a necessidade de se estudar a criação de novos indicadores, de forma a se otimizar o trabalho da equipe nos próximos anos. Uma vez que a ANP já está realizando as inspeções diretamente, o cumprimento das metas fica inteiramente dependente do suporte dado ao NFP, seja através de treinamento ou de fornecimento de equipamentos, normas e softwares.

Observações

Deve-se ressaltar que o ano de 2009 foi marcado pela substituição das instituições contratadas pela própria equipe do NFP. Os contratos se encerraram em junho e, a partir daquele mês, somente foram realizadas inspeções pelo próprio NFP. Por este motivo, o indicador anual definido anteriormente não correspondia às necessidades de análise de cumprimento das metas. Assim, optamos por modificar a frequência de medição para trimestral, mais adequada para a análise das mudanças ocorridas.

SBQ – Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC

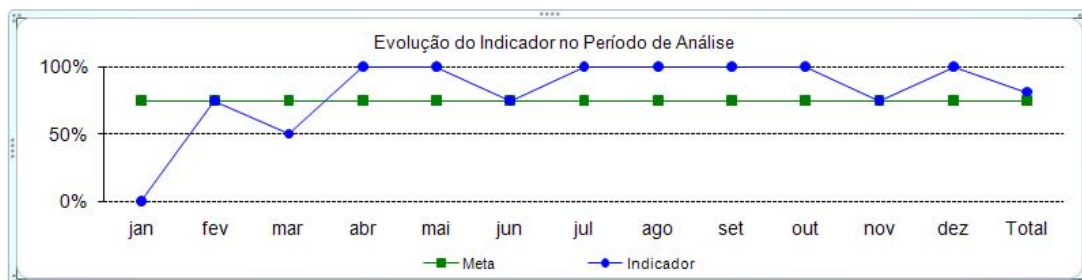


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos - SBQ
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Disponibilizar o resultado do Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC
Nome do Indicador	Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC
Conceituação	Avalia a eficiência da Superintendência em publicar, no mês subsequente ao mês monitorado, o Boletim de Monitoramento do PMQC na internet.
Objetivo do indicador	Disponibilizar à sociedade e ao mercado de combustíveis / lubrificantes, no menor intervalo de tempo possível, o levantamento dos indicadores gerais de qualidade dos combustíveis comercializados no País e a identificação de focos de não-conformidade, além de orientar a atuação da área de fiscalização da ANP e conveniados.
Limitações	Os dados a serem utilizados na elaboração do Boletim de Monitoramento provêm das instituições contratadas para o PMQC, que são encaminhados à ANP até o dia 10 do mês subsequente ao mês monitorado.
Meta para o Período	75%
Fórmula do Indicador	Fator 4: publicação do Boletim até o dia 15 do mês Fator 3: publicação do Boletim até o dia 20 do mês Fator 2: publicação do Boletim até o dia 25 do mês Fator 1: publicação do Boletim até o dia 30 do mês Fórmula: (número do fator/4) x 100%

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Fator		3	2	4	4	3	4	4	4	4	3	4	39
Indicador	0,0%	75,0%	50,0%	100,0%	100,0%	75,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	75,0%	100,0%	81,3%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SBQ - Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes

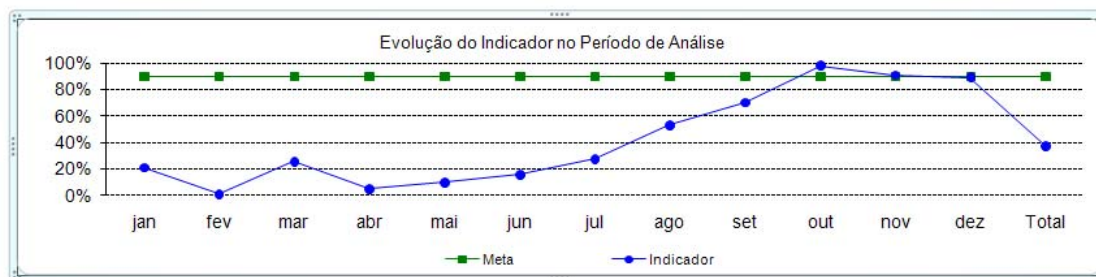


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos - SBQ
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processo
Foco	Avaliar a eficiência do procedimento de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país.
Nome do Indicador	Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país.
Conceituação	Estima a relação entre o número de processos de solicitações de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos e a resposta de sua análise pela SBQ.
Objetivo do indicador	Apresentar a eficiência e produtividade da Superintendência na atividade de registro de produtos.
Limitações	Há o risco de haver entrada de grande número de processos no final do período, dificultando a análise dentro do período avaliado, podendo reduzir o indicador. Dessa forma, o período de medição de entrada dos processos será do dia 20 do mês anterior ao dia 20 do mês em referência, devendo o seu processamento (deferimento ou indeferimento) ocorrer até o último dia do mês em referência.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	(Número de pedidos de registros processados/Número de solicitações de registros protocolados) x 100%

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Processos analisados	220	5	214	39	37	75	128	182	214	370	381	566	2431
Processos protocolados	1.039	492	825	771	363	476	467	342	305	377	420	637	6514
Indicador	21,2%	1,0%	25,9%	5,1%	10,2%	15,8%	27,4%	53,2%	70,2%	98,1%	90,7%	88,9%	37,3%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SBQ - Índice de atendimento de manifestações do CRC

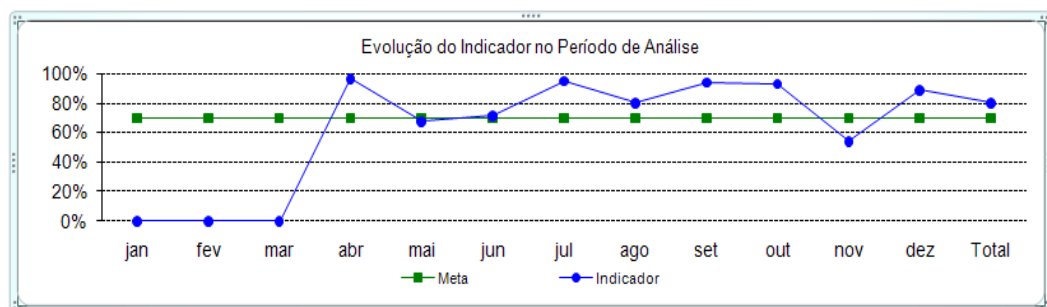


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos - SBQ
Período de Análise	Janeiro a fevereiro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Cidadãos e Sociedade
Foco	Monitorar o atendimento das manifestações ingressadas na SBQ por meio do CRC.
Nome do Indicador	Índice de atendimento de manifestações do CRC
Conceituação	Estima a relação entre o número de manifestações respondidas pelo número de manifestações ingressadas na Superintendência.
Objetivo do indicador	Acompanhar a eficiência do atendimento mensal da SBQ às manifestações ingressadas por meio do CRC, visando atender o maior número possível de manifestações ingressadas em determinado mês.
Limitações	Há possibilidade de algumas manifestações ingressarem na SBQ, mas serem referentes às atividades de outras Superintendências. A Superintendência tem o prazo de 7 dias úteis para atender a manifestação. Dessa forma, o período de medição do ingresso de manifestações será do dia 20 do mês anterior ao dia 20 do mês em referência, devendo as respostas dessas manifestações ocorrer até o último dia do mês em referência.
Meta para o Período	70%
Fórmula do Indicador	$(\text{Número de manifestações respondidas} / \text{número de manifestações ingressadas}) \times 100\%$

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
Manif. respondidas	0	0	0	32	21	25	20	25	33	42	30	24	252
Manif. Ingressadas	0	0	0	33	31	35	21	31	35	45	55	27	313
Indicador	0,0%	0,0%	0,0%	97,0%	67,7%	71,4%	95,2%	80,6%	94,3%	93,3%	54,5%	88,9%	80,5%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SCI – Participação nos Principais Eventos do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis



FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional - SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a capacidade de comunicação institucional da ANP através da participação nos principais eventos da indústria regulada, prevenir potenciais conflitos por meio de ações de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com agentes econômicos do setor e demais órgãos públicos e manter comunicação efetiva com a sociedade.
Nome do Indicador	Participação nos principais eventos do petróleo, gás natural e biocombustíveis.
Conceituação	Avalia a capacidade de a ANP se fazer representar nos principais eventos de petróleo e gás natural com estande para atendimento a consultas e divulgação de informações. Os principais eventos são: 1. Internacionais: 1.1. Offshore Technology Conference (OTC), 1.2. World Petroleum Congress (WPC), 1.3. Rio Oil & Gas, 1.4. Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica (SBGF), 1.5. Rio Pipeline Conference & Exposition, 1.6. Niterói Fenashore e 1.7. Brazil Onshore; e 2. Nacionais: 2.1. Congresso Brasileiro de Energia e 2.2. Expo Postos e Conveniências <i>Obs: O "SindTRR" foi excluído da relação dos principais eventos, pois não disponibiliza mais espaço para a montagem de estandes.</i>
Objetivo do indicador	Medir a eficácia e promover o aperfeiçoamento das ações de comunicação institucional, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e no Plano de Alinhamento Estratégico aprovado na Reunião de Diretoria nº 407, de 17/10/2006.
Limitações	1. Verbas: limites de verbas destinadas às participações em eventos e ao transporte e às diárias de servidores afetam o desempenho neste indicador.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de eventos em que a ANP participou dividido pelo número de principais eventos elencados para o período considerado.

Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%
No de eventos em que a ANP participou	0	1	3	1	5
No de principais eventos no período	0	1	3	2	6
Indicador		100%	100%	50%	83,3%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

No 2º trimestre, o evento considerado foi a Offshore Technology Conference (OTC). No 3º, foram a ExpoPostos, o Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica (SBGF) e a Rio Pipeline. No 4º trimestre, a ANP participou da AAPG International Conference & Exhibition, não incluída no conjunto listado no item "Conceituação", dada a crescente importância deste evento para os objetivos institucionais da Agência.

SCI – Comunicação com a Imprensa



FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional - SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a capacidade de comunicação institucional da ANP através da imprensa, prevenir potenciais conflitos por meio de ações de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com agentes do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, demais órgãos públicos e a sociedade e manter comunicação efetiva com a sociedade.
Nome do Indicador	Comunicação com a imprensa
Conceituação	Avalia a comunicação com órgãos de imprensa, em tempo hábil. Define-se como "tempo hábil" até 2 dias úteis depois do fato objeto da comunicação ou da solicitação, desde que a iniciativa ou a resposta esteja sob a total responsabilidade da SCI/AI. Foram selecionados como principais fatos objeto de comunicação à imprensa as Rodadas de Licitações, as audiências públicas sobre novas regulamentações e sobre as Rodadas, os fóruns regionais, a realização de estudos geológicos e geofísicos de bacias sedimentares e o balanço trimestral de ações de fiscalização e qualidade dos combustíveis.
Objetivo do indicador	Medir a eficácia e promover o aperfeiçoamento das ações de comunicação com a imprensa, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e no Plano de Alinhamento Estratégico aprovado na Reunião de Diretoria nº 407, de 17/10/2006.
Limitações	1. A comunicação com a imprensa depende, muitas vezes, de consultas a outras áreas da Agência. Assim, somente será considerado o tempo das ações enquanto elas estiverem sob a total responsabilidade da SCI/AI.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de ações de comunicação com órgãos de imprensa em tempo hábil dividido pelo número de manifestações recebidas e fatos objeto de comunicação.

Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%
Nº de ações de comunicação	239	278	430	289	1236
Nº de manifestações recebidas	239	278	430	289	1236
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SCI – Comunicação com públicos institucionais

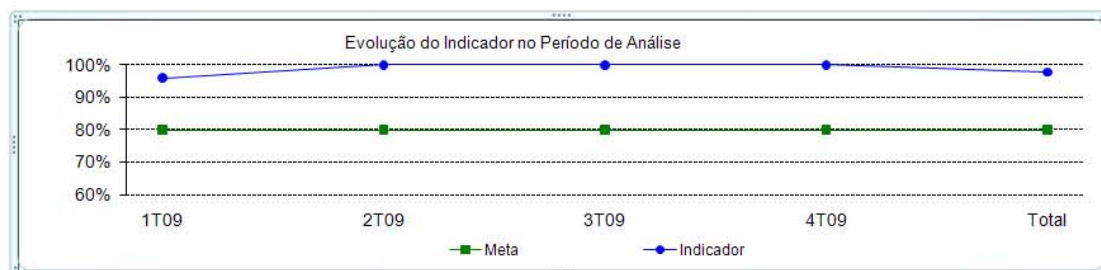


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional - SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a capacidade de comunicação institucional da ANP com seus públicos institucionais e prevenir potenciais conflitos por meio de ações de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com entidades representativas do setor privado e demais órgãos públicos.
Nome do Indicador	Comunicação com públicos institucionais
Conceituação	Avalia a comunicação com os públicos institucionais da ANP, em tempo hábil. Define-se como "tempo hábil" o prazo estipulado para a resposta a Requerimentos de Informação do Congresso Nacional ou, em geral, até 10 dias úteis depois da solicitação de outras instituições ou dos principais fatos objeto de comunicação externa, desde que a resposta ou a iniciativa esteja sob a total responsabilidade da SCI. Foram relacionados como os principais fatos objeto de comunicação institucional as Rodadas, as audiências públicas das Rodadas de Licitações, os fóruns regionais, as novas publicações, a realização de estudos geológicos e geofísicos de bacias sedimentares e os Boletins da Qualidade dos combustíveis.
Objetivo do indicador	Medir a eficácia e promover o aperfeiçoamento das ações de comunicação com públicos institucionais, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e no Plano de Alinhamento Estratégico aprovado na Reunião de Diretoria nº 407, de 17/10/2006.
Limitações	A comunicação com públicos institucionais depende, muitas vezes, de consultas a outras unidades da Agência. Assim, somente será considerado o tempo das ações enquanto elas estiverem sob a total responsabilidade da SCI.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de ações de comunicação com públicos institucionais em tempo hábil dividido pelo número de manifestações recebidas e fatos objeto de comunicação.

Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%
Número de ações de comunicação em tempo hábil	46	15	11	12	84
Número de manifestações recebidas e fatos objeto de comunicação	48	15	11	12	86
Indicador	96%	100%	100%	100%	97,7%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

O público institucional, dependendo dos assuntos, será selecionado dentre os membros do Congresso Nacional, Governadores de Estado, Assembléias Legislativas, Prefeituras, entre outros.

SCM - Índice de Processos Analisados pela SCM

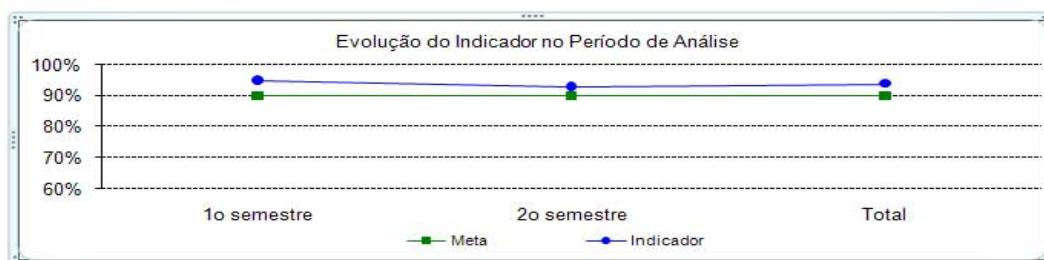


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus derivados e Gás Natural - SCM
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Produtividade
Foco	Aumentar a eficácia de análise de processos de autorização.
Nome do Indicador	Índice de Processos Analisados pela SCM
Conceituação	Estima o quantitativo de processos recebidos e analisados dentro do prazo preestabelecido nas Resoluções e Portarias ANP.
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia da Superintendência durante o processo de análise dos pedidos de autorização encaminhados à área, considerando o atendimento (por parte dos agentes) dos requisitos e dos prazos (por parte da SCM) estabelecidos nas Resoluções e Portarias ANP.
Limitações	Cabe destacar que o levantamento deste indicador deve considerar o prazo estipulado em cada Resolução/Portaria ANP, para cada processo de análise de processos de autorização. Ressalta-se, ainda, que a contagem deste tempo é paralisada no momento em que é finalizada a avaliação pelo corpo técnico da área e é enviado Ofício ao agente econômico constando as pendências existentes no seu processo (exemplo: (i) dados/informações necessários e não remetidos; (ii) documentos enviados e que são considerados incompletos e/ou inadequados). Logo, tendo por base essas limitações, não é possível realizar a mensuração deste indicador mensalmente, e sim semestralmente, conforme mencionado no item "Frequência de Medição".
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Número de processos analisados dentro do prazo estipulado pelas Resoluções e Portarias ANP no período dividido pelo número de Processos recebidos no período

Evolução do Indicador

Mês	1o semestre	2o semestre	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	95,0%	93,0%	94,0%



Análise dos Resultados

O ano de 2009 se caracterizou pela elevada demanda de processos de autorização na área de gás natural, tendo sido plenamente cumprida a meta prevista tanto para o 1o quanto para o 2o semestre. Cabe ressaltar que no 2o semestre a SCM ficou sem dois especialistas responsáveis pela análise de processos de autorizações.

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

Para efeitos de mensuração deste indicador, serão considerados os pedidos ou documentações complementares recebidas entre o dia 01.01.09 e:

- (i) 30/09/2009, para a Portaria ANP n.º 170/98 (90 dias para análise);
- (ii) 31/10/2009, para as Portarias ANP n.º n.º 243/2000 e n.º 118/2000 (60 dias para análise);
- (iii) 31/11/2009, para a Portaria ANP n.º 170/2002 (30 dias para análise).

A definição destas datas limites são necessárias, considerando como fim do período de análise o dia 31/12/2009.

SCM – Índice de Relatórios de Vistoria em Instalações de Transporte e Transferência Emitidos

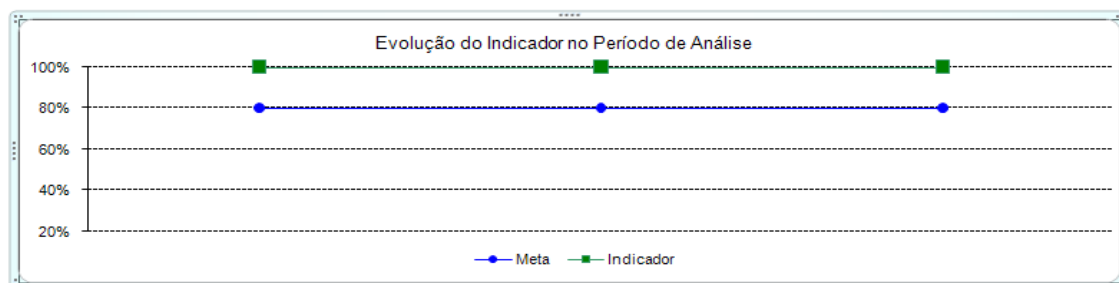


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus derivados e Gás Natural - SCM
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Processos
Foco	Segurança Operacional de Instalações de Transporte e Transferência de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis Autorizadas pela SCM.
Nome do Indicador	Índice de Relatórios de Vistoria em Instalações de Transporte e Transferência Emitidos
Conceituação	Estima o percentual de relatórios de vistoria emitidos em até 30 dias da data da vistoria, frente ao número de vistorias efetuadas.
Objetivo do indicador	Aferir a produtividade e eficiência do processo de vistoria de instalações quanto aos aspectos de segurança operacional, através da emissão de relatório de vistoria dentro do período estipulado.
Limitações	Entende-se como vistorias/inspeções técnicas a serem realizadas nas instalações de transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis aquelas que são realizadas para: (i) concessão de autorização de operação; (ii) verificação de aspectos relacionados com a segurança operacional (de cunho preventivo); (iii) fiscalização de incidentes. Neste caso, as ações que são passíveis de planejamento são aquelas identificadas nos itens (i) e (ii), sendo estas, portanto, as ações objeto do acompanhamento deste indicador. Cabe ressaltar, ainda, que este indicador não afere a quantidade de vistorias que serão efetuadas no período e sim, tão somente, a quantidade de relatórios emitidos em função das <u>vistorias/inspeções realizadas</u> .
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de Relatórios de Vistoria Emitidos no Período de 30 dias a partir da data da Vistoria dividido pelo Número de Vistorias Realizadas

Evolução do Indicador

Semestre	1o semestre	2o semestre	Total
Meta	80,0%	80,0%	80,0%
Relatórios de Vistoria Emitidos < 30 dias	17	23	40
Vistorias Realizadas	17	23	40
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%



Análise dos Resultados

Diante dos dados apresentados, não houve qualquer ponto crítico para efetuar a tarefa objeto deste indicador, tendo sido emitidos todos os relatórios no período esperado.

Pontos Críticos

Não há.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Não há.

Observações

Os relatórios a serem contabilizados para aferição deste indicador são referentes às vistorias/inspeções realizadas entre 01/12/2008 e 30/12/2009. Apesar da necessidade de que haja ao menos 30 dias, a SCM conseguiu emitir o último relatório de vistoria realizado no dia 29/12/2009 em 30/12/2009, o que permitiu considerar o fim do período de análise o dia 31/12/2009. Cabe ressaltar que há casos de em uma mesma instação haver dois tipos de vistorias: uma em cumprimento de requisitos para outorga de AO para um tanque em caso de ampliação e outra para Termo de Compromisso (Transpetro e Petrobras).

SDB – Estudo em Blocos Exploratórios

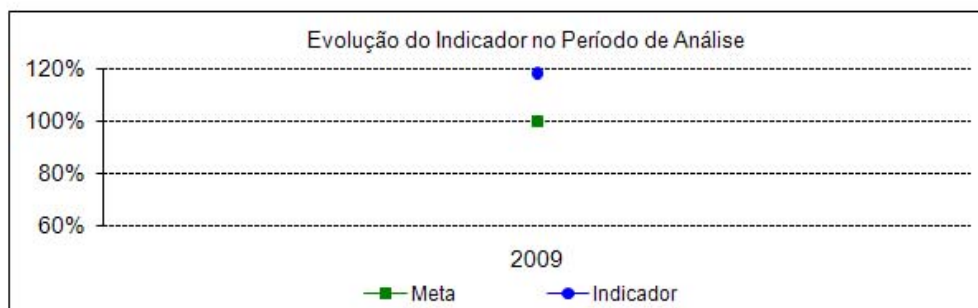


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SDB
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2009
Frequência de Medição	Anual
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Busca agregar valor aos blocos a serem licitados
Nome do Indicador	Estudo em blocos exploratórios.
Conceituação	Quanto km ² de blocos exploratórios foram estudados.
Objetivo do indicador	Busca agregar valor aos blocos a serem licitados
Limitações	Não há
Meta para o Período	60 mil km ²
Fórmula do Indicador	Km ² de blocos exploratórios estudados/Meta (60 mil km ²)

Evolução do Indicador

Ano	2009
Meta	100%
Indicador	118,20%



Análise dos Resultados

Conseguiu-se atingir a meta esperada.

Pontos Críticos

Não há.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Não há.

Observações

Foram estudados 70.900,99 km² de áreas, conforme nota técnica SDB/125.

SDB – Fiscalização de Projetos

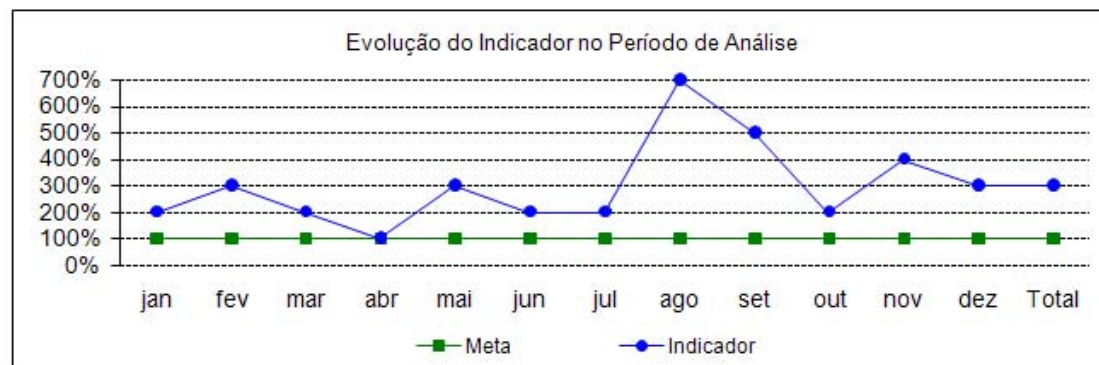


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SDB
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Busca acompanhar o projetos em andamento licitados pela Superintendência.
Nome do Indicador	Fiscalização de projetos
Conceituação	Busca acompanhar o projetos em andamento licitados pela Superintendência.
Objetivo do indicador	Fiscalizar os projetos licitados pela Superintendência.
Limitações	Não há
Meta para o Período	Uma fiscalização por mês
Fórmula do Indicador	Número de fiscalizações realizadas no mês dividido pela meta definida para fiscalizações

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
Indicador	2,0	3,0	2,0	1,0	3,0	2,0	2,0	7,0	5,0	2,0	4,0	3,0	300%



Análise dos Resultados

Os resultados esperados ficaram acima da expectativa.

Pontos Críticos

A burocracia elevada na aquisição de passagens e a falta de geofísicos dificultam a fiscalização.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Diminuir a burocracia e contratar mais geofísicos.

Observações

SDP – Controle dos Boletins Mensais de Produção (BMP)

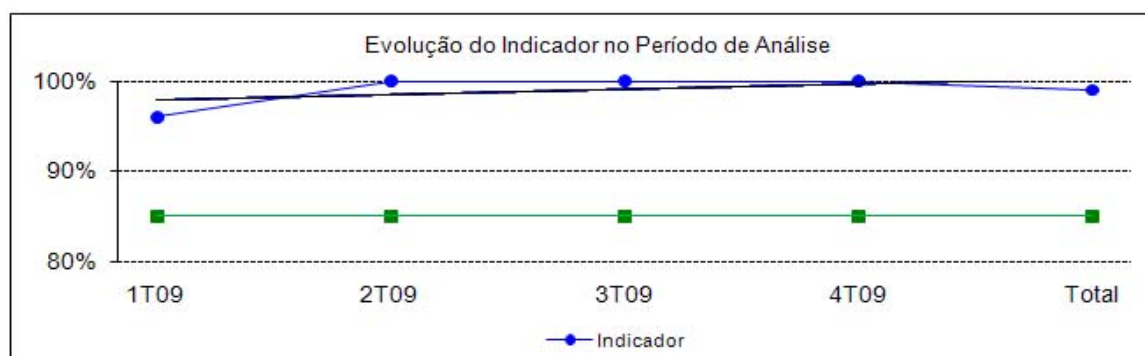


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Aumentar o controle da produção de hidrocarbonetos
Nome do Indicador	Controle dos Boletins Mensais de Produção (BMP)
Conceituação	O BMP é um documento que apresenta a produção mensal realizada de hidrocarbonetos
Objetivo do indicador	Aferir a eficácia da SDP no acompanhamento e controle de produção
Limitações	Carga fora do prazo, Produção em TLD e Planos de Avaliação
Meta para o Período	85%
Fórmula do Indicador	Número de BMP's analisados em um mês dividido pelo número de BMP's recebidos

Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	85%	85%	85%	85%	85%
Indicador	96%	100%	100%	100%	99%



Análise dos Resultados

Atualmente esta atividade está totalmente incorporada na rotina dos servidores da SDP, que têm realizado as análises em sua totalidade.

Pontos Críticos

O ponto crítico observado atualmente é a carga dos dados pelo concessionário fora do prazo previsto, o que pode acarretar a falta de análise, por exemplo, de meses anteriores.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

A implantação no SIGEP de um sistema de validação de carga dos BMP's fora de um prazo estipulado, findo o qual não será possível sua aceitação.

Observações

A apresentação dos BMP's tem previsão expressa nos contratos de concessão.

SDP – Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP

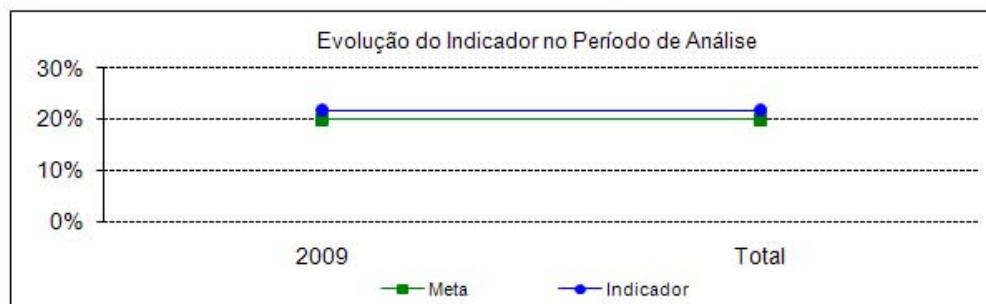


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Período de Análise	Janeiro a dezembro
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Aumentar a atuação da fiscalização nas instalações em fase de produção de hidrocarbonetos.
Nome do Indicador	Ações diretas de fiscalização da equipe da SDP.
Conceituação	Controle efetivo da produção de hidrocarbonetos no país.
Objetivo do indicador	Verificação das condições de operação das instalações quanto aos padrões legais.
Limitações	Rotina de atividades internas dos servidores, dependência da logística dos concessionários, distância entre as instalações marítimas.
Meta para o Período	20%
Fórmula do Indicador	Número de instalações em fase de produção inspecionadas anualmente dividido pelo número de campos em fase de produção naquele ano.

Evolução do Indicador

Ano	2009	Total
Meta	20,0%	20,0%
Indicador	21,8%	21,8%



Análise dos Resultados

Houve um elevado esforço para o atingimento da meta, com planejamento de ações mensais de fiscalização. Desta forma, considera-se que atualmente a meta encontra-se adequada ao indicador, uma vez que vários fatores influenciam para uma melhoria substancial de desempenho. Foram realizadas 81 ações de fiscalização em um universo de 372 concessões que se encontravam na fase de produção no início de 2009.

Pontos Críticos

1) Rotina de atividades internas dos servidores; 2) Dependência da logística dos concessionários; 3) Distâncias entre instalações marítimas.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Melhorar o planejamento das atividades; autonomia financeira para realização de fiscalizações.

Observações

A Portaria nº 160 de 2004 no art. 27, V, define a atividade de fiscalização como atribuição da SDP.

SDP – Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)

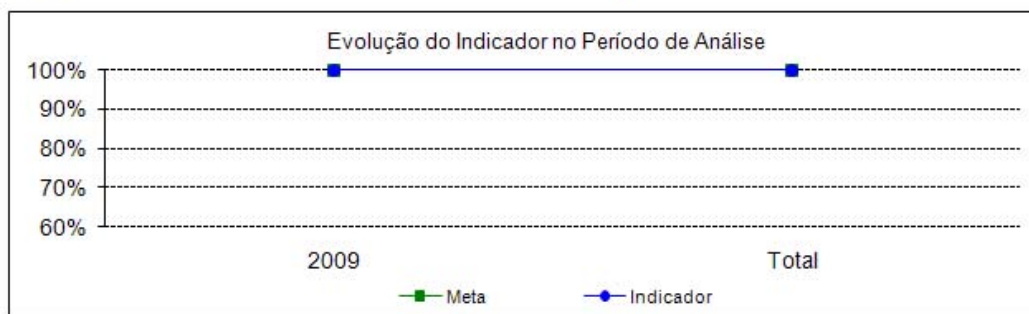


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Período de Análise	Janeiro a dezembro
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Controle mais eficaz das reservas de hidrocarbonetos
Nome do Indicador	Análise dos Boletins Anuais de Reservas (BAR)
Conceituação	Estima a eficácia na análise, através da quantidade de BAR analisados dentro do prazo de 30 dias.
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução das reservas de hidrocarbonetos considerando as novas descobertas, as reavaliações e a produção acumulada.
Limitações	O concessionário deverá carregar as informações corretamente no sistema dentro do prazo.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Número de boletins analisados dentro do prazo, dividido pelo número de boletins recebidos.

Evolução do Indicador

Ano	2009	Total
Meta	100%	100%
Indicador	100%	100%



Análise dos Resultados

Como ocorre anualmente, o resultado atingido, conforme a meta estabelecida, deve-se a um esforço concentrado de análise do BAR pelo corpo técnico da SDP, tendo em vista a necessidade de publicar anualmente a evolução das reservas nacionais de hidrocarbonetos. Foram analisados entre janeiro e fevereiro de 2009 os Boletins Anuais de Reservas dos 352 campos que carregaram seus dados no SIGEP.

Pontos Críticos

1) Prazo para análise e publicação (30 dias); 2) Carga adequada e dentro do prazo pelos concessionários.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

O prazo tem previsão legal, só pode ser mudado se houver revisão da Portaria. Já o carregamento dos dados no SIGEP pelos concessionários prossegue em contínuo aperfeiçoamento.

Observações

A Portaria nº 009/2000 estabelece os prazos para entrega dos BAR's e posterior divulgação sobre as reservas de hidrocarbonetos realizada pela ANP.

SDP - Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores

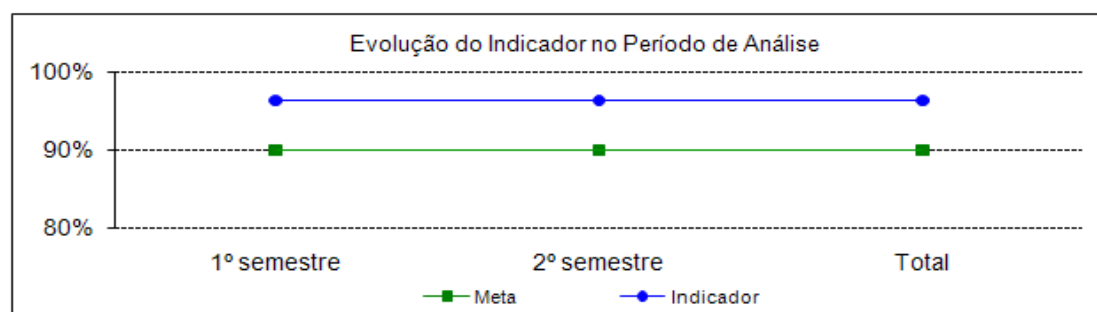


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Período de Análise	Janeiro a dezembro
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficiência
Foco	Eficiência nas análises dos Planos de Desenvolvimento
Nome do Indicador	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores
Conceituação	O PD é o documento que contém as informações técnicas necessárias para a verificação das condições de desenvolvimento de um campo produtor.
Objetivo do indicador	Garantir o desenvolvimento do campo de acordo com as melhores práticas da indústria do petróleo.
Limitações	Devido à complexidade da atividade desenvolvida, um eventual envio de PD's a um técnico em um mesmo intervalo de tempo comprometeria o indicador.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Percentual de PD's analisados dentro de um certo prazo multiplicado pelo valor do indicador referente àquele prazo.

Evolução do Indicador

Semestre	1º semestre	2º semestre	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	96,4%	96,4%	96,4%



Análise dos Resultados

Em 2009, foram analisados e aprovados 21 Planos de Desenvolvimento e 1 Plano de Reabilitação de Jazidas, que tem o mesmo procedimento do PD, só que para campos marginais, totalizando 22 documentos técnicos. No 1º semestre de 2009, foram aprovados 9 PD's com análises efetuadas em menos de 4 meses e outros 2 PD's com análise entre 5 e 6 meses. No 2º semestre tal fato se repetiu com os mesmos números de PD's analisados nos mesmos prazos, porém 1 PD embora tem sido analisado dentro do prazo de 6 meses, somente foi aprovado pela Diretoria Colegiada oito dias após este prazo.

Pontos Críticos

1) Data da entrada do PD; 2) Solicitações oriundas das análises e demora na resposta; 3) Tramitação para aprovação pela Diretoria colegiada, 4) Definição do marco temporal para contagem do prazo.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Fazer um maior controle no fluxo dos processos para permitir um melhor acompanhamento dos prazos. Acreditamos que este indicador ainda precisa ser aprimorado.

Observações

A lei 9478/97, art. 26, §2º, estabelece o prazo de 180 dias para análise dos Planos de Desenvolvimento, porém propomos para medir a eficiência prazos menores, onde 4 meses ou menos correspondam a 100% de eficiência, de 4 a 5 meses correspondam a 90% de eficiência, de 5 a 6 meses correspondam a 80% de eficiência e mais de 6 meses a 0% de eficiência.

SDT - Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP - iBDEP

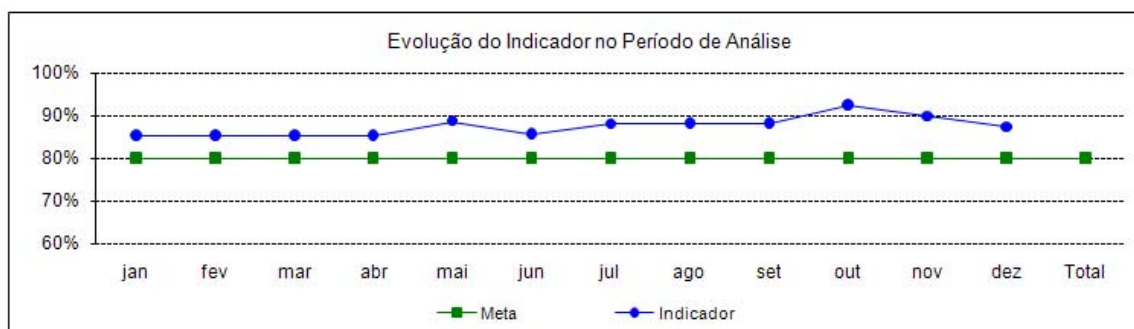


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos - SDT
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumento constante do volume de dados técnicos públicos e privados de E&P
Nome do Indicador	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP - iBDEP
Conceituação	Estima a relação entre os dados públicos de Exploração e Produção (E&P) disponíveis no BDEP para os agentes internos e externos à ANP que efetivamente estão avaliados e armazenados, e a totalidade dos dados públicos de E&P recebidos pelo BDEP.
Objetivo do indicador	Avaliar a eficiência do processo de organização e manutenção do acervo de dados técnicos relativos às atividades reguladas de E&P, conforme prevê a Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997)
Limitações	A medição fica restrita aos dados técnicos recebidos pelo BDEP.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	$iBdep = \frac{\text{Espaço de memória em bytes ocupado pelos dados públicos de E\&P disponíveis no BDEP}}{\text{Espaço de memória em bytes ocupado pela totalidade de dados públicos de E\&P recebidos pelo BDEP}}$

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
Indicador	85,3%	85,3%	85,3%	85,3%	85,3%	88,7%	85,6%	88,0%	88,1%	88,3%	92,5%	89,8%	87,3%



Análise dos Resultados

Os resultados foram satisfatórios, ultrapassando a meta estipulada ao longo de todo ano de 2009.

Pontos Críticos

Ausência de pontos críticos.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Não foi necessário.

Observações

O treinamento das equipes do BDEP e o constante monitoramento dos dados foram fatores que contribuíram para alcançar os resultados satisfatórios.

SDT - Tempo de resposta à solicitação de dados. iADM = índice de Eficiência Administrativa

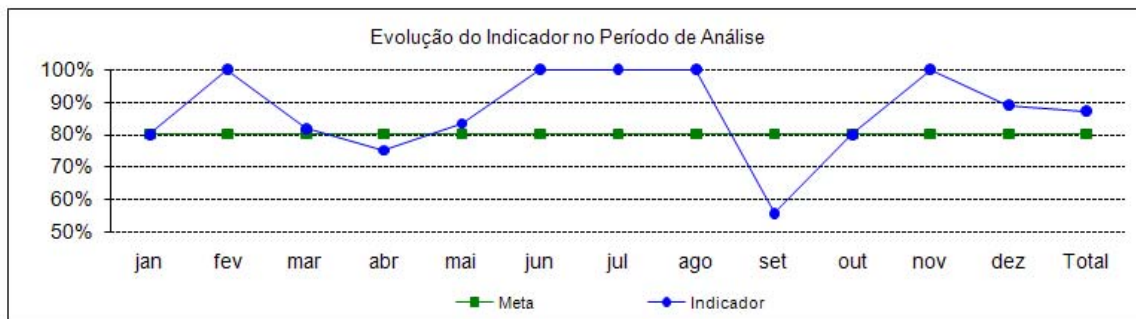


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos - SDT
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos de solicitação de dados
Foco	Aumento da eficiência no atendimento à solicitação de dados
Nome do Indicador	Tempo de resposta à solicitação de dados. iADM = índice de Eficiência Administrativa.
Conceituação	Acompanhar o tempo gasto entre a entrada da solicitação de dados na ANP-SDT e a resposta final.
Objetivo do indicador	Medir o tempo gasto entre a entrada de solicitação de dados na SDT e o envio da primeira resposta.
Limitações	Os vários trâmites internos da solicitação, com o pedido indo para o BDEP e voltando; as solicitações de informações adicionais à empresa.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	$iADM = (n^{\circ} \text{ de solicitações atendidas no período de 20 dias} / n^{\circ} \text{ de solicitações recebidas no mês}) * 100$

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
Indicador	80,0%	100,0%	81,8%	75,0%	83,3%	100,0%	100,0%	100,0%	55,6%	80,0%	100,0%	88,9%	87,0%



Análise dos Resultados

Os resultados foram satisfatórios, ultrapassando a meta estipulada para a maioria dos meses em 2009.

Pontos Críticos

Os pontos críticos foram os meses de abril e setembro de 2009.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

As dificuldades se concentraram nos pareceres dos especialistas (em Regulação ou em Geologia e Geofísica) na verificação da titularidade dos dados (públicos ou confidenciais), para que estes fossem liberados para acesso. Na solicitação de dados são apenas liberados os que já se tornaram públicos.

Observações

Medidas de correção para o ano de 2010 já foram tomadas, com a verificação automática da titularidade dos dados, não sendo mais necessário o parecer de um especialista, o que trará maior agilidade nas respostas às solicitações de dados públicos.

SEP – iPoços - Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorados pela SEP

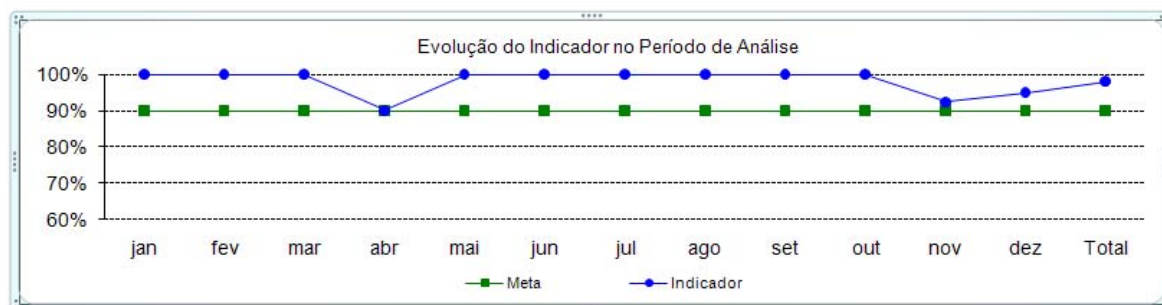


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SEP - Superintendência de Exploração
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Medir a eficácia no monitoramento e gestão das atividades de perfuração de poços através da carga das informações das Comunicações de Início de Perfuração de Poço (CIPP) no SIGEP.
Nome do Indicador	iPoços - Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitoradas pela SEP
Conceituação	Afere a eficiência de análise e carga das informações referentes as atividades de perfuração de poços no SIGEP, dos documentos enviados pelos Concessionários a SEP.
Objetivo do indicador	Verificar o cumprimento das atividades de perfuração de poços previstas no contrato de concessão de Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.
Limitações	Não conformidades nos documentos recebidos.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	1-Número de Notificações de Codificação de Poço (NCDP) enviadas ao Concessionário dentro do prazo de 7 dias / total de CIPPs recebidas.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%	90,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	92,3%	95,0%	98,1%



Análise dos Resultados

O cadastro de poços no sistema vem funcionando de forma eficiente, como pode ser visto pelos índices. A comunicação de início de perfuração (CIPP) é recebida por correio eletrônico, normalmente remetido diretamente a partir da sonda, e diariamente a caixa de entrada é checada na ANP, para o poço ser cadastrado. Deste modo, é difícil que haja casos que ultrapassem o prazo regulamentar.

Pontos Críticos

Envio de CIPP's com dados errados pelo operador é a principal fonte de problemas. Mesmo nesses casos, normalmente a situação é resolvida dentro dos 7 dias regulamentares de prazo, esclarecendo-se os dados corretos e cadastrando-se o poço no sistema SIGEP.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Não há.

Observações

No campo "Total", foi feita a média ponderada, considerando o total de poços perfurados em cada mês. Total de 160 poços cadastrados, sendo 3 fora do prazo.

SEP - iPad - Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta

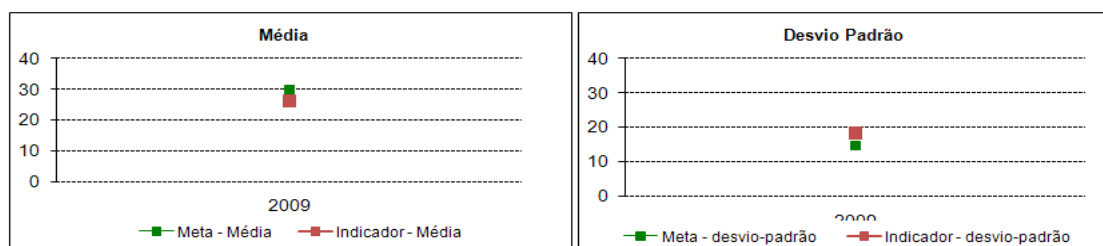


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Exploração - SEP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Medir a eficiência de análise dos Planos de Avaliação de Descoberta (PA) através de pareceres técnicos.
Nome do Indicador	iPAD - Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP
Conceituação	Afere a eficiência de análise dos Planos de Avaliação de Descoberta através de pareceres técnicos dentro dos prazos estabelecidos pelo Contrato de Concessão de Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência da Superintendência no cumprimento de sua atribuição.
Limitações	PA's com não conformidades.
Meta para o Período	Média (M) menor ou igual a 30 dias e desvio-padrão (D) menor que $(45 - M)/1,28$, ou seja, segundo a fórmula do desvio-padrão, 90% dos PA's devem ser analisados em até 45 dias.
Fórmula do Indicador	A fórmula é descrita segundo os passos a seguir: 1- O tempo a ser considerando (t_i) é aquele decorrido entre a data de protocolo da versão aceita da proposta do PA e a data da assinatura do Parecer Técnico que o analisa, medido em dias inteiros. 2- Desconsideram-se os 10% de Planos de Avaliação com maior tempo de análise, tendo em vista possibilidade de problemas diversos. 3- Calcula-se a média (M) de acordo com a fórmula $M = \sum t_i / NPA$ e o desvio padrão (D) de acordo com a fórmula $[\sum (t_i - M)^2 / (NPA - 1)]^{1/2}$, onde NPA é o número de PA's analisados no período, e comparam-se os valores calculados com as metas.

Evolução do Indicador

Ano	2009
Meta - Média	30,0
Indicador - Média	26,2
Meta - desvio-padrão	14,7
Indicador - desvio-padrão	18,3



Análise dos Resultados

Percebe-se que a média está dentro da meta. No entanto, o desvio-padrão está mais alto que a meta, o que indica que, apesar de a média estar dentro do desejável, há alguns pontos razoavelmente afastados dela, tanto a mais quanto a menos. Considera-se até que tal ocorrência está dentro da normalidade, visto que há PA's com maior complexidade que os outros, o que demanda maior tempo de análise.

Pontos Críticos

Os pontos críticos estão na própria rotina de trabalho da SEP, e na análise geológica relativa ao PA. Quanto ao primeiro aspecto, como cada técnico responsável pela análise possui outras atribuições dentro da Superintendência, em determinados momentos precisa priorizar tarefas mais urgentes. Ressalta-se, no entanto, que apesar de o desvio-padrão não ter atingido a meta, dos 36 PA's submetidos, apenas em 3 (8,3%) a emissão do Parecer Técnico ultrapassou o prazo contratual de 60 dias, que poderia ser um índice de eficiência. Além disso, como citado no item anterior, PA's com tempo de análise muito inferior à média também ajudam a puxar o desvio-padrão para cima, prejudicando o atingimento da meta. Quanto ao outro aspecto, os PA's mais complexos, ou mais significativos do ponto de vista de importância exploratória, requerem maiores análises, incluindo aí o auxílio de programas computacionais nas estações de trabalho. Deste modo, naturalmente sua análise toma um tempo maior que o desejado. Por fim, a fórmula elaborada para a meta do desvio-padrão considera a distribuição normal dos tempos de análise. No entanto, na prática, isso não se verifica. Analisando-se diretamente os dados, sem usar a fórmula, 80% dos PA's foram analisados dentro de 45 dias, quando a meta, a partir da qual a fórmula foi elaborada, era de 90%.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Considera-se que não há necessidade de correção destes pontos críticos, pois são inerentes à regulação da atividade exploratória. Talvez deva-se ajustar as fórmulas de apuração da meta para os próximos anos, visto que, como informado acima, a distribuição dos tempos de análise dos PA's foge da distribuição normal que baseou a obtenção da fórmula do desvio-padrão.

Observações

Considera-se que não há sentido em realizar a apuração deste índice mensalmente, visto que a quantidade de amostras para qualquer análise estatística seria muito pequena, invalidando qualquer análise deste tipo. Deste modo, fez-se apenas a apuração anual, período em que o número de PA's submetidos para análise já é mais considerável. No caso, foram 35 PA's.

SFA - Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros

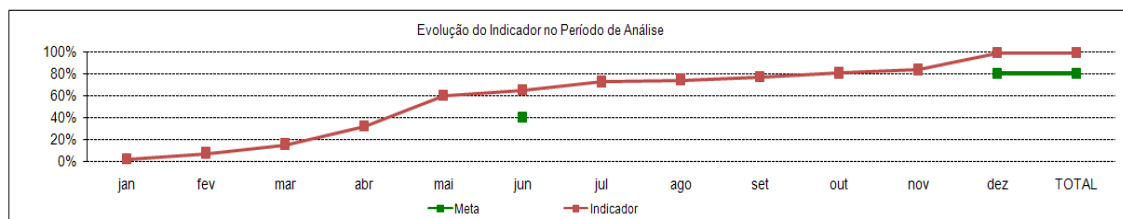


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa - SFA
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2009
Critério	Processos
Frequência de Medição	Semestral
Foco	Estabelecer os procedimentos necessários relativo ao controle, análise e acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Orçamento Geral da União, destinado à ANP. Cumprindo rigorosamente a legislação vigente, através dos instrumentos de execução orçamentária (LOA; DECRETO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA; INSTRUÇÕES NORMATIVAS; CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO), dando maior agilidade ao processo logístico que envolve as diversas áreas da Agência.
Nome do Indicador	Índice de controle e utilização dos recursos orçamentários.
Conceituação	Efetuar a sistematização da execução do orçamento da Agência, com o intento de possibilitar o seu acompanhamento pela Diretoria Colegiada sobre as execuções do orçamento e situação financeira da Agência, bem como atender de forma eficaz toda a estrutura organizacional da ANP, realizar e controlar contratos e convênios.
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia em gerir os recursos orçamentários atendendo as várias demandas: projeto e desenvolvimento, obtenção, armazenamento, transporte, distribuição, reparação, manutenção e evacuação de material (para fins operativos ou administrativos); recrutamento, incorporação, instrução, transporte, bem estar, evacuação, e aquisição ou construção, reparação, manutenção e operação de instalações e acessórios, contrato ou prestação de serviços, objetivando que seja empregado de forma útil no decorrer do exercício, e na sua totalidade, para que não haja sobras de caixa, e que venha ocasionar em contingenciamento para o próximo período financeiro.
Limitações	Devido a não liberação do limite orçamentário, recursos financeiros em sua totalidade e também alguns contingenciamentos, o apoio logístico a toda estrutura organizacional da ANP, têm uma queda significativa nos meses de JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO, onde procura-se priorizar as atividades essenciais de funcionamento e finalísticas da Agência.
Meta para o Período	80% para o exercício, sendo 40% do valor anual empenhado no primeiro semestre e 40% no segundo semestre
Fórmula do Indicador	Valor total dos empenhos emitidos até o final do exercício financeiro, dividido pelo Limite Orçamentário recebido pelo Ministério de Minas e Energia aprovado para a Agência.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Meta						40%						80%	80%
Empenhos Emitidos	7.950.811	17.842.548	27.177.058	55.612.031	95.195.940	16.096.245	25.942.487	6.526.182	9.935.797	10.656.781	10.525.252	51.570.948	335.032.080
Limite Autorizado	338.486.752	338.486.752	338.486.752	338.486.752	338.486.752	338.486.752	338.486.752	338.486.752	338.486.752	338.486.752	338.486.752	338.486.752	338.486.752
Indicador	2%	8%	16%	32%	60%	65%	73%	75%	77%	81%	84%	99%	99%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Denominador de Desempenho a partir do segundo semestre de 2009, poderá sofrer alterações do limite orçamentário conforme negociações com o Ministério de Minas e Energia - MME

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observação-Frequência de Medição com informação mensal e apuração semestral

SFI - Índice de ações de fiscalização

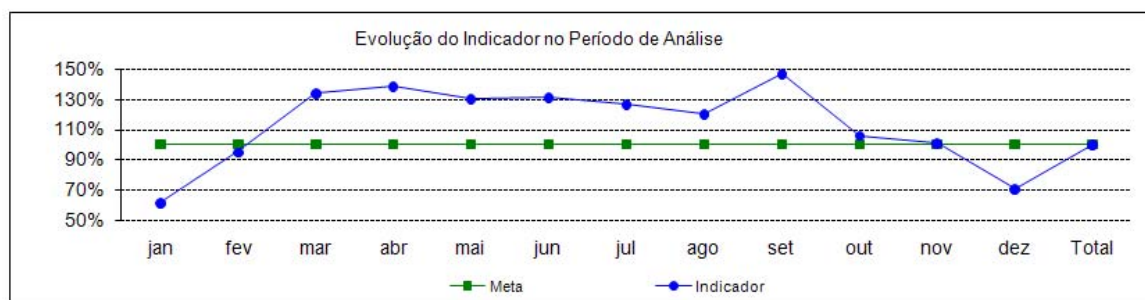


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Ações de Fiscalização
Nome do Indicador	Índice de ações de fiscalização
Conceituação	Estima o percentual de atendimento da meta estipulada para o número de ações de fiscalização.
Objetivo do indicador	Realizar o maior número de ações de fiscalização, com o objetivo de dar maior visibilidade da ANP para a sociedade.
Limitações	Possíveis restrições orçamentárias e de infra-estrutura
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Ações de Fiscalização dividido pela Meta de Ações

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta de Ações	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	25000
Ações de Fiscalização	1278	1978	2790	2890	2714	2731	2642	2503	3060	2207	2099	1476	28368
Meta	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Indicador	61,3%	94,9%	133,9%	138,7%	130,3%	131,1%	126,8%	120,1%	146,9%	105,9%	100,8%	70,8%	100,0%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SFI - Índice de Autos de Infração

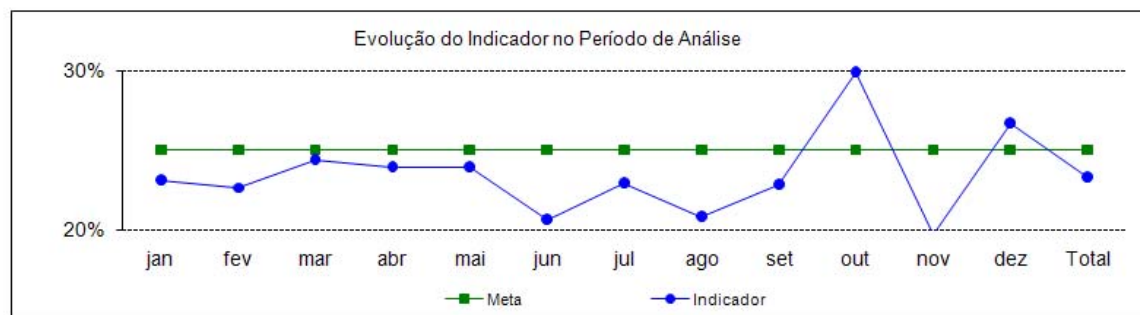


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Autos de Infração
Nome do Indicador	Índice de Autos de Infração
Conceituação	Estimar o percentual de autos de infração sobre o total de ações de fiscalização
Objetivo do indicador	Focar as ações de fiscalização em agentes que apresentem possíveis irregularidades, baseadas em planejamento e atendimento às denúncias recebidas
Limitações	Condições do mercado
Meta para o Período	25%
Fórmula do Indicador	Autos de Infração dividido por Ações de Fiscalização

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Autos de Infração	295	448	681	692	650	562	604	521	699	659	414	394	6619
Ações de Fiscalização	1278	1978	2790	2890	2714	2731	2642	2503	3060	2207	2099	1476	28368
Meta	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25,0%
Indicador	23,1%	22,6%	24,4%	23,9%	23,9%	20,6%	22,9%	20,8%	22,8%	29,9%	19,7%	26,7%	23,3%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

Com base em dados históricos, estabeleceu-se uma meta de autuações sobre o total de fiscalizações, para avaliar se a fiscalização está direcionada aos principais focos de irregularidades.

SFI - Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância

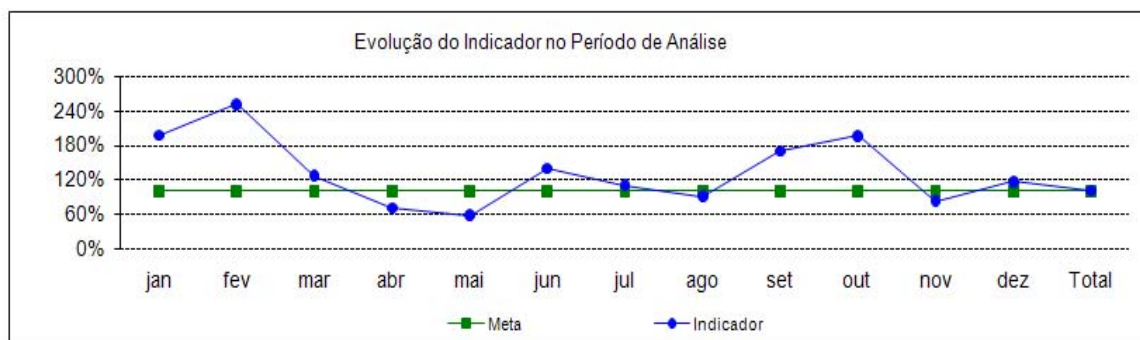


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Julgamento dos processos administrativos em 1ª instância
Nome do Indicador	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância
Conceituação	Julgar o mesmo quantitativo de processos administrativos que são instaurados pelos autos de infração.
Objetivo do indicador	Manter o fluxo de processos administrativos controlado, sem a formação de estoque de processos a serem julgados em 1ª instância.
Limitações	Quantidade de processos instaurados e de julgadores destes processos
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Decisões dividido por Novos Processos

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Novos Processos	123	204	298	478	717	403	410	632	428	326	715	291	5025
Processos Julgados	242	513	374	332	404	558	449	567	723	637	580	337	5716
Meta	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100,0%
Indicador	196,7%	251,5%	125,5%	69,5%	56,3%	138,5%	109,5%	89,7%	168,9%	195,4%	81,1%	115,8%	100,0%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SPG - Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties

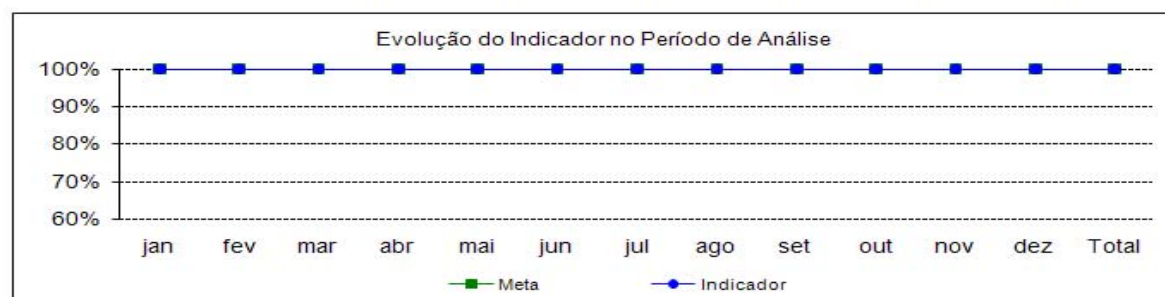


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Controle das Participações Governamentais - SPG
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Crítério	Processos
Foco	Efetuar todos os cálculos e as distribuições de Royalties visando a otimização no menor prazo possível.
Nome do Indicador	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento aos prazos internos para cálculo e distribuição de Royalties.
Objetivo do indicador	Verificar a agilidade quanto à apuração, análise e distribuição dos valores dos royalties.
Limitações	Dependência de informações externas e de impedimentos processuais (liminares) e outros de ordem operacional relacionados ao desenvolvimento de um sistema, para cálculo dos royalties, e sua manutenção.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Indicador = $100 - (Am + Ae)$ se $dm + de > 38$, então $Am + Ae = (dm + de) - 38$; se $dm + de \leq 38$, então $Am + Ae = 0$. Onde: Am = dias de atraso na distribuição aos municípios; Ae = dias de atraso na distribuição aos estados; dm = dia de distribuição aos municípios (24º dia do mês); de = dia de distribuição aos estados (14º dia do mês).

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%



Análise dos Resultados

Janeiro/09: dm= 21/01/2009 e de= 14/01/2009. Fevereiro/09: dm= 19/02/2009 e de= 11/02/2009. Março/09: dm= 18/03/2009 e de= 11/03/2009. Abril/09 dm= 22/04/2009 e de= 13/04/2009. Maio/09 dm= 20/05/2009 e de= 14/05/2009. Junho/09 dm= 18/06/2009 e de= 10/06/2009. Julho/09. dm= 20/06/2009 e de= 13/06/2009. dm= 20/08/2009 e de= 13/08/2009. dm= 18/09/2009 e de= 11/09/2009. dm= 20/10/2009 e de= 13/10/2009. dm= 23/11/2009 e de= 12/11/2009. dm= 18/12/2009 e de= 10/12/2009.

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

Considera-se como DIA DE DISTRIBUIÇÃO, para efeito do cálculo deste indicador, a data do envio do arquivo DAF603C ao Banco do Brasil.

SPP – Emissão de Relatórios e Informações Mensais

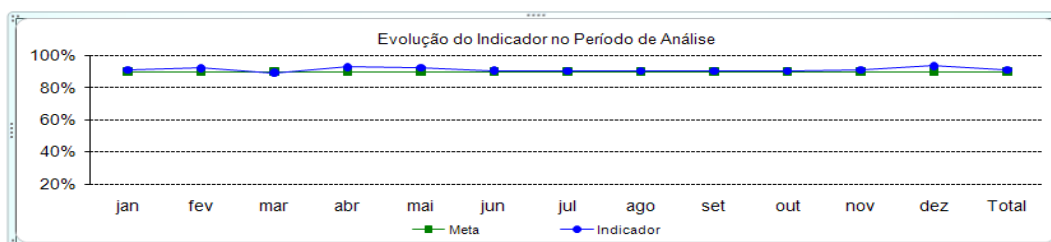


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Planejamento e Pesquisa - SPP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Emissão dos relatórios e informações de frequência mensal, pela SPP, dentro dos prazos estipulados neste indicador.
Tipo de Indicador	Eficiência
Nome do Indicador	Emissão de Relatórios e Informações Mensais
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento aos prazos internos para divulgação dos seguintes relatórios ou informações: (i) Boletim Eletrônico; (ii) Boletim Internacional; (iii) Dados Estatísticos Mensais; (iv) Boletim de Biocombustíveis.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência e regularidade no que se refere à análise dos dados e emissão dos relatórios e informações pela SPP nos prazos definidos neste indicador.
Limitações	Todos os relatórios acima mencionados dependem de informações externas à SPP (tanto de outras unidades organizacionais da ANP quanto de órgãos externos) e, portanto, para que tais relatórios sejam emitidos nos prazos definidos neste indicador é de suma importância que as informações estejam disponibilizadas para a Superintendência de forma integral, sem erros e no prazo correto.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Indicador = Média (I _i), onde i = a, b, c, d $a = 90 + \frac{x}{100} - \frac{y}{100}$, a = Boletim Eletrônico $b = 90 + \frac{x}{100} - \frac{y}{100}$, b = Boletim Internacional $c = 90 + \frac{x}{100} - \frac{y}{100}$, c = Dados Estatísticos Mensais $d = 90 + \frac{x}{100} - \frac{y}{100}$, d = Boletim de Biocombustíveis Onde: x = dias úteis que antecederam a data prevista de emissão do documento; e y = dias úteis que ultrapassaram a data prevista de emissão do documento.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Indicador Boletim Eletrônico	91%	94%	86%	92%	90%	89%	91%	93%	93%	90%	94%	94%	91%
Indicador Boletim Internacional	88%	89%	95%	97%	96%	90%	89%	89%	89%	90%	89%	94%	91%
Indicador Dados Estatísticos	89%	91%	86%	92%	91%	93%	90%	89%	89%	91%	90%	91%	90%
Indicador Boletim de Biocombustíveis	96%	94%	89%	90%	92%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	95%	91%
Indicador	91%	92%	89%	93%	92,3%	90,5%	90,3%	90,3%	90,3%	90,3%	90,8%	93,5%	91%



Análise dos Resultados

Os resultados alcançados foram satisfatórios.

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

O Boletim do Gás foi excluído do cálculo do indicador, já que a SCM se tornou responsável por sua edição a partir de 2009.

Observações

Nome do Relatório	Frequência	Prazo	Meio de Divulgação
Boletim Eletrônico	mensal	até o dia 15	email
Boletim Internacional	mensal	até o fim do mês	email
Boletim de Biocombustíveis	mensal	até o fim do mês	email
Dados Estatísticos	mensal	até o dia 10	site da ANP

Para efeitos deste Indicador, os relatórios ou informações serão considerados como "EMITIDOS" quando os mesmos estiverem disponibilizados para o seu público alvo através do meio de divulgação constante da tabela acima.

Os dias adiados e atrasados serão calculados a partir do número de dias úteis.

Os dados e informações referentes aos Dados Estatísticos possuem as seguintes características:

Os dados de vendas têm por base a Resolução 17/2004

Os dados de produção de petróleo e gás natural tem por base o Decreto Federal 2.705 de 1998, que obriga as produtoras a informarem os dados até o dia 15 do mês subsequente.

Os dados de processamento de petróleo e gás natural e produção de derivados têm por base a Resolução 17/2004.

As informações de importações e exportações de petróleo, derivados e gás natural têm como fonte a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Os dados estão disponíveis no site por volta do dia 15 do mês subsequente.

SPP - Emissão do Informe Conjuntura & Informação

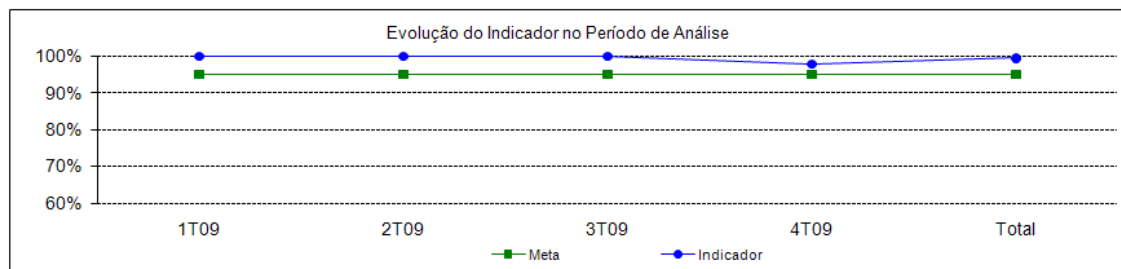


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Planejamento e Pesquisa - SPP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Emitir o Informe Conjuntura & Informação dentro dos prazos estipulados neste indicador.
Nome do Indicador	Emissão do Informe Conjuntura & Informação
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento aos prazos internos para divulgação do Informe Conjuntura & Informação
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia e regularidade no que se refere à análise dos dados e emissão do referido Informe nos prazos definidos neste indicador.
Limitações	O Informe em questão possui informações externas à SPP (tanto de outras unidades organizacionais da ANP quanto de órgãos externos) e, portanto, para que o mesmo seja emitido nos prazos definidos neste indicador é de suma importância que as informações estejam disponibilizadas para a Superintendência de forma integral, sem erros e no prazo correto.
Meta para o Período	0,95
Fórmula do Indicador	Indicador = 100 - ACI
	Se ACI = 90, então Indicador = zero.
	Onde: ACI = dias de atraso que excederem a data prevista para a emissão do Conjuntura e Informação

Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%
Dias de Atraso Conjuntura & Informação	0	0	0	2	1
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%	98,0%	99,5%



Análise dos Resultados

Os resultados alcançados foram satisfatórios.

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

O Informe Conjuntura & Informação é emitido trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro. As informações constantes do Informe possuem defasagem de 15 a 75 dias, dependendo da informação. Para efeitos deste indicador, o Informe será considerado emitido quando do envio de email, através da conta Conjuntura e Informação, para o público externo. O prazo limite para envio do Informe é o dia 15 de cada mês de sua emissão.

SPP - Emissão do Anuário Estatístico

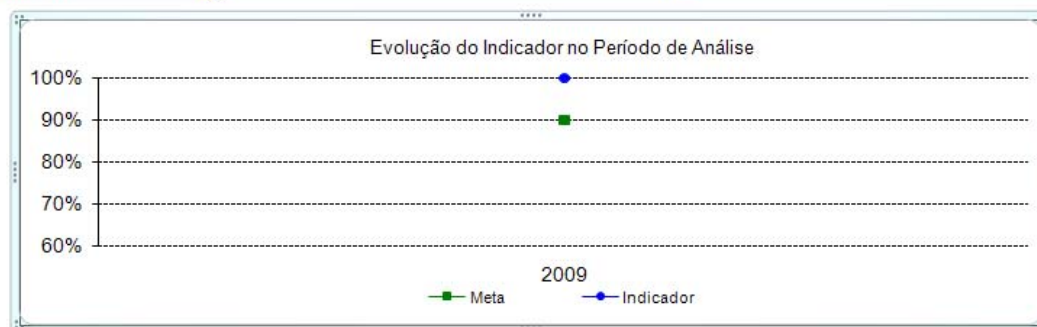


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Planejamento e Pesquisa - SPP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2009
Frequência de Medição	Anual
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Emissão do anuário estatístico pela SPP dentro do prazo estipulado neste indicador.
Nome do Indicador	Emissão do Anuário Estatístico
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento ao prazo para divulgação do Anuário Estatístico
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia e regularidade no que se refere à análise dos dados e emissão do Anuário Estatístico no prazo definido neste indicador.
Limitações	O Anuário Estatístico depende de informações externas à SPP (tanto de outras unidades organizacionais da ANP quanto de órgãos externos) e, portanto, para que os relatórios sejam emitidos no prazo definido neste indicador é de suma importância que as informações estejam disponibilizadas para a Superintendência em sua integridade e no prazo correto.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Quantidade de gráficos e tabelas disponibilizados no site da ANP até o final de setembro dividido pela quantidade de gráficos e tabelas previstos para o Anuário Estatístico do ano.

Evolução do Indicador

Ano	2009
Meta	90,0%
Indicador	100%



Análise dos Resultados

O anuário foi disponibilizado no site da ANP no início de agosto.

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

O Anuário Estatístico é emitido anualmente no mês de setembro. As informações constantes do Anuário se referem ao período de janeiro a dezembro do ano anterior.

SRH – Índice de Execução orçamentária do PAC



FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Recursos Humanos - SRH
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2009
Frequência de Medição	Anual
Critério	Pessoas
Foco	Aproveitamento dos recursos disponíveis para promover a capacitação dos servidores da ANP
Nome do Indicador	Índice de Execução orçamentária do PAC
Conceituação	Mede o percentual de recursos utilizados para Capacitação com relação ao que fora disponibilizado.
Objetivo do indicador	Acompanhar a utilização de recursos disponibilizados no Plano Anual de Capacitação
Limitações	O indicador é impactado diretamente por dificuldades para licitar cursos
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Total gasto em capacitação dividido pela verba disponibilizada para tanto

Evolução do Indicador

Ano	2009
Meta	100,0%
Valor gasto com Capacitação	R\$2.289.258,14
Valor disponibilizado para Capacitação	R\$2.663.871,00
Indicador	85,9%



Análise dos Resultados

A ANP utilizou 85,9% dos recursos destinados à capacitação dos servidores.

Pontos Críticos

Dificuldades pra licitar cursos "in company".

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Abrir processos licitatórios para a realização de cursos "in company", além de um maior planejamento das unidades organizacionais com realção aos treinamentos demandados.

Observações

Conceitos do Indicador:

Servidores abrangidos:

- I - Servidores com cargo efetivo do Quadro de Pessoal.
- II - Procuradores Federais.
- III - Servidores Nomeados para Cargo Comissionado Sem Vínculo.
- IV - Servidor Requisitado.
- V - Servidor em Exercício Provisório.
- VI - Pessoal Técnico em Regime de Contrato por Tempo Determinado.

Capacitação: Cursos Presenciais; Pós-Graduação; Eventos à distância; Aprendizagem em serviço; Intercâmbio ou Seminários, Congressos, Encontros Técnicos, Conferências, Palestras, Workshops e outros eventos similares; Outras Atividades Congêneres.

Legislação: IN 007/06; Lei nº 10.871, de 21 de maio de 2004, parágrafo único, inciso IV do art. 13. Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

SRH – Execução do PAC anual

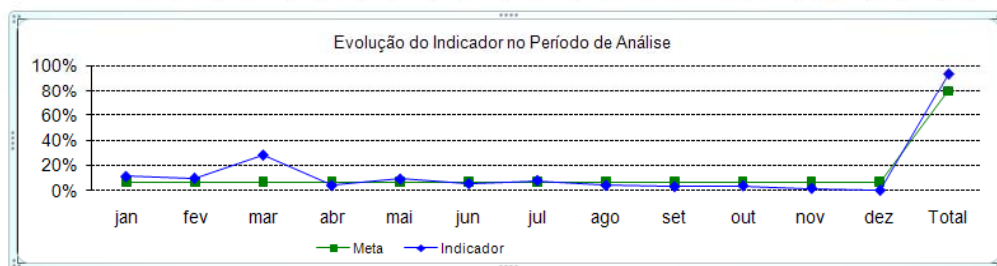


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Recursos Humanos - SRH
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2008
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Pessoas
Foco	Promover a capacitação dos servidores da ANP ao longo do tempo.
Nome do Indicador	Execução do PAC anual
Conceituação	Mede o percentual de servidores da ANP que participaram de eventos de capacitação no período analisado.
Objetivo do indicador	Acompanhar a quantidade de servidores capacitados para o desempenho das atividades a eles atribuídas, de acordo com o Plano Anual de Capacitação da Agência.
Limitações	O indicador é impactado diretamente por restrições orçamentárias.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de servidores capacitados, de acordo com o Plano Anual de Capacitação, dividido pelo número de servidores da Agência. Nos dados mensais, cada servidor é computado apenas no primeiro mês no qual é treinado.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	80,0%
Servidores Capacitados	88	80	224	35	75	47	66	36	28	33	17	5	734
Servidores da Agência	764	785	787	790	792	791	792	793	787	781	781	784	784
Indicador	11,5%	10,2%	28,5%	4,4%	9,5%	5,9%	8,3%	4,5%	3,6%	4,2%	2,2%	0,6%	93,6%



Análise dos Resultados

A SRH/ANP treinou 734 servidores em 2009, o que corresponde a 93,6% do quantitativo de pessoal atual.

Pontos Críticos

Dificuldades quanto ao espaço físico para a realização dos eventos "in company" e para licitar os cursos.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Destinar local para montar sala de treinamentos.

Observações

Conceitos do Indicador:

Servidores abrangidos:

- I - Servidores com cargo efetivo do Quadro de Pessoal
- II - Procuradores Federais
- III - Servidores Nomeados para Cargo Comissionado sem Vínculo
- IV - Servidor Requisitado
- V - Servidor em Exercício Provisório

Capacitação: Cursos Presenciais; Pós-Graduação; Eventos à distância; Aprendizagem e serviço; Intercâmbios ou estágios; Seminários, Congressos, Encontros Técnicos, Conferências, Palestras, Workshops e outros eventos similares; Outras Atividades Congêneres.

Legislação: IN 007/06; Lei n 10.871, de 21 de maio de 2004, parágrafo único, inciso IV do art. 13.

Decreto n 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

SRP – Índice de Análise de Informações Declaradas

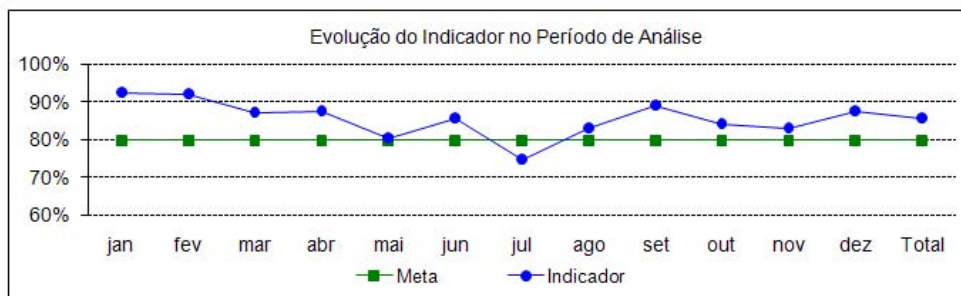


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SRP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro/2009
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumentar a qualidade de análise das informações declaradas pelos Agentes Econômicos, por meio do Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos - DPMP e do Demonstrativo de Controle de Produtos Processados - DCPD e do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos - SIMP.
Nome do Indicador	Índice de Análise de Informações Declaradas
Conceituação	Estima o número de análises realizadas para verificar a conformidade das informações declaradas mensalmente pelos Agentes Econômicos, por meio do SIMP e do DCPD.
Objetivo do indicador	Verificar se as informações declaradas pelos Agentes Econômicos estão sendo analisadas corretamente e dentro do prazo de 15 dias, a contar da data de recebimento das mesmas.
Limitações	Impactado pela funcionalidade do sistema de recebimento das informações e fica restrito aos dados declarados pelos Agentes Econômicos no período.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de Declarações Analisadas dentro do prazo dividido pelo Número de Declarações Recebidas.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%
Indicador	92,7%	92,3%	87,3%	87,7%	80,6%	85,9%	75,0%	83,3%	89,3%	84,5%	83,3%	87,7%	85,8%



Análise dos Resultados

O indicador retrata que a análise das declarações recebidas dentro do prazo, pela SRP, está atendendo a meta estipulada.

Pontos Críticos

A análise dos dados é prejudicada pelo aplicativo de extração de dados, que é uma ferramenta extremamente precária para lidar com volumes de dados muito grandes. O aplicativo i-SIMP permite que os agentes cometam erros no preenchimento dos campos, o que aumenta a quantidade de inconsistências observadas nos dados recebidos.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Implantação de um aplicativo de extração de dados mais eficiente e o desenvolvimento de relatórios de dados consolidados.
Desenvolvimento de uma nova versão do aplicativo de remessa de dados.

Observações

A quantidade de relatórios recebidos aumentou em relação ao ano de 2008 devido às novas outorgas de autorização para produção de biodiesel e ao contínuo trabalho de orientação dos agentes regulados por parte da SRP.

SRP – Índice de Fiscalização de Instalações

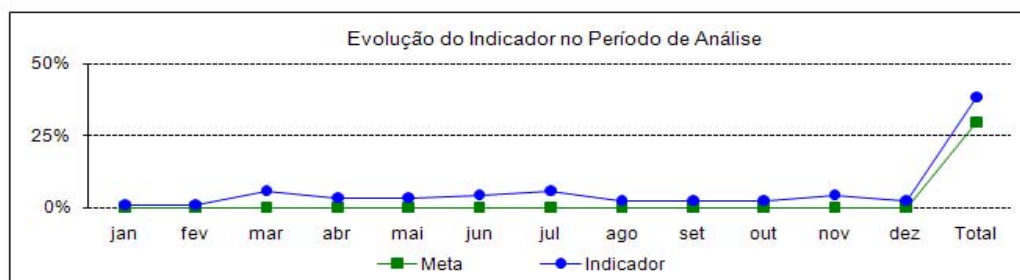


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SRP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro/2009
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Cumprir, com mais eficácia, a atividade de fiscalização das atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.
Nome do Indicador	Índice de Fiscalização de Instalações.
Conceituação	Estima o grau de cumprimento da atividade de fiscalizações em concordância com o número de instalações autorizadas para refino, processamento de gás natural, produção de biocombustíveis, produção de solventes, produção de combustíveis por centrais petroquímicas e formulação de combustíveis.
Objetivo do indicador	Verificar se a Superintendência está acompanhando e fiscalizando "in loco" as atividades dos Agentes Econômicos autorizados, de acordo com as prescrições das Portarias e Resoluções aplicáveis.
Limitações	Impactado por restrições orçamentárias.
Meta para o Período	30%
Fórmula do Indicador	Número de Fiscalizações realizadas dividido pelo Número de Instalações Autorizadas.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	30,0%
Indicador	0,84%	0,84%	5,88%	3,36%	3,36%	4,20%	5,88%	2,52%	2,52%	2,52%	4,20%	2,52%	38,66%



Análise dos Resultados

Aumento em decorrência de fiscalizações realizadas Unidades de Processamento de Gás Natural e Refinarias autorizadas, com o objetivo atualizar os ativos industriais existentes nos agentes econômicos.

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

Refinarias: 17
 Unidades de Processamento de Gás Natural: 30
 Plantas produtoras de Biodiesel: 64
 Formuladores de Combustíveis: 01
 Centrais Petroquímicas: 03
 Produtores de Solventes: 04
 TOTAL DE INSTALAÇÕES AUTORIZADAS: 119
 META: Vistoriar 35 instalações por ano.

SRP – Índice de Análise de Processos da SRP

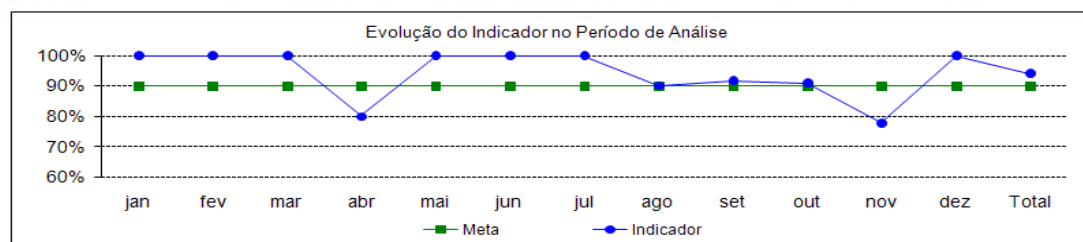


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SRP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro/2009
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Aumentar a eficácia de análise de processos de autorização.
Nome do Indicador	Índice de Análise de Processos da SRP
Conceituação	Estima o número de processos analisados dentro do prazo, conforme prescrito nas Resoluções e Portarias ANP (vide observações).
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia quanto ao processo de análise de pedidos de autorização de empresas ou consórcio de empresas, atendendo as prescrições das Resoluções e Portarias ANP (vide observações).
Limitações	O levantamento deste indicador deve ser feito considerando o prazo estipulado em cada Resolução ou Portaria ANP, para análise de processos de autorização. A contagem do tempo paralisa no momento em que são solicitados do Agente Econômico dados e informações necessários e não-constantes ou inadequadamente prestados no processo, iniciando nova contagem de prazo a partir do recebimento da resposta do agente à solicitação.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Número de Processos Analisados dentro do Prazo Estipulado pelas Resoluções e Portarias ANP dividido pelo Número de Processos Recebidos no Período

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%	80,0%	100,0%	100,0%	100,0%	90,0%	91,7%	90,9%	77,8%	100,0%	94,2%



Análise dos Resultados

O indicador retrata que a análise dos processos de autorização, na SRP, está atendendo o prazo estipulado nas Portarias e Resoluções ANP.

Pontos Críticos

- - -

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

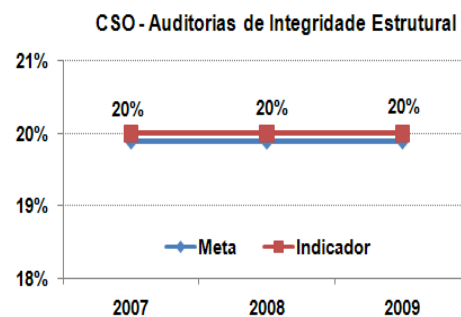
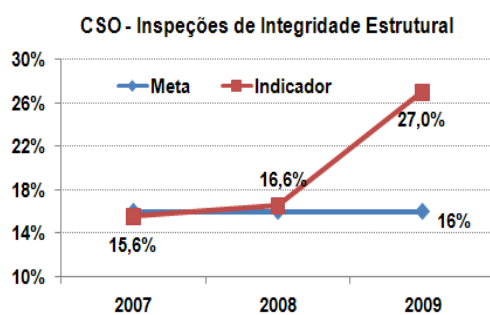
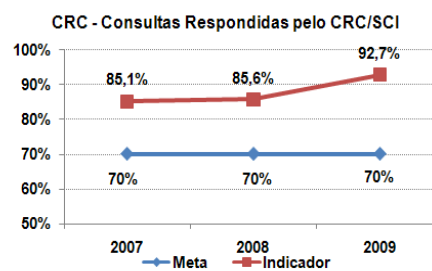
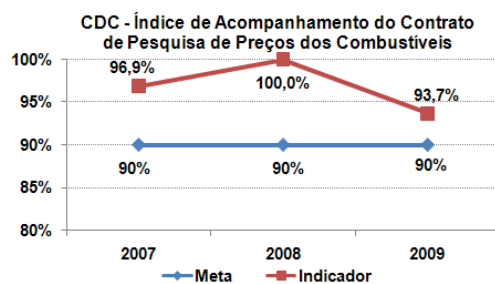
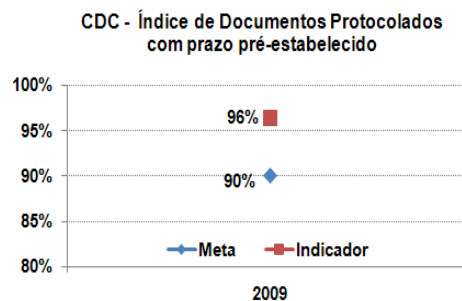
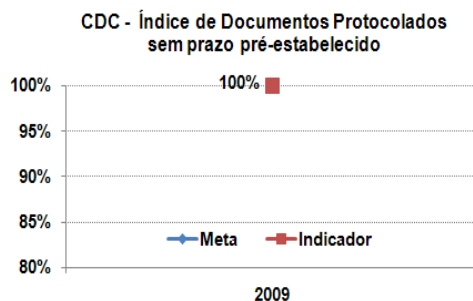
O indicador deve passar a ser semestral para melhor retratar o andamento dos processos, visto que nas resoluções em questão existe parágrafo informando que "A ANP poderá solicitar aos requerentes, dados e informações complementares, caso em que, o prazo, indicado no "caput" do presente artigo, poderá ser estendido por igual período, contado da data de protocolo na ANP desses dados e informações."

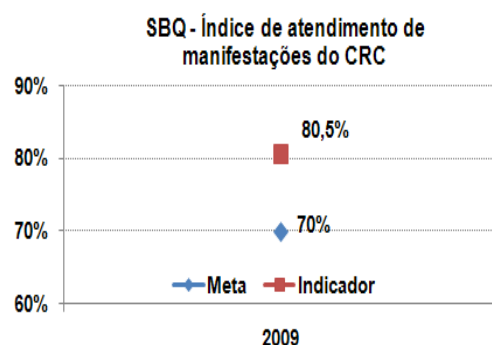
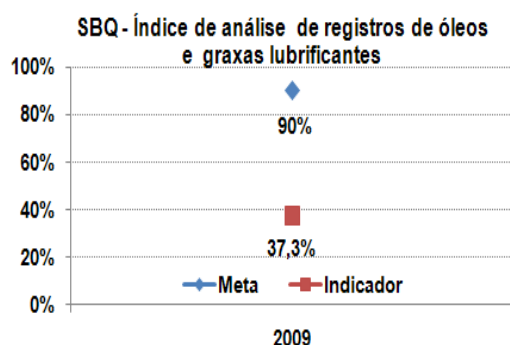
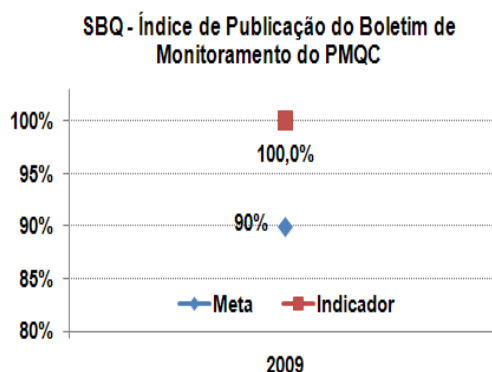
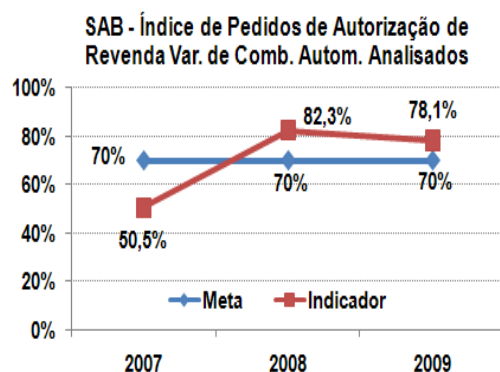
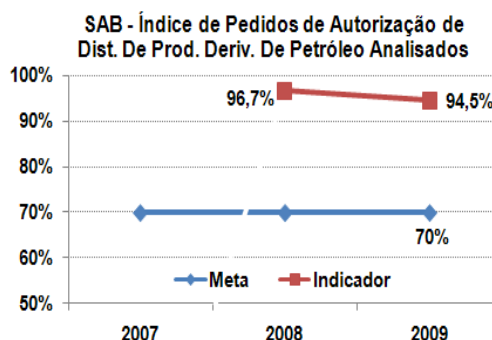
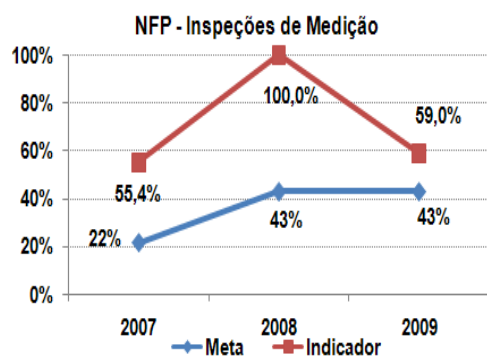
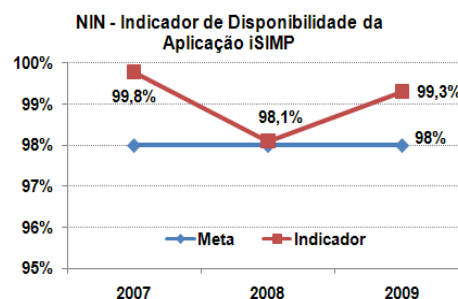
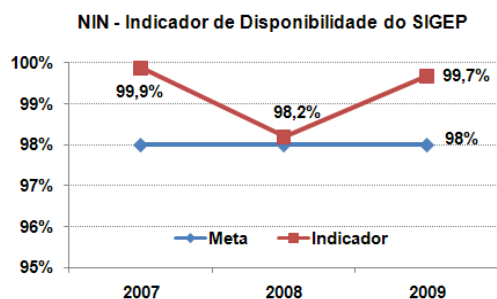
Observações

Para efeitos de mensuração deste indicador, serão considerados os pedidos ou documentações complementares recebidas entre o dia 01.01.09 e:

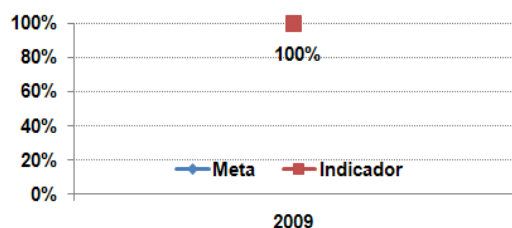
- 31.08.09, para a Portaria ANP n.º 318/2001 (120 dias para análise);
 - 30.09.09, para as Portarias ANP n.º 28/1999 e n.º 316/2001 (90 dias para análise);
 - 31.10.09, para as Portarias ANP n.º 84/2001, n.º 317/2001, n.º 243/2000 e n.º 118/2000 (60 dias para análise); e
 - 14.11.09, para a Resolução ANP n.º 25/2008 (45 dias para análise para autorização de construção, 30 dias para autorização de operação e 30 dias para autorização de comercialização);
- Estes prazos são necessários pois o fim do período de análise é em 31.12.09.

ANEXO – GRÁFICOS DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES

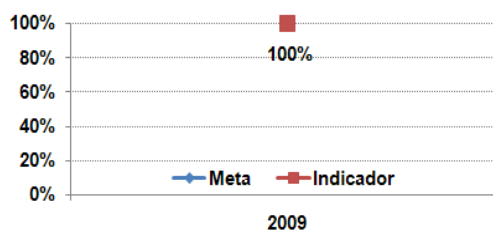




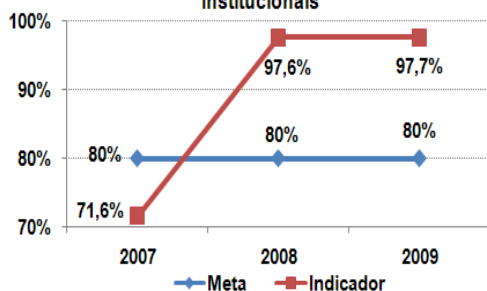
SDB - Estudo em blocos exploratórios



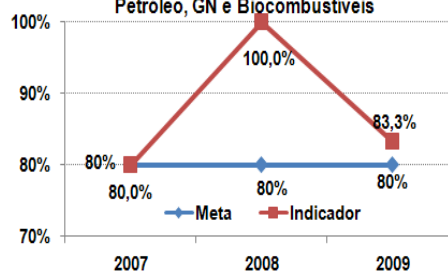
SDB - Fiscalização de projetos



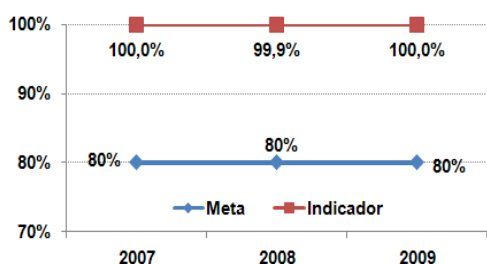
SCI - Comunicação com Públicos Institucionais



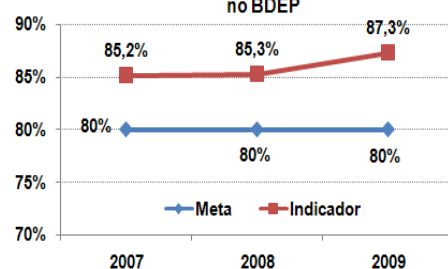
SCI - Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis



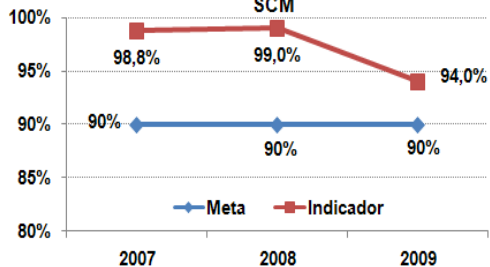
SCI - Comunicação com a Imprensa



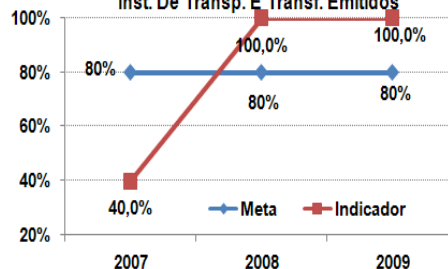
SDT - Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP

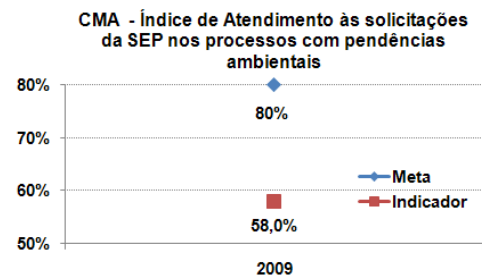
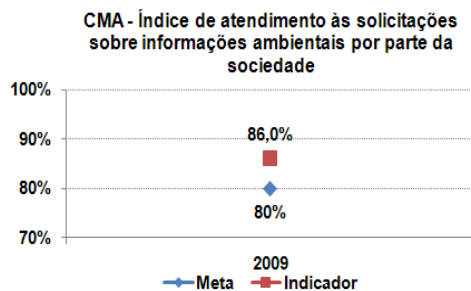
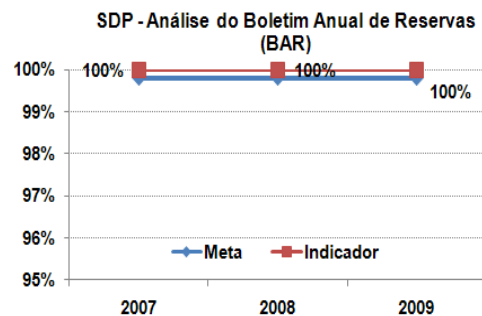
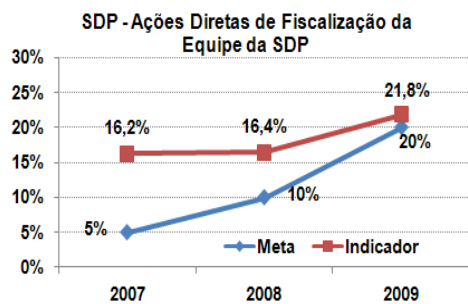
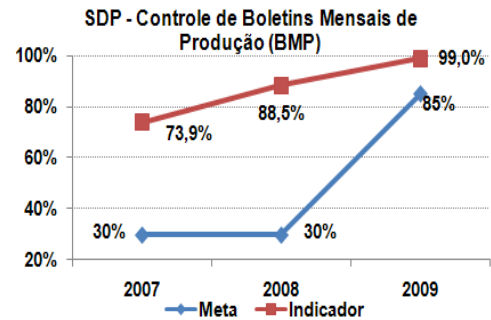
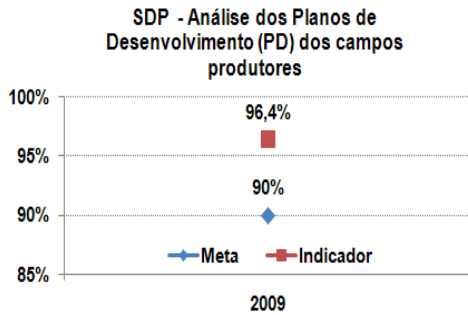
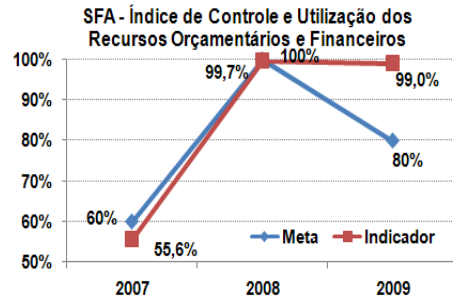
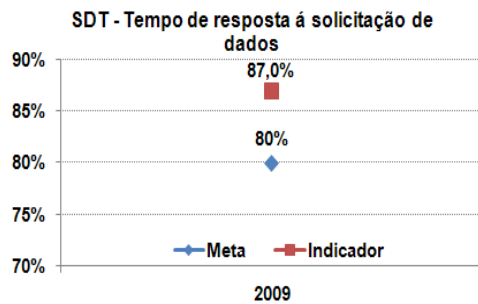


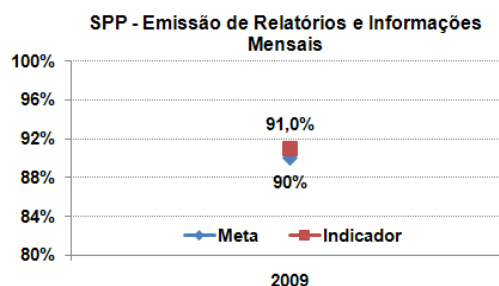
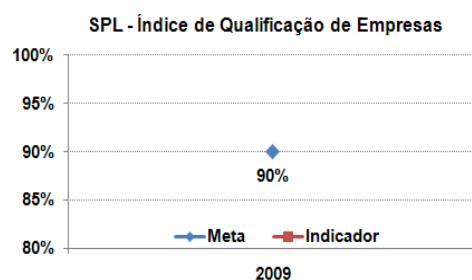
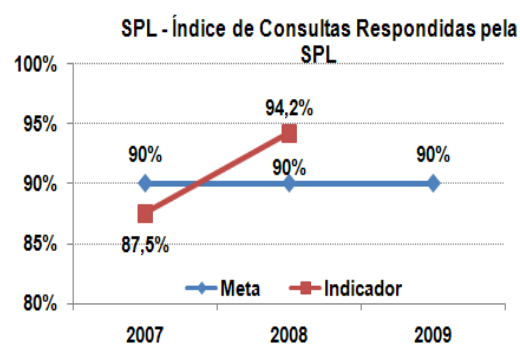
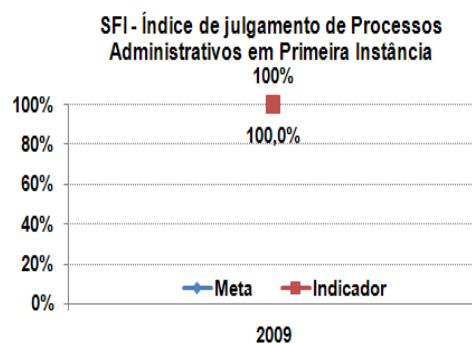
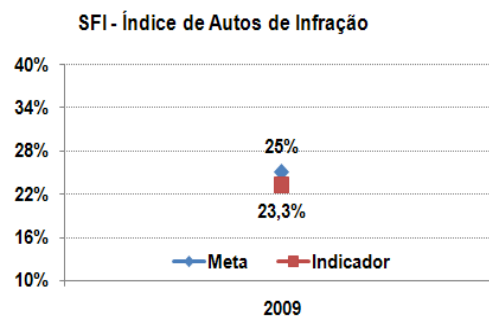
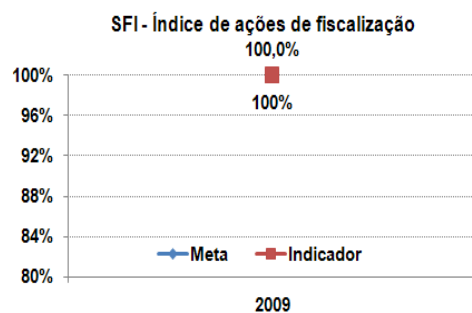
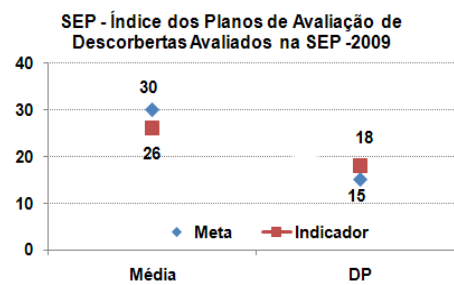
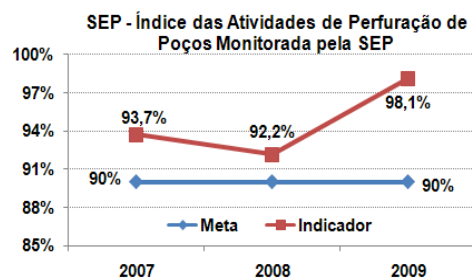
SCM - Índice de Processos Analisados pela SCM

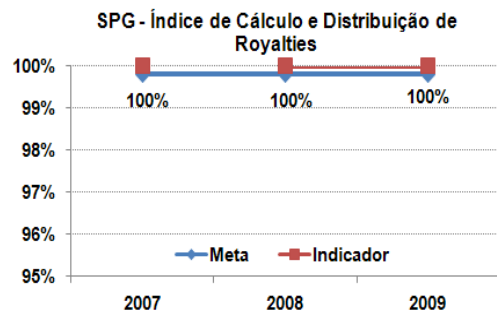
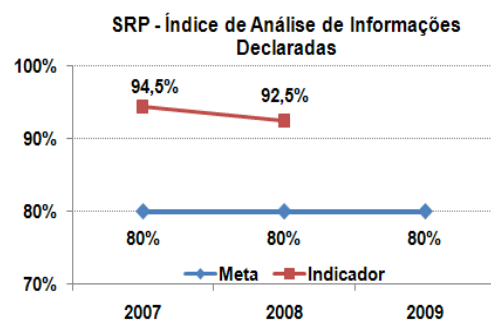
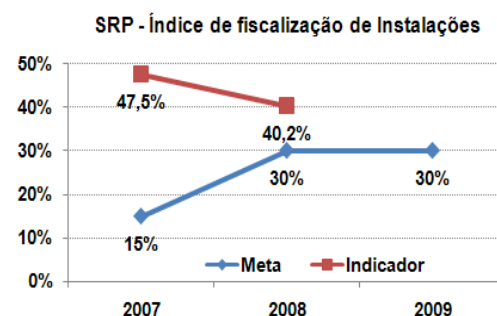
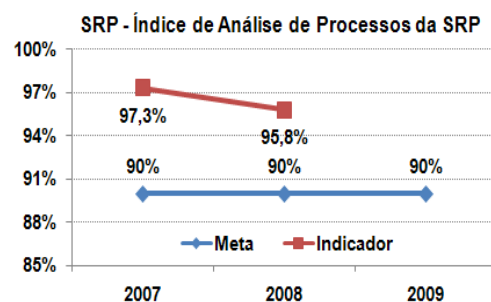
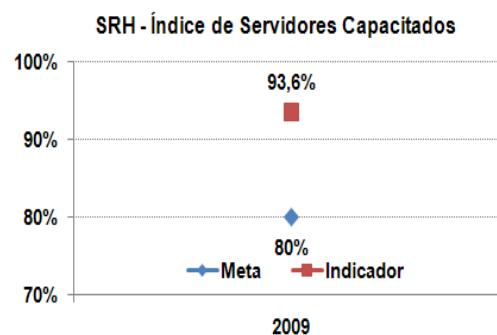
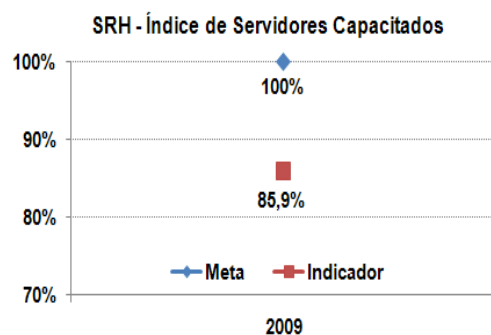
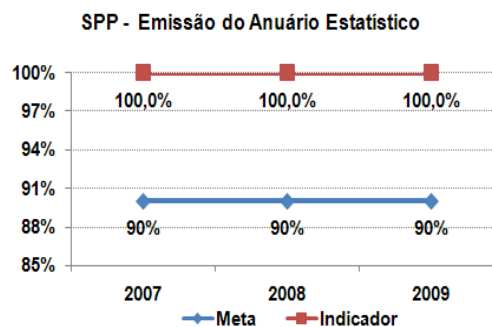
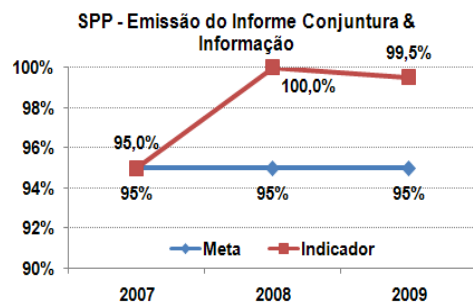


SCM - Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. De Transp. E Transf. Emitidos












ANEXO III

(Item 1 da parte B do Anexo II da DN TCU nº 100/2009)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biotecnologia - ANP			323031
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	30 de março de 2010.
Contador Responsável	 FELÍCISSIMO CARDOSO NETO Contador Responsável Mat. 12888806 CRC/RJ 026364/0-0	CRC nº	026364/0-0



ANEXO IV

Declaração da Área Responsável
(Item 13 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

A Comissão Permanente de Licitações atesta que as informações referentes aos contratos decorrentes de certames licitatórios realizados na modalidade Pregão e a Convênios celebrados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biotecnologia estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

Fica ressalvado que as informações relativas aos ajustes firmados pela ANP em face de licitações nas modalidades previstas na Lei nº 8.666/93 passaram a ser disponibilizadas no SIASG tão logo o Sistema passou a recebê-las, e que aquelas pertinentes aos certames na modalidade consulta, que está prevista no Regulamento para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços da ANP, não são acolhidas pelo SIASG.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2010.


Jorge Luis de Almeida
Matrícula 2219921

Jorge Luis de Almeida
Assessor de Superintendência
Matrícula 221.992.1
ANP/CPL

RELATÓRIO DE GESTÃO nº 224.593

ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA: 2.1.2.1 – CONVÊNIOS DE OBRAS E SERVIÇOS

RECOMENDAÇÃO: 001

- 1.1) Descrição: O termo de convênio deve contemplar todas as cláusulas exigidas pela legislação pertinente para celebração de convênios ou termos de cooperação devendo ser observados os ditâmes previstos na Portaria Interministerial nº 127/2008 e no Decreto nº 6170/2007.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda.
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: O convênio nº 636386 celebrado com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, para operacionalização de estágio de estudantes, assinado em 31/10/2008, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, foi aditado em 31/10/2009, por mais 12 (doze) meses, contemplando todas as cláusulas previstas na Portaria Interministerial nº 127/2008. A recomendação foi atendida e sua implementação é de responsabilidade da Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH.

RECOMENDAÇÃO: 002

- 1.1) Descrição: A liberação de recursos do convênio deve ser condicionada a regular e tempestiva apresentação da prestação de contas dos recursos transferidos dentro do prazo legal estabelecido.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: Orientação para os responsáveis aprimorarem o controle na liberação dos pagamentos. A recomendação exige permanente acompanhamento e sua implementação é de responsabilidade da Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA .

RECOMENDAÇÃO: 003

- 1.1) Descrição: Deve ser requerida a apresentação de todos os documentos exigidos pela legislação pertinente em vigor, como condição para aprovação da prestação de contas da conveniente, observando os ditâmes previstos na Portaria Interministerial nº 127/2008 e no Decreto nº 6170/2007.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: Orientação para os responsáveis aprimorarem o controle na aprovação da prestação de contas. A recomendação exige permanente acompanhamento e sua implementação é de responsabilidade da SRH e da SFA .

RECOMENDAÇÃO: 004

- 1.1) Descrição: A ANP deverá apurar e identificar todas as transações bancárias que subsidiaram o pagamento dos estagiários e dos valores das contribuições institucionais devidas à conveniente, no levantamento dos saldos finais e eventuais prejuízos financeiros decorrentes da não aplicação financeira dos recursos transferidos, considerando inicialmente os anos de 2006 e 2007.

O resultado dos trabalhos serão remetidos à CGU/RJ, que analisará a necessidade de regredir a apuração até o ano de 2003, de forma a abranger todo o período da execução financeira do convênio, bem como de dar andamento ao cumprimento das recomendações emanadas por intermédio da nota de auditoria nº 217706/03.

- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A Auditoria, por meio de Relatório, apurou e identificou todas as transações bancárias que subsidiaram o pagamento dos estagiários e dos valores das contribuições institucionais. A recomendação foi atendida e sua implementação é de responsabilidade da Auditoria Interna.

RECOMENDAÇÃO: 005

- 1.1) Descrição: Promover sistemática e tempestivamente os registros, no SIAFI, quanto à aprovação ou não das prestações de contas apresentadas pelo conveniente, em estrita observância ao que estabelecem os arts. 56 a 60, 63, 64 e 65, da Portaria Interministerial nº 127/2008 e ao Decreto 6.170/2007.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A área financeira aperfeiçoou o registro no SIAFI, principalmente, no que se refere à aprovação ou não das prestações de contas apresentadas pelos convenientes. A recomendação exige permanente acompanhamento e sua implementação é de responsabilidade da SFA

RECOMENDAÇÃO: 006

- 1.1) Descrição: A ANP deve atuar de forma sistemática e efetiva no planejamento, acompanhamento e fiscalização da execução do convênio, observando os dispositivos legais previstos no art. 51 e seguintes da Portaria Interministerial n.º 127/2008 e no Decreto 6.170/2007, ora vigentes, em especial no que tange à designação de servidor responsável, ao registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, abertura de conta específica para movimentação dos recursos transferidos, à observância do cronograma de desembolso financeiro previsto, dentre outros procedimentos pertinentes, com vistas a sanar as falhas apontadas no corpo deste relatório de auditoria.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: Orientação para os responsáveis aprimorarem o acompanhamento e fiscalização da execução do convênio. Nomeado formalmente o fiscal e determinado ao conveniente a abertura de conta específica. A recomendação exige permanente acompanhamento e sua implementação é de responsabilidade da SRH.

RECOMENDAÇÃO: 007

- 1.1) Descrição: Deve ser revisto o convênio SIAFI nº 636.386, atualmente vigente, celebrado para operacionalização de estágios de estudantes, à luz dos normativos ora vigentes, Portaria Interministerial nº 127/2008 e Decreto nº 6.170/2007, e demais dispositivos legais pertinentes, observando as recomendações presentes no relatório de auditoria de gestão nº 224593 sobre o assunto, especialmente no que tange à abertura de conta específica para movimentação dos recursos transferidos à conveniente.
- 2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: Concorda
- 3. Providências adotadas e setor responsável pela implementação: O convênio SIAFI nº 636386, foi aditado em 31/10/2009, por mais 12 (doze) meses, contemplando todas as cláusulas previstas na Portaria Interministerial nº 127/08, inclusive, foi aberta conta específica, para recebimento, pelo conveniente da devida contribuição institucional, pois os estagiários recebem pelo SIAPE. A recomendação foi atendida e sua implementação é de responsabilidade da SRH.

RECOMENDAÇÃO: 001

- 1.1) Descrição: O Plano de Trabalho deve contemplar as metas quantitativas e qualitativas, especialmente no que tange à estimativa dos recursos financeiros, especificação dos bens, serviços e obras necessários à execução do objeto conveniado, dentre outros, e o termo de convênio deve contemplar todas as cláusulas exigidas pela legislação pertinente para celebração de convênios ou termos de cooperação, devendo ser observados os ditames previstos na Portaria Interministerial nº 127/2008 e no Decreto 6.170/2007, ora vigentes, que revogaram a IN 01/97.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
2. Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO e a Diretoria de Portos e Costas – DPC com o apoio da Auditoria Interna da ANP prepararam a revisão do Aditivo e do Plano de Trabalho com o objetivo de cumprir as recomendações da CGU, apresentadas no Relatório de Gestão. A recomendação foi atendida e sua implementação é de responsabilidade da CSO.

RECOMENDAÇÃO: 002

- 1.1) Descrição: Devem ser revistos o Plano de Trabalho e o respectivo instrumento de avença, que subsidiaram a celebração do Termo de Cooperação nº 22/08-ANP-010.671, anexado ao processo nº 48610.010671/2008-92, do convênio SAIF nº 635874, celebrado com a DPC da Marinha do Brasil, à luz dos normativos ora vigentes, Portaria Interministerial nº 127/2008 e Decreto nº 6.170/2007, e demais dispositivos legais pertinentes, visando conferir aderência das despesas efetivamente pagas com aquelas previstas no Plano de Trabalho.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A CSO e a DPC com o apoio da Auditoria Interna da ANP prepararam a revisão do Aditivo e do Plano de Trabalho com o objetivo de cumprir as recomendações da CGU, apresentadas no Relatório de Gestão. A recomendação foi atendida e sua implementação é de responsabilidade da CSO.

RECOMENDAÇÃO: 003

- 1.1) Descrição: A ANP deve abster-se de aprovar prestações de contas cujas despesas não estejam previstas no Termo de Convênio e/ou no Plano de Trabalho, observada a prerrogativa do órgão concedente de reorientar ações, e de acatar, ou não, justificativas com relação às disfunções porventura havidas na execução.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A CSO e a SFA aprimoraram os controles na aprovação das contas. A recomendação foi atendida, porém exige permanente acompanhamento, sendo a responsabilidade de sua implementação da SFA e da CSO.

RECOMENDAÇÃO: 004

- 1.1) Descrição: A conveniente deve ser orientada para que as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas pagas com recursos do convênio devem contemplar o nome e número do convênio, a assinatura e carimbo do agente competente responsável pelo atesto de recebimento dos bens e/ou serviços adquiridos e contratados na frente do documento, em local que não inviabilize a leitura de dados dos documentos, ou, do con-

trário, no verso deles, devendo ser eliminadas as práticas de colagem de ates-
tos atualmente realizadas.

- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A CSO e a DPC com o apoio da Auditoria Interna da ANP se reuniram e a DPC concordou com o teor da recomendação. A recomendação foi atendida, porém exige permanente acompanhamento, sendo a responsabilidade de sua implementação da SFA e da CSO.

RECOMENDAÇÃO: 005

- 1.1) Descrição: Deve ser exigido da conveniente o cumprimento dos requisitos de formalização e apresentação das prestações de contas, que devem contemplar o original ou cópia da 1ª via dos documentos, neste último caso com carimbo de “confere com o original” assinado pelo agente competente, devendo permanecer à disposição dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A CSO e a DPC com o apoio da Auditoria Interna da ANP se reuniram e a DPC concordou com o teor da recomendação. A recomendação foi atendida, porém exige permanente acompanhamento, sendo a responsabilidade de sua implementação da SFA e da CSO.

RECOMENDAÇÃO: 006

- 1.1) Descrição: Devem ser observados os procedimentos legalmente previstos para aprovação da prestação de contas, orientando a conveniente a efetuar a comprovação de pagamentos de despesas relativas a convênios diferentes mediante a emissão, para cada uma delas, de documentos fiscais distintos.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A CSO e a DPC com o apoio da Auditoria Interna da ANP se reuniram e a DPC concordou com o teor da recomendação. A recomendação foi atendida, porém exige permanente acompanhamento, sendo a responsabilidade de sua implementação da SFA e da CSO.

RECOMENDAÇÃO: 007

- 1.1) Descrição: Deve ser requerida a apresentação de todos os documentos exigidos pela legislação pertinente em vigor, como condição para aprovação da prestação de contas da conveniente.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A CSO e a SFA aprimoraram os controles na aprovação das contas. A recomendação foi atendida, porém exige permanente acompanhamento, sendo a responsabilidade de sua implementação da SFA e da CSO.

RECOMENDAÇÃO: 008

- 1.1) Descrição: A ANP deve atuar de forma sistemática e efetiva no planejamento, acompanhamento e fiscalização da execução do convênio, observando os dispositivos legais previstos no art. 51 e seguintes da Portaria Interministerial nº 127/2008 e no Decreto 6.170/2007, ora vigentes, em especial no que tange à designação de servidor responsável, ao registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, à elegibilidade, natureza e conformidade das despesas realizadas de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, à observância do cronograma de desembolso financeiro previsto, dentre outros proce-

dimentos pertinentes, com vistas a sanar as falhas apontadas no corpo deste relatório de auditoria.

- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A CSO e a SFA aprimoraram os controles na aprovação das contas e na nomeação formal do fiscal. A recomendação foi atendida, porém exige permanente acompanhamento, sendo a responsabilidade de sua implementação da SFA e da CSO, que, inclusive, nomeou o fiscal do Termo de Cooperação.

RECOMENDAÇÃO: 009

- 1.1) Descrição: Deve ser dado cumprimento ao disposto no art. 49, caput, §1º, §2º e §3º da Portaria Interministerial n.º 127/2008, assegurando-se da observância, pela DPC, dos dispositivos legais contidos na Lei 8666/93 e na Lei 10.520/2002, solicitando, quando necessário, cópias de despachos e termos de adjudicação e homologação de processos licitatórios realizados ou das justificativas para sua dispensa e inexigibilidade, visando a aferir o atendimento aos princípios da impessoalidade, razoabilidade e economicidade na aplicação dos recursos transferidos.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A CSO e a DPC com o apoio da Auditoria Interna da ANP se reuniram e a DPC concordou com o teor da recomendação. A recomendação foi atendida, porém exige permanente acompanhamento, sendo a responsabilidade de sua implementação da CSO.

RECOMENDAÇÃO: 010

- 1.1) Descrição: A DPC, da Marinha do Brasil, deve ser orientada a celebrar, com as empresas contratadas, contratos de compras e/ou prestações de serviços de interesse do convênio, abstendo-se de utilizar contratos firmados por outros órgãos pertencentes à estrutura naval como cobertura contratual para suas aquisições e prestações de serviços.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A CSO e a DPC com o apoio da Auditoria Interna da ANP se reuniram e a DPC concordou com o teor da recomendação. A ANP orientou a DPC, deste modo, considera a recomendação atendida, porém, a DPC entende que o atendimento a recomendação deve estar em consonância com a Lei nº 9.724/98. A responsabilidade de sua implementação é da CSO.

11B. Relatório de cumprimento das deliberações do TCU
(Item 11 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	007.195/2007	15/2009-Plenário			13/2009-TCU/SEFID
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento de processo de desestatização, referente à nona rodada de licitações com vistas à outorga de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural, realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis,</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 250, inciso I, e 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, em:</p> <p>9.1. aprovar o quarto estágio de acompanhamento de outorga de concessão de exploração de petróleo e gás natural;</p> <p>9.2. tornar insubsistentes as determinações previstas nos itens 9.3.2 e 9.3.3 do Acórdão nº 1.283/2008-Plenário;</p> <p>9.3. arquivar os presentes autos.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Promoção de Licitação - SPL					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Por meio do Memorando nº 008/2009/AUD de 03 de fevereiro de 2009, a Auditoria Interna encaminhou cópia do citado Acórdão para a Diretoria Geral, Diretoria Colegiada e a Superintendência de Promoção e Licitação – SPL, informando que o TCU arquivou os presentes autos.					
Síntese dos resultados obtidos					
As áreas responsáveis da ANP sobre o assunto têm ciência do Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	032.018/2009	377/2009-Plenário	9.3		20/2009/TCU/SECOB
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar à Agência Nacional do Petróleo - ANP, com fundamento no artigo 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c o artigo 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que acrescente à relação de materiais betuminosos pesquisados, em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão 1.077/2008-TCU-Plenário, aqueles com adição de polímero, especialmente os itens "CAP com polímero", "RL-1C com polímero" e "RR-2C com polímero", e informe o Tribunal sobre a implementação dessa medida no prazo de 90 (noventa) dias.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Coordenadoria de Defesa da Concorrência – CDC					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Por meio do Ofício nº 063/2009/AUD, a Auditoria Interna encaminhou cópia da Resolução nº 35 de 6 de novembro de 2009 a qual altera o inciso IV do artigo 3º da Resolução ANP nº 27/2008, dando cumprimento a determinação do Egrégio Tribunal.</p> <p>A CDC informou ainda que além dos produtos expressamente solicitados no citado acórdão, no subitem 19.c, a cesta de Produtos Asfálticos ANP passou a incluir todos os produtos asfálticos que se encontram atualmente especificados pela Agência.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
A cesta de Produtos Asfálticos disponível no sítio da ANP ficou mais completa.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	033.386/2008	459/2009-Plenário			20/2009/TCU/SECOB
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Desestatização - Sefid, com a participação das 4ª e 6ª Secretarias de Controle Externo, sob a coordenação da primeira, a realização de auditoria, de natureza operacional, nos setores administrativos das agências reguladoras que prestam serviços de atendimento, por telefone, aos cidadãos usuários dos serviços por elas regulados, objetivando verificar a sua eficiência, eficácia e efetividade.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Centro de Relações com o Consumidor – CRC					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Por meio do Ofício nº 165/2009-TCU/SEFID, que encaminhou a equipe de auditores a Auditoria Interna, providenciou o encaminhamento dos auditores para a Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional – SCI, responsável pelo Centro de Relacionamento com o Consumidor onde teve atendida todas as solicitações/informações e documentos.</p> <p>A Auditoria Interna encaminhou ainda o Ofício nº 026/2009, com a complementação da documentação solicitada pela equipe de auditoria.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	005.435/2009	508/2009-Plenário	9.1		235/2009/TCU/SEMAG/Gab
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>Acórdão nº 508/2009-Plenário e DN TCU nº 98/2009</p> <p>9.1. conhecer das contestações e, no mérito, considerar procedentes as apresentadas pelos Estados de Mato Grosso e Rio Grande do Norte e improcedente a apresentada pelo Estado de Goiás;</p> <p>9.2. aprovar o projeto de decisão normativa que altera os percentuais individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso III, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2009, aprovados originalmente na forma do Anexo I da Decisão Normativa TCU nº 95, de 11 de fevereiro de 2009;</p> <p>9.3. dar ciência desta deliberação e da decisão normativa ora aprovada aos contestantes, aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Presidente do Banco do Brasil S/A;</p> <p>9.4. determinar o apensamento destes autos ao TC-001.276/2009-8.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Abastecimento – SAB					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Por meio do Memorando nº 091/2009/AUD de 15 de abril de 2009, a Auditoria Interna encaminhou cópia do citado Acórdão para a Diretoria Geral, Diretoria Colegiada e Superintendência de Abastecimento – SAB, para conhecimento e providências.					
Síntese dos resultados obtidos					
A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	011.532/2004	568/2008-Plenário			65/2009/TCU/SEFID
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>Acórdão nº 568/2008-Plenário e Relação nº 22/2008 de 09/04/2008.</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, de 9/4/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 41 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso II, e 15 do Regimento Interno, em, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sobrestar o prosseguimento do processo a seguir relacionado, sem prejuízo de determinar à ANP que:</p> <p>1. Informe a este Tribunal sobre quaisquer alterações quanto à situação do licenciamento ambiental do bloco BCAM-40, bem como sobre quaisquer mudanças quanto à suspensão da execução do contrato de exploração do bloco BCAM-40.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Exploração – SEP.					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Auditoria Interna por meio do Ofício nº 029/2009/AUD de 21 de maio de 2009, em atenção à determinação constante do Acórdão, encaminhou ao TCU, cópia da Licença Ambiental emitida pelo IBAMA – LPPER nº 084/2009, com validade até fevereiro de 2011, para início das atividades exploratórias na área remanescente do Bloco B-CAM-40, encaminhada pela Superintendência de Exploração.					
Síntese dos resultados obtidos					
A área responsável da ANP sobre o assunto tomou ciência do acórdão e atendeu ao Tribunal de Contas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	018.966/2003	636/2009-Plenário			152/2009-TCU/SEFID
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>Acórdão nº 636/2008-Plenário e Ata nº 13/2009-Plenário</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 143, V, “a”, 169, IV do Regimento Interno, c/c o artigo 40, inciso V, da Resolução 191/2006, ACORDAM em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.</p> <p>1. Processo TC-018.966/2003-6 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)</p> <p>1.1. Responsáveis: Marcus Luiz Barroso Barros (001.332.802-68); Sebastião do Rego Barros Netto (380.380.997-53)</p> <p>1.2. Interessado: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - MME (02.313.673/0001-27)</p> <p>1.3. Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - MME; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – MME</p> <p>1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização (SEFID)</p> <p>1.5. Advogado constituído nos autos: não há.</p> <p>1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 092/2009/AUD de 15 de abril de 2009, cópia do Acórdão às áreas interessadas, informando que o TCU determinou o arquivamento processo TC nº 018.966/2003-6 relativo à Relatório de Monitoramento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	011.342/2009	1279/2009-Plenário			406/2009/TCU/SECEX1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>Acórdão nº 1279/2009-Plenário e Relação nº 16/2009-Plenário</p> <p>Trata-se de representação com pedido de medida cautelar, formulada pelo Senhor Antonio Siqueira Oliva com base no parágrafo 1º do artigo 113 da Lei nº 8666/1993, conta a ANP, em razão de supostas irregularidades verificadas no pregão eletrônico nº 091/2008-ANP, que resultou na adjudicação do objeto à empresa Serial Sistemas Ltda.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 189/2009/AUD, cópia do Acórdão 1279/2009/TCU-Plenário, referente ao processo TC nº 011.342/2009-9, para a SFA, informando que o TCU acordou em conhecer a representação, para no mérito, considerá-la improcedente, arquivando-se o processo.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	012.693/2009	1676/2009-Plenário	9.2		471/2009/TCU/SEFID
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>Acórdão nº 1676/2009-Plenário – Item 9.2</p> <p>“a realização de fiscalização, na modalidade Auditoria de Natureza Operacional, nas agências reguladoras de infraestrutura no Brasil, a fim de avaliar a governança dessas entidades, incluindo análises quanto à independência no processo decisório, transparência na toma de decisões e elaboração de normativos regulatórios, capacidade financeira e adequação dos recursos humanos disponíveis, coerência regulatória e capacidade de gerir riscos.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Diretoria Geral e Diretoria					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 263/2009/AUD, cópia do Acórdão 1676/2009/TCU-Plenário, referente ao processo TC nº 012.693/2009-9, para a Diretoria Geral e Diretorias, o teor do presente Acórdão para conhecimento.</p> <p>O TCU encaminhou ofício solicitando reuniões nas áreas com o objetivo de identificar eventuais riscos e falhas estruturais que pudessem comprometer o alcance dos objetivos da regulação estatal, de forma a subsidiar propostas e fortalecer o modelo regulatório atual.</p> <p>Por meio de troca de e-mails com o Coordenador Carlos Leite Figueiredo e o Auditor da ANP, foram agendadas e realizadas todas as reuniões solicitadas pelo Coordenador do TCU no dia 30 de novembro de 2009.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	011.470/2009	1725/2009-Plenário	9.2.2		1036/2009/TCU/SECEX-AC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
Acórdão nº 1725/2009-Plenário – Item 9.2.2					
“diligencie a ANP, a fim de obter esclarecimentos sobre os motivos que levam a Agência a não disponibilizar em seu site na internet os resultados das pesquisas de preços dos materiais betuminosos em nível de município (apenas os que atualmente são pesquisados), com discriminação da metodologia de cálculo utilizada e fonte das pesquisas.”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Coordenadoria de Defesa da Concorrência – CDC					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 225/2009/AUD, cópia do Acórdão 1725/2009/TCU-Plenário, referente ao processo TC nº 011.470/2009-9, para a Coordenadoria de Defesa da Concorrência, que encaminhou resposta por meio do Memorando nº 074/CDC/09 e a Auditoria Interna por meio do Ofício nº 054/2009/AUD, encaminhou ao TCU, SECEX-AC, os esclarecimentos prestados pela CDC sobre o assunto.					
Síntese dos resultados obtidos					
Aprimoramento no sítio da ANP na apresentação dos resultados das pesquisas de preços dos materiais betuminosos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	016.430/2009	2195/2009-Plenário	9.4		66/2009/TCU/SECEX-9
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
Acórdão nº 2195/2009-Plenário – Item 9.4					
9.4. determinar à 9ª Secex que:					
9.4.1. realize auditoria na ANP, para avaliar a regularidade dos pagamentos mencionados na presente Solicitação;					
9.4.2. conclua a auditoria de que trata o subitem anterior no prazo máximo de quarenta e cinco dias, a contar da prolação deste Acórdão, com vistas ao cumprimento do prazo indicado no art. 15, inciso II, da Resolução TCU 215/2005.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Abastecimento – SAB					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 269/2009/AUD, cópia do Acórdão 2195/2009/TCU-Plenário, referente ao processo TC nº 016.430/2009-6, para a Diretoria Geral, Diretores e Superintendência de Abastecimento, para as providências cabíveis.					
Síntese dos resultados obtidos					
A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	004.745/2009	2305/2009-Plenário			1553/2009/TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>Acórdão nº 2305/2009-Plenário – Subitens 1.7.1.5 e 1.7.2</p> <p>“a ANP limite, para cada grupo (Grupo 1 – CD, CGE, CA e CAS; e Grupo 2 – CCT), a despesa pertinente à remuneração dos cargos comissionados, tomando como referência para sua fixação os quantitativos de cargos estabelecidos no Anexo I da Lei nº 9986/2000 e a tabela remuneratória vigente; e subitem 1.7.2 – determinar que no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, a ANTAQ, a ANVISA, a ANEEL, a ANTT e a ANP encaminhem ao TCU cronograma detalhado que especifique a forma de cumprimento das determinações exaradas neste acórdão.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 270/2009/AUD, cópia do Acórdão 2305/2009/TCU-Plenário, referente aos processos TC nº 004.745/2008-4 e nº 026.805/2007-2, para a Diretoria Geral, Diretores e Superintendência de Gestão de Recursos Humanos.</p> <p>Por meio do Ofício nº 1553/2009-TCU/Sefip de 6 de outubro de 2009, a Sefip solicitou esclarecimentos com relação à adoção das providências pertinentes constantes do referido acórdão.</p> <p>Foi encaminhado ao Presidente do TCU o Pedido de Reexame, por meio do Ofício nº 206/2009/DG de 28 de outubro de 2009, referente ao Acórdão nº 2305/2009-Plenário.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	007.344/2009	2564/2009			11.230/TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
Acórdão nº 2564/2009-Primeira Câmara					
Atos de Admissão					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 173/2009/AUD, cópia do Ofício nº 11230-TCU-SEFIP juntamente com o Acórdão nº 2564/2009-TCU-Primeira Câmara (TC nº 007.344/2009-7), para fins de registro dos atos de admissão de interesse dos servidores neles especificados.					
Síntese dos resultados obtidos					
A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	007.343/2009	2891/2009			NT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
Acórdão nº 2891/2009-Primeira Câmara					
Atos de Admissão					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 173/2009/AUD, cópia do o Acórdão nº 2891/2009-TCU-Primeira Câmara (TC nº 007.343/2009-0), para fins de registro dos atos de admissão de interesse dos servidores neles especificados.					
Síntese dos resultados obtidos					
A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	010.971/2009	2897/2009			11.790/2009/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
Acórdão nº 2897/2009-Primeira Câmara					
Atos de Admissão					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 199/2009/AUD, o Ofício nº 11790-TCU-SEFIP juntamente com o Acórdão nº 2897/2009-TCU-Primeira Câmara, prolatado na Ata nº 18/2009, relativo ao processo TC nº 010.971/2009-9, para fins de registro dos atos de admissão de interesse do servidor Bruno Leonard de Oliveira Matos.					
Síntese dos resultados obtidos					
A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	023.142/2007	4001/2009			288/2009-SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:</p> <p>1.4.1. ao Banco do Brasil S.A. que:</p> <p>1.4.1.1. abstenha-se de proceder a alterações na distribuição dos recursos do Fundo Especial do Petróleo (FEP) em razão de decisão judicial que modifique coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a menos que este Tribunal, no aviso que comunicar a alteração do referido coeficiente do FPM, explicita a necessidade de também alterar as cotas do FEP;</p> <p>1.4.1.2. informe, em sua página na internet, na hipótese da alteração no subitem anterior, a razão das mudanças realizadas na distribuição dos recursos;</p> <p>1.4.2. à SEMAG que providencie o envio de cópia desta deliberação à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), para ciência, e ao Banco do Brasil S.A., para ciência e adoção das medidas cabíveis.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Não há					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Por meio do Ofício nº 288/2009-TCU/SEMAG de 10 de outubro de 2009, o TCU encaminhou o acórdão, informando que ao apreciar o processo de Relatório de Acompanhamento (processo TC nº 023.142/2007-4), decidindo arquivar os autos do citado processo, a Auditoria Interna da ANP encaminhou cópia à Diretoria Geral e Diretorias.					
Síntese dos resultados obtidos					
A ANP tomou ciência do teor do acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	019.425/2007	4278/2009	1.6		1919/2009-SECEX-RJ-DT1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
1.6. recomendar à Agência Nacional de Petróleo - ANP que promova o levantamento estatístico do consumo de combustíveis nos portos ribeirinhos da Região Norte, de modo a propiciar elementos de checagem ao Departamento do Fundo da Marinha Mercante - DEFMM nos trabalhos afetos ao ressarcimento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Abastecimento – SAB					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Por meio do Ofício nº 1919/2009-TCU/SECEX-RJ-DT1 de 1/09/2009, relativo ao processo TC nº 019.425/2007-3, o TCU encaminhou o Acórdão nº 4278/2009-Primeira Câmara, para conhecimento e adoção da recomendação citada no item 1.6, do citado acórdão. A Auditoria Interna encaminhou o Memorando nº 256/2009/AUD de 10/09/2009 para a Diretoria III com cópia para a Superintendência de Abastecimento – SAB.					
Síntese dos resultados obtidos					
A SAB encaminhou Memorando nº 684/2009/SAB de 25/09/2009, informando os dados das vendas de óleo diesel (tipo DMA-B2 e DMA-MGO) relativas ao primeiro semestre do corrente ano na Região Norte, conforme declaração das distribuidoras → Por meio do Ofício nº 058/2009/AUD a Auditoria Interna encaminhou resposta ao TCU em atendimento a recomendação constante no Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	011.369/2009	4843/2009			13.559/2009/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>Acórdão nº 4843/2009-Primeira Câmara</p> <p>Atos de Admissão</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 271/2009/AUD, o Ofício nº 13559-TCU-SEFIP juntamente com o Acórdão nº 4843/2009-TCU-Segunda Câmara, prolatado na Ata nº 33/2009, relativo ao processo TC nº 011.369/2009-2, para fins de registro dos atos de admissão de interesse dos servidores nele especificados, nos termos do artigo 6º da Resolução TCU nº 206 de 24 de outubro de 2007.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	012.031/2009	4946/2009			sem nº/2009/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>Acórdão nº 4946/2009-Primeira Câmara</p> <p>Atos de Admissão</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 267/2009/AUD, o Ofício nº s/nº-TCU-SEFIP juntamente com o Acórdão nº 4946/2009-TCU-Primeira Câmara, prolatado na Ata nº 32/2009, relativo ao processo TC nº 012.031/2009-3, para fins de registro dos atos de admissão de interesse dos servidores nele especificados, nos termos do artigo 6º da Resolução TCU nº 206 de 24 de outubro de 2007.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	007.345/2009	6325/2009			14.827/2009/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>Acórdão nº 6325/2009-Primeira Câmara</p> <p>Atos de Admissão</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 312/2009/AUD, o Ofício nº 14827-TCU-SEFIP juntamente com o Acórdão nº 6325/2009-TCU-Primeira Câmara, prolatado na Ata nº 40/2009, relativo ao processo TC nº 007.345/2009-4, para fins de registro dos atos de admissão de interesse dos servidores nele especificados, nos termos do artigo 6º da Resolução TCU nº 206 de 24 de outubro de 2007.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	011.374/2009	6328/2009			14.867/2009/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>Acórdão nº 6328/2009-Primeira Câmara</p> <p>Atos de Admissão</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 313/2009/AUD, o Ofício nº 14867-TCU-SEFIP juntamente com o Acórdão nº 6328/2009-TCU-Primeira Câmara, prolatado na Ata nº 40/2009, relativo ao processo TC nº 011.374/2009-2, para fins de registro dos atos de admissão de interesse dos servidores nele especificados, nos termos do artigo 6º da Resolução TCU nº 206 de 24 de outubro de 2007.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	007.342/2009	6553/2009			14.887/2009/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
Acórdão nº 6553/2009-Primeira Câmara					
Atos de Admissão					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Auditoria Interna encaminhou por meio do Memorando nº 314/2009/AUD, o Ofício nº 14887-TCU-SEFIP juntamente com o Acórdão nº 6553/2009-TCU-Primeira Câmara, prolatado na Ata nº 41/2009, relativo ao processo TC nº 007.342/2009-2, para fins de registro dos atos de admissão de interesse dos servidores nele especificados, nos termos do artigo 6º da Resolução TCU nº 206 de 24 de outubro de 2007.					
Síntese dos resultados obtidos					
A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

ANEXO A7 – DEMONSTRATIVO ANÁLITICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

(Item c – Anexo II – DN/TCU 100/2009)

Empresa Leiaute Comunicação e Propaganda Ltda.

Contrato nº 1082/07-ANP-002.274

Tabela A7.1 – Despesas com Publicidade

	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Valor do Contrato	Vigência	Beneficiário	Valor
Publicidade						
Institucional	X	X	X	X	X	X
Publicidade Legal	X	X	X	X	X	X
Publicidade				Aditivo nº 1 de		
Mercadológica	251310275464 10000	R\$ 1.500.000,00	R\$ 7.700.000,00	17/8/08 a 16/8/09		
Publicidade de				Aditivo nº 2 de		
Utilidade Pública	251310275464 10000	R\$ 1.500.000,00	R\$ 7.700.000,00	17/8/09 a 16/8/10		
Patrocínios	X	X	X	X	X	X

Fonte: ANP

Outras Despesas

Obs.:

Outras despesas – R\$ 6.465.469,59

A Publicidade Legal está a cargo da Secretaria Executiva e encaminhada à Empresa Brasileira de Comunicação.

A ANP não faz Publicidade Mercadológica

A ANP não concede patrocínios e/ou apoios institucionais e financeiros por meio do Contrato de Publicidade.